



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA - UAHIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
LINHA DE PESQUISA II: CULTURA, PODER E IDENTIDADES

KALINE LEANDRA BARBOSA DA SILVA

**“NINGUÉM NASCE PRA SOBREVIVER, A GENTE NASCE PRA VIVER” : DE
ESTEREÓTIPOS ESTIGMATIZANTES PARA O “EU TRAVESTI, MULHER
TRANSEXUAL”**

CAMPINA GRANDE - PB

2023

KALINE LEANDRA BARBOSA DA SILVA

“NINGUÉM NASCE PRA SOBREVIVER, A GENTE NASCE PRA VIVER”: DE
ESTEREÓTIPOS ESTIGMATIZANTES PARA O “EU TRAVESTI, MULHER
TRANSEXUAL”

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande-PB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História, na Linha de Pesquisa Cultura, Poder e Identidades, da área de concentração em História, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior.

CAMPINA GRANDE - PB

2023

S586n Silva, Kaline Leandra Barbosa da.
"Ninguém nasce pra sobreviver, a gente nasce pra viver" : de estereótipos estigmatizantes para o "eu travesti, mulher transexual"/ Kaline Leandra Barbosa da Silva. – Campina Grande, 2023.
163 f.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2023.
"Orientação: Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior."
Referências.
1. Jornal da Paraíba. 2. Travesti. 3. Mulher transexual. I. Sousa Júnior, José Pereira de. II. Título.

CDU 613.885(043)

KALINE LEANDRA BARBOSA DA SILVA

**“NINGUÉM NASCE PRA SOBREVIVER, A GENTE NASCE PRA VIVER”:
DE ESTEREÓTIPOS ESTIGMATIZANTES PARA O “EU TRAVESTI, MULHER
TRANSEXUAL”**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande-PB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em História, na Linha de Pesquisa Cultura, Poder e Identidades, da área de concentração em História, Cultura e Sociedade.

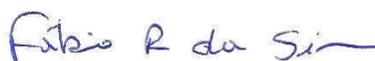
Orientador: Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior.

Aprovada em: 30 de março de 2023

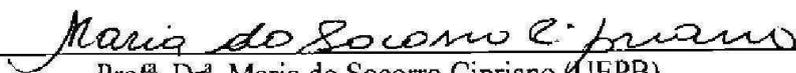
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Pereira de Sousa Júnior (UFCG/PPGH/UPE)
Orientador



Prof. Dr. Fábio Ronaldo da Silva (UFCG)
Membro Interno



Prof.^ª. Dr.^ª. Maria do Socorro Cipriano (UEPB)
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

E lá se foram alguns poucos anos desde que tanta coisa mudou... talvez tudo, não sei!

E lá se foram tantas noites, desde que cheguei aqui, onde o conhecimento me abraçou e muito aprendi. Onde percebi que a palavra gratidão se apequena diante de tantas mãos que me foram estendidas. Onde nesta noite fria, no escuro do meu quarto (a meia luz de um abajur de cor amarelada – que muito me encanta), acompanhada de uma taça de vinho tinto, viajo em meus pensamentos ao som de A-ha (com a música Lifelines – Linhas da vida).

Meio distraída, me pego pensando no quanto demorei para perceber que gratidão são costuras de almas que se reconhecem, se entendem e se amparam. Penso que escrever e agradecer no dia de hoje me parece um tanto necessário. Dessas necessidades que nos abraçam e nos arrancam palavras por vezes “sem sentido”, mas muito sentidas, sabe? Nesse sentido, sou preenchida pelo sentimento de gratidão:

Gratidão ao Senhor, por tudo e tanto! És o Deus do impossível, Pai!

Gratidão pela vida de minha mainha, que eu tanto amo. Por ela eu sinto o maior dos amores. Te amo, mainha! Infinitamente e além... (com reticências).

Gratidão pela vida de painho, a quem eu desejo profundamente que esteja por muitos e muitos anos entre nós. Te amo, painho! (você é um guerreiro!).

Gratidão pela vida de minha irmã (Karlina) e do meu sobrinho Enzo. Obrigada por existirem! Amo vocês!

Gratidão a Lucinha e a Bitá (titia e titio de abraços e colos aconchegantes). Amo vocês! Vocês são meu equilíbrio em meio à maluquice chamada vida.

Gratidão às minhas grandes amigas, irmãs de alma: Sara (nega) e Kallina (ka). Colo, colo e mais colo vocês me dão, e eu retribuo com o meu. Muito obrigada por esses mais (muito mais) de onze anos de muita (tanta) irmandade, lealdade e amizade. Amo vocês, meninas!

Gratidão ao meu querido orientador e também amigo, José Júnior, ou tão somente, Júnior. Obrigada por tudo! Obrigada por estar presente em meu passado (enquanto parte integrante da banca do TCC) e em meu presente (enquanto orientador e amigo no mestrado). Esses pouco mais de cinco anos desde que tive a oportunidade de te conhecer enquanto profissional na UEPB (lugar meu) me trouxeram grandes alegrias. Alegria em tê-lo como alguém em quem eu possa confiar nessa jornada. Tranquilo, sábio e preciso nas palavras e atitudes. És um bom homem! Gratidão!

Gratidão ao professor Fábio Ronaldo, a quem tive a felicidade de conhecer na disciplina de Estudos de Gênero (no mestrado), ainda no ano de 2021, quando suas contribuições em muito me ajudaram. Seja nas discussões acerca de questões caras a esta dissertação, seja me orientando quanto a pequenos, porém, necessários ajustes em artigos produzidos no decorrer deste processo. Obrigada por aceitar o convite!

Gratidão à querida professora Maria do Socorro Cipriano, a quem tenho a honra de tê-la em meu passado (enquanto orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso) e em meu presente (como parte integrante da banca de defesa no mestrado). És uma mulher incrível, admirável e sensível em palavras e ações. Obrigada por se fazer presente em um momento tão nosso, já que o caminho percorrido até aqui tem muito de você.

Gratidão aos colegas de curso na face de Tatiana e Ramon (obrigada pelos conselhos e trocas. Vocês são especiais!).

Gratidão ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG! Grata por terem acreditado em mim e nesta pesquisa que se fez com tantas mãos. Obrigada por tudo! Uma das maiores felicidades foi reconhecer o quão capaz sou. “Cria” da UEPB, confesso que estudar na UFCG é um sonho realizado. Agora terei para onde voltar de forma dupla.

Gratidão a Otoniel, ou tão somente Oto, por ter me estendido à mão e me guiado as Geni’s desta pesquisa. Gratidão!

Minha eterna gratidão vai para as Geni’s desta pesquisa – vocês são MARAVILHOSAS!

Gratidão, Letícia Rodrigues, pela disponibilidade e gentileza em me receber em seu lar, chamado teatro.

Gratidão, Karina Espínola, por tudo que me foi dito. Espero que saiba que muito desse trabalho é resultado de aprendizados infinitos com você.

Gratidão, Ster Katilleya, por me fazer perceber que *Resistir* é preciso. Você é sim uma guerreira! Muito obrigada por tudo! Você é preciosa, saiba disso.

Gratidão, Paola, por ter me aberto o seu mundo de um jeito só seu. Você é luz!

Gratidão, Rebeca! Gratidão por tua *Existência* que é tão potente.

Gratidão, Kelly Alves, pelo trajeto de descobertas e redescobertas. Você é a força em pessoa! Sigamos, sempre!

Gratidão, Laura! Ter te escutado me fez perceber, mais do que nunca, o lugar de “privilégio” o qual ocupo. Que seus caminhos sejam lindos, repletos de harmonia!

Gratidão, Talytha Vasconcelos, pela incrível entrevista. Tê-la em espaços que

acolhem, me fazem vibrar de alegria. Gratidão, sempre!

Gratidão por tudo que se foi, ainda que sinta falta (porque sei que tudo tem um motivo para ser e um tempo certo para acontecer). Que os encontros do passado tornem-se re'encontros possíveis no futuro.

Gratidão a um alguém muito (tão) importante e especial... no passado, no presente e para sempre! Depois de ter você...

GRATIDÃO AO UNIVERSO!

RESUMO

Esta dissertação apresenta um paralelo/confronto entre as matérias reproduzidas pelo *Jornal da Paraíba* acerca de pessoas travestis na década de 1990, apontando-as como “prostitutas”, “criminosas” e “aidéticas”, e os lugares de fala de travestis e mulheres transexuais em dias atuais. Ou seja, traçamos semelhanças e divergências, continuidades e descontinuidades entre o passado e o presente. A partir de um total de oito matérias cuidadosamente escolhidas e oito entrevistas realizadas com colaboradoras residentes nas cidades de João Pessoa, Campina Grande e Bayeux (o que nos permite concluir que o recorte espacial da pesquisa em questão volta-se ao território paraibano), buscamos compreender os “arrumadinhos” estratégicos entranhados na ordem discursiva em exercício e as consequências destes na vida de pessoas *Trans*. Para tanto, nos apropriamos da metodologia de uma análise do discurso, com base nas ideias propostas por Michel Foucault (1996). Por se tratar de uma pesquisa que une fonte impressa e oral (esta última voltada à vertente da história oral temática), priorizamos o uso de conceitos e categorias caras a discussão. Intencionando um maior aprofundamento sobre estas questões, dialogamos com autoras travestis e mulheres transexuais, como Moira (2017 – 2018), Favero (2020), Marilac (2020), Oliveira (2020), Odara (2020) e Nascimento (2021), além de duas de nossas entrevistadas. Ademais, também nos apoiamos em autoras (es) como Butler (2016), Bento (2017), Ribeiro (2019), Mbembe (2016); entre outras (os).

Palavras-chave: *Jornal da Paraíba*. Travesti. Mulher transexual.

ABSTRACT

This dissertation presents a parallel/confrontation between the news reproduced by *Jornal da Paraíba* about transvestite people in the 1990s, pointing them as “prostitutes”, “criminals” and “aidética”, and the places of speech of transvestites and transgender women to day. That is, we intend to come and go time tracing similarities and divergences, continuities and discontinuities between the past and the present. From a total of eight carefully chosen articles and interviews with collaborators residing in the cities of João Pessoa, Campina Grande and Bayeux (which allows us to conclude that the spatial clipping of the research in question turns to the territory of Paraíba), we seek to understand the strategic “tidy” ingrained in the discursive order in exercise and the consequences of these in the lives of *Trans* people.

To do so, we will appropriate the methodology of discourse analysis based on the ideas proposed by Michel Foucault (1996). Because it is a research that unites printed and oral sources (the latter focused on the thematic oral history), we will prioritize the use of concepts and categories that are important dear to discussion. Intending to go deeper into these issues, we will dialogue with transvestites and transgender women, such as Moira (2017 – 2018), Favero (2020), Marilac (2020), Oliveira (2020), Odara (2020) and Nascimento (2021), in addition to two or four interviewed. In addition, we will also rely on authors such as Butler (2016), Bento (2017), Ribeiro (2019), Mbembe (2016); among others.

Keywords: *Jornal da Paraíba*. Transvestite. Transgender woman.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| PURPURINAS E PAÊTES: uma introdução à pesquisa (é carnaval!) | 10 |
| “Ô abre alas que eu quero passar”: chegando até elas... .. | 22 |
| CAPÍTULO 1 – “CULPADA!” Delito: (Re) Existir – Resistir | 25 |
| 1.1 Uma carta a Geni... .. | 25 |
| 1.2 Um pouco de Geni em mim... .. | 27 |
| 1.3 Mas, afinal, quem é Geni? | 31 |
| 1.4 “Ser ou não ser”: indo, vindo e mediando as categorias identitárias travesti e mulher transexual | 41 |
| CAPÍTULO 2 – CARA OU COROA? Os dois lados da moeda | 61 |
| 2.1 <i>Cara e Coroa</i> , faces de uma mesma moeda? | 61 |
| 2.1.1 A “prostituta” com P de “PROMÍSCUA” <i>versus</i> “A sociedade já carimbou a gente como marginais! Já carimbou a gente como prostitutas, né?” | 61 |
| 2.1.2 A “criminoso” com C de “CRUEL” <i>versus</i> “Mulheres trans, mulheres travestis, são marginalizadas, o que é diferente de ser marginal” | 85 |
| 2.1.3 A “aidética” com A de “ABERRAÇÃO” <i>versus</i> “[...] primeiro que HIV e aids não é uma doença de gênero” | 96 |
| CAPÍTULO 3 – FOI DADA A SENTENÇA: marcas para morrer! | 109 |
| 3.1 Entre o passado e o presente (o privado e o público) | 109 |
| 3.1.1 “Famílias desajustadas” em “reuniões familiares” | 109 |
| 3.1.2 “Corpos públicos”: a violência ganha às ruas | 122 |
| 3.1.3 Enquadrando e sendo enquadrada pelo <i>Cistema</i> | 137 |
| O fim que não chegou ao “FIM” | 144 |
| REFERÊNCIAS | 147 |
| ANEXOS | 154 |
| ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética | 155 |
| ANEXO B – Matérias do <i>Jornal da Paraíba</i> | 157 |

PURPURINAS E PAÊTES: uma introdução à pesquisa (é carnaval!)

Existe muita coisa que eu aprendi, o ser travesti incomoda por aí. Nunca imaginei que era tão ruim prever o fim. Dos 35 a gente não passa, nem se quiser subir (O Ser Travesti – Re Morais).

Nas ladeiras de Olinda-PE, no ano de 2012, me deparei pela primeira vez com aquilo que chamei de “carnaval multi-identitário e multi-sexual”, isso porque, nas proximidades dos Quatro Cantos, lugar de encontro dos mais variados povos e ritmos, imortalizada na voz do grande cantor e compositor Alceu Valença com a música *Me segura que senão eu caio*, localiza-se a rua Treze de Maio, local onde os protocolos sociais responsáveis por padronizar relacionamentos enquadrados pelo *Cistemaheteronormativo*¹, difundidos e exigidos dia a dia são reiteradamente destroçados pela multiplicidade performática de expressões variadas, além de identidades de gênero e sexualidades que lá se encontram.

Essa “festa guei por excelência”² permite que as “fantasias” sejam exploradas identitariamente e sexualmente de forma explosiva, mesmo porque, é o momento no qual é possível se despir de si mesma (o), mostrando a (ao) outra (o) o papel social que gostaria de desempenhar. Carnaval seria, então, o encontro do rio com o mar, dos “iguais” com os “desiguais”, momento de festejar, brincar e embaralhar lugares, identidades e sexualidades, “invertendo” tudo. O “pobre fica rico”, “o rico fica pobre”, corpos e identidades consideradas *dissidentes*³ são supostamente “aceitas”. Como em novela, tudo parece ter final feliz. Só não esqueçamos que, nestas, as tramas são escritas de modo a atrair os espectadores.

Tais observações, além de experiência, fizeram-me perceber que para além das

¹O termo *Cistema* e não *Sistema* trata-se de um trocadilho que será bastante utilizado no decorrer de nossa escrita, de modo a fazer referência ao padrão cisgênero implementado em nossa sociedade. Lembrando que o termo cisgênero (a) compete a pessoas cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído ao nascer. A cisgeneridade, enquanto forte oposição a transgeneridade ou transgênero, que corresponde a pessoas cuja identidade de gênero difere em diversos graus do sexo atribuído ao nascer; é base do *status quo*, que se apega a dispositivos de opressão para a exclusão de identidades outras, que não a enquadrada pelo já referido *Cistema*. Quanto ao termo heteronormativo ou *heteronormatividade*, este consiste no conjunto de regras pré estabelecidas por um *Cistema* de controle social e institucional, que busca a validação de pessoas que se relacionam com o sexo oposto, em detrimento de pessoas que se relacionam com pessoas do mesmo sexo. Para saber mais sobre este último, ver: BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

²TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso*. 1. ed. São Paulo: Max Limonad, 1986, p. 248. Ainda sobre o carnaval, seu caráter festivo e como este influencia em nossas performances, ver também: DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma Sociologia do dilema brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

³O termo *dissidente*, o qual será utilizado ao longo de nossa escrita, corresponde àquilo que contrasta ao *Cistemaheteronormativo*, ou seja, diverge dos discursos hegemônicos. Para saber mais sobre, ver: RUBIN, Gayle S. *Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política do sexo*. **Cadernos Pagu**, p. 1-81, 2003.

performances comuns ao espaço carnavalesco, o processo de identificação de gênero implementado pelo *status quo*, que vigora em comum acordo com o *dispositivo da sexualidade*⁴, entre outros, mostrava-se ineficiente frente às *feminilidades e mulheridades*⁵ ali presentes. Diante de mim, travestis, em especial, escancaravam suas performances de gênero com base em uma flexibilidade vista a olho nu, ao fazer-se e refazer-se, através de uma teatralização corporal e identitária comum a todas (os) nós, afinal, nada mais somos que corpos generificados.

Os movimentos suaves das folionas e foliões de plantão dissipavam a disciplinarização e rigidez corporal, tão comum à cultura dos corpos sexuados⁶, implementado em nossa sociedade. Somados a isso, as cores fortes, as purpurinas e os paetês em fantasias e adereços chamativos davam espaço a identidades de gênero que brincavam com uma suposta “verdade absoluta” sobre a dualidade dos gêneros, que descritos como polos opostos, que “complementam-se”, mostravam-se submersos a esta mesma certeza.

Embalada pela musicalidade vibrante que parecia instigar a “morena tropicana” de alma leve e um tanto carnavalesca que chacoalhava de um lado a outro dentro de mim, além de sujeitas (os) outras (os), no espaço em questão, descobri que tal episódio se encarregou de trazer à tona não apenas o caráter festivo proveniente dos carnavais, Brasil afora, como também a quebra de toda e qualquer linha discursiva que venha a voltar-se para a anatomia humana como fonte de respostas para as demandas identitárias e socioculturais estruturadas pela articulação saber-poder, na medida em que se impõe um “modelo ideal” nas relações de/entre sexo, gênero e sexualidade.

Entre uma rua e outra, percebi que a Treze de Maio parecia ganhar todas as outras, quem sabe, a capital Recife. Foi retornando do Marco Zero, em meio a um ônibus lotado, ainda naquele carnaval, que ouvi ao longe gritos eufóricos de um homem cisgênero, que em tom de inconformidade, dizia: “o mundo é gay e os héteros estão em extinção”. Parei por um instante e fiquei a refletir, quando me vi abraçada por lembranças de um tempo distante, no qual tive a oportunidade de ter como professora no Ensino Fundamental uma travesti. A

⁴Conceito de natureza meramente estratégica, o *dispositivo da sexualidade* tem como principal função o gerenciamento e controle sobre os corpos, como constatado por Foucault, no livro: FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

⁵O termo *feminilidades* e não “feminilidade”, assim como *mulheridades* e não “mulher”, será utilizado nesta dissertação, com base nas problematizações propostas por Nascimento, as quais nos aprofundaremos mais adiante. Para saber mais ver: NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Coleção Feminismos Plurais).

⁶Para saber mais sobre o corpo sexuado e a construção do gênero, ver: FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. CORPOS SEXUADOS: RAÍZES NA HISTÓRIA E NA CULTURA. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 39-47, 2020.

relação docente/discente, em sala de aula, era de longe uma das mais respeitadas e satisfatórias possíveis, já que o aprendizado dava-se em todas as áreas, ultrapassando o ambiente escolar, que, por vezes, mostrava-se hostil a corpos e identidades tidas como *Transgressoras*⁷.

Para além do espaço citado, a interação existente entre mim e ela dava-se de forma relativamente constante, no bairro onde moro (José Pinheiro), localizado na cidade de Campina Grande - PB. Morando próximas, na época (meados de 2004), os “esbarrões” constantes na rua Campos Sales (rua principal do bairro), no supermercado, na padaria, entre outros, evidenciavam que a marginalização de sua *Existência*, enquanto travesti, por parte do *Cistema*, era fortemente mascarada por uma falsa ideia de “respeito” por todos em nossa volta. As piadas de cunho ofensivo da vizinhança, que em sua presença a tratavam de forma “cordial”, beirando o: “não tenho nada contra, mas não quero perto de mim”⁸, deixavam para a ausência todo discurso de ódio e repúdio, diante de sua identidade de gênero, constantemente posta à prova.

Curiosamente, uma de suas amigas travestis que também morava no bairro não partilhava desses breves momentos de “cordialidade”. A ela, não sobrava nem mesmo esse falso respeito, restando-lhe, apenas, humilhações intensas e diretas, combinadas com gargalhadas e apontamentos de homens cisgêneros (em especial), que exalavam uma *heteronormatividade* exacerbada, diante daquela com quem à noite, segundo olhares pouco discretos de vigilância e vozes de denúncia, “pulavam a cerca”.

As “línguas soltas” da vizinhança davam conta de que muitos desses homens cisgêneros, considerados “ másculos por natureza” (forma como a qual o *Cistema* heteronormativo constantemente propagandeia a imagem de homens cisgêneros e

⁷O termo *Trans* em itálico será inserido ao longo de nossa escrita, de modo a fazer referência a pessoas não cisgêneras, entre estas, travestis e mulheres transexuais. Vale salientar, porém, que priorizaremos a utilização dos termos travesti e mulher transexual, por entendermos que a afirmação política destas identidades deve ser constantemente reafirmada perante a sociedade, dada a marginalização, estigmatização e abjeção das mesmas em todos os âmbitos. Além disso, a utilização do T em maiúsculo consiste em oferecer uma maior visibilidade a estas identidades que são invisibilizadas dentro do próprio movimento LGBTQIAP+. Lembrando que a sigla LGBTQIAP+ tem por finalidade fazer referência às múltiplas identidades e sexualidades existentes em nossa sociedade: L (lesbiana ou lésbica); G (gay); B (bissexual); T (transgêneros, travestis, transexuais); Q (queer); I (intersexual); A (assexual); P (pansexual); e + (inclui variações identitárias e sexuais outras).

⁸Sobre isso, ver o conceito de *multiculturalismo reacionário* e como este pode ser combatido através do conceito de *tradução intercultural*; em: SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução; Parte III: Democratizar a democracia. In: **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, p.p 13-22, 2016.

heterossexuais⁹) e “bem casados”, com suas respectivas mulheres cisgêneras, mantinham relações sexuais nas “entuca” com as “temidas” travestis e mulheres transexuais.

A relação de “amor” às escondidas e ódio escancarado davam o ar da graça sempre que necessário, a depender da necessidade que a ocasião e os espaços nos quais circulavam demandavam. A vizinhança e os relatos de pessoas *Trans* que o diga¹⁰. A verdade é que, se esse “sair do armário”¹¹ requer um tanto de coragem para enfrentar a institucionalização da violência sofrida por sujeitas (os) cisgêneras (os) consideradas (os) párias pelas normas sociais que nos regem, por não atenderem as demandas do padrão voltado à sexualidade em voga, quem dirá sobre pessoas travestis e mulheres transexuais que de imediato tiram suas “máscaras” e mostram quem são.

Indo de 2012 para meados de 2004, em questão de breves minutos, cheguei à conclusão de que as histórias narradas sobre as *dissidentes* de gênero e sexualidade da sociedade sempre foram tão distantes e tão próximas de mim ao mesmo tempo. Os comentários que em torno delas giravam/giram, são tão conflituosos, que mais parecem fazer parte de uma urgência do discurso que julga, discrimina e zomba sem conhecimento prévio.

Os buchichos da “vizinha fofoqueira” que insiste em falar: “tão bonito, mas é biba”; dos familiares que em tom alarmante ordenam: “engrossa essa voz menino!”; e, dos desconhecidos que violentamente ameaçam esse grupo, com dizeres do tipo: “vou te bater até você aprender a ser homem!”; são extensões de comentários transfóbicos recheados de desprezo e desdém, como os do já mencionado homem cisgênero, com quem cruzei no carnaval olindense.

Buscando, a princípio, partir de uma experiência pessoal no carnaval de Olinda, através de um olhar “desatento” e pouco apurado à curiosidade enquanto estudante de História, recém chegada à academia na época, ou até mesmo de um olhar desprezado de ideais sociais, preestabelecidas, frente a identidade de gênero da professora no Ensino

⁹O termo heterossexual, aqui empregado, corresponde a duas percepções. Uma primeira, que volta-se ao olhar *Cisheteronormativo*, baseado na anatomia humana, ou seja, na diferenciação anatômica entre os corpos que serve para enquadrar quem seria ou não heterossexual (baseado no *status quo*); e, uma segunda, baseada nas experiências de nossas Geni's, colaboradoras ou entrevistadas, que, em sua grande maioria, se autoidentificam enquanto heterossexuais, com base em suas identidades de gênero e não no sexo anatômico, como postulado pelo *Cistema heterossexual* em vigor.

¹⁰Para saber mais sobre a relação existente entre pessoas travestis e mulheres transexuais com homens cisgêneros, ver relatos de: MARILAC, Luísa; QUEIROZ, Nana. **Eu, travesti**: memórias de Luísa Marilac. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020; MOIRA, Amara. **E se eu fosse pura**. Edição revisada e atualizada. São Paulo: Hoo, 2018; SILVA, Hélio Raymundo Santos. **Travesti**: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Relume – Dumará: ISER, 1993; além de nossas Geni's, colaboradoras ou entrevistadas (como veremos logo mais).

¹¹“Sair do armário” ou *coming out*, trata-se de um termo de origem norte americana, de meados de 1970, utilizado a princípio para designar pessoas que assumem sua homossexualidade, podendo se estender, também, para sexualidades e identidades de gênero das mais variadas. Sobre isso falaremos mais adiante.

Fundamental, a autora que vos fala, entende que este olhar desatento que apenas *vê* e que em muito reflete experiências outras, deu lugar ao olhar analítico e de caça que *olha*, filtra, analisa e indaga questões relevantes a historiografia, aflorando as diferenças existentes entre o *ver* e o *olhar*.

O *ver* e o *olhar*, os quais pretendo diferenciar de forma objetiva mais adiante, e que serviram de guia, nessa dissertação, se encarregaram de lançar sobre mim a vontade de trabalhar com temas relacionados a identidade de gênero. Ir e vir no tempo, após experiências sem igual, conectaram-me a lembranças passadas, despertando assim, interesse real para o que de fato ansiava trazer ao debate acadêmico. Enquanto mulher cisgênera e heterossexual (este último com base no discurso propagado pelo *status quo*), precisava reconhecer o “lugar de privilégio”¹² no qual me encontrava/encontro, seja no carnaval, seja no contexto escolar.

Enquanto pesquisadoras (es), precisamos sair do lugar de agentes normatizadoras (es) que in’conscientemente contribuem para as desigualdades existentes em nossa sociedade ao atendermos as necessidades do Cistemaheteronormativo, a partir de discussões que centralizam uma relação pesquisadora (or)/pesquisada (o), com base em modos de análise empíricas, sendo esta (e) última (o) enquadrada (o) no lugar de “objeto de estudo”. O “objeto” dos nossos desejos não pode e não deve ser a exotização do corpo, da identidade e da sexualidade alheia, que, quando não posicionada dentro dos parâmetros determinados, passa a ser bestializada, condicionada à abjeção.

Partindo desse pressuposto e sabendo que nossa função enquanto historiadoras (es) requer bem mais que meras observações, que munida de ferramentas teórico-metodológicas me permiti adentrar no campo historiográfico, problematizando os discursos que giram em torno das consideradas *dissidentes* de gênero da sociedade, através do Trabalho de Conclusão de Curso, defendido junto à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), no ano de 2017¹³, onde fiz um levantamento de todas as matérias veiculadas no *Jornal da Paraíba* no decorrer da década de 1990, acerca de pessoas travestis. Ao fazer isso, constatei uma reprodução e propagação de imagens estigmatizantes em torno destas sujeitas, reduzidas aos estereótipos: “prostituta”, “criminosa” e “aidética”.

A escolha pelo *Jornal da Paraíba*, em específico, se deu após perceber em investigações iniciais resquícios de conservadorismo acerca da identidade travesti. Sabido

¹²Lembrando que meu “lugar de privilégio” se restringe a questões voltadas e identidade de gênero e sexualidade, uma vez que, por ser mulher (ainda que cisgênera), pobre e negra, os marcadores sociais das diferenças me atravessam de forma direta e contínua. Afinal, fazemos parte de uma sociedade sexista, racista, classista, entre outras.

¹³ SILVA, Kaline Leandra Barbosa da. **O Jornal da Paraíba e suas travestis: os estereótipos de ser travesti (1990)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, 2017.

isso, busquei, a partir dessas percepções, compreender a ordem dialética que entrecruza saber-poder, em uma lógica que se orienta no controle de corpos e identidades. Entendendo que a pesquisa demandava olhar para o passado, cheguei à década de 1990, na qual encontrei uma fragmentação¹⁴ maior de imagens negativas voltadas a esse grupo, em decorrência da expansão do vírus HIV/aids.

Os respectivos estereótipos reproduzidos pelo matutino encaixotaram *Existências* travestis, ao apontarem uma suposta *essencialidade* dessas identidades, que, renegadas pela norma, foram/são inseridas no campo da marginalidade. Incubidas de *ser* (o que) e *estar* (onde) o *Cistema* dita, suas vozes parecem ter alcançado uma longevidade sem igual, frente às novas gerações, que, protagonistas de suas próprias *Existências*, cultuam a *Resistência* de suas antecessoras através de suas *(Re) Existências*¹⁵.

A inquietação frente ao material coletado na pesquisa anterior e a frustração por não conseguir trabalhar com a fonte oral, naquele momento, deixaram-me ruminar por anos a necessidade de confrontar estas narrativas, a partir da experiência de pessoas *Trans*, para além de jornais voltados à manutenção daquilo que chamamos de *Cistemaheteronormativo*. É somando-me a estas, enquanto *Resistência*, que passados alguns anos, cá estou eu, na Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), realizando desejos antigos.

Desejos estes que permitem-nos reconhecer a “escassez” de trabalhos no seio acadêmico que contemplem identidades de pessoas travestis e mulheres transexuais. Tal afirmativa se dá com base em uma breve, porém aprofundada pesquisa na biblioteca digital de dissertações e teses da Universidade Federal de Campina Grande, em específico. Em meio a essa “escassez”, no entanto, vale mencionar a dissertação de mestrado em História de Ciro Linhares de Azêvedo¹⁶, defendida no ano de 2015, intitulada “*O amor ainda está aqui*”: *processos de subjetivação, microterritórios e corpos em narrativas de sexualidade em Campina Grande-PB*. Ao falar sobre a travesti Valquíria Montini e a proprietária do primeiro bar gay da cidade de Campina Grande, Maria de Calú, o historiador convida-nos a

¹⁴Sobre isso, observa-se que foram encontradas um total de dezenove matérias publicadas no referido matutino na década de 1980. Por sua vez, a quantidade de publicações em torno de pessoas travestis cresceu consideravelmente na década de 1990, chegando a um total de quarenta e oito matérias. Ou seja, um salto extraordinário, que possibilita concluir que estereótipos degradantes voltados à identidade de pessoas travestis se fragmentaram com mais intensidade naquele período junto ao *Jornal da Paraíba*, em específico.

¹⁵Os termos *Existência*, *Resistência* e *(Re) Existência* refletem bem o sentimento e a postura de nossas Geni's, colaboradoras ou entrevistadas, como veremos logo mais.

¹⁶AZEVÊDO, Ciro Linhares de. “**O amor ainda está aqui**”: processos de subjetivação, microterritórios e corpos em narrativas de sexualidade em Campina Grande-PB. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2015.

explorar as potencialidades das “protagonistas da trama” (forma como a qual ele se refere às colaboradoras).

Ainda sobre o número “ínfimo” de trabalhos voltados ao público TT (travestis e transexuais), vale mencionar a quase ausência destas em espaço acadêmico, enquanto produtoras de conhecimento. Ora, é inegável que o não acesso a estes espaços por parte destas sujeitas inviabiliza uma mudança consistente no sistema de ensino como um todo. Mais que isso, a exclusão destes corpos e identidades no seio social, inviabiliza toda e qualquer mudança que venha a colocá-las como sujeitas de direitos e deveres iguais perante o *satus quo*, negando assim, o lugar de sujeitamento que lhes é imposto.

Seguindo essa linha de raciocínio, *Geni e o Zepelim*, música de autoria do grande Chico Buarque e sua interpretação sem igual, tornou-se fonte de inspiração¹⁷ na escrita dessa dissertação. Isso porque a Geni descrita pelo cantor consegue de forma surpreendente construir o alicerce poético aqui pretendido, já que as Geni's¹⁸ (uma das formas como iremos nos referir as colaboradoras ou entrevistadas aqui presentes) dessa pesquisa conseguem refletir toda a força da música. A pedra lançada em direção a Geni e as exclamações que seguem a frase: *joga pedra na Geni!*, são esboços de nossa realidade, afinal, quantas Geni's não são apedrejadas em nosso país?

Sabido isso, o objetivo central da presente dissertação visa, através da metodologia de uma análise do discurso¹⁹, problematizar os estereótipos “prostituta”, “criminosa” e “aidética” reproduzidos pelo *Jornal da Paraíba* na década de 90 sobre pessoas travestis, em paralelo/confronto à fala de travestis e mulheres transexuais em dias atuais, ou seja, pretendemos ir e vir no tempo traçando semelhanças e divergências, continuidades e discontinuidades entre o passado e o presente, uma vez que, no geral, a cronologia da pesquisa volta-se a história do tempo presente. Ainda sobre os objetivos específicos, estes, giram em torno de evidenciar a realidade de vida de pessoas *Trans*, bem como as consequências destas imagens em suas vidas.

Em outras palavras, pretendemos unir fonte impressa (com a inserção de um total de oito matérias – que englobam questões relacionadas à prostituição, à criminalidade e à transmissão do vírus HIV); e fonte oral (com um total de oito entrevistadas – com idade

¹⁷Além de *Geni e o Zepelim*, as inspirações aqui inseridas atravessam músicas outras, além de livros e frases ditas por autores renomados (ainda que de forma rápida). Isso porque a fixidez de ideias e escritas lineares nos incomoda.

¹⁸Minha referência a Geni enquanto travesti e mulher transexual se dá por reconhecer a ligação existente entre Geni e pessoas *Trans*, no geral, no que tange a marginalização direcionada a estas por parte do *Cistema*, além da ligação direta com a peça *Geni*, protagonizada pela atriz Bi Pinheiro, mulher transexual, que faz o papel da travesti Geni, adaptada pelo ator e diretor André D' Lucca, no ano de 2017.

¹⁹FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

mínima de quinze anos e máxima de trinta e cinco anos), de modo a confrontá-las. Ressaltamos que, das oito colaboradoras, três residem na cidade de Campina Grande, outras três na cidade de João Pessoa e, por fim, duas residem na cidade de Bayeux, ou seja, cidades localizadas em território paraibano (sendo assim, a partir da localização territorial destas, compreendemos que a presente pesquisa tem como recorte espacial o território paraibano).

Contudo, não esqueçamos que a metodologia aqui empregada se orienta pela lógica de pensar que, *interditando, separando e opondo verdadeiro e falso*²⁰, os discursos de uma forma geral compõem a construção de um paralelo pautado em um pensamento maniqueísta da luta do “bem” contra o “mal”. Isso porque, o normativamente aceito pela sociedade, ao firmar em nossas relações o dito “normal”, se opõe de forma explícita ao que considera “anormal”. Nesse sentido, a norma segue uma lógica que nos diz que “antes de nascer o corpo já está inscrito em um campo discursivo determinado”²¹. Campo esse que engloba sexo, gênero e sexualidade.

Ainda sobre a fonte oral, esta será concebida com base nas ideias de José Carlos Sabe Bom Meihy. Uma vez que nos apoiaremos na vertente da história oral temática, por entendermos, assim como o autor, que:

Quase sempre a história oral temática equivale à formulação de documentos que se opõe às situações estabelecidas. A contundência faz parte da história oral temática que se explica no confronto de opiniões firmadas. Assim, por natureza, a história oral temática é sempre de caráter social e nela as entrevistas não se sustentam sozinhas ou em versões únicas. Decorrência natural de sua existência, a história oral pura deve promover debates com redes capazes de nutrir opiniões diversas ou, no caso de história oral híbrida, precisa se mesclar com outras fontes, que, enfim, rebaixam tanto seu uso como código (oral) específico quanto seu valor como documento original. Em geral, a história oral temática é usada como metodologia ou técnica e, dado o foco temático precisado no projeto, torna-se um meio de busca de esclarecimentos de situações conflitantes, polêmicas, contraditórias.²²

Sobre isso, ressaltamos que o critério utilizado para a seleção e análise tanto do material coletado, quanto na escolha das colaboradoras, se deu de forma articulada com as intenções primárias da pesquisa, a partir de um levantamento qualiquantitativo, que se encarregou de agrupar as matérias e narrativas que melhor refletem o arcabouço discursivo dos objetivos subjacentes, uma vez que pretendemos esclarecer uma série de questões até então ocultas pelos discursos reproduzidos pelo periódico.

Para tanto, a pesquisa se ampara em um roteiro de entrevista semiestruturado,

²⁰FOUCAULT, 1996.

²¹BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo** – Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual. 3. ed. Salvador: Editora Devires, 2017, p. 84.

²²MEIHY, José Carlos Sabe Bom. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015, 38-39.

cuidadosamente elaborado, de modo a problematizar questões fundamentais ao trabalho. As perguntas deram vazão a perguntas outras, de acordo com a abertura e troca oferecida pelas entrevistadas, que, em pouquíssimos, quase inexistentes momentos, recorreram a frases como: “não quero falar sobre isso”. Com base nisso, reafirmamos, assim como Azêvedo, que “os discursos de verdade que produzem sobre si, não serão analisados por uma história do conhecimento com finalidade de dizer o verdadeiro ou falso nesses discursos”²³, mesmo porque, “da mesma forma que entrevistador não é policial ou investigador, o entrevistado não é depoente ou investigado”²⁴.

Após a transcrição, o total de laudas na qual chegamos somam exatamente 247 páginas, sendo a primeira transcrição, com 28; a segunda, com 32; a terceira, 43; a quarta, 21; a quinta, 22; a sexta, 36; a sétima, 26; e por fim, a oitava, com 39. Lembrando que as entrevistas ocorreram entre os meses de novembro e dezembro de 2021, após a aprovação do projeto, junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), do Hospital Universitário Alcides Carneiro (HUAC), localizado na cidade de Campina Grande.

Vale mencionar, ainda, que pretendemos abordar toda essa lógica *Cisnormativa* a partir da perspectiva não apenas de pessoas que se autoidentificam²⁵ travestis (como mencionado anteriormente), como também, a partir da perspectiva de pessoas que se autoidentificam mulheres transexuais, além de mulher trans e travesti, por entendermos que os estereótipos traçados, assim, como o ódio implementado pelo *Cistema* no passado e no presente, recai sobre ambas as identidades, “silenciando” e coisificando corpos e identidades consideradas a margem da “normalidade”. Nesse sentido, a validação de suas vozes devem ser percebidas através de seus lugares de fala.

O que é lugar de fala? Nos perguntou, e, nos respondeu a filósofa, escritora, acadêmica brasileira e feminista negra Djamila Ribeiro em seu livro *O que é: lugar de fala?*²⁶. Sobre *lugar de fala*, a autora compreende que “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social”²⁷. Sobre isso, ela nos alerta para o fato de não haver:

[...] uma epistemologia determinada sobre o termo lugar de fala especificamente, ou melhor, a origem do termo é imprecisa, acreditamos que este surge a partir da tradição sobre feminist standpoint – em uma tradução literal “ponto de vista

²³ AZEVÊDO, 2015, p. 19.

²⁴ MEIHY, 2015, p. 20.

²⁵ Sobre o conceito de autoidentificação nos aprofundaremos mais adiante.

²⁶ RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

²⁷ RIBEIRO, 2017, p. 37.

feminista” – diversidade, teoria radical crítica e pensamento decolonial.²⁸

Muito além da ideia de se pensar *lugar de fala*, a partir das experiências individuais, Ribeiro nos oferece reflexões que desestruturam uma unidade, trazendo discussões sobre o poder do discurso, bem como o lugar social que ocupamos dentro da estrutura de poder na qual estamos inseridas (os). Se todas (os) temos um *lugar de fala*, é necessário que este não seja confundido com representatividade, como a própria autora nos mostra, uma vez que

[...] um dos equívocos mais recorrentes que vemos acontecer é a confusão entre lugar de fala e representatividade. Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas brancas e travestis a partir do lugar que ele ocupa.²⁹

Dito isso, a fala e a escrita enquanto mecanismo de acesso à relação saber-poder, terá como função principal, facilitar a compreensão e o acesso aos principais debates ofertados no seio acadêmico para sujeitas (os) fora da academia, por entendermos que a verticalização do conhecimento em sua plena acepção depende conscientemente de pesquisadoras (es) que se disponham a este feito (nesse sentido, nossa escrita por vezes se apresentará de forma fluída, coloquial, uma vez que, intencionamos diluir categorias e conceitos para um maior aproveitamento das ideias), o que faz valer a decisão de que algumas das *Existências* aqui presentes, terão seus conhecimentos intelectuais apresentados como fonte bibliográfica. Isso porque duas de nossas *Geni's* serão utilizadas como referência ao longo desta dissertação.

Seguindo essa linha de pensamento, o diálogo com autoras *Trans*, bem como o cruzamento de informações produzidas por estas, com as entrevistas aqui apresentadas, se mostrarão uma constante. Estes diálogos, também, atravessarão a experiência de vida de colaboradoras de outras pesquisas, uma vez que buscamos montar um mosaico das realidades que se interseccionam de forma direta entre pessoas travestis e mulheres transexuais, enquanto sujeitas de um mesmo grupo.

Com base nisso, confesso que algumas das observações feitas por Guacira Lopes Louro, quanto ao livro de Berenice Bento³⁰, em seu prefácio, muito têm a ver com o trabalho aqui apresentado, afinal, assim como a escrita de Bento, a que aqui segue certamente assume seu posicionamento político, já que “sua disposição política revela-se nas escolhas empreendidas, desde a eleição do tema e a formulação das questões até os procedimentos investigativos e a forma da narrativa. Não há efetivamente, tese ou escrita inocente”³¹, tão

²⁸RIBEIRO, 2017, p. 33.

²⁹RIBEIRO, 2017, p. 47.

³⁰O livro em questão ao qual me refiro, trata-se de: BENTO, 2017.

³¹BENTO, 2017, p. 12.

pouco há leitura neutra.

Sabendo que não há narrativa ou leitura neutra, optamos por trazer ainda na introdução desta dissertação pequenos resumos acerca de como se sustenta nossa escrita, uma vez que reconhecemos ser de total necessidade que as discussões propostas em cada capítulo alcancem de imediato seus objetivos. Ao fazermos isso, as (os) leitoras (es) aqui presentes saberão de antemão o que os espera pela frente, o que, ao nosso ver, facilita a troca entre quem escreve e quem lê.

Sendo assim, esta dissertação estrutura-se em cinco partes (introdução, primeiro capítulo, segundo capítulo, terceiro capítulo e considerações “finais”), sendo essa primeira introdutória, composta por trechos intitulados: *PURPURINAS E PAÊTES: uma introdução a pesquisa (é carnaval!)*; e, “*Ô abre alas que eu quero passar*”: *chegando até elas...* Ambos os trechos intencionam apresentar a dissertação em seu todo, apontando os motivos que me/nos trouxeram até aqui, a metodologia empregada, as fontes utilizadas, entre outras questões, além de explorar detalhes de como cheguei as Geni’s desta pesquisa (como veremos logo em seguida).

O primeiro capítulo: “*CULPADA!*” *Delito: (Re) Existir – Resistir*; ao brincar com as palavras inseridas em seu título, dá um norte para os caminhos traçados nesta dissertação, na medida em que intenciona trazer ao debate a relação existente entre nossas entrevistadas e seus lugares de *Existência*, *Resistência* e *(Re) Existência* ao longo de toda a nossa escrita. Os tópicos *Uma carta a Geni...*; *Um pouco de Geni em mim...*; *Mas afinal, quem é Geni?*; e, “*Ser ou não ser*”: *indo, vindo e mediando as categorias identitárias travesti e mulher transexual*, pretendem introduzir nossas leitoras (es) ao debate, a partir de observações gerais sobre nossas Geni’s, gênero e identidade, já que estas, ao falarem sobre suas identidades com base em suas próprias experiências e percepções, tomam para si a tarefa de desprender-se de rótulos preestabelecidos, indo, vindo e mediando as categorias identitárias travesti e mulher transexual de forma fluída, desapegada.

É se autoidentificando travesti, mulher transexual e mulher trans travesti que as colaboradoras dessa pesquisa fazem cair por terra qualquer tipo de fixidez identitária que venham lançar sobre elas e suas respectivas identidades. O desprender-se de imagens, sejam essas de teor estigmatizante (como no caso dos estereótipos que aqui serão problematizados), sejam estas de teor colonizador (dado o fato do Cistema encaixotar suas subjetividades ao diferenciarem pessoas travestis de mulheres transexuais), contribui de forma satisfatória para a quebra da invisibilidade envolta do modo como estas sujeitas dialogam consigo mesmas. Em outras palavras, a desestruturação sobre as imagens direcionadas sobre seus corpos e

identidades inicia-se no momento em que suas vozes perpetuam seus lugares de fala, dando espaço ao protagonismo de suas *Existências*.

O segundo capítulo: *CARA OU COROA? Os dois lados da moeda*; composto pelo tópico *Cara e Coroa, faces de uma mesma moeda?*; seguido dos subtópicos *A “prostituta” com P de “PROMÍSCUA” versus “A sociedade já carimbou a gente como marginais! Já carimbou a gente como prostitutas, né?”*; *A “criminosa” com C de “CRUEL” versus “Mulheres trans, mulheres travestis, são marginalizadas, o que é diferente de ser marginal”*; e, *A “aidética” com A de “ABERRAÇÃO” versus “[...] primeiro que HIV e aids não é uma doença de gênero*”, objetiva fazer um paralelo/confronto entre os estereótipos “prostituta”, “criminosa” e “aidética” reproduzidos pelo *Jornal da Paraíba* na década de 90 acerca de pessoas travestis, e, a fala de travestis e mulheres transexuais em dias atuais.

O confronto de narrativas busca evidenciar perspectivas outras frente ao tema, partindo de um discurso jornalístico pautado na construção de “verdades absolutas”, para as experiências de vida destas sujeitas. Experiências essas que não podem ser silenciadas, negadas ou jogadas à margem. Ao fazermos isso, propomos reflexões aprofundadas sobre os dois lados da moeda, ou seja, o discurso do já referido jornal e o contradiscurso de nossas *Geni’s*. A exemplo disso, citamos nesse primeiro momento a prostituição compulsória praticada por pessoas travestis e mulheres transexuais como fonte de (sobre) vivência. Seriam elas “prostitutas por natureza”? ou seriam elas vítimas de um *Cistema Transexcludente*?

O terceiro e último capítulo: *FOI DADA A SENTENÇA: marcadas para morrer!*; composto pelo tópico *Entre o passado e o presente (o privado e o público)*; seguido dos subtópicos *“Famílias desajustadas” em “reuniões familiares”*; *“Corpos públicos”: a violência ganha às ruas*; e, *Enquadrando e sendo enquadrada pelo Cistema*, têm por finalidade principal problematizar questões relacionadas a violência verbal, psicológica e física praticada contra pessoas *Trans*, em especial, nossas entrevistadas, tanto em espaço privado (em seus “lares” – pelos familiares que demonizam suas identidades), como em espaço público (nas ruas – pela sociedade que dá forma a violências ainda mais brutais).

É expondo a causa/efeito de um *Cistema necropolítico*³² amparado por um Estado que dita quem vive e quem morre por vias das mais variadas que a relação existente entre travestis e mulheres transexuais com o *status quo* é desmascarada. Para além disso,

³²O conceito de *necropolítica* aqui apresentado têm como base as ideias apresentadas pelo filósofo, teórico político, historiador, intelectual e professor camaronês Achille Mbembe, em: MBEMBE, Achille. “NECROPOLÍTICA”. *Arte e Ensaios*: Revista do ppgav/eba/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016.

enfaticamos, por fim, as *táticas* apreendidas por nossas Geni's para enfrentar as amarras sociais que lhes são impostas, pois é fazendo um contraponto que percebemos que à lógica *Maktub* de Paulo Coelho³³ curiosamente se vê encurralada frente a força de nossas colaboradoras em muitos momentos.

Por fim, as considerações “finais”, intitulada: *O fim que não chegou ao “FIM”*, pretende de modo conciso desenhar as observações principais em torno do trabalho em si, sem deixar escapar a fluidez empregada na escrita. Lembrando que o “fim” abre caminho para pesquisas futuras, isso porque a zona onde fincamos nosso olhar sobre as fontes aqui empregadas (impressa e oral) mostra-se em um caráter muito mais problematizador do que meramente informativo, como veremos logo mais.

Para um maior aprofundamento nas discussões aqui apresentadas, nos apoiaremos em autoras *Trans* como Sofia Favero, Luísa Marilac, Letícia Carolina Pereira do Nascimento, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Thiffany Odara e Amara Moira Rodovalho. Além disso, teremos como base discussões propostas por duas de nossas Geni's, sendo estas Karina Espínola e Kelly Alves. Mulheres cisgêneras lesbianas como Judith Butler e Audre Lord, também farão parte desse processo. Dialogaremos, ainda, com Djamila Ribeiro, Berenice Bento, Joan Scott, Eve Kosofsky Sedgwick, Grada Kilomba, Michel Foucault, Michel De Certeau, James Green, Achille Mbembe, entre outras (os). Isso porque o entrecruzar de categorias e conceitos caros ao debate acadêmico possibilita costuras discursivas capazes de desestruturar a *Cisnorma*, intenção maior desse trabalho.

“Ô abre alas que eu quero passar”: chegando até elas...

As Geni's desta pesquisa exalam *Resistência*. Contudo, confesso que chegar até elas não foi tarefa fácil. As reiteradas e incansáveis tentativas de contato em forma de conversas estabelecidas quando ainda participava do processo de seleção para o mestrado em meados de outubro de 2020, com agentes devidamente capacitadas (os) para um melhor acolhimento do público LGBTQIAP+, a exemplo do Centro Estadual dos Direitos LGBT – Luciano Bezerra Vieira, localizado na cidade de Campina Grande, e da Associação de Pessoas Travestis, Transexuais e Transfeministas da Paraíba (ASPTTRANS), localizada na cidade de João Pessoa, que, a princípio, se mostraram frutíferas, por motivo até então desconhecido, pareciam não mais me ofertar base sustentável o suficiente para a produção da pesquisa.

³³De origem árabe, o termo *Maktub* tem como significado “já estava escrito” ou “tinha que acontecer”. Tal termo é também título de um dos livros do autor brasileiro Paulo Coelho.

Passados alguns meses, ao iniciar trocas de mensagens via redes sociais, através de meu perfil pessoal no *Instagram* com a ASPTTRANS, me foi possível ter acesso ao telefone pessoal de uma das integrantes, com quem falei por cerca de um minuto e cinquenta segundos por telefone na manhã em que dei vida a um diário de campo (no dia 9 de agosto de 2021). A ligação caiu, e logo em seguida retornei de forma insistente, mas não tive êxito. Ainda naquela manhã, percebi que os diálogos estabelecidos e mantidos anteriormente estavam em risco. Não entendia o porque da “recusa”, ainda que esta não se mostrasse formalmente, com frases do tipo: “não tenho interesse”; “não quero participar”, entre outras. Essa “recusa” se dava de forma aparentemente sutil, através de respostas como: “fulana não tá aqui, quando ela chegar eu peço para entrar em contato”; ou, até mesmo, uma mensagem e uma ligação sem retorno.

Negativa após negativa, não demorou muito para perceber que o elo de ligação era frágil, necessitava transparecer que a confiança que tinha a oferecer era concreta. Como uma “luz no fim do túnel”, me veio à mente um dos responsáveis por me indicar os nomes das principais integrantes da ASPTTRANS. Sendo assim, rapidamente, entrei em contato com o Centro de Orientação de Desenvolvimento e Luta pela Vida (Cordel Vida)³⁴, por meio de uma de minhas redes sociais, quando a figura de Otoniel Cavalcante imediatamente entrou em cena.

Oto, forma como a qual passei a me referir a ele posteriormente, dada nossa aproximação ao longo dessa caminhada, foi peça fundamental nesse processo, diria até que principal elo de ligação entre mim e as entrevistadas, uma vez que, este abraçou a causa, se colocando à disposição para ajudar no que fosse preciso. Ao trocarmos telefone, iniciamos uma conversa via WhatsApp, quando ele prontamente me passou o contato de pessoas as quais tinha acesso e que, possivelmente aceitariam o convite para colaborar com a pesquisa.

Mensagem após mensagem, cheguei até Letícia Rodrigues, que instantes após o primeiro contato passou-me o telefone de Karina Espínola. Ambas concordaram em colaborar com a pesquisa, o que causou-me felicidade. A terceira entrevistada, Ster Katilleya, chegou até mim, ou melhor, eu cheguei até ela através de Oto, que em um de seus trabalhos de campo na área central de João Pessoa a conheceu, falou sobre a pesquisa, a convidou e recebeu um “sim” como resposta. Após procurá-la via rede social, esta falou de imediato o quão necessário era para ela falar sobre suas experiências de vida, já que, segundo

³⁴Cordel Vida, trata-se de uma Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos. Fundada no ano de 2005 e localizada na cidade de João Pessoa, esta atua com a finalidade de promoção e defesa dos Direitos Humanos, da cidadania, da diversidade e da equidade, além da garantia dos direitos individuais e coletivos de populações vulneráveis.

a mesma: “a sociedade precisava conhecer um pouco mais sobre elas, para além das imagens negativas”.

Após Ster, as Geni’s que chegaram em seguida (entre elas, três que preferem ficar no anonimato)³⁵, foram indicações de Oto e Karina. Foi Karina, que também, me passou o contato de Talytha Vasconcelos, que, por sua vez, me indicou Kelly Alves, fechando o grupo. Este grupo, no entanto, só se foi possível “fechar” graças as redes de apoio que orientam a relação existente entre pessoas LGBTQIAP+. Após a aceitação de uma delas (Letícia, que mantinha contato com Oto), as indicações acompanhadas de pedidos para que colaborassem com a pesquisa chegaram logo depois, juntamente com frases de aceite, como: “aceito o convite!”.

Tal experiência lembrou-me um dos muitos trechos presentes no trabalho de Azêvedo. Sobre isso, cito o “barrar” de Maria de Calú a um cliente, já que “para frequentar o bar tinha que ser reconhecido por Maria de Calú como do ‘babado’, seria permitido apenas para quem fosse ‘gay’ ou viesse com um amigo que fosse frequentador”³⁶. Embora não seja do “babado” (termo enfatizado por Calú e mencionado pelo autor), o acesso até elas me foi oferecido por quem é. Sendo do “babado” ou não, convido-as (os) a lêrem atentamente a dissertação que aqui segue, inspirada (o) por uma leitura do *olhar* e não apenas do *ver* o que nos foi oferecido, tanto no acervo impresso, como na fonte oral. Dito isto, sigamos!

³⁵O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi devidamente assinado pelas colaboradoras dessa pesquisa (além da responsável por uma destas), que enfatizaram em áudio o desejo ou não pela revelação de seus nomes. Por este motivo, vale mencionar que Letícia Rodrigues, Karina Espínola, Ster Katilleya, Talytha Vasconcelos e Kelly Alves terão seus nomes apresentados conforme solicitado por elas, enquanto três outras entrevistadas terão seus nomes mantidos em sigilo, necessitando assim da utilização de pseudônimos, sendo estes denominados: Rebeca, Paola e Laura.

³⁶AZEVEDO, 2015, p. 94.

CAPÍTULO 1 – “CULPADA!” DELITO: (RE) EXISTIR – RESISTIR

Joga pedra na Geni! Joga pedra na Geni! Ela é feita pra apanhar! Ela é boa de cuspir! Ela dá pra qualquer um! Maldita, Geni!(Chico Buarque)³⁷

1.1 Uma carta a Geni...³⁸

Campina Grande, 18 de outubro de 2021.

Querida, Geni!

Oh, Geni! Quantas exclamações parecem costurar sua *Existência*, como quem busca uma *essência*³⁹. *Essência* em ser punida. Punida por *Existir*, *Resistir* e *(Re) Existir*, em meio à brutalidade social, que lhe é direcionada. Confesso que exclamações me causam inquietações, perturbações e deslocamentos. Deslocamentos que partem do *ver* para o *olhar*, em um piscar de olhos. *Ver* que você, enquanto travesti e mulher transexual, é apontada, apedrejada, marginalizada e demonizada. *Olhar* que a escrita, que aqui se inicia, em grande medida, é desenhada por você e por esse motivo ganha contornos sólidos, com intenções bastante específicas, que giram em torno do falar *com você, para você* e não apenas *sobre você*, que tão frequentemente é tida e descrita por muitos como *ser* abjeto, inerte a sentimentos de humanidade, comuns a qualquer uma (um) de nós.

Que as inquirições, que reforçam a construção de sua *Existência*, como sendo inanimada, empalhada no centro de produções discursivas, que promovem uma exibição “animalesca”, de determinadas (os) sujeitas (os), “se dobrem” a sua fala, que precisa ser escutada e sentida diante de sua *Existência*, *Resistência* e *(Re) Existência*.

³⁷Trecho retirado da canção *Geni e o Zepelim*, composta por Chico Buarque, em 1978. A música em questão também compõe a famosa peça teatral *Opera do Malandro*.

³⁸A carta endereçada a Geni ou as Geni’s, desta pesquisa, é reflexo vivo de como se deram os rabiscos iniciais desta dissertação. Aperfeiçoada, tempos depois, a escrita, que aqui se segue, constrói, em partes, a interação existente entre mim e as Geni’s, colaboradoras ou entrevistadas deste estudo, uma vez que *Uma carta a Geni...* se desprende da agonia de outrora, em imprimir, na própria escrita, a rigidez exigida no seio acadêmico.

³⁹O termo *essência*, *essencialidade*, assim como o termo *ser* aqui empregado será utilizado com grifo, por entendermos que essa pretensa essencialidade direcionada à *Existência* de pessoas travestis e mulheres transexuais inexistente, uma vez que somos todas (os) sujeitas (os) em constante devir, muito embora o *status quo* insista em produzir discursos contrários a isto. O grifo também será utilizado nos termos *Jornal da Paraíba*, *Existência/Existir*, *Resistência/Resistir* e *(Re) Existência/ (Re) Existir*, que norteará todo o debate; além de palavras outras (muitas outras), a exemplo de *ver* e *olhar* e frases como “falar *com você, para você* e não apenas *sobre você*”. Para além disto, as categorias e os conceitos aqui empregados serão marcados pelo uso do grifo. Títulos de livros e artigos mencionados diretamente no corpo do texto; e frases ditas por autores outros (de forma muito rápida, ou seja, sem necessidade de referência bibliográfica) também serão destacadas por meio do grifo.

Nesse sentido, recorro à exorcização de todo e qualquer tipo de rigidez acadêmica, que venha marcar uma futura pesquisa como menos ou mais científica. Que tal rigidez caia por terra! Afinal, as observações feitas por Sofia Favero (além de suas muitas irmãs, com as quais dialogarei exaustivamente, entre elas: Luísa Marilac, Letícia Carolina Pereira do Nascimento, Megg Rayara Gomes de Oliveira, Thiffany Odara e Amara Moira Rodovalho), ao afirmar ser “[...] notável como lançar-se frente a uma perspectiva tida como ‘sentimental’ ou ‘emotiva’ faz com que as abordagens científicas hegemônicas sejam acionadas”⁴⁰, vêm bem a calhar, uma vez que o trajeto percorrido até aqui tem um pouco de mim e, como pouco de mim, mistura-se a você, Geni, transformando-se em muito; muito irei falar, porém, não sozinha.

A mensagem virtual de Sofia adulta para Sofia criança em *Crianças trans: infâncias possíveis*⁴¹ e a carta endereçada às mulheres do terceiro mundo, por Glória Anzaldúa, como mencionado pela própria Favero, acalentam minha alma, que, de coração aberto, sente-se à vontade, ao escrever esta breve e calorosa carta, ansiando lhe convidar a me dar a mão, para que, com o entrecruzar de nossas *Existências, Resistências e (Re) Existências*, uma nova História venha a ser contada, juntamente com as muitas Geni’s que lhe antecedem e lhe precedem, uma vez que as narrativas produzidas *sobre você* (com base na construção discursiva do *Jornal da Paraíba*, na década de 1990) devem ser convertidas em Histórias *com você e para você*, a partir de um olhar historiográfico, que contemple o outro lado da moeda⁴². Isso porque, ao ser declarada “culpada”, pelo delito único de *Existir*, torna-se preciso *Resistir* e *(Re) Existir* em meio à ordem discursiva, de bases *Cisnormativas*, que lhes são direcionadas.

Com carinho, Kaline

⁴⁰FAVERO, Sofia. **Crianças trans: infâncias possíveis**. Salvador: Editora Devires, 2020, p. 35.

⁴¹FAVERO, 2020.

⁴²O outro lado da moeda, referenciado aqui, faz menção ao segundo capítulo desta dissertação, intitulado *Cara ou Coroa? Os dois lados da moeda*, que objetiva problematizar os estereótipos “prostituta”, “criminosa” e “aidética” reproduzidos pelo *Jornal da Paraíba* acerca de pessoas travestis, na década de 1990, em paralelo/confronto com a narrativa das Geni’s, colaboradoras/entrevistadas desta pesquisa, em dias atuais, ou seja, buscamos fazer problematizações a partir de ambas as perspectivas discursivas.

1.2 Um pouco de Geni em mim...

Os muitos Eu's que me compõem, ao fazerem um retorno ao passado, puxaram à memória experiências que facilitaram meu contato com o presente, em interações por vezes diretas, por vezes indiretas, com aquelas a quem chamo de Geni's, tanto no passado, quanto no presente, considerando-as de fundamental importância no esculpir dos tensionamentos aqui pretendidos. As interrogações de Favero, ao questionar “o que pode um texto? O que podemos falar com uma escrita feminina? De quais formas aquilo que escrevemos pode repercutir politicamente?”⁴³, cruzam-me, de forma sufocante, pegam em minha mão e me levam a interrogações outras, já que a pedra lançada contra as Geni's, em suas mais variadas formas, é discursivamente capaz de fazer brotar olhares curiosos ou mesmo inquisitórios.

Os olhos que as veem não as enxergam de verdade, fazendo emergir, conseqüentemente, a diferenciação entre a superficialidade do *ver*, que não ativa em si a necessidade a análise das sensibilidades, tão presentes no *olhar*, a qual me apoio, que, amparado por “lentes de aumento”, busca a todo instante penetrar-lhes o mais intimamente possível, seguindo os conselhos de José Saramago⁴⁴, ao dizer: *se podes olhar vê, se podes ver repara*, descortinando forças, medos, alegrias e tristezas para falar *com elas, para elas* e não apenas *sobre elas* (como mencionado em minha carta endereçada à Geni).

Seguindo-as, esses olhares, intoxicados pelo *modus operandi*, perseguem uma humanidade silenciada, mas nunca silenciosa, haja vista que os ruídos, aqui e acolá, quando juntos se transformam em coros que ecoam em vozes como a de Luísa Marilac (travesti brasileira, nacionalmente conhecida), a qual reforça seu grito dizendo: “eu vivi para que você nunca mais pudesse deixar de ouvir meu grito. SIGO GRITANDO”⁴⁵.

Embalada pelos gritos garrafais de Marilac e inspirada nas Geni's de meu passado, nas que aqui estão presentes e nas leituras, fortemente instigantes, produzidas por figuras de traços intelectuais potentes, que trazem à luz do dia *mulheridades* e *feminilidades* plurais, em seus diversos aspectos, sigo gritando (nesse caso, vale ressaltar mais uma vez, que minha menção ao termo *mulheridades* e não “mulher”, no singular, assim como *feminilidades* e não “feminilidade”, também no singular, tem como base as discussões propostas por Leticia

⁴³FAVERO, 2020, p. 35.

⁴⁴De origem portuguesa, José Saramago trata-se de um escritor mundialmente conhecido, vencedor de prêmios como o Prêmio Camões, além de ser Galardoado com o Nobel de Literatura no ano de 1998. O escritor em questão é também internacionalmente conhecido como sendo aquele que efetivou o reconhecimento da prosa portuguesa.

⁴⁵MARILAC, Luísa; QUEIROZ, Ana. **Eu, travesti**: memórias de Luísa Marila. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020, p.185.

Carolina Pereira do Nascimento – mulher travesti, gorda e filha de Xangô e Oyá, no Candomblé Ketu⁴⁶ – em seu livro *Transfeminismo*⁴⁷, da coleção Feminismos Plurais, coordenada pela filósofa negra Djamila Ribeiro).

A autora em questão parte do pressuposto de pensar a categoria *mulheridades* como forma de “[...] demarcar os diferentes modos pelos quais podemos produzir estas experiências sociais, pessoais e coletivas”⁴⁸, e a categoria *feminilidades*, como meio de entender “[...] os modos pelos quais sujeitas dentro do feminismo dialogam com o que o imaginário social determina como ‘feminino’, e que, a partir desse roteiro cultural, produz cocriações e subversões”⁴⁹.

Dito isso, compreendemos ambas as categorias como parte constituinte de identidades travestis e de mulheres transexuais, que se sentem contempladas com o pertencimento ao gênero feminino, haja vista que as mais variadas formas de se relacionar com as *mulheridades* e com as *feminilidades*, acima explanadas, através das palavras da própria Nascimento, é uma constante, que não deve ser negada, tampouco silenciada.

No geral, seguimos, reforçando a real importância de “[...] demarcar que algumas identidades de gênero se reivindicam dentro de uma vivência das feminilidades, mas não se sentem contempladas na categoria *mulheridades*, como algumas travestis e pessoas não binárias femininas”⁵⁰. Portanto, percebe-se que, seja reivindicando seu lugar de *mulheridades*, seja reivindicando seu lugar de *feminilidades*, as corporalidades de pessoas travestis e mulheres transexuais irrompem a ordem cotidianamente ditada, debruçando-se sobre a cisgeneridade, desmascarando-a, ao passo em que puxa uma a uma de suas camadas, assim como faz um arqueólogo em busca de vestígios, que desmantelem o pré-estabelecido.

É dando um salve para as linhas discursivas que desconstroem a certeza do que nunca teve bases sólidas, que as forjadas verdades *Cistemáticas*, que nos foram exaustivamente direcionadas, cairão por terra, dando espaço a corporalidades de sujeitas travestis e mulheres transexuais insurgentes, que reivindicam seu lugar, saindo de um “não lugar”, esbarrando em contradições, irrompendo a ordem cotidianamente ditada, denunciando e anunciando, aos

⁴⁶Esta é a forma como a qual a autora se autoidentifica. Vale lembrar que as Geni’s aqui apresentadas terão sua autoidentificação preservada e respeitada. Isso porque seguimos a mesma perspectiva discursiva, apresentada por Amara Moira. Sobre isso, ver: RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, 2017.

⁴⁷NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021. (Coleção Feminismos Plurais).

⁴⁸NASCIMENTO, 2021.

⁴⁹NASCIMENTO, 2021, p. 25.

⁵⁰NASCIMENTO, 2021, p. 25.

quatro ventos, que pessoas *Trans* são identidades e corpos *Transexcluídos*, que revestem-se do mais puro ato de vociferar o descontentamento e a revolta acerca do que lhe é atribuído.

Sendo assim, as palavras que aqui se seguem são milimetricamente combinadas com muitas outras, intencionando a construção de códigos que embaralhem as normas, desestruturando e penetrando por entre as fissuras dos destroços daquilo que outrora se julgou “inabalável”. Esses destroços, como troféu a ser erguido ao alto, para uma maior visibilidade, devem ser posicionados no campo do estranhamento, haja vista que, quanto maior a visibilidade, maior também são as chances de que suas vontades de verdade sejam uma a uma investigadas.

Silva⁵¹, em sua pesquisa de campo, na Lapa Carioca, ao analisar as experiências cotidianas de pessoas travestis, que lá “faziam ponto”, em meados da década de 90, deu origem ao livro *Travesti: a invenção do feminino*. De modo informal e direto, este Historiador e Antropólogo vislumbrou horizontes descampados, cheios de fôlego de vida. Ricamente, ele nos traz detalhes dessas vivências, além de indagações e sociabilidades diante dos percalços e da tirania “simbólica” e física direcionadas a elas, o que me faz reiterar que as pedras lançadas contra as Geni’s nada mais são que desdobramentos da sincronicidade existente entre o riso e o ato consumado em si, que, ao se fundirem, transformam-se em atitudes violentas, que assombram *Existências* fora da curva traçada.

Ainda que os assombros sejam muitos, as *Resistências* também são, afinal, as mordanças utilizadas pela escrava Anastácia, referenciadas por Grada Kilomba, em *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*⁵², como sendo a máscara do silenciamento, retratada na obra *Escrava Anastácia*, do pintor francês Jacques Etienne Arago, em 1917, foram jogadas para bem longe, por todas aquelas que foram e ainda serão mencionadas aqui, a exemplo das Geni’s desta pesquisa e de autoras por demais necessárias para a elaboração desta escrita (em especial, autoras *Trans*), ganhando novos ares na estampa da camiseta de Lina Pereira dos Santos, também conhecida como Linn da Quebrada, ao entrar em um dos programas televisivos mais assistidos do Brasil, no ano de 2022 (Big Brother Brasil).

O riso aparente de Anastácia, agora, não mais de máscara, foi “responsável” por celebrar a chegada de uma participante travesti, negra e periférica no programa, após a quebra de um “silêncio” de longos onze anos, desde a eliminação da também participante Ariadna Arantes, mulher transexual, do referido reality, no ano de 2011. Sabendo que tal

⁵¹SILVA, Hélio Raymundo Santos. **Travesti: a invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará: ISER, 1993.

⁵²KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

máscara remonta aquilo que Kilomba reconhece como sendo uma máscara de ferro punitiva, que “simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os “*Outras/os*”⁵³, cabe-nos uma breve reflexão sobre “[...] Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?”⁵⁴.

O silenciamento, imposto pela ordem oficial vigente, durante séculos, e o fortalecimento da categoria do (a) *Outro (a)*, ativada por Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo: fatos e mitos*⁵⁵, é reformulado com base no conceito de *interseccionalidade*, problematizado por Carla Akotirene, no livro *Interseccionalidade*⁵⁶. Tal livro é responsável por discutir questões caras à compreensão e apreensão desse conceito, através dos marcadores sociais das diferenças.

Sabendo disso, não queremos aqui sobrepor uns sobre os outros os marcadores sociais das diferenças, tampouco fazer uma simetria entre mulheres negras e pessoas *Trans*, na medida em que compreendemos que tais marcadores se articulam entre si a todo o tempo, o que nos leva a reconhecer que

[...] os marcadores (raciais, sexuais, étnicos, raciais, corporais, dentre outros) não estão competindo entre si, mas sendo constantemente reordenados de acordo com o contexto a que se dirigem. Dizer isso implica em reconhecer como em certos cenários a raça poderá ser central na dinâmica da opressão, mas que em outros o gênero pode estar mais proeminente.⁵⁷

Se mulheres cisgêneras brancas são postas como sendo a estrangeira ou a *Outra* em comparação aos homens cisgêneros brancos, as mulheres cisgêneras negras seriam, em contrapartida, uma espécie de a *Outra da Outra*, quando se leva em consideração os marcadores sociais das diferenças que as rodeiam, colocando-as em lugares de sujeitamento, como mencionado por Kilomba.

Nesse sentido, resta-nos o seguinte questionamento: se as mulheres cisgêneras brancas seriam a *Outra*, as mulheres cisgêneras negras seriam a *Outra da Outra*, quem seriam as pessoas travestis e as mulheres transexuais nesse contexto, quando suas identidades são negadas, suas sexualidades são questionadas e suas *Existências* são apagadas?

⁵³KILOMBA, 2019, p. 33.

⁵⁴KILOMBA, 2019, p. 33.

⁵⁵BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

⁵⁶AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polén, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

⁵⁷FAVERO, 2020, p. 34.

1.3 Mas, afinal, quem é Geni?

As Geni's desta pesquisa são múltiplas em suas potentes *Existências*, *Resistências* e *(Re) Existências*. Como tela viva em andamento, passível de mudanças, suas identidades e corpos, massacrados e atravessados por discursos *Transexcludentes*, desnudam-se de nossas vontades e expectativas, frente às negociações estabelecidas entre *disciplina*⁵⁸ e *antidisciplina*⁵⁹.

A valoração da cisgeneridade compulsória agride dia e noite suas *Existências*, que, retorcidas e encurraladas ao serem interrogadas, passam a lançar interrogações sobre a *Cisnorma*, a partir do questionamento de construções discursivas, subsidiadas pelo Estado (em suas mais variadas facetas), que, diante de sua inoperância, reflete uma intencionalidade, mesclando uma violação de direitos básicos em nossa sociedade com a violência em demasia, praticada contra travestis e mulheres transexuais.

Uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete e oito (oito entrevistadas ao total) podem ser chamadas por seus nomes de registro, sociais ou por pseudônimos, a depender de suas vontades, que foram rigidamente seguidas, já que uma a uma das Geni's que aqui estão carregam consigo experiências de vida marcadas pela intolerância que as assola.

As agruras registradas, em forma de narrativa, nos reportam à dureza de batalhas travadas cotidianamente com o *Cistema*, a partir do cruzamento de experiências que “conversam” uma mesma língua entre si. Os discursos, que sobre elas foram reproduzidos (a exemplo dos discursos do *Jornal da Paraíba*, na década de 1990), são colocados à mercê de debates que desestruturam suas bases, fazendo emergir discursos outros, ao passo que suas próprias experiências são postas a mostra.

Seja nos palcos, onde a arte de interpretar alcança realidades diversas; seja nas pistas, onde a (sobre) vivência conversa com o perigo da escuridão, na relação com o Oco⁶⁰, o cliente e a polícia; seja no ambiente escolar, onde a transfobia se mostra latente, em atitudes que acabam por afastar muitas destas do contexto educacional, impossibilitando o acesso ao mercado de trabalho; seja na academia, onde os discursos se veem confrontados com a realidade externa dos muros que lhes rodeiam; seja a partir da relação com a família, amigas (os) e a sociedade, as travestis e mulheres transexuais demonstram que o simples fato de *Existir* causa um verdadeiro “ofurô” na sociedade da “moral e dos bons costumes”,

⁵⁸FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. São Paulo: Editora Vozes, 2015.

⁵⁹CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: artes de fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

⁶⁰De acordo com o dicionário Pajubá, o termo Oco significa homem. Tal palavra é bastante utilizada entre os membros da comunidade LGBTQIAP+, em especial, travestis e mulheres transexuais.

que não se presta à fineza de “desinventar” o ódio, a desinformação e a exclusão da qual se alimenta.

Com idades entre 15 a 35 anos, na época das entrevistas, realizadas no ano de 2021, o perfil de nossas Geni's, colaboradoras ou entrevistadas quanto à autoidentificação de suas identidades de gênero, varia, sendo estas: travestis, mulheres transexuais, além de mulher trans e travesti. Sobre a autoidentificação e como esta é utilizada com base em mecanismos de *Existência e Resistência*, por parte de pessoas *Trans*, citamos a travesti, doutora pela Unicamp, escritora e “putafeminista”⁶¹, Amara Moira Rodovalho, pois esta pontua que

O foco na auto-identificação reforça a ideia de que só se necessita explicar aquilo que cruza a linha, nunca aquilo que não cruza, que deixa de cruzar. Não cruza ou deixa de cruzar? A dúvida pode parecer gratuita, mas a segunda expressão lança luzes sobre o quanto há de escolha nesse não-cruzamento, o quanto esse não-cruzamento pode dever-se à natureza transfóbica de nossa sociedade – o mundo visto pelos nossos olhos.⁶²

Para além das observações feitas pela autora supracitada, acerca da ideia de autoidentificação e como esta legitima o modo como nossas colaboradoras se reconhecem, evidenciamos, ainda, que o elo comum entre elas, ao se ramificarem em diversas direções, aponta a cirurgia de transgenitalização⁶³ como um mero detalhe, já que nenhuma das Geni's desta pesquisa se submeteu a esse procedimento.

Tais questões apenas nos levam a debates recentes, apontados por Nascimento, que nos revela que “não por acaso, a militância criou expressões como ‘mulher de pau’ e ‘homens de buceta’ para enfatizar que muitos corpos trans não possuem relações de repulsa com seus corpos”⁶⁴. Indo além, a autora faz um alerta para as (os) pesquisadoras (res) de plantão, ao afirmar que:

Por isso, é importante atentar para as inúmeras possibilidades de relação que as pessoas transgêneras possuem com suas corporalidades. Assim, construir discursos universalizantes é uma limitação que precisa ser superada: homens e mulheres transexuais e travestis, travestis e pessoas não binares fabricam-se de formas diversas. Tomar hormônios e fazer cirurgias são possibilidades – o que temos em comum é o questionamento da ordem sexo-gênero-desejo⁶⁵.

⁶¹Forma como a qual a autora em questão se autoidentifica.

⁶²RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. *Estudos Feministas*, v. 25, n. 1, p. 365-373, 2017, p. 368-369.

⁶³A cirurgia de transgenitalização, redesignação sexual ou neofaloplastia, popularmente conhecida como cirurgia de mudança de sexo, foi realizada no Brasil, pela primeira vez, no ano de 1970, pelo médico Roberto Farina, que, na época, respondeu pelo crime de lesão corporal pelo procedimento. Para saber mais sobre, ver: AZEVÊDO, Ciro Linhares de. **“O amor ainda está aqui”**: processos de subjetivação, microterritórios e corpos em narrativas de sexualidade em Campina Grande. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2015. Além de FAVERO, Sofia. **Crianças trans: infâncias possíveis**. Salvador: Editora Devires, 2020, p. 35.

⁶⁴NASCIMENTO, 2021, p. 151.

⁶⁵NASCIMENTO, 2021, p. 152.

Nossas entrevistadas residem, atualmente, em cidades como João Pessoa, Bayeux e Campina Grande⁶⁶. Embora consideradas cidades interioranas, estas são vistas por pelo menos cinco de nossas Geni's (as que residem nas respectivas cidades) como centros urbanos, uma vez que tanto Campina Grande quanto Bayeux se posicionam estrategicamente próximas à capital (João Pessoa), possibilitando, assim, um acesso maior a variados espaços de sociabilidade, voltados à comunidade LGBTQIAP+.

Dito isso, faremos agora as devidas apresentações. A primeira Geni, a quem reconheço como a “reencarnação” de Bibi, dada sua atuação no espetáculo *Eternamente Bibi*, onde faz uma homenagem, através da arte do transformismo, ao centenário da apresentadora, atriz, diretora brasileira, cantora e compositora Bibi Ferreira, é dona de performances variadas, tem o nome social de Letícia Rodrigues e é natural de João Pessoa, cidade onde reside.

Com trinta e cinco anos, ela, que se autoidentifica mulher trans, iniciou sua transição recentemente no aniversário de trinta e cinco anos. Se autodeclarando parda, esta possui Ensino Médio completo, é atriz, diretora, produtora, artista, educadora e atual gestora do Teatro Ednaldo do Egyp⁶⁷. Gêmea idêntica, a colaboradora, juntamente com seu irmão, encarna personagens de renome no cenário artístico paraibano, através dos pseudônimos Diet e Light, além de inúmeros outros personagens, a exemplo de Herodias, mãe de Salomé, encenada na Paixão de Cristo de João Pessoa, no ano de 2022.

Figura expressiva e de energia singular, Letícia me recebeu de braços abertos em uma manhã ensolarada, no teatro mencionado, por volta das 10 horas da manhã, após uma “ajudinha do cosmos”, já que, segundo ela, no dia anterior à minha chegada, acendeu uma vela e fez preces, para que algum tipo de ajuda financeira lhe fosse destinada, para os gastos com o transporte até o local marcado para a entrevista, o que se concretizou, pois

[...] do nada liga uma pessoa: você pode jogar cartas pra mim? abrir cartas? Que eu abro cartas do baralho cigano, essas coisas, sabe? Só que eu não cobro. Não cobro! Tudo meu é gratuito, já ganhei muito do cosmo, só que ontem eu precisava cobrar (nesse momento, a colaboradora ri), porque eu precisava vim pra o teatro e foi muito bom isso, porque, conversando com a menina, eu disse: meu amor, eu sou bem honesta com você. Eu vou abrir pra você, mas eu não cobro, mas eu tô precisando ir pra o teatro, sabe? (nesse momento, a colaboradora ri mais uma vez). [...] E, ontem, eu ganhei o meu trocado pra vim pra o teatro (Ednaldo do Egyp⁶⁸), pra te receber⁶⁸.

⁶⁶Vale ressaltar que elas são naturais de cidades localizadas em território paraibano, a exemplo de João Pessoa, Campina Grande, Puxinanã e Serraria.

⁶⁷Inaugurado em 27 de março de 1995, o Teatro Ednaldo do Egyp⁶⁷, localizado na cidade de João Pessoa-PB, foi fundado pelo ator pessoense Ednaldo Gonçalves do Egyp⁶⁷ – falecido em 18 de abril de 2012 – com a ajuda de amigos. Atualmente, a parceria entre os herdeiros do teatro com a Prefeitura de João Pessoa, desde o ano de 2007, possibilitou a transformação deste em um Centro de Arte e Cultura Municipal.

⁶⁸Trecho da entrevista concedida por Letícia Rodrigues, no Teatro Ednaldo do Egyp⁶⁸, localizado no Bairro de Manaíra, na cidade de João Pessoa-PB, em 29 de novembro de 2021, com início às 11h25min, com duração de 1 hora, 27 minutos e 8 segundos (sem interrupção), p. 17.

Também com a ajudinha do cosmos, naquele mesmo dia, recebi, no teatro, a segunda Geni, de nome de registro Karina Espínola. De uma beleza estonteante, a entrevistada, com seus trinta e um anos, esbanjou carisma e simpatia em nosso reencontro. Penso que o contato estabelecido com ela, desde o dia 9 de agosto de 2021, por meio de mensagens trocadas, via *Instagram* e *WhatsApp*, facilitou o processo, uma vez que, ao instituir certa constância em nossos debates acerca de questões relacionadas à comunidade LGBTQIAP+, fui presenteada com um ingresso para prestigiar o Miss Campina Grande Gay 2021 (onde fui acompanhada de minha mãe), realizado no Teatro Severino Cabral, em 22 de outubro de 2021, na cidade Campina Grande, momento em que tive a oportunidade de conhecê-la pessoalmente.

Formada em Jornalismo, Karina, que se autodeclara parda, trabalha como editora e produtora da TV Band Manaíra, colunista voluntária da Redação N7⁶⁹, vendedora ambulante de produtos destinados à comunidade LGBTQIAP+, Coordenadora do Miss Trans Paraíba, além de Produtora de Eventos e Criadora de Conteúdo Digital na internet. Com um canal no YouTube⁷⁰, que carrega seu nome, esta, foi eleita Miss Paraíba Gay 2008, Miss Trans Paraíba 2020-2021, sendo também a 4º colocada no Concurso Miss Brasil Trans 2021, sediado na cidade de São Paulo-SP.

Natural de João Pessoa, cidade onde reside, Karina, que se considera mulher trans e travesti, faz a seguinte declaração: “Então, eu me considero uma mulher trans, não redesignada, e também me considero travesti. Me considero os dois. Só que eu me autoafirmo mulher trans”⁷¹. Se auto afirmando ou se autoidentificando mulher trans, sem abrir mão da categoria identitária travesti, a Geni em questão iniciou sua transição por volta dos dezessete anos de idade.

Quanto a trabalhos anteriores, ela fala que atuou como garota de programa em cidades onde residiu, como São Paulo e Curitiba. Após retornar à cidade natal, prestou vestibular, passou e decidiu sair da prostituição, pois, segundo ela, “Eu quis optar sair da prostituição por eu não me sentir mais bem. Eu não me sentia feliz, eu tava chorando muito, então eu tive que sair daquilo pra poder enfrentar uma outra realidade, essa do mundo acadêmico”⁷².

A prostituição que Karina menciona pode ser sentida, brutalmente, pela terceira Geni, que se autodeclara negra, se autoidentifica travesti, tem vinte e sete anos e carrega o nome

⁶⁹Para saber mais sobre a coluna de Karina, no Portal N7, ver: https://portaln7.com.br/tdb_templates/karina-espino-la-portal-n7/

⁷⁰Para saber mais sobre o Canal, acessar: https://www.youtube.com/results?search_query=karina+espino-la

⁷¹Trecho da entrevista concedida por Karina Espínola, no Teatro Ednaldo do Egypto, localizado no Bairro de Manaíra, na cidade de João Pessoa-PB, em 29 de novembro de 2021, com início às 14h30min, com duração total de 1 hora 45 minutos e 39 segundos (com interrupção). Primeira parte de 33 minutos e 52 segundos; segunda parte de 1 hora, 11 minutos e 47 segundos, p. 9.

⁷²ESPÍNOLA, 2021, p. 18.

social de Ster Katilleya. Natural de João Pessoa, considerando-se uma “guerreira”, de jeito carismático e olhar doce, Ster tem nível superior incompleto (na área de Turismo). Trabalhando no ramo da prostituição desde os doze anos de idade, a colaboradora, que é trigêmea e “pai biológico”⁷³ de dois filhos, é fruto da traição de seu pai biológico com uma profissional do sexo. A mãe adotiva e ex-esposa de seu pai é aquela por quem ela nutre uma verdadeira adoração, além de tratá-la com carinho, respeito e admiração.

Se autoafirmando travesti, aos dezoito anos, momento em que iniciou sua transição, a entrevistada menciona o fato de sua identidade de gênero ter sido um choque para a família, que, a princípio, pensou que “[...] não ia passar de carnaval. Foi tempo de carnaval (a entrevistada me olha e ri de forma contida nesse momento)”⁷⁴. O riso contido de Ster, sua narrativa diante de mim, acerca de memórias longínquas, parecia me dizer algo, para além do dito.

Me dizia que as performances de gênero, constantemente exploradas em período carnavalesco pelas (os) folionas e foliões, como observadas na introdução desta dissertação, correspondem, também, ao momento em que pessoas travestis e mulheres transexuais (a exemplo de Ster) se desnudam em suas verdades, dos pesos desnecessários, direcionados a estas, por uma sociedade que, para existir, se vale de artimanhas de extremo interesse aos guardiões dos gêneros e das sexualidades, em sintonia com a *Cisheteronormatividade*, a qual, em dias “normais”, aquém do contexto carnavalesco, reafirma a completa aversão às/aos sujeitas (os) fora da norma (o que não significa dizer que, em período carnavalesco, essa aversão não se mostre).

Os risos descontraídos, diante de tais lembranças, são estrategicamente posicionados; em sua memória, que não nega a importância do contexto carnavalesco, na construção de seu *ser*, isso porque a “metáfora da vida como um teatro”, do *humor camp*, que consiste em intervenções artísticas e territoriais, por meio de “atitudes debochadas, subversivas, liminares, ambíguas, em que as dicotomias de gênero e sexualidade têm suas fronteiras borradas como forma de afrontamento e questionamento de ideologias hegemônicas e poderes autoritários”, como problematizado por Marcos Aurélio da Silva⁷⁵, “deu vida” a uma identidade de gênero, apresentada a ela em sonho.

⁷³Trecho da entrevista concedida por Ster Katilleya, em sua residência, localizada no Bairro do Varadouro, na cidade de João Pessoa-PB, em 30 de novembro de 2021, com início às 10h45min, com duração total de 1 hora, 53 minutos e 39 segundos (com interrupção). Primeira parte de 14 minutos e 55 segundos; segunda parte de 1 hora, 38 minutos e 44 segundos, p. 14.

⁷⁴KATILLEYA, 2021, p. 13.

⁷⁵SILVA, Marcos Aurélio da. Tatuagem, deboche e carnaval: algumas reflexões sobre a política Lgbt contemporânea a partir de uma antropologia do cinema de uma festa que não existe mais. **III Seminário Internacional Desfazendo Gênero**, Campina Grande, p. 53-71, 2017, p. 54.

Os sonhos revelados, não mais como segredo a ser guardado a sete chaves, são vestígios de uma vontade de *ser* e *Existir* para o mundo, que sempre esteve ali protegida e que não mais deveria estar. O sonho revelado agora repousava na certeza de que seus desejos, antes “escondidos”, reverberavam não apenas no carnaval, mas no dia a dia de uma Ster que deixou no passado seu nome de batismo e todas as certezas que tinham sobre ela, ao conectarem sexo e gênero. É fazendo o inverso, desconectando sexo e gênero, que ela se encontra, mesclando vontades antigas, presentes em sonhos, com a realidade.

Para além disso, tais risos, mencionados logo acima, e que muito me falaram, são reflexos do orgulho envolto dela, que se deixa transparecer, ao falar sobre a aceitação de seus pais, que não se intimidaram com as cobranças de parentes próximos naquele momento, estendendo a ela o apoio tão desejado e, por vezes, negado a travestis e mulheres transexuais, por parte de familiares.

Ster, que é “cigana” (termo utilizado por ela), morou em estados por todo o Brasil, além de todos os estados da região Nordeste. A Geni, ou colaboradora em questão, também morou em países, como: Argentina, Colômbia, Peru e Bolívia, já que o trabalho como profissional do sexo requer dela compromisso quanto à constante necessidade de mudar de cidade, tendo em vista que, como sinalizado, isso se dá:

[...] porque a gente que trabalha com prostituição tem que... é carne nova. Onde a gente chega, a gente faz dinheiro, depois de um tempo, não tá fazendo mais dinheiro, a gente tem que girar, tem que ir pra outro lugar. Aí, tem que submeter a outras culturas, a outro sotaque, é vida de cigano, né? como alguns fala⁷⁶.

Essa submissão, destacada por Ster, assim como o termo carne, são responsáveis por fazer emergir, em seus relatos (e nos das demais entrevistadas), uma consciência “adormecida” que a assombra, por entre as palavras, por vezes de forma “sutil”, por vezes de forma escancarada. Isso porque, ao empregar tais termos em sua narrativa, ela constrói, objetivamente, o modo como o *Cistema* a enquadra, a partir de linhas discursivas, que “reduzem a pó” sua (as) *Existência* (as).

Essa consciência “adormecida” não vem à tona por acaso, uma vez que ela é intencional. Embora não pareça, as palavras “soltas”, ditas por ela, dizem muito; dizem que a força dessas imagens, projetadas sobre ela própria, assim como sobre pessoas travestis e mulheres transexuais, resultam de narrativas que, aparentemente, julgam-se “neutras”.

Foi percebendo que essas *Existências* – “reduzidas a pó” – *Resistem*, que chegamos a quarta Geni, a quem chamaremos de Paola, dado o fato desta ter optado por não ter seu nome

⁷⁶KATILLEYA, 2021, p. 5-6.

divulgado (nesse caso, não ter o nome social identificado). Natural da cidade de João Pessoa, residindo na cidade de Bayeux, município localizado na região metropolitana de João Pessoa, há nove anos, a entrevistada que mora com a mãe e o padrasto, revela ter uma relação harmoniosa com a família (exceto com o pai, com quem não tem contato).

Paola, que se autoidentifica mulher trans e se autodeclara parda, tem vinte e quatro anos, possui Ensino Médio incompleto e iniciou sua transição aos poucos; segundo ela, quando também, aos poucos, sua família a aceitou. Sobre a forma como se autoidentifica, a entrevistada faz a seguinte reflexão: “Eu tenho uma alma de mulher. Eu nasci no corpo errado. No corpo errado mesmo! Eu não me identifico como homem, de jeito nenhum. Até quando eu era criança, eu já queria ser mulher. Minha alma sempre foi de mulher!”⁷⁷.

A afirmativa de Paola, ao rememorar a própria infância, bem como sua percepção acerca de si mesma, que, enfaticamente, exclama seu lugar no mundo, buscando, ao redor (em mim), validação sobre quem é, se entrecruza com a ideia de que

quem se identifica se identifica com alguém, mas esse identificar-se não é unilateral, “sua palavra contra a minha”, “sua palavra basta”. O grupo que nos identificamos terá que minimamente reconhecer a legitimidade dessa nossa identificação (assim como os demais atores sociais) ou, então, o que temos a dizer sobre nós, sobre o que somos, não terá nenhuma valia.⁷⁸

A validação da narrativa dela – que se autoidentifica como mulher trans – ao ser automaticamente legitimada por mim, em conversas antes de iniciarmos a entrevista, foi também legitimada pelos presentes, no espaço onde realizamos a conversa em questão. Tal legitimidade, no entanto, necessitava ser apreendida por todos, para além dos muros que nos cercavam, ainda que através da retificação de seu nome, desejo antigo, que amenizaria constrangimentos ainda maiores, relacionados à dificuldade em ter acesso ao mercado de trabalho, segundo ela.

As atitudes contidas, frente a mim, naquele momento, pareciam conversar com uma timidez impressionante. Isso porque nos vimos pela primeira vez no dia da entrevista, já que o contato estabelecido com ela e com Rebeca (da qual falarei logo em seguida), se deu de forma relativamente tardia, através de um amigo próximo de Oto, com quem estive durante toda aquela tarde, após a entrevista de Ster. Toda essa timidez, no entanto, foi embora, passados alguns poucos minutos, após o término da entrevista, quando retornamos à sala inicial do local, momento em que encontramos a quinta entrevistada, a quem Paola considera

⁷⁷Trecho da entrevista concedida por Paola, em local que preferimos não divulgar, localizado na cidade de Bayeux-PB, em 30 de novembro de 2021, com início às 16h08min e com duração total de 53 minutos e 11 segundos (sem interrupção), p. 6.

⁷⁸RODOVALHO, 2017, p. 368.

uma grande amiga.

A quinta Geni, que carrega consigo uma beleza inquietante, parecia me falar, ainda que em silêncio, que a timidez, antes apresentada por sua amiga (Paola), seria superada ali, através dela. Preferindo não ser identificada (nesse caso, não ter o nome social divulgado), sendo assim chamada de Rebeca, a colaboradora em questão se autoidentifica mulher trans e se autodeclara parda.

Residindo atualmente na cidade de Bayeux, Rebeca, que tem quinze anos de idade, sendo a mais jovem entre todas as entrevistadas, é natural da cidade de João Pessoa (vale ressaltar que a entrevista foi realizada com a devida autorização de sua mãe, seguindo todos os protocolos do Comitê de Ética).

Esta iniciou a sua transição em meio à pandemia do Novo Coronavírus⁷⁹, quando, ao se afastar da escola, onde fazia o 9º ano – por motivos relacionados à pandemia – descobriu sua identidade de gênero. Sobre isso, ela faz o seguinte relato:

Descobri depois que as aulas pararam, que eu tive mais tempo pra pensar, que eu tinha muito medo quando... Da escola! Tinha muito medo de me assumir e ter que ir pra escola, enquanto eu me organizava e tal, que eu não tinha muitos amigos na escola, então, tinha muito medo. Aí, depois que as aulas pararam, eu tive mais tempo pra pensar e me descobri. Depois que eu me descobri, eu contei logo a minha mãe, ninguém sabia de mim, só uma amiga minha. Depois que eu me descobri, eu contei logo a minha mãe.⁸⁰

Sendo filha de pais divorciados, o medo inicial, da Geni em questão, quanto à aceitação de seus familiares, assim como o temor decorrente de possíveis violências, por parte de membros e colegas da escola onde estudava, mostrou-se visível em muitos momentos. O ambiente escolar⁸¹, trazido em sua narrativa, é descrito como um espaço capaz de trazer à tona discursos violentos.

Desse modo, foi encarando o *Cistema*, frente a frente, em especial, no que tange ao contexto educacional, que a sexta Geni, que tem o nome de registro de Kelly Alves, apresentou-se a mim. Natural da pequena cidade de Puxinanã, residindo, atualmente, em Campina Grande, a entrevistada é graduada em Serviço Social, pela Universidade Paulista; mestranda em Estudos de Gênero, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social,

⁷⁹Desde dezembro de 2019, o mundo vem sofrendo perdas inestimáveis diante da Pandemia do Novo Coronavírus, que, registrando seus primeiros casos na cidade de Wuhan, na China, vem dizimando milhões de pessoas em todo o mundo.

⁸⁰Trecho da entrevista concedida por Rebeca, em local que preferimos não divulgar, localizado na cidade de Bayeux-PB, em 30 de novembro de 2021, com início às 17h20min, com duração total de 48 minutos e 47 segundos (sem interrupção), p. 6-7.

⁸¹Sobre isso nos aprofundaremos mais adiante, assim como nos aprofundaremos, também, sobre o tema mercado de trabalho para pessoas *Trans*.

da Universidade Estadual da Paraíba; e tem uma especialização em andamento sobre Serviço Social e Gestão de Políticas Públicas.

Kelly, que se autoidentifica mulher trans e se autodeclara parda, no auge dos seus trinta e três anos, demonstra uma notória facilidade em se articular com as palavras, uma vez que apresenta certa intimidade com conceitos caros ao meio acadêmico e aos Estudos de Gênero e Sexualidade. Sustentando-se financeiramente com uma bolsa de estudos, disponibilizada pela referida universidade, o vínculo com o mercado de trabalho, segundo ela, que trabalhou no comércio de Campina Grande, durante alguns longos anos, foi quebrado com a chegada da pandemia do Novo Coronavírus. Sobre isso, ela, que também possui o curso de Técnica em Enfermagem, comenta que

[...] em relação a voltar ao mercado de trabalho, eu tenho muitas dúvidas e muitas questões, como eu falei, e vou até repetir, como eu falei, né? que permeia essa minha experiência de que não há empregabilidade pra pessoas trans. Que não é só você ter título, não, porque título, né? muitas pessoas tem aí... conhecimento. Mas não é só isso. Eu percebi, perfeitamente, depois que eu terminei a graduação. Quando você tá na graduação, é uma coisa, quando você tá no estágio, é outra coisa. Eu também sou Técnica em Enfermagem, mas eu nunca consegui colocação na área também, e você fica muito naquela questão de: por que é que eu não consigo?⁸²

Morando sozinha em um pequeno, porém, aconchegante apartamento, no bairro do Monte Santo, Kelly, que já atuou como profissional do sexo, lamenta o fato de travestis e mulheres transexuais se submeterem a tal profissão, por falta de opção, haja vista a ausência de oportunidades, como retificado por ela mesma, logo acima, que atenta às necessidades inerentes à comunidade da qual faz parte, se esforça fazer a diferença no meio acadêmico, ao trabalhar com temáticas que possibilitem um novo olhar sobre essas *Existências*.

Dessa forma, não foi por acaso que a aceitação por parte da colaboradora, em participar da pesquisa, em muito se deu pela necessidade de construir novas narrativas em torno de pessoas *Trans*, uma vez que a estigmatização e consequente marginalização dessa população é uma realidade que precisa ser dissipada, ainda que aos poucos. Falar sobre si mesma, assim como falar sobre pessoas travestis e mulheres transexuais, como um todo, é, para ela, algo intencional, visto que todo discurso o é, e como agente produtora de conhecimento, que tem acesso a essas encruzilhadas discursivas, Kelly não foge à regra e toma o direito de falar sobre si e sobre aquelas com as quais se identifica.

Foi sentindo essa necessidade, também, que a sétima Geni, que não quer ser identificada (não quer ter o nome de registro divulgado) e que será aquela a quem chamarei de

⁸²Trecho da entrevista concedida por Kelly Alves, em sua residência, localizada no Bairro do Monte Santo, na cidade de Campina Grande-PB, em 10 de dezembro de 2021, com início às 13h59min, com duração total de 1 hora, 35 minutos e 51 segundos (sem interrupção), p. 6-7.

Laura, chegou até mim. Natural da cidade de Serraria, pequeno município localizado no brejo paraibano, a Geni em questão, de trinta e um anos, que se autoidentifica mulher trans e se autodeclara parda, iniciou sua transição aos treze anos de idade.

Laura reside na cidade de Campina Grande, desde 2019, quando lhe foi garantida uma oportunidade de emprego, através de um amigo próximo. Com Ensino Médio completo, concluído a duras penas, haja vista as constantes violências sofridas; a dor, demonstrada por ela, em muitos momentos, no decorrer da entrevista, parecia se apagar, diante de uma felicidade inexplicável, ao falar sobre a união estável, que mantém com um homem cisgênero, desde sua chegada à cidade.

A felicidade, mencionada logo acima, foi também percebida ao me encontrar com a oitava e última Geni, que tem como nome de registro Talytha Pereira Barbosa, mas prefere ser chamada de Talytha Vasconcelos. Com trinta e um anos de idade, a entrevistada, que se autoidentifica travesti, se autodeclara parda e é natural da cidade de Campina Grande, reside no bairro de José Pinheiro, mora sozinha, tem uma relação relativamente amigável com os familiares e é ex-profissional do sexo. Atualmente ela atua como “[...] assistente de atendimento na coordenação LGBT, que é ligada à Secretaria de Assistência Social da SEMAS, da prefeitura de Campina Grande⁸³”, há cinco anos, quando resolveu aceitar o convite do coordenador do espaço, para integrar a equipe.

Passando pelas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, entre outras, dada a constante necessidade de tais deslocamentos, por motivos relacionados a sua antiga profissão (profissional do sexo), Talytha, que tem o Ensino Médio completo, iniciou sua transição por volta dos dezessete, dezoito anos de idade, quando resolveu sair de casa e experienciar sua identidade de gênero de forma livre e independente.

Espontânea em suas atitudes, sua comunicação e simpatia chamaram atenção, uma vez que seus relatos refletem a sintonia existente entre ela e as lutas travadas no seio da comunidade LGBTQIAP+. Sua passagem pela Coordenação LGBT, da cidade de Campina Grande, requer dela um entendimento aprofundado sobre questões relativas às necessidades das (os) usuárias (os) do espaço, a quem ela acolhe com todo carinho. Sua dedicação e aparente envolvimento com a causa são substratos que contribuem e muito para o fortalecimento de vínculos entre ela e colegas de trabalho, refletindo na harmonia do espaço.

⁸³Trecho da entrevista concedida por Talytha Vasconcelos, em seu local de trabalho (Espaço LGBT de Campina Grande), localizado em área central, na cidade de Campina Grande-PB, em 17 de dezembro de 2021, com início às 11h42min, com duração total de 1 hora, 35 minutos e 14 segundos (com interrupção). Primeira parte de 1 hora, 19 minutos e 55 segundos; segunda parte de 11 minutos e 35 segundos; terceira parte de 9 minutos e 30 segundos, p. 4.

1.4 “Ser ou não ser”: indo, vindo e mediando as categorias identitárias travesti e mulher transexual

Ser ou não ser, eis a questão, frase proferida por Hamlet, na peça teatral *Hamlet, O príncipe da Dinamarca*, do poeta, ator e dramaturgo inglês William Shakespeare, escrita entre os anos de 1599 a 1601, curiosamente se mostra mais viva do que nunca, em especial, no que tange à natureza etnográfica do que me foi possibilitado no decorrer desta pesquisa (ainda que em grau leve a moderado).

O cunho filosófico, inerente a tal trecho, e as tortuosas tragédias vividas pelo príncipe, séculos passados, conecta-se ao tempo presente, potencializando a vontade de se estabelecer uma divisão entre o *ser* e o *não ser*, ou seja, entre o *estar dentro* e o *estar fora* das construções discursivas, produzidas pelo *status quo*. O *ser/estar dentro* significaria fazer parte de uma “coerência” social, que tende a aprisionar corpos e identidades a partir de elementos de significação justapostos, que desqualificam tudo aquilo que não pertence à elaborada teia discursiva instaurada, enquanto o *não ser/estar fora* foge a esse aprisionamento, tornando-se, em decorrência disso, uma (um) *dissidente* em potencial.

A perturbação de Hamlet, ao pronunciar tal frase, parece despertar a aflição de se conhecer ou não, através do (a) *Outro (a)*. Sendo assim, evocamos, nesse primeiro momento, algumas de nossas Geni’s⁸⁴, para que estas evidenciem, de acordo com suas próprias experiências, as categorias identitárias com as quais se reconhecem e se autoidentificam, e as categorias que a elas são impostas de formacategórica e absoluta, como regra estabelecida por saberes que se orientam com base em uma espécie de investigação e medicalização das condutas, combinando, por esse motivo, diferenças entre formas de *ser* e experienciar as categorias identitárias travesti e mulher transexual, ainda que estas se alinhem, em muitos momentos (de acordo com os relatos aqui presentes), limitando, conseqüentemente, uma série de percepções inerentes à subjetividade humana, que, por lei, se recusa a se adequar a uma universalização de experiências e *Existências* como regra geral.

Ora, como impor limites de identidade à (ao) outra (o) quando este nada mais é que uma linha invisível, imposta pela própria sociedade? Essa imposição se dá com a construção do eu a partir da (o) outra (o). Os discursos, que nos são direcionados, sucumbem à ideia de que, para se construir a partir da (o) outra (o), “é preciso” que esta (e) tenha bases

⁸⁴A priori, levantarei questões relacionadas à identidade de gênero de algumas de nossas Geni’s, a exemplo de: Letícia Rodrigues, Talytha Vasconcelos, Ster Katilleya, Karina Espínola e Kelly Alves. Essa escolha se deu por perceber que as experiências das colaboradoras, aqui citadas, refletem bastante as experiências das demais entrevistadas desta pesquisa.

consideradas *Cis*normativamente “sólidas”, pautadas em reducionismos, baseados no binarismo masculino/feminino, homem/mulher, pênis/vagina. Não nos esquecemos, porém, de que ter “bases sólidas” significa desacreditar no contínuo processo de construção, desconstrução e reconstrução humana.

Os estudos sobre gênero, categoria esta complexa e de difícil análise, como nos mostra a historiadora estadunidense Joan Wallach Scott, em seu artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, nos diz que “o uso de ‘gênero’ enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade”⁸⁵.

A amplitude dessa categoria nos revela uma descentralização no que tange a um entendimento unificado do “*ser* mulher” como *essência*, abrindo caminho para outros movimentos lançarem debates e desconstruções sobre toda essa *essencialidade* identitária. Tal compreensão tem nos possibilitado discussões mais férteis acerca das (os) sujeitas (os) suprimidas (os) pela organização social, majoritariamente aceita no ocidente, refletindo, de modo profundo, que as práticas discursivas, reguladoras do *Cistema*, tem por finalidade a implementação de enquadramentos, que subjuguem estas, a partir de um padrão previamente estabelecido.

A potente voz de Sojourner Truth⁸⁶ que se faz ser escutada e não somente ouvida, com a frase: *E eu não sou uma mulher?*, pronunciada durante a convenção de mulheres, na cidade de Akron, em Ohio, nos Estados Unidos, no ano de 1851, foi habilmente reformulada por Nascimento⁸⁷. Para além dessa frase, a autora potencializa o poder existente em cada uma (um) de nós, através da palavra *poder* e das configurações que este pode vir a ter. Toda a ordem *Cis*normativa, que nos sequestra, é corajosamente redesenhada por ela, ao dizer que

Quando resgato a provocação de Sojourner, “E eu não sou uma mulher?”, quero reelaborá-la, inserindo o verbo “poder” – “E não posso ser eu uma mulher?” – exatamente para enfatizar a existência de discursos que circulam socialmente, inclusive, dentro do próprio feminismo, que pretendem determinar quem pode e quem não pode ser uma mulher. Discursos que insistem em considerar a “mulher” numa condição universal como única sujeita do feminismo. Discursos que, em um direcionamento cissexista, também impedem mulheres transexuais e travestis no

⁸⁵SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, p.71-99, 1995, p. 76.

⁸⁶Sobre Sojourner Truth, a filósofa estadunidense, Angela Davis, faz um brilhante levantamento sobre sua trajetória, ao abordar questões relacionadas à raça, classe e gênero nos Estados Unidos. Nesse sentido, aqui indicamos tal leitura, enquanto obrigatória, para os que pretendem se aprofundar acerca dessas questões, uma vez que a autora supracitada lança reflexões e discussões necessárias para se pensar a trajetória de mulheres negras no contexto estadunidense (o que não deixa de refletir o cenário mundial em muitos aspectos). Para saber mais, ver: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

⁸⁷NASCIMENTO, 2021.

feminismo⁸⁸.

Para Nascimento, corpos de pessoas travestis e de mulheres transexuais são pensados como detentores de *poder*, compondo as diferentes formas de exercer as *mulheridades* e *feminilidades* existentes no seio do feminismo, a partir de relações que rompem com os alicerces dicotomizados de sexo e gênero, trazendo o transfeminismo como meio viável, para se chegar a uma conciliação entre as feministas compostas por mulheres cisgêneras e as múltiplas formas de *ser* e *Existir* dentro de um campo político, que não pode e nem deve ser reduzido a ideias antiquadas e retrógradas de uma “natureza mulher”.

A noção de “mulher”, em sua pretensa *essencialidade*, perde o sentido, ao partir de projeções historicamente construídas, com base em mecanismos *Cisnormativos*, que marginalizam outras *Existências*, agarrando-se ao corpo biológico, como resposta para aquilo que nada mais é que uma produção discursiva, implementada por normas regulatórias, que adotam uma postura excludente frente ao não controle da fragmentação de uma *essência* do “*ser* mulher”, que se perde antes mesmo de ser construída.

Dito isso, sublinhamos que, de origem estadunidense, de meados da década de 1980, os conceitos empregados pela Teoria *Queer*, que objetivam desconstruir a naturalização de gênero, tratando-o como uma construção sociocultural, se apresentam aqui, já que, com forte influência de obras ligadas ao filósofo francês Michel Foucault, a Teoria *Queer* tem na figura da filósofa estadunidense Judith Butler, em seu livro *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*⁸⁹, uma consolidação dessa teoria, uma vez que esta faz críticas maciças à construção de sexo e gênero, desconstruindo o conceito de ambos.

Para Butler⁹⁰, o conceito de *sujeito* é pensado em meio ao constante processo de construção e reconstrução histórica, o que faz com que a *identidade de gênero* passe por um sujeito mutável. Então, não é possível haver uma corporificação desse gênero, que nada mais é que uma formulação discursiva, assim como o *corpo* e o *sexo*, que, depois de construídos, tornam-se inseparáveis.

Nesse sentido, o conceito de *heteronormatividade*, que abarca a imposição da heterossexualidade, dá espaço ao conceito de *subversão*, que consiste em tudo aquilo que é fora do padrão estabelecido. A filósofa definiu, também, o conceito de *performatividade*, que sugere que a sequência de atos corriqueiros torna o indivíduo um sujeito performativo.

Essa *performatividade*, essas formas de *ser* e de *Existir* compõem sintonias que

⁸⁸NASCIMENTO, 2021, p. 20.

⁸⁹BUTLER, 2016.

⁹⁰BUTLER, 2016.

enfrentam uma padronização de gênero, este que, por sua vez, nada mais é que uma prática. Nesse sentido, pretendemos expor o caráter pueril do gênero, que se desfaz em meio a um breve lampejo de falsas verdades, afinal, a própria categoria gênero é uma construção discursiva, relativamente recente, portanto, passível de mudanças.

Ainda sobre o caráter pueril do gênero e como este se vincula à ideia de *performatividade*, Richard Miskolci e Larissa Pelúcio, ao levantarem questões relacionadas a tal conceito, sabiamente reiteram que “no caso da performatividade, a paródia serve como analogia explicativa do caráter repetitivo que dá materialidade e substância (matéria) às normas de gênero. A repetição cômica das normas desnaturaliza-as e subverte-as”⁹¹. Dito isso, suas várias facetas se mostram aqui não para desqualificá-las, mas, sim, para reformulá-las, ampliá-las. Isso se faz necessário e inevitável, pois “[...] o gênero por si só já se configuraria como uma forma de lazarar a pele, o corpo, a carne. Haja vista, que o problema do gênero é o próprio gênero”⁹².

A renomada Socióloga Berenice Bento, em seu livro *A reinvenção do corpo – Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual*⁹³, ao problematizar questões relacionadas à (ao) “transexual oficial” e ao “tratamento” ao qual estas (es) devem ser submetidas (os), explicita uma diferenciação entre as categorias identitárias travesti e transexual, estruturadas pelos *dispositivos da transexualidade*⁹⁴, que, embasados em documentos oficiais, nos sugere que

A construção do “transexual oficial” fundamenta-se na produção de um saber específico que o separou das travestis, dos *gays* e das lésbicas e classificou os vários tipos de transexuais para se chegar à determinação final: o “transexual de verdade” não apresenta nenhum “problema biológico”, mas tem certeza absoluta de que está em um corpo equivocado. Segundo essa concepção, a cirurgia para os/as transexuais seria a única possibilidade para eles/elas encontrarem um lugar e um sentido para suas existências.⁹⁵

Essas diferenciações, como apontadas por Bento, podem ser compreendidas a partir das observações feitas por Favero, que, junto ao método da desaquengrafia, que consiste em revelar o que está à mercê de interpretação, percebe a cosmologia *Cisnormativa* como sendo “atravessada por três fatores centrais: tratar, investigar e diferenciar”⁹⁶.

⁹¹MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Gênero**. V. 7, n. 2, p. 255-257, 2007, p. 259.

⁹²FAVERO, 2020, p. 44.

⁹³BENTO, 2017.

⁹⁴Entende-se como *dispositivo da transexualidade*, segundo Bento, em obra acima citada, aquilo que circunscreve para além do controle sobre as performances de gênero, uma vez que se objetiva uma interferência substancial na subjetividade da (o) outra (o), bem como na definição de sua sexualidade, com base em ideologias heteronormativas, pautadas em um saber polimorfo, ou seja, de diferenciação entre os corpos.

⁹⁵BENTO, 2017, p. 19. Grifo da autora.

⁹⁶FAVERO, 2020, p. 55.

Se aquendar ou acuendar (dialeto pertencente a literatura LGBTQIAP+), de acordo com o dicionário pajubá ou bajubá, diz respeito a esconder ou disfarçar o próprio genital através de roupas íntimas, desaquendar ou desquengrafia, para a autora, sugere o seu inverso, haja vista a necessidade de, em outras palavras, abrir o jogo ou desfazer os truques comuns à norma em exercício.

Sendo assim, apresento-lhes uma diferenciação e um paralelo comum entre os olhares sociais, carregados de pesos desnecessários, que nos des’orientam, pois, ao falarmos de corpos de pessoas travestis e mulheres transexuais, é inevitável que a figura de Rogéria (travesti, atriz, cantora e transformista brasileira – falecida em 2017), conhecida como a “travesti da família brasileira”, seja posta em paralelo à figura de Roberta Close (mulher transexual, socialite, ex-modelo e ex- atriz brasileira).

Figuras de peso no cenário nacional, entre as décadas de 1980 e 1990, ambas trouxeram para os meios de comunicação debates que giravam em torno da travestilidade e da transexualidade como categorias identitárias distintas, isso porque “Roberta Close trazia ao público a novidade da ‘transexualidade’ que o saber médico falava nos Estados Unidos como categoria distinta desde a década de 1950, nas produções acadêmicas de Harry Benjamin, Jhon Money e Robert Stoller”⁹⁷, como afirma Azêvedo. Tais observações também foram constatadas na escrita de Bento, que, ao falar sobre a ascensão das discussões em torno da (o) transexual, diz que “na década de 1950, começam a surgir publicações que registram e defendem a especificidade do ‘fenômeno transexual’”⁹⁸.

Os programas, as apresentações e os shows de calouros, tão mencionados por Silva⁹⁹ e de enorme sucesso, nas décadas de 1980 e 1990, traziam a constante presença de travestis e transformistas, a exemplo dos programas: Clube do Bolinha (comandado por Edson Cabariti), com o quadro *Eles e Elas*, apresentado aos sábados à tarde, em cadeia nacional, e, do programa Show de Calouros (comandado por Sílvio Santos), com o quadro *Os Transformistas*, apresentado aos domingos à noite, também em cadeia nacional.

Além de tais programas, podemos destacar a badalada novela *Tieta*, lançada em agosto de 1989, que trazia a personagem Ninete, interpretada por Rogéria; e, as manchetes de revistas sensacionalistas, com frases, como: *A mulher mais bonita do Brasil é um homem!*, fazendo referência a Roberta Close (vale dizer que havia uma ideia de não concordância dessas artistas com o gênero que lhes fora imposto ao nascerem).

⁹⁷AZEVÊDO, 2015, p. 161.

⁹⁸BENTO, 2017, p. 35.

⁹⁹SILVA, 1993.

No geral, podemos recorrer ao que obervou Nascimento, ao falar sobre o “fenômeno Roberta Close”:

Considero o fetiche dos corpos transgêneros um produto farmacopornográfico que, na medida em que fixa a cis-heteronormaticidade, demarca as demais experiências como anormais, e, portanto, apreensíveis apenas como fetiche, algo exótico, estranho, que não pertence ao campo do natural.

Por outro lado, o enigma, a confusão de Roberta Close coloca o gênero em evidência como performance, em uma dimensão estilizada, já que fabrica um corpo com contornos femininos que expõe a plasticidade do gênero, que, longe de ser natural, é artificial. Além disso, a possibilidade de circulação no cenário midiático começa a causar fissuras no CISTema¹⁰⁰.

Tanto Rogéria quanto Roberta Close afirmavam o já sabido: o de que suas identidades de gênero eram esfregadas na cara da sociedade a cada aparição pública, fazendo emergir questionamentos sobre as certezas cristalizadas, que afirmam que nossos gêneros são interiorizados como marca de uma *essência* embrionária. Tais questões deram espaço para as dúvidas que brotaram diante de todas essas evidências.

Embora as categorias identitárias de pessoas travestis e de mulheres transexuais fossem debatidas com mais afinco nas décadas mencionadas, os estereótipos sobre estas também ganhavam força e a cirurgia de transgenitalização corroborou para que, no imaginário social brasileiro, o ponto de diferenciação entre a categoria identitária travesti e a categoria identitária transexual se desse através de tal cirurgia.

Realizando a cirurgia de transgenitalização no ano de 1989, na Inglaterra, a figura de Roberta Close, apresentada como fonte de feminilidade, fortaleceu ainda mais essa ideia, o que nos leva a *O Nascimento de Joicy*¹⁰¹, pois, ao realizar também tal cirurgia em 22 de novembro de 2010, a transexual Joicy e sua aparência, tida por muitos como “masculina”, dada a ausência de traços mais exacerbados, estereotipados, considerados socialmente como codificações femininas, como observado pela própria autora, parece ser “o aperreio” dos fiscais do gênero, quando esta é comparada a Roberta Close. Estes (as) fiscais do gênero e seus “aperreios” desmedidos acabam por esquecer que o gênero se faz constantemente a cada repetição, ou seja, através de atos performativos.

Joicy embaralha e desorienta os *dispositivos da transexualidade*, através daquilo que ela mesma fala: “a gente tem que ser por fora o que é por dentro”¹⁰², diante da indecorosa

¹⁰⁰NASCIMENTO, 2021, p. 134-135.

¹⁰¹Série vencedora do Prêmio Esso de Reportagem, no ano de 2011, pela jornalista brasileira Fabiana Moraes, a série deu origem ao livro: MORAIS, Fabiana. **O nascimento de Joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

¹⁰²MORAIS, 2015, p. 57. Ao falar disso, Joyce esclarece que sua cirurgia se dá pelo que ela é por dentro (mulher), muito embora sua aparência externa esteja vinculada a estereótipos físicos e codificações de gênero tida por muitas (os) como masculinos.

pergunta de José Antônio (acompanhante de uma paciente no quarto em frente), logo após sua cirurgia, ao questionar: “olha, não dava para ser como tu era e continuar com o negócio, não? tu acha que precisava disso?”¹⁰³. Esse “título de masculinidade”, chamado pênis, ao ser arrancado pela raiz, extirpou um agente “ másculo” do desejo e da fantasia sexual de bases falocêntricas, causando inquietações das mais diversas, demonstrando que a não aceitação pela decisão tomada por Joicy se manifestou nos risos, nos apontamentos, nas críticas e até mesmo nas palavras vindas de sua médica, que, ao seu lado, instantes antes de adentrarem ao centro cirúrgico, lhe falou: “ainda é momento de desistir”¹⁰⁴, tendo em resposta: “se eu desistir, vou me arrepender para sempre”¹⁰⁵.

A aparência de Joicy, tida como “masculina”, em sua identidade de gênero (mulher transexual), põe em xeque a cartela de saberes cientificistas, que se acha no direito de marcar e demarcar as identidades como sendo “isso ou aquilo”, ou melhor, “essa ou aquela”. A certeza de Joicy, em seguir adiante com a cirurgia, aos olhos dos leigos, fazem com que ela “deixe de ser traveco”, como afirmou Pedro (dono de um boteco próximo a casa de Joicy) e sua escancarada falta de conhecimento e sensibilidade, ao dizer: “ela agora vai deixar de ser traveco, vai ser bicha mais, não”¹⁰⁶; para ser uma mulher transexual.

Todo esse interrogatório e censura são responsáveis por uma ligação discursiva *Cisheteronormativa* entre o antes da cirurgia, onde Joicy seria para muitas (os) “um traveco” e, o após a cirurgia, onde Joicy seria uma mulher transexual. Nesse sentido, percebe-se que o imaginário social pressupõe que a “construção de Joicy”, enquanto Joicy (mulher transexual), se dá a partir da cirurgia.

Trazendo para jogo as categorias identitárias travesti e mulher transexual, as arestas deixadas pelos dispositivos de controle, em tentativas vãs de domesticar corpos e identidades serão devidamente aparadas, graças as Geni’s desta pesquisa. Com base nisso, retifica-se aqui, mais uma vez, que nenhuma das entrevistadas fez a cirurgia de transgenitalização, o que fortalece as discussões aqui estabelecidas, haja vista que muitas destas fogem do roteiro implementado pelo *dispositivo da transexualidade*.

Para além das categorizações, diferenciações, enquadramentos e sentenças identitárias, impostas por modelos que servem diretamente ao *status quo*, partimos da premissa de se pensar corpos e identidades como volúveis, instáveis e passíveis de mudanças, através dos usos simultâneos dessas categorias identitárias, uma vez que as reinvenções e os

¹⁰³MORAIS, 2015, p. 56.

¹⁰⁴MORAIS, 2015, p. 53.

¹⁰⁵MORAIS, 2015, p. 53.

¹⁰⁶MORAIS, 2015, p. 36.

deslocamentos de significações inerentes a estas se mostram presentes nas construções discursivas, desenvolvidas aqui.

Embora os acionamentos dessas categorias identitárias, em alguns poucos momentos, remetam aos enquadramentos *Cistêmicos*, observados por Bento¹⁰⁷, o que sobressai são as conclusões da autora, que, brilhantemente, desconstrói a lógica da (o) “transexual oficial”, ao passo que desestrutura essa construção a partir de dentro, de sua relação com as (os) participantes do “Programa oferecido pelo hospital das Clínicas de Goiânia para a realização da cirurgia de transgenitalização e com um Grupo de Transexuais na cidade de Valência/Espanha”¹⁰⁸, no trabalho de campo, realizado entre julho de 2000 a julho de 2002.

A socióloga em questão nos apresenta múltiplas formas de experienciar e vivenciar a transexualidade (como podemos perceber até o presente momento, através dos exemplos expostos, como no caso de Roberta Close e de Joicy), na medida em que ela explora histórias de transexuais, que

(1) não se relacionam igualmente com suas genitálias, (2) não tem aversão total aos seus corpos; ao contrário, a auto imagem corporal é frequentemente positivada, (3) não fazem a cirurgia motivados fundamentalmente pela sexualidade, (4) a homossexualidade está presente entre as mulheres e os homens transexuais e (5) a eleição das díades amorosas não ocorre de forma retilínea: homens/mulheres transexuais sejam homens/mulheres não transexuais (ou seja, os “*normais*”, segundo Benjamin).¹⁰⁹

Partindo de dentro, assim como Bento, dada minha interação no trabalho de campo com as *Geni's*, aqui presentes, priorizamos as subjetividades identitárias e narrativas de cada uma delas, a partir de suas próprias experiências e vivências na prática dos gêneros. Em suma, respeitamos e legitimamos a todo o instante a autoidentificação de cada uma delas, na medida em que identificamos que os acionamentos das categorias identitárias travesti e mulher transexual, por parte de nossas colaboradoras parece escorregar por entre os dedos, através do brincar, do ir, vir e mediar ambas, em um só discurso, em muitos momentos, assim como faz Favero, que, apequenando diferenciações impostas pela *Cisnorma*, trata de se posicionar, falando que

Às vezes me colocarei como trans, outras como travesti. Essa não é uma questão que pretendo resolver. E não é que vai indo de acordo com meu humor, essas identidades variam conforme vou circulando socialmente. Embora sendo sincera, em alguns momentos me parecem dizer a mesma coisa.¹¹⁰

Sobre isso, Nascimento afirma que “[...] as corporalidades de mulheres transexuais e

¹⁰⁷BENTO, 2017.

¹⁰⁸BENTO, 2017, p. 16.

¹⁰⁹BENTO, 2017, p. 229.

¹¹⁰FAVERO, 2020, p. 27.

travestis na relação com tais discursividades e materializações podem aceitar, rejeitar ou produzir subversões sobre uma série de negociações, assim como as mulheres cis, brancas ou negras também o fazem”¹¹¹; enquanto Bento aponta as mesmas questões, a partir de um outro ângulo, sendo este o de uma militante que se manifestou em uma reunião do GIGT (Grupo de Identidade de Gênero e Transexualidade) de Valência, na Espanha, acerca da afirmação do psicanalista Robert Stoller, que disse que, após passar anos atendendo pacientes que solicitavam o diagnóstico de transexualidade, concluiu que “*eles mentem*”¹¹². Em resposta, a militante parece ter ressoado a voz das (os) demais pessoas presentes no evento, já que, acompanhada por uma gargalhada generalizada, soltou a frase: “*nós somos muito mentirosos, falamos o que eles querem ouvir*”¹¹³.

Tanto no caso de Favero (que evidenciou que as categorias identitárias travesti e mulher transexual, acionadas por ela, variam conforme circula socialmente); quanto no caso de Nascimento (que afirma que a aceitabilidade, a rejeição e a subversão, por parte de pessoas travestis e mulheres transexuais, assim como sujeitas outras, com as categorias identitárias, que lhes são direcionadas, se dão de acordo com as necessidades próprias de cada uma); e, da militante mencionada por Bento (ao afirmar que a “mentira” de mulheres transexuais se dá para conseguirem o que querem junto ao saber médico), fica evidenciado que as *táticas*, utilizadas por pessoas *Trans*, negociam com a *disciplina* que a elas são impostas.

Lançada a pergunta: *como você se identifica?* Para nossas Geni’s, as respostas, de imediato, giraram em torno das mais variadas possibilidades, entretanto, nesse instante, faz-se necessário relatar a narrativa de Letícia Rodrigues (primeira entrevistada):

Eu me identifico como uma pessoa feliz! Eu me identifico como ser a Letícia (nesse momento, a colaboradora enfatiza a palavra SER). [...] É engraçado que eu sempre falo que travesti parece coisa de anjo, de outra reencarnação que veio sem sexo, sabe? E não é não binária, nada contra ao binarismo. Tô dizendo que eu me vejo como um espírito evoluído, um grau evoluído, e eu vejo muito isso comigo. De carregar isso e mostrar. A gente pode, a gente pode fazer, como eu falo de novo, não é prepotência, é meu ser. Então, eu me vejo como uma mulher trans, mas eu não gosto muito de rótulo, até porque, como eu falei no meu registro, quando terminar a retificação, vai dar sexo feminino e não sexo trans.¹¹⁴

Identificando-se como “pessoa feliz!”, Letícia nos conduz a brincar com as categorias identitárias travesti e mulher transexual, embaralhando-as, de forma quase instantânea. As certezas das ciências médicas e *psi* são colocada à prova, encurraladas na berlinda das vivências e experiências reais, que não se atêm aos encaixotamentos identitários do campo

¹¹¹NASCIMENTO, 2021, p. 60.

¹¹²BENTO, 2017, p. 62. Grifo da autora.

¹¹³BENTO, 2017, p. 62. Grifo da autora.

¹¹⁴RODRIGUES, 2021, p. 9-10.

das imaginações e suposições científicas, os quais a colaboradora visivelmente despreza. Indo, vindo e mediando sua fala, ela reelabora ideias sobre pessoas travestis e mulheres transexuais, informando um descompromisso com o *ser/fazer parte* de uma fixidez identitária, proposta e imposta pela *Cisnorma*, que, diante de meus olhos, se desmancha com os relatos.

Ao acionar a categoria identitária travesti e, em seguida, puxar para o contexto de sua fala a categoria identitária mulher trans, Letícia desestrutura as estruturas *Cisnormativas*. Enfatizando seu descontentamento diante das amarras impostas pelas categorias identitárias, que lhes são direcionadas, ela faz a seguinte reflexão: “Mas eu não gosto muito de rótulo, até porque, como eu falei no meu registro, quando terminar a retificação, vai dar sexo feminino e não sexo trans”¹¹⁵.

Nesse sentido, o identificar-se com o *ser* a Letícia no início de sua fala, não caberia no *ser/estar dentro* de uma categoria identitária fixa, uma vez que a Geni em questão passeia entre uma e outra. O *ser* Letícia não se adequa aos padrões, já que ela se constrói e se reconhece para além destes, localizando-se no *não ser/estar fora*, ainda que *esteja dentro* do *ser* Letícia.

Sabendo disso, torna-se notório o fato de Letícia colocar “no bolso” os profissionais *psi*, que, segundo Nascimento, “[...] se apossam de um poder de definir as nossas subjetividades à revelia de nossos modos de nomeação”¹¹⁶. Percebendo, em sua entrevista, um embaralhar e desorganizar das categorias identitárias, aqui problematizadas de forma tranquila e extremamente desprezada, tomei a decisão de lhe perguntar: *em que momento você se descobriu como mulher trans?* Tal questionamento foi motivado pelo fato da colaboradora se autoidentificar, um pouco antes, enquanto mulher trans. Queria compreender a forma como ela manuseava tais categorias identitárias, a partir de um lugar de não incômodo pelo uso destas ou daquelas, aqui e ali, ao longo de sua entrevista. Sobre isso, ela prontamente me respondeu, dizendo:

Há muito tempo, muito, muito tempo. Foi muito engraçado mas, hoje, hoje, eu fiz questão de me ver a figura feminina. A mulher trans ela já vinha na minha cabeça montada, mas eu tinha medo (nesse momento, a colaboradora enfatiza a palavra MEDO). Eu tinha medo dessas peripécias da rua, eu tinha medo dessa covardia da sociedade, sabe?¹¹⁷

Iniciando seu “processo transexualizador”¹¹⁸ aos trinta e cinco anos (como

¹¹⁵RODRIGUES, 2021, p. 10.

¹¹⁶FAVERO, 2020, p. 114-115.

¹¹⁷RODRIGUES, 2021, p. 10.

¹¹⁸Minha referência ao termo “processo transexualizador”, entre aspas, é embasado nas discussões propostas por Letícia Carolina Pereira do Nascimento, no livro **Transfeminismo**, 2021, por entender, assim como autora, que, ao retirar as aspas do termo, acima mencionado, a ideia de que corpos cisgêneros são naturais e corpos

mencionado anteriormente), o medo, enfatizado por Letícia, parece ter lhe seguido até ali e, ao que tudo indica, persiste. Ela me falou, aos risos, que tinha tentado “enganar o tempo”, para não morrer vítima de transfeminicídio, até o dia em que resolveu ser quem ela sempre foi: Letícia Rodrigues.

O medo dela é justificado por inúmeros motivos, entre eles, o fato de que a expectativa de vida de uma travesti ou mulher transexual, no Brasil, é de trinta e cinco anos, segundo dados retirados do Dossiê elaborado pela ANTRA¹¹⁹ (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil), responsável por fazer um levantamento dos assassinatos e violências ocorridas com travestis e transexuais brasileiras, no decorrer do ano de 2021, publicado no dia 29 de janeiro de 2022 (Dia Nacional da Visibilidade *Trans*, instituída, no Brasil, no ano de 2004), coordenado, pesquisado e analisado por Bruna Benevides, primeira mulher trans, na ativa, na Marinha do Brasil.

Em 27 de outubro de 2021, dia do seu aniversário, Letícia pegou todas as suas “roupas masculinas” e disse: “eu vou doar! A partir de hoje, eu sou a Letícia Rodrigues, eu sou essa mulher trans”¹²⁰. A insistência da mãe em chamá-la de Romildo aparentemente não a incomoda e não a torna menos Letícia, de acordo com as entrelinhas de sua narrativa, chegando a falar, inclusive, que sua mãe podia chamá-la assim: “a hora que ela... eu posso tá toda de... minha mãe pode!”¹²¹.

As interrupções de fala, por parte da entrevistada, apenas ativaram conexões de entendimento mútuo entre mim e ela, a partir do contato direto com o caráter, por vezes furtivo, de suas memórias, que me fizeram navegar por entre águas turvas, embarcando na certeza de que “o outro e a memória possibilitam um mergulho pelas máscaras que compõem as vivências e as possibilidades humanas de percepção de si”¹²².

Cabe-nos lembrar que, desenterrando o passado e suas vastas camadas de memória, as máscaras devem ser arrancadas, ainda que por instantes, mesmo porque o ofício de historiadora (or), como um tributo a ser pago, cobra-nos o aguçar dos sentidos, penetrando, mapeando e rastreando as mais variadas formas de se relacionar com o todo e consigo,

transgêneros não o são, intensifica-se, o que não corresponde com a realidade.

¹¹⁹Dados retirados do Dossiê elaborado pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil), fundada no ano de 1993 e registrada em cartório no ano 2000. O Dossiê em questão corresponde ao publicado em 29 de janeiro de 2022, de modo a fazer um elaborado e minucioso levantamento dos assassinatos cometidos contra travestis e transexuais brasileiras (dados referentes ao ano de 2021). Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022. Sobre isso nos aprofundaremos mais adiante.

¹²⁰RODRIGUES, 2021, p. 10.

¹²¹RODRIGUES, 2021, p. 10.

¹²²AZEVÊDO, 2015, p. 23.

atravessando as brechas de tempo e espaço, tateando os sentimentos necessários a captura, como quem documenta em palavras as sensações que lhes são reveladas.

Os ouvidos, que escutam atentamente os ruídos “silenciosos” de Letícia, trazem à luz do dia os tensionamentos responsáveis por costurar as relações de saber e poder que nos bombardeiam, fazendo com que as *sensibilidades* sejam nada mais, nada menos, que “uma escrita e leitura da alma”, como enfatiza a historiadora Sandra Jatahy Pesavento¹²³.

Sendo assim, percebemos que, em decorrência disso, as *sensibilidades* se mostram como ponto alto do trabalho de campo, capaz de facilitar uma tradução dos sentidos afetados, negociando e equilibrando tudo que se é levantado como sendo materialmente palpável e imaterialmente observável, passível de significados, já que “pensar nas sensibilidades, no caso, é não apenas mergulhar no estudo do indivíduo e da subjetividade, das trajetórias de vida, enfim. É também lidar com a vida privada e com todas as suas nuances e formas de exteriorizar – ou esconder – os sentimentos”¹²⁴. Em suma, nada mais seria que registrar o que aparentemente não reivindica registro algum, mesmo porque silêncios também falam (como pude constatar na pesquisa) e os mergulhos mencionados por Azevêdo e Pesavento fortalecem nosso compromisso com o dever de escutar os silêncios.

Com relação aos silêncios, Michael Pollak afirma que “o silêncio tem razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta”¹²⁵. Foi escutando os silêncios que consegui traçar o caminho necessário para se chegar aos risos desenfreados, de Letícia, que, naquela segunda à tarde, ao fim da entrevista, enquanto saboreávamos uma deliciosa quentinha junto a dois atores e amigos próximos dela, pôde se mostrar de forma mais aberta. Sua descontração na coxa do teatro estava às claras diante de mim. Despida de seus personagens, fui apresentada ao *ser* Letícia, que transitava por entre as categorias identitárias como nunca tinha visto.

Letícia e os amigos faziam planos, debatiam sobre as peças que estavam em cartaz e sobre vontades e projetos em andamento. Fiquei sabendo que, semanas antes, ainda no mês de novembro de 2021, Bixarte (travesti, preta, paraibana, poetisa, escritora, atriz e rapper), uma das figuras mais conhecidas atualmente entre a comunidade LGBTQIAP+ na Paraíba,

¹²³PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Sensibilidades: escrita e leitura da alma*. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LAGUE, Frédérique. **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 9. Disponível em: https://www.academia.edu/360230/Sensibilidades_na_hist%C3%B3ria_memorias_singulares_e_identidades_sociais_Porto_Alegre_Editorial_da_Universidade_Federal_do_Rio_Grande_do_Sul_2007_262_p. Acesso em: 21 fev. 2022.

¹²⁴PESAVENTO, 2022, p. 34.

¹²⁵POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento e Silêncio*. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989, p. 6.

apresentou-se no teatro. Os burburinhos sobre sua apresentação ecoavam ainda naquela tarde, como pude presenciar. De qualquer forma, é perceptível que as redes de apoio e acolhimento se mostravam como fonte de *Resistência* a uma não estabilidade e padronização de identidades e sexualidades.

Com o apoio dos amigos, integrando-se ao ambiente de forma orgânica, a colaboradora parece dar um tapa na cara da sociedade, fazendo o *Cistema* e suas “verdades” tremerem na base, tal qual Favero, Nascimento e a militante mencionada anteriormente por Bento. A exemplo destas, Talytha Vasconcelos (oitava entrevistada) se identifica

[...] enquanto travesti, pela questão da causa, né?, no que diz respeito a essa população. Eu, muitas vezes, eu menciono que sou mulher trans, porque mulher trans é uma palavra mais amena, às vezes, agride menos, dependendo do local que tiver, mas eu levanto a bandeira e digo que sou travesti!¹²⁶

Levantando a bandeira e afirmando “sou travesti!”, em determinado momento, Talytha deixa de lado essa categoria identitária, evocando a categoria identitária mulher trans, como no trecho acima, e também, ao comentar a dificuldade que teve em ser aceita pela família: “Minha mãe, meu pai, meus tios, meus avós, infelizmente, todo mundo não sabia lidar com a questão transexual e me repudiavam, né? me batiam [...]”.¹²⁷

Em contrapartida, vale ressaltar que, enfatizando a todo tempo a categoria identitária travesti, a colaboradora demonstra sua militância diante da necessidade de quebrar barreiras, desmistificando imagens negativas ligadas a esta, deixando claro, inclusive, que sua trajetória de vida estava ligada a tal categoria identitária, seja em decorrência da prostituição (compulsória), da exclusão familiar e social, da fetichização e abjeção de seu corpo, da estigmatização ou da marginalidade que a elas são dirigidas, já que, segundo ela, “o pessoal coloca isso muito à frente da pessoa travesti”¹²⁸.

Percebe-se, então, que a menção e os acionamentos dessas categorias identitárias, por parte dela, variam de acordo com os lugares que circula, tendo em vista o peso direcionado, em especial, à travestis. Isso, porém, não a impede de afirmar que é travesti, deixando transparecer a *Resistência* presente nessa autoidentificação. Exclamar, com toda sua força, a identidade de gênero, à qual pertence, é negociar com a sociedade seu lugar no mundo. Lugar este que é potente e merece ser exaltado de modo identitário e político, afinal, *Resistir* é assumir um lugar social, ainda que esse lugar firme-se em um “não lugar”, ou seja, se encontre à margem.

Ao se autoidentificar travesti para a família, por volta dos dezesseis anos, dois anos

¹²⁶VASCONCELOS, 2021, p. 8.

¹²⁷VASCONCELOS, 2021, p. 9.

¹²⁸VASCONCELOS, 2021, p.10.

antes, Talytha já se reconhecia em sua identidade de gênero. Com isso, ela também reconhece que suas *Existências* são enlatadas, colocadas em conserva, tratadas como aberrações, por um dispositivo de poder, que atribui à horizontalidade do discurso uma dicotomia, que, em suma, se resume entre o *ser/estar dentro* e o *não ser/estar fora*.

Indo além, esses dispositivos afirmam que travestis não são mulheres, mas, sim, homens; homens vestidos de mulher. Assim, são tratadas, apontadas como identidades fora do padrão, verdadeiras “anomalias”. Daí, então, as estratégias de articulações e negociações entre as categorias identitárias travesti e mulher transexual, empregadas por Talytha, que julga a categoria identitária mulher trans como “mais amena”, menos hostil e, até mesmo, “higienizada”, perante a sociedade.

A palavra travesti, como mencionada pela própria Luísa Marilac¹²⁹, é aquela “na qual se cuspiu. A palavra que não cabia no dicionário, nos livros de biologia ou na mesa de jantar da família tradicional brasileira”. Onde caberia, então, essa categoria identitária? De acordo com Talytha e Marilac, ela cabe em suas *Existências* e experiências de vida, que, condicionadas à marginalidade, são empurradas para as margens, na condição de menos humanas, de modo que sua constituição se dá a partir de um aparato linguístico, que cataloga e interpela corpos e identidades a mando da *Cis*normatividade.

Desse modo, a palavra e a escrita se mostram como uma forma de produção da realidade, o que não significa que nossas mãos descrevam esta, já que nossa percepção de realidade parte de uma vontade interna de criação desta. Em outras palavras, o lugar de onde partem nossas potencialidades discursivas reflete nossas experiências no mundo, sacralizando, assim, vontades de verdade.

Penetrando todo um discurso histórico acerca dos modos de se nomear a identidade de gênero e a sexualidade, percebe-se que definições unilaterais inexistem. O século XIX e XX foram, nesse sentido, os responsáveis por agrupar uma multiplicidade discursiva de identidades e sexualidades, ditas marginais, sendo necessário categorizá-las, analisá-las e, até mesmo, reinventá-las, saindo do campo da justiça e da religião para o da psiquiatria, afinal, para dominar, é preciso ter o controle de falas, suficientemente arraigadas em dispositivos de poder, que penetrem o bastante, para não deixar dúvidas de que poder e desejo andam de mãos dadas. Sendo assim,

A escuta terapêutica substitui a confissão. O anormal, o abjeto, o transtornado, a aberração da natureza, o psicótico substituem o fraudulento e o pecaminoso. O termo “substituir” refere-se a um movimento histórico de ressignificação para as

¹²⁹MARILAC; QUEIROZ, 2020, p. 17.

explicações das origens do gênero, assim como ao novo lugar que os divergentes devem ocupar na sociedade.¹³⁰

Dito isso, sabe-se que, no geral, descrita como divergente, a palavra travesti gira em torno de duas vertentes. Uma primeira ligada à teatralização, à performance teatral, a figuras que interpretavam personagens de um outro gênero e a bailes de travestis; e uma segunda, que se relaciona à identidade de um grupo, ou seja, a uma categoria identitária. De origem francesa, datada de meados do século XVI, essa palavra significa “pessoa que se disfarça”. Nascendo lá, chegou aqui com uma noção que remete a tudo aquilo que é falso. Nesse caso, segundo a ordem estabelecida e tida como “verdadeira”, em tal palavra não caberia sinônimos, mas, sim, antônimos; e o antônimo de verdadeiro é falso, e o “falso” não merece credibilidade, visibilidade, a não ser que componha o circo dos horrores, já que:

Dentro do processo de subjetivação do monstro ocorrido no século XIX, a pessoa travesti representava um caso exemplar desta transição entre a monstruosidade expressa no corpo, no caso, no uso de roupas do sexo oposto, e a anormalidade encontrada na mente, pelo desejo de usar estas vestimentas ditas contrárias e se comportar como o outro sexo.¹³¹

O sociólogo Jorge Leite Júnior, como visto logo acima, condensa, em palavras, o que paira sobre o imaginário social quando o assunto são pessoas travestis. A elas foram delegadas as sombras, as noites frias, o apagamento mediante posições de poder, que consideram suas *Existências* malditas. Como um xingamento, a palavra travesti é “perigosa”, não deve ser mencionada. Elas seriam não somente “aquelas”, mas também “aquilo”. “Aquilo que não se dá ao respeito”; “aquilo que não é normal”; “aquilo que não merece *Existir*, apenas subsistir, se muito for”.

A elas são direcionadas as pedras lançadas em direção a Geni, mesmo porque elas também seriam estas Geni’s, assim como Ster Katilleya (terceira entrevistada), uma das figuras mais carismáticas, sensíveis e marcantes do trabalho de campo. Ela, ao se autoidentificar travesti, demonstra isso, dizendo:

Eu sou da época... por mais que eu seja nova, mas eu sou da era antiga, eu me identifico como travesti. Travesti é um termo mais forte, de guerreira. [...] travesti é das que vive no mundo da noite, porque pra ser prostituta, meu amor, é barra pesada. Pra ser prostituta e travesti tem que ser guerreira. [...] E, na noite todinha, ali em cima do salto, tem gente ainda que fala merda, que critica a gente, que passa jogando pedra, jogando saco de bosta, jogando mijo, entendeu? Pedra, ovo podre. [...] Então, eu me identifico como travesti, mulher, porque acho que é um termo mais guerreira,

¹³⁰BENTO, 2017, p. 108.

¹³¹LEITE JÚNIOR, Jorge. “**Nossos corpos também mudam**”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008, pg. 192.

eu acho que o que eu já passei nesse tempo todo, eu acho que eu sou mais do que guerreira.¹³²

Prostituindo-se¹³³ desde muito jovem (aos doze anos de idade, como mencionado anteriormente), o termo travesti é instantaneamente ligado à prostituição por Ster, não por uma vontade de estereotipar e estigmatizar sua identidade de gênero, mas como forma de afirmar que a prostituição compulsória é uma realidade dirigida a essas identidades, pois, segundo a própria entrevistada, elas se submetem “a esse tipo de trabalho” como forma de sobrevivência.

Ao se autoidentificar como travesti, Ster aciona, em determinado momento, a categoria identitária mulher trans, ao falar sobre sua amiga (com quem a colaboradora reside), que, segundo ela, também seria uma mulher trans (aqui destaco a palavra também, de modo a demonstrar que ela se insere nessa categoria identitária). Ainda sobre essas questões, em uma de suas falas, a Geni em questão faz uma diferenciação “sutil” entre pessoas travestis e mulheres transexuais, pois, de acordo com seu entendimento: “[...] mulher trans é as meninas que tão começando agora, que quer ser mais menina, que procuram... pra mim, mulher trans é as mulher que vive mais no mundo de mulher [...]”¹³⁴.

Ster, enquanto travesti, seria aquela que coloca mulheres trans como sendo pessoas que querem “ser mais meninas”, já que, por ser travesti, ela seria “[...] uma conjunção de homem com mulher, que travesti é isso, conjunção de homem com mulher, entendeu? Eu sou um cravo e uma flor (a colaboradora ri nesse momento)”¹³⁵. É interessante perceber como ela expressa suas percepções sobre si, falando sobre a (o) outra (o). Ao fazer isso, esta reivindica seu lugar de *feminilidade*, mas não de *mulheridade*, e isso se evidencia em alguns poucos momentos, quando ela utiliza, sem maiores constrangimentos, o artigo “o”, para se referir a si mesma, isso porque, na *feminilidade* e subjetividade de Ster, cabem os artigos “a” e “o”, ao transitar por entre suas próprias experiências.

Seriam esses acionamentos do artigo “o” “deslizes” cometidos pela entrevistada, ou seriam esses, pequenos sinais, que formalizam o desapego dela para com uma fixidez de gênero? Penso que a segunda alternativa em muito reflete suas experiências, uma vez que

¹³²KATILLEYA, 2021, p. 11.

¹³³Com relação à prostituição compulsória, nos aprofundaremos no segundo capítulo desta dissertação, ao fazermos um paralelo entre os discursos reproduzidos pelo *Jornal da Paraíba*, na década de 1990, acerca de pessoas travestis, com a realidade de vida de travestis e mulheres transexuais em dias atuais. Vale ressaltar que a menção à questão da prostituição, neste primeiro momento, se dá pelo fato de a colaboradora (Ster) “conectar in’ diretamente” sua identidade de gênero a essa prática (compulsória). Para além da prostituição, temas como violência no espaço escolar, mercado de trabalho, relação familiar e social, entre outros, serão aprofundados nos capítulos seguintes.

¹³⁴KATILLEYA, 2021, p. 11.

¹³⁵KATILLEYA 2021, p. 18.

tanto travestis quanto mulheres transexuais são construções identitárias, que desestabilizam as normas binárias, condições pelas quais a naturalização dos gêneros se baseia.

Diferentemente de Ster, que reivindica sua *feminilidade*, Talytha, que se autoidentifica travesti, reivindica sua *mulheridade*, e isso se mostrou evidente, quando lhe perguntei sobre as categorias identitárias travesti e mulher transexual: *a seu ver, existe alguma diferença entre essas duas categorias, essas duas identidades?*

Entre nós, assim, acredito que somos mulheres, né? [...] A mulher trans, ela quer realmente ser mulher completa, ela quer fazer a cirurgia, ela quer realmente se adequar e a travesti não. A travesti não liga muito pra isso, ela acaba usando seu órgão genital tranquila, tudo mais. Então, tem essa questãozinha, mas eu acredito que somos todas mulheres, mulheres travestis e mulheres trans.¹³⁶

As observações feitas por Ster e as observações feitas por Talytha, ao tratar questões relacionadas as categorias identitárias travesti e mulher transexual, no que se refere a ser “mais mulher” ou “menos mulher”, vão de encontro a pesquisa de Bruno Cesar Barbosa, em seu artigo “*Doidas e putas*”: *usos das categorias travesti e transexual*¹³⁷, ao problematizar os usos e as validações dessas categorias identitárias a partir de sua interação com pessoas que se autoidentificam como travestis, transexuais, entre outras, nas “Terças Trans”, encontro realizado na cidade de São Paulo, entre os anos de 2008 e 2009.

Nessas interações, o antropólogo percebeu a solidificação de diferenças em ambas as categorias identitárias, por parte das participantes da pesquisa, com base em pontos de vista que, por vezes, tratavam mulheres transexuais como sendo aquelas que mais se conectam com um “*ser* mulher” em sua “plenitude”, uma vez que, “acompanham arranjos corporais e performáticos, que facilitam a identificação destas como sendo ‘mais mulheres’ que pessoas travestis”. Estas últimas, no caso, seriam consideradas “menos mulheres”, por transitarem entre os gêneros ditos “normais”, lançando mão de uma “ambiguidade”, como nos sugerem algumas falas. Nesse caso, a validação dessas categorias identitárias se daria assim, de acordo com Viviane e Carol, participantes das “Terças Trans”:

Viviane destacou que “as travestis se vestem e vivem no gênero oposto, enquanto a transexual se sente no gênero oposto”. Carol a interpelou argumentando que “as transexuais não seriam gênero oposto, elas buscam um gênero alvo, pois elas sempre foram mulheres”. Diante disso, foi levantada a questão da cirurgia de mudança de sexo, se ela marcaria esta diferença entre travestis e transexuais. Todos os presentes concordaram que esta seria a primeira ideia quando pensamos nestas diferenças.¹³⁸

O teor patologizante e estigmatizante, que tenta enquadrar corpos e identidades, parece

¹³⁶VASCONCELOS, 2021, p. 8.

¹³⁷BARBOSA, Bruno Cesar. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. **Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 352-379, 2013.

¹³⁸BARBOSA, 2013, p. 359.

ter chegado nessas rodas de conversas, fazendo com que o pesquisador chegasse à conclusão de que a categoria identitária travesti está fortemente ligada ao termo “puta”, por estas “se vestirem e viverem no gênero oposto”, mas “não serem do gênero oposto”, de acordo com as participantes, relacionando-as a uma imagem por demais fetichista, vinculada a uma fantasia sexual. Enquanto isso, a categoria identitária transexual está ligada ao termo “doida”, já que, por “se sentirem no gênero ‘oposto’, sempre foram mulheres”. Também, de acordo com as participantes, as transexuais estariam ligadas a uma imagem de desequilibradas, doentes mentais, transtornadas, “aos olhos externos”, quando optam pela cirurgia de transgenitalização.

No geral, vale lembrar que muitos desses argumentos foram colocados à prova por Bento¹³⁹ (como mencionado anteriormente), ao falar sobre as múltiplas formas encontradas por mulheres transexuais, para se relacionarem com sua própria identidade e corpo. Nesse caso, em específico, faço referência a pessoas que se autoidentificam como transexuais e que não necessariamente recorreram ou pretendem recorrer à cirurgia de transgenitalização, para se firmarem nessa identidade, como impõem os *dispositivos da transexualidade* a serviço da *heteronormatividade* compulsória.

Algumas observações feitas por Bento¹⁴⁰, ao ler *Travesti: a invenção do feminino*¹⁴¹, também foram feitas por mim, já que pessoas que fizeram a cirurgia de transgenitalização se autoidentificam como travestis, ou seja, a forma de experienciar suas identidades está para além do convencionalmente imposto pelos regimes de verdade que atravessam subjetividades, sem se dar conta de que, ao longo desse processo de imposição, as negociações com a *disciplina* e a *antidisciplina* em muito favorecem esses corpos tidos como *Transgressores*.

Todas essas questões, levantadas até aqui, ratificam o poder do discurso, sua força, em especial, quando este parte de *Cistemas* de dominação, que intencionam perpassar relações interdependentes, cruzando-as paralelamente, atingindo os mais variados espaços, grupos e níveis através de suas ordens dialéticas, que, amparadas na *interdição*, na *separação*, e na *oposição verdadeiro e falso*¹⁴², anulam o que está fora do padrão, separando o discurso que deve circular na sociedade e o que deve ser negado por esta, através de um paralelo entre o que seria supostamente “verdadeiro” e o que seria “falso”.

A *interdição* funciona de modo a reprimir posições contrárias e que não fazem parte do contexto no qual ordens discursivas são difundidas, já que “sabe-se bem que não se tem o

¹³⁹BENTO, 2017.

¹⁴⁰BENTO, 2017.

¹⁴¹SILVA, 1993.

¹⁴²FOUCAULT, 1996.

direito de dizer tudo, que não se pode falar tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”¹⁴³.

A *separação*, por sua vez, teria o papel de rejeitar o discurso que não se enquadra no que é imposto e circula na sociedade como fonte obrigatória, pois

Existe em nossa sociedade outro princípio de exclusão: não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição. Penso na oposição razão e loucura. Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou contrato, não podendo nem mesmo, no sacrifício da missa, permitir a transubstanciação e fazer do pão um corpo; pode ocorrer também em contrapartida, que se lhe atribua, por oposição a todas as outras, estranhos poderes, o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar aquilo que a sabedoria dos outros não pode perceber.¹⁴⁴

Havendo uma junção entre a *interdição* e a *separação*, a *oposição verdadeiro e falso* entra como figura a exercer a função de mostrar o que é incompatível com a lei discursiva em exercício, demonstrando quão forte é o discurso, enquanto parte integrante de um sistema de dominação.

Karina Espínola (segunda entrevistada), sendo aquela com quem desenvolvi debates instigantes e determinantes para a compreensão de questões voltadas ao grupo do qual faz parte, afirma o seguinte sobre sua identidade de gênero:

[...] então, eu, particularmente, não sou redesignada, não fiz a cirurgia de genitalização, só que eu me considero uma mulher trans/travesti, entendeu? Então, muitas pessoas pensam que travesti e mulher trans tem muita diferença, mas, no meu conceito, não. Ambas são a mesma coisa. Mesma coisa que botar dois mais dois são quatro, então, não importa onde vai vim o dois, né? Vai dar quatro. [...] então, eu me considero uma mulher trans não redesignada e também me considero uma travesti. Me considero os dois! Só que eu me autoafirmo mulher trans.¹⁴⁵

Tão desprezada e desapegada a identidades fixas quanto Letícia, que autoidentificando-se como mulher trans brinca com a categoria identitária travesti a todo momento; Talytha, que ao reivindicar-se como travesti aciona a categoria identitária transexual/mulher trans; e, Ster, que se autoidentifica travesti e de forma categórica menciona a categoria identitária mulher trans (para se referir a si mesma e à sua amiga), é também, Karina, que utiliza as duas categorias identitárias em narrativas que as posicionam em uma só.

Nesse sentido, a Geni em questão, vai para a categoria identitária mulher trans, por se identificar desde o início assim; vem para a categoria identitária travesti, por segundo ela, não ter vontade ou necessidade de fazer a cirurgia de transgenitalização ou redesignação (termo utilizado pela entrevistada); e, por fim, media as duas categorias identitárias como sendo uma

¹⁴³FOUCAULT, 1996, p. 9.

¹⁴⁴FOUCAULT, 1996, p. 10-11.

¹⁴⁵ESPÍNOLA, 2021, p. 8.

só.

Ao afirmar que “dois mais dois são quatro”, ela nos alerta para o desespero da cisgeneridade, que, a todo momento, se ampara em ferramentas que buscam uma interferência nas subjetividades, entrando em descompasso, na medida em que essas identidades, ao falarem por si mesmas, tornam-se *Existências* e *Resistências*, que confrontam determinismos biológicos e enquadramentos. De qualquer forma, seus corpos seguem incomodando o *Cistema*, através do simples fato de essas identidades saírem de um “não lugar” para um lugar capaz de vociferar, pois

O conceito de autodeterminação nos coloca como protagonistas de nossas experiências subjetivas, retirando a autoridade que, na sociedade vigente, ainda está tutelada por instituições médicas, jurídicas, religiosas e estatais, que nos delimitam em uma condição subalterna, patológica, criminosa e imoral. Quando os corpos trans* assumem processos de produções discursivas sobre suas subjetividades passam a rechaçar o pensamento colonizador e os processos de patologização¹⁴⁶.

Como contraponto e a contragosto da *Cisnorma*, os corpos *Trans* transitam por entre as categorias identitárias travesti e mulher transexual, ainda que a produção discursiva da ordem em exercício insista em reduzi-las ao papel de menos humanas, partindo de lugares saturados que as marginalizam. A verdade é que suas identidades são elas quem ditam, afinal, como diria Kelly Alves (sexta entrevistada), que se autoidentifica mulher transexual, a partir de um lugar social e político:

Eu acho que as pessoas têm que parar de falar, de nomear, de desqualificar, desreferenciar, de posicionar você aqui ou ali. Quem tem legitimidade para falar quem é, o que é, como é, se não é, somos eu e você. Ninguém tem esse direito de nomear!.¹⁴⁷

Dito isso, convido as (os) leitoras (es) que aqui estão a fazerem uma leitura ainda mais atenta do capítulo seguinte, uma vez que faremos um paralelo/confronto entre os estereótipos “prostituta”, “criminosa” e “aidética” reproduzidos pelo *Jornal da Paraíba* sobre pessoas travestis (no decorrer da década de 1990), e as narrativas de nossas Geni’s (travestis e mulheres transexuais) em dias atuais.

¹⁴⁶FOUCAULT, 1996.

¹⁴⁷ESPÍNOLA, 2021, p. 8.

CAPÍTULO 2 – CARA OU COROA? Os dois lados da moeda¹⁴⁸

Ah, a gente carrega uma cruz! A gente carrega uma cruz! Porque, como eu falei, esses jornais não foram esquecidos. Eles internalizaram nas pessoas e qualquer pessoa que vê a gente, diz: é uma pessoa promiscua!¹⁴⁹

2.1 Cara e Coroa, faces de uma mesma moeda?

2.1.1 A “prostituta” com P de “PROMÍSCUA” versus “A sociedade já carimbou a gente como marginais! Já carimbou a gente como prostitutas, né?”¹⁵⁰

“Prostitutas”, “criminosas” e “aidéticas”. Imagens reduzidas ao empirismo de uma imprensa pautada na construção de verdades cristalizadas sobre o modelo ideal de família, moral, gênero e sexualidade. Assim se mostrou o *Jornal da Paraíba* impresso, durante a década de 1990, quando tratou a questão travesti. Os estereótipos, agentes solidificadores de imagens, que têm como principal função a estigmatização, foram peças fundamentais nesse processo, definindo e enquadrando identidades travestis à margem da sociedade, imprimindo um código de discursos que faz parte de uma consciência Cistematizada, que materializa em palavras o que deve *ser* e seguir.

No entanto, qual a vontade de verdade, inserida nas linhas e entrelinhas do *Jornal da Paraíba*? Criado em 5 de setembro de 1971 e extinto, em sua versão impressa, em 10 de abril de 2016, funcionando atualmente em versão on-line, o *Jornal da Paraíba* tem como proprietária a Rede Paraíba de Comunicação, afiliada da Rede Globo. Seu principal concorrente, no período de fundação, foi o *Diário da Borborema* (hoje, extinto), fundado em 2 de outubro de 1957, de circulação local (cidade de Campina Grande) e de propriedade do paraibano Assis Chateaubriand.

Em 31 de março de 1972, um ano após sua fundação, o *Jornal da Paraíba* circulou em sua versão impressa, com um caderno especial, enaltecendo *A Revolução que salvou o Brasil*, que completava seu oitavo ano. O título, desempenhando papel fundamental na construção de uma ideologia, segue abaixo da imagem de Humberto de Alencar Castelo Branco, Artur Costa

¹⁴⁸Este capítulo é composto por trechos integrais e parciais do artigo: SILVA, Kaline Leandra Barbosa da; CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. Imagens degradantes, conflitos constantes: os estereótipos travestis do Jornal da Paraíba (1990). *Revista Angelus Novus*. v. 12, n 17, p. 189485, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/189485>. Acesso em: 25 ago. 2022.

¹⁴⁹RODRIGUES, 2021, p. 20.

¹⁵⁰RODRIGUES, 2021, p. 20.

e Silva, bem como Emílio Garrastazu Médici, como nos revela Lima¹⁵¹.

A “Revolução”, com “R” maiúsculo, a qual o matutino se referiu, com ar romantizado, foi o Golpe de 1964, também com “G” maiúsculo, que instaurou uma ditadura comandada por governos militares, cujo fim se deu em 15 de janeiro de 1985, com a eleição, via Colégio Eleitoral, do presidente Civil Tancredo Neves. Inaugurado, no contexto da ditadura, o *Jornal da Paraíba* se encarregou de refletir os anseios e as “conquistas de seu povo”, transparecendo seu lugar de fala e suas vontades de verdade.

José d’Assunção Barros¹⁵², ao apontar os periódicos como *fontes históricas*, acaba por evidenciar o lugar de fala destes, uma vez que são veículos de comunicação que se sobressaem à intenção primária de veículos de informação. Se o veículo de comunicação parte de uma intencionalidade, potencializada pelo teor político, discursivo e ideológico, inserido em seu interior, o veículo de informação parte de uma intenção, e esta seria a de informar.

Montando um arcabouço discursivo, ancorado em vontades de verdade, os efeitos de realidade, contidos nessas *fontes históricas*, desprendidas de toda e qualquer neutralidade, se apoiam em finalidades que se interligam à tríade jornalística, partindo de um *polo editor*, que, ao interagir com o *polo leitor*, faz surgir uma *mensagem*. A *mensagem* em si, longe do que ingenuamente possamos pensar, não é desinteressada (uma vez que todo e qualquer discurso, seja ele escrito ou falado, é intencional) e, por esse motivo, responsabiliza-se por fazer brotar os elos necessários à compatibilidade existente entre aquele que cria o discurso e aquele que se identifica com este.

Dito isso, percebemos que, manipulando os fios do que supostamente seria *ser travesti*, articulando e redirecionando as palavras em jogos perigosos, sempre inseridos no espaço dos confrontos, dos extremos, o discurso do *Jornal da Paraíba*, na década de 90, ainda que sem autoria identificada em muitas matérias, ganhou formas bem específicas, assemelhando-se, mais uma vez, ao que Barros¹⁵³ explícita, quando afirma que o jornal, enquanto *fonte histórica*, não pode e não deve ser considerado “fonte realista”, mas um “quarto poder”, no campo político e social, lançando forte influência sobre a opinião pública.

Queiroz, ao problematizar o lugar que ocupa o jornal e como este se articula a ordens discursivas, para construir uma imagem travesti, evidencia, ainda que nas entrelinhas, o

¹⁵¹LIMA, Luciano Mendonça de. “**História e poder nas páginas de um jornal: 1971/2011**”. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2011. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=12875. Acesso em: 19 out. 2021.

¹⁵²BARROS, José d’ Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

¹⁵³BARROS, 2019.

alcance desse “quarto poder”, a partir da lógica de se pensar os jornais, de modo geral, como sistemas de poder, que lançam mão de algumas artimanhas, no intuito de garantir uma maior aceitação e vendagem, o que nos leva a concluir que

[...] para provocar, estimular, horrorizar, comover ou abalar leitoras e leitores, tais seriam os temas ideais, em escala hierárquica: primeiro o sexo, depois, a morte, seguidos de destino (catástrofes), dinheiro, tempo, generosidade e piedade (histórias de crianças e animais, em especial grandes sofrimentos, casos absurdos, emocionantes).¹⁵⁴

Tais observações, feitas pelo autor, traduzem o tom discursivo, proposto pelo *Jornal da Paraíba*, no decorrer da década de 90, isso porque os temas que provocam, estimulam, horrorizam, comovem e abalam, parecem constatar a real necessidade da utilização do termo travesti como peça-chave nos principais meios de comunicação impresso. Afinal, como suposta representante do culto ao corpo, a travesti parece se encaixar perfeitamente nos princípios sensacionalistas, sugeridos nos temas ideais. Sendo o sexo e a aparência voltados à luxúria, ao exagero, ao apego ao proibido, e, como consequência, à violência e à morte por tal “ato infrator”, frente à “moral” e aos “bons costumes”.

Essas e outras questões se tornam evidentes, quando nos deparamos com o teor político, discursivo e ideológico do *Jornal da Paraíba*, que, ao tratar do tema prostituição (sexo – primeiro tema ideal), na cidade de Campina Grande, condiciona corpos e identidades específicas (pessoas travestis), à condenação, em contraponto a mulheres cisgêneras, que, no entendimento do matutino, seriam merecedoras de piedade (sétimo tema ideal), como podemos observar logo abaixo:

Antes mesmo de completarem a maior idade, sem qualquer perspectivas de vida, elas são obrigadas a buscar um meio de vida. Mas como? Não estudam, a maioria abandonada pelos seus próprios pais. Aquela história: ‘Engravidei do meu namorado, pai e mãe me jogaram para fora’. A primeira providência correr atrás de um emprego doméstico. Isso não é fácil porque as patroas, com razão normalmente, querem saber de suas qualidades. Batem a primeira, segunda, terceira... portas, nada consegue, então resta a única chance de conseguir um ‘dinheirinho’ fácil. Fácil para umas, terrível para outras: a prostituição. São aquelas meninas-moças, umas quatro ou cinco, às vezes mais, que costumam ficar rondando as Praças Alfredo Dantas e 7 de Setembro, nas imediações das agências bancárias Itaú, Brasil e Caixa Econômica, à espera de um ‘freguês’ de preferência que possua carro e que, após saciar a fome, fome mesmo, pois o ato sexual não tem importância para elas, possam voltar para casa com algum dinheiro, muitas vezes uma quantia insignificante, embora elas costumem estipular o preço: duzentos a hum mil cruzeiros ‘Caiu na rede, é peixe’, segundo as menores prostitutas [...].¹⁵⁵

A extensa e bem posicionada matéria (localizada ao lado direito da página, com título

¹⁵⁴QUEIROZ, Igor Henrique Lopes de. “Quando a travesti torna-se notícia”. **Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História** – LHAG – Unicentro, Guarapuava, p. 266- 276, 2013, p. 268.

¹⁵⁵SILVA, Francinete. Luta pela sobrevivência leva adolescentes à prostituição. **Jornal da Paraíba**. Campina Grande, p. 6, 29 de jul. 1990. Cidade.

em destaque), de autoria da jornalista Francinete Silva, de enunciado: *Luta pela sobrevivência leva adolescentes à prostituição*, publicada no *Jornal da Paraíba*, em 29 de julho de 1990, carrega estratégias bastante convencionais do ramo jornalístico, associando-se a temas de cunho emotivo, de modo que “caberia ao repórter, portanto, achar, um ponto de interesse, de contato, uma brecha, falar o que chamava de ‘a linguagem do coração’ para atrair a leitura”¹⁵⁶. Através das palavras *luta* e *sobrevivência*, a matéria busca arrancar esse lado emotivo do (a) leitor (a), essa identificação com a causa: “lutar para sobreviver”.

Articulando prostituição e necessidade, em jogos de palavras, cuidadosamente posicionados, a autora explora o perfil de adolescentes cisgêneras, menores de idade, sexualmente exploradas, que fazem ponto nas ruas centrais da cidade supracitada, reconfigurando a geografia noturna, dando base de seus ganhos (dinheiro – quarto tema ideal) e estabelecendo os motivos pelos quais estas se prostituem.

O ato de se prostituir gera rejeição, por parte da jornalista, gerando também solidariedade para com essas “meninas-moças”, de modo que registra sua indignação com a “desigualdade” de disputa nos pontos de prostituição. Além disso, segue traçando o perfil de pessoas travestis, colocando-as como principais concorrentes das adolescentes, embora a clientela de ambas, ao que tudo indica, seja distinta. Entretanto, de acordo com o matutino:

Travestis – Como se não bastasse a difícil vida das mulheres de ‘vida fácil’, há ainda os travestis para concorrer com a classe. Na disputa pelos ‘homens’ vale tudo, perucas loiras, roupas coladas ao corpo, bijuterias e muitas outras astúcias. Cenas como essa podem ser vistas a noite, nas proximidades do Banco do Brasil, em pleno centro da cidade.¹⁵⁷

A travesti “prostituta”, apresentada pelo matutino, tem um “quê” de mistério, pois nela parece que todos os desejos são partilhados, redirecionados. As normas são quebradas com mais vigor, sagacidade, aos olhos do periódico. Põe-se em prática a necessidade de se expor mais, se expor para “ganhar a vida”, exercitando a criatividade, contrariando a *disciplina* com sua *antidisciplina*.

Nesse sentido, a *disciplina* e a *antidisciplina*, vistas a olho nu, indicam que a ação de pessoas travestis, tidas como “fracas”, em oposição aos “fortes”, na figura do Estado e da sociedade, em geral, além de criativa (como no uso das perucas), é oportunista. Por esse motivo, amplia seus espaços, usufruindo das praças e arredores das agências bancárias,

¹⁵⁶QUEIROZ, 2013, p. 266-276.

¹⁵⁷SILVA, 1990, p. 6.

praticando seu comércio ilegal do sexo¹⁵⁸. Desse modo, por vezes, a *tática (antidisciplina)* consegue se sobressair à *estratégia (disciplina)*, à medida que se reinventa e subverte o Sistema, burlando os manuais, ao sair da zona das *estratégias*, para a das *táticas*.

Ainda sobre as diversas formas de reinvenção, Fábio Ronaldo da Silva, ao fazer uma análise de matérias e cartas publicadas no jornal o *Lampião da Esquina*¹⁵⁹ (fundado no ano de 1978, por um grupo de homossexuais), com o tema velhice ou gays velhos, nos diz que: “Espaços como as praças e as ruas são também como lugares de transgressão, políticos e simbólicos em que discursos são forjados e novas estratégias são tomadas para busca e construção de direitos para as pessoas subalternizadas”¹⁶⁰.

Quanto às divisões entre as zonas de prostituição e a inserção de pessoas travestis nessas zonas, Lopes, em artigo sobre as relações socioespaciais, estabelecidas na prática da prostituição travesti, em Presidente Prudente, cidade localizada no estado de São Paulo, conclui que “a disputa por território onde as travestis estão inseridas no seu cotidiano também se expressa como luta pela própria vida; por acesso a cidade da qual são excluídas”¹⁶¹.

Para o geógrafo humano, Rogério Haesbaert, a dupla conotação de território consiste em seu caráter material e simbólico. Segundo ele, “território assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”¹⁶². Assim, percebe-se que o poder simbólico de apropriação das travestis junto às zonas é claramete deslegitimado pelo jornal, na figura da jornalista, ao fazer um paralelo entre aquelas que devem ocupar esses territórios e aquelas que não devem nem mesmo estar ali.

Com relação ainda à ocupação desses espaços, vale um retorno a um passado

¹⁵⁸A prostituição no Brasil se tornou uma ocupação profissional, reconhecida pelo Ministério público do Trabalho desde 2002, não possuindo restrições legais, desde que praticada por adultos, sem nenhum tipo de aliciamento.

¹⁵⁹Sobre o Jornal *Lampião da Esquina*, criado em 1978, ver: SOUTO MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto. Escrever para inscrever-se: epistemologia homossexual nas páginas do Lampião da Esquina (1978-1981). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.8, n. 19, p. 254-282, 2016; e SILVA, Fábio Ronaldo. “Entre os homossexuais vigora uma discriminação: a discriminação da idade” as formas de dizer a velhice no Lampião da Esquina (1978-1981). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 14, n. 1, p. 84-110, 2021.

¹⁶⁰SILVA, Fábio Ronaldo. “Entre os homossexuais vigora uma discriminação: a discriminação da idade” as formas de dizer a velhice no Lampião da Esquina (1978-1981). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 14, n. 1, p. 84-110, 2021, p. 85.

¹⁶¹LOPES, Mateus Ventuir Cardoso. Territorialização e contexto histórico da prostituição travesti em Presidente Prudente – SP: uma abordagem a partir do bairro Vila Nova e Jardim Jabaquara. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, SP, v. 1, p. 95-108, 1995, p. 99-100.

¹⁶²HAESBAERT, Rogério. “Da Desterritorialização à Multiterritorialidade”. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – Universidade de São Paulo, 2005, p. 6774. Disponível em: <http://observatorio.geografico.americalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/1_9.pdf>. Acesso em: 17 maio. 2022.

longínquo, isso porque Oliveira, em seu livro *Nem ao centro, nem à margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero*, relata a experiência de Xica Manicongo (primeira travesti brasileira até onde se tem notícias) e Yayá Mariquinha. Sobre a presença destas nos espaços públicos, a autora relata o quanto ambas quebraram os padrões, normativamente impostos, ao desafiar cada uma dessas normas. Segundo ela, “Xica Manicongo e Yayá Mariquinhas vão dando dicas de que as bichas pretas transitavam pelos espaços públicos mesmo correndo o risco de serem presas e/ou denunciadas aos tribunais do Santo Ofício”¹⁶³.

Desafiar a sociedade (como no caso de Manicongo, em meados do século XVI, e de Mariquinha, no século XIX) é uma afronta tripla, quando lançamos sobre estas os marcadores sociais das diferenças de raça, classe e identidade de gênero. De qualquer forma, o passado e a *Resistência* de ambas são exemplos para o presente de Ster (negra, pobre e travesti), que, ainda sem conhecê-las, segue seus passos, haja vista que os olhares que incomodam a entrevistada não a deixam trancada em casa, pelo contrário, chegou a afirmar que quanto mais é maltratada com olhares, palavras e ações (se referindo a pessoas *Trans*, de uma forma geral), mais busca sua feminilidade. Sobre isso, ela faz a seguinte declaração:

Quando uma pessoa agride uma travesti, eu fico mais feminina. Eu acho que eu ficando mais feminina, eu me achando mais bonita, eu acho que eu tô agredindo aquela pessoa do mesmo jeito que ela me agride com palavras. Eu tô agredindo ela com meu brilho, que se hoje em dia eu sou o que eu sou é porque eu tenho brilho, porque Deus me deu brilho, não importa o que eu seja.¹⁶⁴

Andar pelas ruas de cabeça erguida, sem sentir vergonha por isso, além de exaltar a identidade de gênero com a qual se identifica, é mostrar *Resistência*, sempre que preciso, no passo em que a estética torna-se uma afirmação política. Transitar é botar o dedo na ferida. Ferida que carece ser tocada, exposta, para que os remédios necessários lhes sejam dados.

A cidade, da qual são excluídas, enquanto território material e simbólico, objetiva a exclusão por completo de sujeitas travestis e mulheres transexuais, seja no passado, seja no presente. Não muito aquém dessa realidade, ao falar sobre o retorno de Valquíria Montini (travesti bastante conhecida na cidade de Campina Grande), à cidade natal, no ano de 1994, Azêvedo, através de relatos desta, corrobora para essa afirmação, já que, segundo ele, “Campina Grande oferecia na década de 1990 opções limitadas para vivência *queer*, ainda mais para a experiência travesti que grita no seu corpo sua identidade”¹⁶⁵. Falar sobre as limitações desses espaços é falar que “o planejamento estabelece uma organização da vida das

¹⁶³ OLIVEIRA, Megg Rayara. *Nem ao centro, nem à margem! Corpos que escapam às normas de raça e de gênero*. Salvador: Editora Devires, 2020, p. 85.

¹⁶⁴ KATILLEYA, 2021, p. 17.

¹⁶⁵ AZEVÊDO, 2015, p. 124.

peças dentro do espaço, condicionando também espacialmente práticas e cotidianos”¹⁶⁶.

E é por condicionar espacialmente práticas e cotidianos que a reinvenção e *subversão* do *Cistema*, por parte de pessoas travestis, como sugerido anteriormente, não consegue impedir a existência de uma divisão social, de cunho identitário e sexual, inserida no próprio espaço de marginalidade, estabelecida e direcionada a estas, uma vez que são posicionadas no patamar de inferioridade perante aquelas que já têm esse papel na sociedade, como é o caso das adolescentes sexualmente exploradas, mencionadas pelo *Jornal da Paraíba*.

Para além dessas observações, ao explicar o modo com o qual adolescentes, sexualmente exploradas, são sujeitadas ao trabalho sexual e como pessoas travestis são, em outras palavras, “promíscuas” (aos olhos do periódico), a jornalista acaba por construir um perfil da cidade de Campina Grande, na década de 1990. O conservadorismo, empregado nas entranhas da cidade, é recapitulado a partir da descrição da relação das jovens, com seus respectivos pais, e das patroas com estas, já que uma ordem discursiva, de bases conservadoras, é estabelecida, a qual paira sobre a sociedade da época. Sociedade essa que não aceita filhas grávidas em casa, tampouco empregadas domésticas (termo utilizado na época) “sem qualidades”.

O movimento discursivo do jornal leva a crer, a partir de estratégias previamente estabelecidas, que travestis se colocam à mercê da prostituição por prazer, através da “vontade de saciar o desejo carnal que as invadem” em forma de “promiscuidade”, enquanto “as meninas-moças” o fazem por necessidade, “para terem ao menos o que comer em casa”. Diferentemente do que expõe o periódico, as Geni’s desta pesquisa constroem novas narrativas em torno de sua relação com a prostituição. Isso porque, indo na contramão do que supõe o matutino, a relação entre pessoas *Trans* e o ramo da prostituição se dá, em grande medida, através de bases compulsórias, que condicionam identidades fora da curva à margem da sociedade.

Fruto da traição de seu pai biológico com uma profissional do sexo, Ster, em seu minúsculo quarto, de paredes cor de rosa, sentada à beira da cama, expõe a complexidade de suas experiências até aquele momento. De “família grande”, seus pais, agora separados, vivem em harmonia, de modo que ela fala o seguinte sobre sua família:

[...] meu pai é pastor da Assembleia de Deus. [...] E minha mãe é católica, ministra

¹⁶⁶AZEVÊDO, 2015, p. 85.

de eucaristia e eu atuo no Candomblé¹⁶⁷. Eles não têm atrito, não, sobre isso, não. [...] Essa minha mãe, ela não é minha mãe, não. Ela é a mulher do meu pai. Minha mãe foi puta de meu pai, é uma história muuuuuuito doida (a colaboradora ri nesse momento).¹⁶⁸

Mais do que falar sobre a relação harmoniosa existente entre ela (que atua no Candomblé), seu pai biológico (que é pastor da Assembleia de Deus) e sua mãe adotiva (ministra de eucaristia da Igreja Católica), bem como o respeito entre todos os envolvidos, a Geni em questão, in'diretamente, nos afirma que “relembrar é um ato interpretativo, no qual o sujeito atualiza uma leitura sobre o passado e as lembranças são matizadas pelas condições do presente”¹⁶⁹.

É falando sobre o passado de sua mãe biológica que Ster se posiciona no presente, afinal, a prostituição, tão propagada pelo *Jornal da Paraíba*, na década de 90, é percebida como fonte de (sobre) vivência¹⁷⁰ e *Resistência* no cotidiano de pessoas travestis e mulheres transexuais, como podemos perceber nas palavras da própria colaboradora, ao ser perguntada sobre sua profissão atual: “[...] Hoje em dia a minha profissão é garota de programa, né? Pra sobreviver, creio que a maioria de nós temos que fazer, submeter a esse tipo de trabalho”¹⁷¹. Submeter-se a “esse tipo de trabalho”, como relata a entrevistada, é também *Resistir* ao *Cistema* e as suas práticas de exclusão, que, reiteradamente, impõe limites fixos a pessoas *Trans*.

Iniciando a prática da prostituição ainda na infância (ou seja, sendo explorada sexualmente na infância), a colaboradora parece não fugir à regra a qual lhe foi direcionada. No geral, com relação à prostituição, os relatos são muitos e a ausência de oportunidade em outros campos de trabalho, como meio viável de (sobre) vivência, se mostra a todo o momento, como relata Karina (ex-profissional do sexo), que, assim como Ster, aponta a necessidade de trabalhar no ramo da prostituição, já que, segundo ela: “A prostituição, em nosso caso de pessoas trans, é a fonte da vida, porque é o único meio que você vai conseguir ajudar sua mãe, ajudar seu pai, ajudar seu irmão, seu primo, né?”¹⁷².

¹⁶⁷Sobre a relação existente entre pessoas travestis e mulheres transexuais com religiões afrobrasileiras e de matriz africana, ver: COSTA, Benhur Pinós da; NASCIMENTO, Tatiane Flôres do. As vivências travestis e transexuais no espaço dos terreiros de cultos afrobrasileiros e de matriz africana. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 181-204. 2015. Ver também: FERREIRA, Aldo Pacheco; SOARES, Kátia Reis Amorim; VIANNA, Marcos Besserman. A transexualidade e a tradição do candomblé: gênero e cultura em debate. **Revista Interfaces**, Guarapuava, n. 2. v. 9, p. 1008-1020. 2021.

¹⁶⁸KATILLEYA, 2021, p. 14.

¹⁶⁹BENTO, 2017, p. 165.

¹⁷⁰Minha referência à palavra (sobre) vivência e não sobrevivência, tem por intenção, fazê-las (os) refletir sobre a prostituição enquanto fonte de vivência, e, não apenas de sobrevivência para pessoas travestis e mulheres transexuais.

¹⁷¹KATILLEYA, 2021, p. 4.

¹⁷²ESPÍNOLA, 2021, p. 17.

Percebe-se, portanto, através da fala de Karina, que a prostituição se estabelece como fonte de renda capaz de suprir as necessidades inerentes a quem se prostitui, e a quem é beneficiada com essa prática, a exemplo dos familiares. A família, nesse caso, mostrasse como uma extensão da prática em si, ao ser tratada como aquela que precisa ser cuidada, mantida em segurança, como afirma (também) Ster, ao dizer:

É difícil minha vida, mas é uma coisa... é um programa meu e um de minha mãe, um programa meu e um de minha mãe. Ela sim! Ela, pelo fato dela ser uma senhora, né. Assim... ela têm sessenta e poucos anos, é uma senhora. [...] Aí, eu disse a ela: mãe, prostituição é difícil, não é fácil, mas, eu vou fazer de tudo. A casa que a senhora mora hoje em dia fui eu que te dei, eu reformei, fiz tudo direitinho, dei à senhora. Seis anos fora pra te dar vida boa e eu vou te dar. Agora a senhora não vai trabalhar. O que der pra fazer pra senhora, eu vou fazer.¹⁷³

O vínculo afetivo entre Ster e sua mãe adotiva reconstrói bases familiares, baseadas em laços para além dos sanguíneos. A admiração, o respeito e a afinidade entre ambas moldam a cumplicidade descrita pela entrevistada, que, ao falar em quem se inspira, diz: “Me inspiro na minha mãe mesmo. [...] Eu acho que a convivência deixou a gente muito parecidas”¹⁷⁴. A mãe adotiva, por quem a Geni em questão nutre uma verdadeira adoração, é aquela com quem ela divide o faturamento, advindo do trabalho nas ruas das cidades por onde transita.

A proteção direcionada, por parte de pessoas travestis e mulheres transexuais a familiares, sejam estes próximos ou não, decodificam as relações de poder, entranhadas nessas mesmas relações, muito embora, aparentemente, esse “dar” financeiro e “receber” carinho, camuflem o real interesse existente em muitas dessas trocas (não pretendemos, com isso, fazer uma espécie de generalização de possíveis padrões existentes nas relações entre pessoas *Trans* e seus familiares). Sendo assim, a rejeição para com estas sujeitas parece ser “atenuada” com a contribuição econômica, negociada entre as partes. Dependendo da ajuda financeira, a relação entre estas e seus respectivos familiares se dá de modo “menos agressivo”. Entretanto, isso não exime a aversão estabelecida para com pessoas travestis e mulheres transexuais no seio familiar, já que tais relações podem se dar de formas diversas.

Desse modo, os cuidados mencionados por Marilac¹⁷⁵, quanto a seus familiares, a exemplo de sua mãe, irmã e respectivos companheiros; pelas muitas “personagens” encontradas na Lapa carioca, por Silva¹⁷⁶, que constantemente evidencia questões relacionadas ao papel que estas desempenham junto à família, quando o assunto se volta às

¹⁷³KATILLEYA, 2021, p. 23.

¹⁷⁴KATILLEYA, 2021, p. 17.

¹⁷⁵MARILAC; QUEIROZ, 2020.

¹⁷⁶SILVA, 1993.

finanças da casa; por Karina, ao mencionar a prostituição como “fonte de vida” para pessoas *Trans*; por Ster, que se dedica à melhoria da condição de vida de sua matriarca; além de nossas Geni’s, de uma forma geral (uma vez que foi possível perceber nas entrevistas o cuidado das colaboradoras para com seus parentes) e, de tantas outras, que retratam a realidade de pessoas travestis e mulheres transexuais, que cooperam financeiramente com as necessidades de seus familiares, como podemos evidenciar nos relatos até aqui apresentados.

Muitos desses relatos se dão de forma “silenciosa”, ganhando outros rumos, bastando apenas que recorramos à observação como meio viável de acesso às sensibilidades e intimidades em torno da troca entre colaboradora/pesquisadora e colaboradora/entrevistada, como propõe Meihy¹⁷⁷. Isso porque, ao observar a relação entre as Geni’s desta pesquisa e seus familiares, esbarramos na relação delas com a prostituição, percebendo, em decorrência disso, a vinculação entre as mesmas, enquanto profissionais do sexo, e, seus clientes, como veremos agora, através das experiências e trocas com a própria Ster.

À noite, às claras, dado seu trabalho, e, sua gentileza em me receber, permitiram-me vivenciar, junto a Ster, experiências para além do que me foi apresentado em narrativa. O telefone, que não parava de tocar, o riso por entre os dentes e as frases “soltas” da entrevistada, acompanhavam não somente seu cansaço, como também a relação estabelecida entre ela e a hipocrisia estampada na face desconhecida dos “pais de família”, que a procuram com frequência. As batidas insistentes na porta da frente e os gritos, que ansiavam sua presença, vindos do lado de fora da casa, partindo de um de seus clientes, às 10h31min, após quatorze minutos e cinquenta e cinco segundos do início da entrevista, pareciam contrastar com sua realidade, uma vez que os corpos que a acariciavam a noite e a procuravam de forma desesperada durante o dia, são os mesmos que a violentam em vida.

No entanto, para toda essa hipocrisia, existe a voz de Ster, que encontra em sua narrativa um meio de não apenas *Existir*, como também *Resistir*. “Sem perceber” (termo utilizado entre aspas, uma vez que toda narrativa é intencional), ela e suas percepções sobre o todo parecem coincidir com o artigo de Souto Maior Júnior¹⁷⁸, ao analisar os textos da seção “Cartas na Mesa”, do jornal *Lampião da Esquina*, enviadas por homens que se identificam enquanto homossexuais. Se, para o pesquisador, as cartas endereçadas ao jornal, por esses sujeitos, são percebidas como sendo uma forma de escrever, para se inscrever, para Ster (e para as demais entrevistadas), narrar suas experiências é se inscrever no mundo, dando e

¹⁷⁷MEIHY, 2015.

¹⁷⁸SOUTO MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto. Escrever para inscrever-se: epistemologia homossexual nas páginas do *Lampião da Esquina* (1978-1981). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 254-282, 2016,

ganhando vida, através de muitas de suas Histórias, que, agora contadas, não mais existem apenas para ela.

Essas Histórias nada mais são que marcas. Marcas que nos dizem que “somos feitos nessas marcas e por essas marcas nos deixamos fazer, numa espécie de geografia muito singular que criamos ao experimentar o mundo”¹⁷⁹. E é narrando essas marcas, em uma espécie de escrita de si, que a intimidade entre a colaboradora e seus respectivos clientes é compartilhada, de modo a salientar a realidade na qual se encontra. Falar sobre como essas relações se estabelecem e são estabelecidas, perante a sociedade e diante de suas próprias apreensões, para além das minhas, em muitos momentos, determina o já sabido, já que “a mão que a apedreja a acaricia”.

As carícias trocadas entre quatro paredes, reservadas à escuridão da noite e, até mesmo, a surdina de espaços “abandonados”, entre outros, dão lugar as pedras lançadas sobre seus corpos, nas ruas de João Pessoa¹⁸⁰ e nas demais cidades e regiões do país, evidenciando a duplidade dessas interações, como mencionadas por Ster, ao falar sobre o questionamento que fez a um de seus muitos clientes, com quem se relaciona há dez anos, segundo ela, “antes dele ser famoso, antes dele ser famosinho”¹⁸¹:

Eu mesmo chego aqui em João Pessoa, com dois dias, saio com um que eu olhei pra ele e eu fiz: meu filho, você uma vez divulgou um discurso tão bonito transfóbico de uma travesti que foi presa. Ele fez: você é diferente. Eu fiz: não, eu sou igual, do mesmo jeito. Sou travesti, meu amor. Não importa o que ela faça, as atitude dela é as atitude dela. Quando você for falar de uma travesti, pense. Quando a gente fala que o homem é canalha, o homem é safado, vocês não gosta, porque a gente tá se referindo a todos, porque, realmente, nem todo homem é safado, nem todo homem é canalha. Existe homem honesto, existe homem fiel, é difícil, mas tem. Do mesmo jeito, que também têm muitas travestis que é honesta, que trabalha à noite, honestamente. Aí ele parou o carro, olhou pra minha cara, aí ele: é Ster, você falou pouco e falou bonito. Nunca mais eu vou fazer o mesmo discurso. [...] Eu disse a ele: eu fiquei com isso na minha cabeça, eu esperei a oportunidade certa, foram oito anos, pra eu falar e eu falei. Mesmo assim, ele saiu comigo e, hoje em dia, continua saindo comigo. Eu acho que foi ele que ligou quase agora.¹⁸²

A relação da Geni em questão com seu cliente “famosinho”, sua inquietação diante dos discursos direcionados às identidades consideradas *dissidentes*, como a dela, por parte deste, e seu falar, rebater e questionar, após anos, o episódio promovido por ele, corrobora para o empoderamento de vozes silenciadas, mas nunca silenciosas, como a da própria

¹⁷⁹FERREIRA, Ligia Hecker; SILVEIRA, Marília. Escritas de si, escritas do mundo: um olhar clínico em direção à escrita. *Athenea Digital*, p. 243-263. 2013, p. 244. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/athdig/athdig_a2013m11v13n3/athdig_a2013m11v13n3p243.pdf. Acesso em: 24 out. 2022.

¹⁸⁰Sobre a violência praticada contra pessoas travestis e mulheres transexuais, nas ruas de João Pessoa, ver: <https://www.polemicaparaiba.com.br/na-rota-da-justica/grupo-suspeito-de-ameacar-mulheres-trans-e-investigado-em-joao-pessoa/>

¹⁸¹ KATILLEYA, 2021, p. 11.

¹⁸² KATILLEYA, 2021, p. 11.

entrevistada, que demonstra sua revolta através das palavras. O empoderamento, em suas palavras, nos lembra o que diz Joice Berth:

Ora, se a coletividade é o resultado da junção de muitos indivíduos que apresentam algum – ou alguns – elemento em comum, estamos falando de um processo que se retroalimenta continuamente. Indivíduos empoderados formam uma coletividade empoderada e uma coletividade empoderada, conseqüentemente, será formada por indivíduos com alto grau de recuperação da consciência do seu eu social, de suas implicações e agravantes.¹⁸³

É recuperando o seu eu social, bem como suas implicações e agravantes, estimulada por seus iguais, que Ster, através de palavras de empoderamento, reverte o ódio (vindos de seu agressor) em raiva (forma encontrada por ela, para reagir a essas agressões). Audre Lorde, ao diferenciar ódio e raiva, afirma que “esse ódio e a nossa raiva são muito diferentes. O ódio é a fúria daqueles que não compartilham os nossos objetivos, e a finalidade é a morte, a destruição. A raiva é um sofrimento causado pelas distorções entre semelhantes, e a sua finalidade é a mudança”¹⁸⁴. Ainda sobre isso, a autora percebe a raiva enquanto linguagem de ação, que deve ser usada como ferramenta capaz de fazer mudar as coisas, uma vez que ela própria reconhece: “não sou livre enquanto qualquer outra mulher for prisioneira, ainda que as amarras dela sejam diferentes das minhas”¹⁸⁵.

Falar sobre essas noites, reviver essas experiências, é externalizar a raiva existente em Ster, que acaba por evidenciar o lugar de privilégio que nós, mulheres cisgêneras, ocupamos, isso porque, a exemplo dela, muitas travestis e mulheres transexuais são posicionadas no ramo da prostituição não por escolha, mas por imposição (não queremos com isso generalizar, uma vez que muitas se identificam com a profissão, como é o caso de Moira¹⁸⁶) de um Estado¹⁸⁷, que, ao desmerecer suas identidades, contribui, de forma significativa, para a clandestinidade destas, apartando-as de relações sociais que se amparam no respeito mútuo entre as partes.

O descontentamento com a prática da prostituição e a ausência de oportunidade são constantes em suas falas, o que nos faz perceber que a igualdade almejada por pessoas *Trans* se mostra ausente de todas as formas. Além disso, a exclusão em espaços necessários é uma realidade concreta, como podemos ver logo abaixo:

¹⁸³BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Jandaíra, 2020, p. 52. (Coleção Feminismos Plurais).

¹⁸⁴LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 164.

¹⁸⁵LORDE, 2020, p. 169.

¹⁸⁶MOIRA, Amara. **E se eu fosse pura**. Edição revisada e atualizada. São Paulo: Hoo Editora, 2018.

¹⁸⁷Para um debate mais aprofundado acerca do conceito de Democracia (lançando reflexões sobre como, conseqüentemente, esta impacta a vida de pessoas travestis e de mulheres transexuais), ver: CHAÚÍ, Marilena. Democracia e socialismo: participando do debate. In: **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1990, p. 163-272. MORAIS, Lecio; SAAD FILHO, Alfredo, Introdução; Parte II: A construção de uma democracia frágil, In: **Brasil: Neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018. SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução; Parte III: Democratizar a democracia. In: **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, p. 13-22; p.117-169, 2016.

A grande questão é que, para muitas, essa é a única opção de trabalho, já que os empregos formais excluem travestis e transexuais não apenas por conta da transfobia estrutural, mas também pelo fato de elas não terem componentes mínimos exigidos em muitos empregos, tais como o ensino médio completo.¹⁸⁸

Lançando sobre nós questões fundamentais para se pensar a prostituição compulsória, enquanto única fonte de (sobre) vivência de pessoas travestis e mulheres transexuais, a autora em questão nos alerta para a transfobia estrutural, inserida no seio educacional e no mercado de trabalho. A exemplo disso, fazemos menção, inicialmente, à transfobia praticada em espaço escolar.

Sobre o preconceito existente nesse espaço, Oliveira, em seu livro *O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*, ao contar suas experiências, demarca a atuação de Cistemas disciplinares, bem como sua rigidez e operacionalização, que, ao demonizar a *Existência* de travestis, afirma que a cisgeneridade, a heterossexualidade, a branquitude e o alto poder aquisitivo são o padrão escolar. Ao rememorar os tempos de escola, ela fala que

O primeiro material didático escolar como qual tive contato foi uma cartilha que tinha o sugestivo nome de Caminho Suave assinado por Branca Alves de Lima (1911 – 2001), que propunha um sistema de alfabetização por meio do uso de imagens. Essa cartilha foi uma ferramenta bastante eficaz no processo de me ensinar a ler e a escrever. A ilustração da capa mostrava um saudável e bem vestido casalzinho formado por um menino branco, de cabelos castanhos claros, e uma menina loira de mãos dadas, caminhando em direção à escola em meio a um cenário de cores vibrantes que lembrava o filme Walt Disney Alice no país das maravilhas (1951). Essa imagem afirmava padrões de branquitude e da norma cisgênera heterossexual e informava a mim e a outras crianças pobres, negras e/ou lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), que nossa caminhada dentro da escola não seria assim tão suave.¹⁸⁹

É trazendo à luz do dia as estruturas de opressão, entranhadas em nossa sociedade, que a autora reitera a *interseccionalidade*, presente nos marcadores sociais das diferenças, tais como: identidade de gênero, sexualidade, raça e classe. Essa exclusão ocorre, em grande medida, pelo fato de a escola ser um “espaço de desenvolvimento de estratégias de disciplina dos corpos e demarcação das possibilidades de aprendizado do ‘masculino’ e ‘feminino’”¹⁹⁰. Nestes espaços é reiterado exaustivamente os comportamentos permitidos e vistos com concordância perante o olhar panóptico dos “educadores”.

Essa opressão, normatizada em ambiente escolar, proíbe, através da disciplinarização,

¹⁸⁸NASCIMENTO, 2021, p. 178.

¹⁸⁹OLIVEIRA, Megg Rayara. **O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. Salvador: Editora Devires, 2020. p 28- 29.

¹⁹⁰AZEVÊDO, 2015, p. 37.

a urgência pela liberdade de corpos e identidades marcadas pela discriminação. Sendo assim, enfatizamos que “o tempo passa, mas o alvo continua sendo o mesmo, as pessoas negras, gordinhas, com deficiências, ou até mesmo, aqueles que apresentam traços de sexualidade e gênero fora do ‘padrão’”¹⁹¹. O “padrão” instituído, quando não alcançado, torna pessoas consideradas *dissidentes* alvo de “brincadeiras” e “chacotas”, como relata Talytha:

[...] eu sofri muito bullying na escola. Todo mundo brincava, chacotava, muitas e muitas vezes eu fui até chamada na coordenação da escola, porque, na cabeça da coordenadora, eu que tava errada de ser como eu era e eu tinha que ter um jeito padrão, que era masculino de ser, e eu não conseguia ser. Eu exteriorizava muito quem eu era, então, isso me causou muito bullying tanto na vida acadêmica escolar na infância, como na adolescência mesmo. [...] Na escola, a questão do bullying mesmo, a questão do bullying foi o que mais me marcou na escola. Era tapa na bunda que eu levava, chacota, muito apelido e, na sociedade, eu acredito que... Na sociedade, é a mesma coisa, o que acontecia na escola, acontecia na rua.¹⁹²

É traçando as armadilhas de um modelo hegemônico, impetrado no espaço escolar, que a entrevistada conversa com traumas antigos. Nessa conversa, eles dizem que os processos de pedagogização da escola têm como principal função o preconceito e, por esse motivo, ela seria aquela que não é “bem-vinda”. Desse modo, a manifestação de todo e qualquer tipo de ato de violência, direcionada a ela, é percebida como natural, já que, “na cabeça da coordenadora”, ela estava errada. O “erro”, nesse caso, se aplica à própria *Existência* dela, que “insiste” em se manter “fora do padrão”. Contudo, lembremos que,

Embora a escola pública faça parte de uma estrutura estatal, ela não representa apenas o Estado. Os múltiplos discursos e sujeitos que circulam no seu interior não são resultados de processos disciplinares desenvolvidos somente pelo Estado. Mesmo porque o poder não é exercido apenas pelo Estado operando em diversos espaços e de maneira distintas – no asilo, na clínica, na prisão, nas relações que se estabelecem entre os indivíduos etc.¹⁹³

Como uma extensão de casa, a escola se transforma em campo de disciplinarização, que busca, na pirâmide do poder, refletir o *corpus* social que nos cerca. Como bem mencionado por Talytha: “na sociedade é a mesma coisa”. Sendo assim, esse espaço de sequestro exerce, de forma “eficaz”, a manutenção de saberes, visando a separação entre aquelas (es) que reproduzem os discursos do *status quo* e aquelas (es) que negam, de forma veemente, esses discursos, por meio de suas próprias vontades.

Sobre a experiência no espaço escolar, Karina reage, dizendo que

[...] já na escola, foi onde veio o início do enfrentamento de tudo, né? Foi onde veio o bullying, assim, que ninguém imagina que você vai sofrer isso em tal colégio, ninguém imagina que o colégio é realmente um lugar que possa traumatizar tanto uma pessoa que nem a gente. [...] Então, saí do colégio, fui para outro colégio, por

¹⁹¹ODARA, Thiffany. **Pedagogia da Desobediência**: Travestilizando a Educação Salvador: Editora Devires, 2020, p. 85.

¹⁹²VASCONCELOS, 2021, p. 13.

¹⁹³OLIVEIRA, 2020, p. 54.

modismo, não me dei bem no outro colégio, quando eu fui voltar para o outro colégio, que eu já era, a diretora chegou pra minha mãe e falou que não ia me aceitar mais no colégio, porque não sabia lidar com meu comportamento. Meu comportamento era muito diferente dos meninos, e eles já não me queriam mais lá, porque não sabiam lidar comigo [...].¹⁹⁴

A inconformidade, por parte da Geni em questão, se dá pela revolta diante do trauma, de ter sofrido bullying, não apenas por parte do alunado, como também por parte da direção da escola, que a rejeitou pelo fato de, segundo a diretora, não “saber lidar” com o seu comportamento. As marcas deixadas pelo passado são refletidas nas palavras da colaboradora, na medida em que ganham contornos variados a depender dos estímulos oferecidos, na dinâmica entre colaboradora/entrevistadora e colaboradora/entrevistada. Os estímulos foram muitos, tantos que, quando perguntada: *qual a experiência que mais a marcou?*, a resposta foi a seguinte:

Foi a do colégio. Foi um não, assim, na cara dura, com quinze, dezesseis anos de idade, dizer: Não! não sabemos lidar com o comportamento do seu filho! Não só pra mim, como também pra minha mãe, porque era um colégio que eu sempre estudei, que eu tinha um conhecimento com os donos do colégio, entendeu? (nesse momento, a colaboradora esboça risos sem graça). Então, era algo muito íntimo, muito pessoal, tanto é que meu nome é Karina, por causa da filha dessa coordenadora desse colégio.¹⁹⁵

Os risos sem graça, seguidos da revelação sobre a escolha de seu nome, revelam, também, a insatisfação de colégios privados perante a presença dela, por parte da figura maior do espaço (diretora/coordenadora – termos utilizados pela entrevistada). Nesse sentido, vale refletir não apenas sobre a figura que exerce poder sobre os corpos e identidades das (os) sujeitas (os) que transitam no espaço escolar, mas também sobre aquelas (es) que reproduzem discursos de ódio.

Favero, ao relatar suas experiências como estagiária (na área de psicologia) em ambiente escolar, detalha os apontamentos carregados de gargalhadas e deboches, por parte de estudantes, chegando à conclusão de que “a ideia de que era engraçado apontar alguém como ‘meu namorado’ fazia parte de uma lógica que situava mulheres trans e travestis à posição de anormalidade”¹⁹⁶.

A *disciplina* e o poder, que nessas instituições se perpetuam, realçam que a flexibilidade dos corpos deve se sujeitar à aplicação de medidas “educativas” e punitivas, com base em um padrão estabelecido, que dita que tanto o gênero quanto a sexualidade têm papel fundamental na conservação do dito “normal”, em oposição a uma “anormalidade”, que põe

¹⁹⁴ESPÍNOLA, 2021, p. 15.

¹⁹⁵ESPÍNOLA, 2021, p. 28.

¹⁹⁶FAVERO, 2020, p. 29.

na balança o que seria “verdadeiro” e “falso”.

Dito isso, é inevitável presumir que a evasão escolar de pessoas travestis e mulheres transexuais se dá pela exclusão destas em lugares que têm por obrigação se voltarem ao acolhimento desse público, afinal:

A própria Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases (1996) trazem a inclusão, o respeito, o trabalho com a diversidade. Entre os principais subsídios têm-se os fundamentos éticos de liberdade, dignidade, respeito mútuo, justiça, solidariedade em questão a diversidade cultural, combatendo assim a injustiça social; os conhecimentos jurídicos que são essenciais para a garantia dos direitos humanos; os conhecimentos sociológicos que trazem as possibilidades da compreensão das diferentes naturezas; conhecimentos antropológicos que trazem o estudo da alteridade, ou seja, do direito de ser e se reconhecer como indivíduo em sociedade dotado de valores que traz consigo uma história; os conhecimentos populacionais que possibilitam discutir dados, distribuição história e geografia, oferecendo assim, subsídios para a compreensão dos comportamentos culturais e populacionais do país; e os conhecimentos psicológicos e pedagógicos que possibilitam intervenções eficazes contra a discriminação e o medo, aflorados pelo “desconhecido e o diferente”.¹⁹⁷

Embora a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases tenham o dever de garantir as cidadãs (os) brasileiras (os) o direito à igualdade, na prática, isso não acontece, como destacado por Paola, ao relatar os motivos de não ter concluído o Ensino Médio:

Não, devido também a esse negócio do nome. Fico muito constrangida. Que tem uns professores que não aceitam chamar pelo nome social, elas botam pra... pra passar vergonha mesmo, e é feio isso, é horrível, porque dentro de uma escola, que é pra dar educação aos povo, não tem educação. Pra mim, não é educado chamar o nome de uma pessoa, que a pessoa não goste, que não se sente bem.¹⁹⁸

O motivo apresentado pela Geni em questão, para a evasão escolar, é justificado pela recusa, por parte dos profissionais da educação, em chamá-la pelo nome com o qual se identifica. Sendo assim, a educação, como campo necessário ao desenvolvimento humano, se mostra falha aos olhos de dela, que reivindica o mínimo de respeito perante aquelas (es) que lá estão para contribuírem, antes de mais nada, com a desconstrução de todo e qualquer tipo de discriminação.

Segundo dados do Projeto Além do Arco-íris/Afro Reggae¹⁹⁹, cerca de 72% da população de pessoas travestis e mulheres transexuais não possuem o Ensino Médio, enquanto 56% não possuem Ensino Fundamental, o que faz com que apenas 0,02% destas consiga adentrar nas universidades. Os motivos do abandono variam, sendo a necessidade de se inserir no mercado de trabalho e o preconceito latente, em espaço escolar, os principais. Em linhas gerais, a verdade é que os dados apresentados correspondem à realidade de vida desse grupo,

¹⁹⁷ODARA, 2020, p. 86-87.

¹⁹⁸PAOLA, 2021, p. 4.

¹⁹⁹Dados disponíveis em: <https://www.afroreggae.org/wp-content/uploads/2014/05/InfoReggae-Rio-Ed.-21-Evento-Alem-do-Arco-Iris.pdf> Acesso em: 18 dez. 2022.

que, constantemente, é levado ao limite máximo de (sobre) vivência.

Quando perguntadas sobre a relação que estas possuem com o mercado de trabalho, as respostas parecem seguir um mesmo padrão discursivo, ainda que com características particulares, inerentes à percepção de cada uma frente à experiência. Talytha (ex-profissional do sexo), ao relatar algumas das barreiras encontradas em outros campos de trabalho, faz a seguinte declaração:

Uma experiência que eu tive... Logo quando eu comecei minha vida profissional, eu coloquei muitos currículos em várias fábricas aqui de Campina Grande, no comércio, supermercados, em muitos lugares eu coloquei, logo quando eu fiz 18 anos e alguns lugares me chamaram pra fazer entrevista, mas aí, quando viam que eu tinha trejeitos, que eu era digamos, afeminado... na época, não era... Não tinha nem me tornando trans realmente, porque a minha família não permite, né? [...] Então, eu ainda tava no meio da transição e eu acho, acredito que as pessoas do RH notavam... notavam. Todo mundo notava os meus trejeitos, que eu sempre sonhei em ter características femininas, então, isso me atrapalhou bastante, eu acredito que por esse fato eu não tenha conseguido um emprego formal naquela época, pelo fato, preconceito mesmo, pelo fato do pessoal ver que eu era uma pessoa trans ou travesti e não me dar oportunidade, simplesmente por isso.²⁰⁰

Mais uma vez, os olhares cisgêneros, que investigam os “deslizes” de gênero, entram em ação, para denunciar quem deve e quem não deve fazer parte do quadro de funcionários da empresa. Esses mesmos olhares cisgêneros, que enquadraram Talytha (no passado), enxergando nela a *subversão* em pessoa, enquadram Paola (no presente), que, emocionalmente abalada com as constantes recusas de seu currículo, comenta sobre sua relação com o mercado de trabalho:

[...] eu nunca arrumei nenhum trabalho, nunca arrumei nenhum emprego, por eu ser trans. [...] É... Eu não vou... (nesse momento, a colaboradora se mostra extremamente emocionada). Não tem nem como eu falar, que eu não... Nunca nem... eu sempre recebo não. Antes de eu entregar o currículo, eu já recebo não. [...] Eles falam que é pra... É porque os povo vão deixar de comprar na loja, os povo vão ficar olhando de mau jeito, e tudo isso vai sobrar pra empresa, que eles tão... É isso. Não tem nem como eu falar dessa questão de emprego. [...] Isso foi uma loja, isso foi uma loja de roupas, que eu fui e eles falaram que não aceitaria, porque eu era trans e os clientes não ia gostar, isso foi constrangedor pra mim, e isso foi um marco pra mim não ir procurar mais nenhum emprego aqui na Paraíba. Mas, nos outros canto que eu fui, só recebia não, não. Mas não dizia por que. E esse negócio dessa loja, eu preferi tirar da minha mente, tirar da minha cabeça, porque eu ia entrar em depressão. Hoje, eu adquiri uma ansiedade, eu tenho ansiedade através dessa loja e eu tenho que tirar isso da minha mente. Não gosto de tá falando... não gosto nem de tá falando, porque eu me lembro (nesse momento, a entrevistada se mostra extremamente emocionada, ao lembrar de tal episódio, gerando, inclusive, lágrimas em seus olhos).²⁰¹

Visivelmente abalada e frustrada, ao falar sobre sua relação com o mercado de trabalho, Paola lacrimeja ao se lembrar desses momentos, mencionando um em específico, o qual foi responsável por lhe causar fortes crises de ansiedade. A loja de roupas, mencionada

²⁰⁰VASCONCELOS, 2021, p. 5.

²⁰¹PAOLA, 2021, p. 5-6.

por ela, é trazida em suas lembranças como sendo aquela que lhe roubou o sonho de trabalhar “[...] fixo mesmo, carteira assinada, e pelo que eu vejo, vai demorar acontecer”²⁰². Esses episódios rememorados, mais de uma vez, apontam para as observações feitas por Pollak, ao falar sobre memória e identidade social, isso porque, segundo ele,

Todos os que já realizaram entrevistas de história de vida percebem no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante. É como se, numa história de vida individual – mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças.²⁰³

A solidificação dessas memórias, a busca por emprego com carteira assinada e a negativa, por parte dos empregadores, geram um sentimento de inutilidade na entrevistada, fazendo com que esta levante a hipótese de trabalhar como profissional do sexo, embora sua mãe se negue a aceitar tal trabalho (além disso, percebi que essa alternativa não se trata de uma vontade real, por parte da Geni em questão).

As conversas com Paola, Rebeca e com as (os) que lá estavam naquela tarde, giraram em torno de uma mobilização para ajudá-las. Paola, em especial, demonstrou entusiasmo com a possibilidade de agilizarem, junto a ASPTTRANS, seu processo de retificação de prenome. Segundo ela, a realização de tal feito poderia fazer com que conseguisse efetivar o acesso ao mercado de trabalho. Não suportava mais trabalhar como cabeleireira em casa, por conta própria, sempre que a procuravam, isso porque, como ela afirma: “Eu quero trabalhar com o que eu goste! (entonação de voz mais alta na palavra GOSTE) e mexer... não é coisa que eu goste”²⁰⁴. “Mexer” com cabelo é, para ela, um “bico”, do qual ela não se agrada, mas que se submete por necessidade, para contribuir com as finanças em casa.

Sujeitadas a trabalharem com o que não querem (a exemplo de Paola), travestis e mulheres transexuais parecem ser conduzidas a empregos específicos (quando os conseguem), como relata Letícia, ao falar sobre a ausência de oportunidade:

É perigoso ver minhas amigas... podendo tá em outro patamar, mas a sociedade é tão cruel, faz com que isso aconteça. Porque você pode ver uma menina trans numa recepção de um hotel, você pode ver uma menina trans num caixa de supermercado. Mas, por que a gente tem que ser cabeleireira, a gente tem que ser mãe de santo, a gente tem que ser... sabe? A gente já sabe até o emprego das travestis. Hoje, você vê uma gestora, você vê uma gestora... você vê, né? Mas é muito difícil, é muito grosso, assim... colocam a gente naquele estabelecimento e pronto! Engraçado, eu fui almoçar num restaurante e a comida era deliciosa, era uma comida impecável.

²⁰²PAOLA, 2021, p. 5.

²⁰³POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5. n. 10, p. 200-212, 1992, p. 201.

²⁰⁴PAOLA, 2021, p. 5.

Era feita por uma travesti, lá atrás escondida, ninguém via que era ela. Ela tinha que esperar todo mundo sair, depois ela sair. Então... como a gente é escondida da sociedade. Como os patrões botam a gente escondida (nesse momento, a colaboradora enfatiza a palavra PATRÕES, com uma entonação de voz mais alta).²⁰⁵

É falando sobre a situação de pessoas travestis e de mulheres transexuais no mercado de trabalho, mencionando a prostituição (embora não apareça, nesse pequeno trecho) como um dos trabalhos condicionados a estas sujeitas, que Letícia através de suas próprias experiências, elabora a forma com a qual o *Cistema* manipula a inserção ou não inserção de pessoas *Trans* no mercado de trabalho.

Esconder a figura de uma travesti, em um estabelecimento comercial, a mando do patrão, como a colaboradora sugere, é uma das muitas *estratégias*, orquestradas pelo *Cistema*, para manter a invisibilidade dessas identidades. Esconder é enterrar aos poucos a *Existência* de travestis e mulheres transexuais em nossa sociedade, sociedade esta que as julga menos humanas, a partir de um reforço da bestialização das mesmas, que *Resistem* em meio à exclusão imposta pelo *status quo*.

Ser notada, sem aparecer em público, embora não pareça de imediato *Resistência*, é um forte indício desta, afinal, as *táticas* utilizadas para burlar as normas são infinitas, como ressalta a própria Favero, através de sua experiência:

Embora tivéssemos reuniões com o diretor, que, por sinal, era um padre, eu permanecia atrás das outras estagiárias, sempre calada e pronta para dar algum sorriso de confirmação. O fator voz era o único que eu tinha controle, já que sobre a aparência não existia a menor possibilidade de evitar que descobrissem o assombroso fato: uma das estagiárias era travesti. Então, permanecer em silêncio significava uma submissão que também era resistência.²⁰⁶

Resistir, nesse caso, tanto para a cozinheira, mencionada por Letícia, quanto para a autora supracitada, é aparecer o menos possível, para, assim, permanecerem nos espaços que lhes foram negados pela ordem oficial em exercício, que, a contragosto, se vê diante da *antidisciplina* de identidades *Trans*, que ocupam esses mesmos espaços, curiosamente, arquitetados para a exclusão destas. A *antidisciplina* ativa a desestabilização do lugar, a partir de práticas cotidianas reinventadas; afinal, como mostra Certeau:

A tática [...] opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.²⁰⁷

²⁰⁵RODRIGUES, 2021, p. 21.

²⁰⁶FAVERO, 2020, p. 30.

²⁰⁷CERTEAU, 2007, p. 97.

Diante dessas situações, as reflexões, lançadas pelas Geni's, quando perguntadas quais seriam as consequências dos estereótipos “prostituta”, “criminosa” e “aidética”, na vida de pessoas travestis e mulheres transexuais, em dias atuais, reforçam que, embora as astúcias praticadas em benefício próprio, por sujeitas travestis e mulheres transexuais, a exemplo da cozinheira e de Favero, se mostrem verdadeiras válvulas de escape, capazes de fazer pequenas e necessárias revoluções, a estigmatização dessas *Existências* não deixa de perpetuar ausências, sejam estas de oportunidade, ou não. Ainda sobre essas ausências, Kelly (ex-profissional do sexo), que teve um estágio negado na área em que atua (Serviço Social), faz a seguinte reflexão:

Entrei no campo de estágio e me foi negado um campo de estágio em um local onde trata de violência de gênero contra mulheres cis (nesse momento a colaboradora enfatiza a frase: violência de gênero contra mulheres cis), porque esse povo sequer sabe a conotação do que é ser mulher, né. Sabe o que é uma vagina, mas o que é ser uma mulher, esse povo não sabe o que é, e foi negado o campo de estágio, eu fiquei sabendo. Isso me deixou triste, muito triste! E aí eu fiquei muito abalada, porque assim, eu não esperava, né. A gente espera violência, lógico, porque a gente sofre violência rotineiramente, mas daquele local eu não esperaria, eu não esperava.²⁰⁸

As violências surgem de todos os lados, e a “surpresa” da entrevistada, bem como a revolta diante da situação, fazem com que ela situe o lugar social no qual travestis e mulheres transexuais são posicionadas perante a sociedade, em especial, quando o assunto é mercado de trabalho. A negação, que se faz sobre sua *Existência*, acaba por desmerecer não somente sua identidade, como também o papel exercido por esta, enquanto profissional, que atua como agente pacificadora de conflitos. Ser considerada menos mulher, por não possuir vagina, a fez levantar reflexões sobre o que de fato seria “*ser mulher*”. Nesse caso, mais uma vez, a pretensa *essencialidade* do gênero é colocada em discussão, de modo a ser desmascarada.

Essa pretensa *essencialidade* tem mais a ver com o *habitus* – conceito formulado por Pierre Bourdieu em *Questões de Sociologia*, mencionado por Bento²⁰⁹ – do que com a realidade do gênero em si, como menciona a autora, ao conciliar o conceito exposto com o de gênero, por entender que

o autor, ao propor o conceito de *habitus*, não o faça vinculando-o diretamente a produção dos gêneros, nos parece que se pode falar de um “*habitus* de gênero”, construído pela reiteração, que na socialização primária encontrará nas instituições familiares, religiosas, os responsáveis por este processo de reprodução das verdades que pouco a pouco vão naturalizando-se e sendo incorporadas. Por meio da “manipulação” teórica desse conceito, pode-se entender que como indivíduos, ao nascerem, já encontram uma complexa rede de funções estruturadas, bem definidas e como, com o convívio social, passam a interiorizar maneiras de ser comuns a seu gênero.²¹⁰

²⁰⁸ ALVES, 2021, p. 29.

²⁰⁹ BENTO, 2017.

²¹⁰ BENTO, 2017, p. 92.

A interiorização de um gênero, seja este qual for, como algo inato à sua condição biológica, como todos sabemos e discutimos até aqui, se mostra particularmente responsável, por incitar uma farsa de gênero ontológico, que inibe e proíbe a presença de sujeitas fora dessa “verdade”, cristalizada e materializada na recusa do estágio de Kelly, por parte de uma das gestoras do espaço (ao que tudo indica).

A violência de gênero contra mulheres cisgêneras acaba por excluir a violência sobre *mulheridades*, no geral, o que demonstra a importância do Transfeminismo como ferramenta de luta de vozes *Trans*, que, através de suas *Existências*, contemplam a *Resistência* e a *(Re) Existência*, na medida em que a *essência*, quebrada por Beauvoir²¹¹, urge por entre as fronteiras de enquadramento de corpos, que afirmam que o gênero são o que fazem. Nesse sentido, são os corpos e as narrativas em disputa que fazem com que a Kelly siga resistindo, através de epistemologias *Transversais*, que reelaboram suas formas de *Resistência*.

Karina, ao ser perguntada sobre as situações pelas quais passou, em decorrência dos estereótipos “prostituta”, “criminosa” e “aidética”, vê a deixa perfeita para mencionar o constrangimento sofrido, ao tentar um estágio em “umas das melhores empresas de assessoria”²¹², entre meados de 2018 para 2019, quando entre setenta currículos, vinte foram selecionados, entre estes, o dela:

[...] cheguei pra fazer a entrevista e, depois da entrevista, a pessoa que estava me entrevistando disse que teve muito interesse em me conhecer pessoalmente, que gostou muito de saber da minha história e pronto. Dali eu já sabia que a pessoa não foi pra me contratar, ela foi pra me ver, pra me ouvir, e aquilo ali, pra mim, gerou muito desconforto, porque depois eu não fui realmente chamada, e eu disse: meu Deus, o tanto de evento, o tanto de coisa que eu faço e eu não ser chamada pra esse estágio? [...] Aí, eu fiquei assim perplexa, porque eu tinha estudado tudo de assessoria no primeiro período sem nem ter aula, sabe? Eu já tinha estudado todo manual, já tudo, então, foi muito assim...²¹³

A curiosidade, destacada por Karina, por parte da pessoa responsável por sua entrevista, é um forte indício de que a produção de imagens sobre identidades travestis e transexuais se materializa no campo da marginalidade, a qual a ordem *Cistêmica* deliberadamente a direciona. O conjunto de expectativas, entranhada na margem discursiva imposta a estas *Existências*, invade suas subjetividades, à medida que se propõe concluir, de forma antecipada, que esta, por se tratar de uma pessoa *Trans*, é menos apta a estar ali, destacando tão somente a curiosidade em conhecê-la, como motivo único para a sua rápida permanência no ambiente.

²¹¹BEAUVOIR, 1970.

²¹²ESPÍNOLA, 2021, p. 25.

²¹³ESPÍNOLA, 2021, p. 25.

É como se sua identidade fosse estigmatizada o suficiente a ponto de caber apenas no lugar de “aberração”. “Aberração” que deve ser analisada pelos olhares cisgêneros, a partir de reiteradas interrogações, que retorcem suas *Existências*, perante seus julgadores, que mais que avaliadores, sentem-se à vontade para lançar questões sobre sua (s) história (s) de vida. O preconceito sobre ela, mascarado de curiosidade, por parte de quem queria conhecê-la pessoalmente, faz com que os estereótipos naturalizados sejam colocados em xeque e os estranhamentos para com estes sejam fortemente questionados, a exemplo da própria Karina, como podemos ver logo abaixo:

É muito fácil a gente estereotipar o corpo travesti, mas entender a leitura que estas imagens querem passar é de suma importância, porque a imagem às vezes não fala a verdade. A imagem às vezes não fala mais do que mil palavras. Antigamente, dizia que a imagem fala mais que mil palavras e não é isso! A imagem pode ser uma história contorcida. A imagem precisa ser analisada, a imagem, ela precisa ser debatida com outras pessoas, com outros pensadores, para que se possa realmente chegar... e, principalmente, a quem tá na imagem, né? (nesse momento, a colaboradora faz ar de riso). Principalmente, quem tá ali, para poder chegar a uma conclusão, porque o que o jornal faz é o que a sociedade também faz. Ver uma trans e estereotipar, ver um preto e estereotipar, ver um pobre e marginalizar, estereotipar, achar que vai roubar, vender droga, que é doente. Então, a gente pode pegar esse recorte desse jornal e levar para o macro contexto de que eles têm recriminação por todos os tipos de corpos que são diferentes dos padrões. Eu vejo muito por esse lado²¹⁴.

As “histórias contorcidas” sobre sujeitas consideradas fora da norma, bem como a estereotipação e estigmatização dessas mesmas, nada mais são que dispositivos de opressão. Dispositivos estes confrontados com a visão da colaboradora, que conclui que recortes podem ser enquadrados sobre corpos e identidades *Trans*, entre outras, de modo intencional. Nesse sentido, a quebra desse recorte inicia-se a partir de seus lugares de fala, que não devem ser silenciados por aparatos discursivos, que lançam sobre nós a luz de “todas as verdades”, nas quais devemos nos apoiar, sem questionamento algum.

É abrindo os olhos para olhar e escutar além, para o macrocontexto, como sugerido pela Geni em questão, que nos deparamos com a confirmação de suas palavras, no que tange à recriminação, por parte de jornais, enquanto veículos de comunicação, e da sociedade, no geral, para com corpos e identidades, regularmente nomeadas como “diferentes”.

Essa dita “diferença” ocasionou o constrangimento de uma amiga próxima de Ster, ao procurar emprego no SINE (Sistema Nacional de Emprego), da cidade de João Pessoa. Criado no ano de 1975, na Convenção n° 88 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), de modo a facilitar a orientação de países membros, na manutenção de serviços públicos e gratuitos de busca por emprego para seus cidadãos, o SINE parece não ter atendido a

²¹⁴ESPÍNOLA, 2021, p. 18.

necessidade da já mencionada amiga da entrevistada, isso porque, segundo ela:

Minha relação com o mercado de trabalho? Mulher, eu nem procuro saber, porque eu fico com medo desse constrangimento chato, entendeu? (nesse momento, o telefone da colaboradora toca de forma insistente, quando ela fala: o cliente ligando, desculpa. Mas não atende. Em seguida, continua a entrevista). Aí... a respeito do trabalho, não é? Eu nem procuro, mulher, porque eu já fico com medo desse constrangimento, porque eu vejo tantos relatos de amigas minhas, dizendo que quando chega tem uns que falam: não! Tem uma amiga minha mesmo, que ela disse que passou por um constrangimento tão grande, quando chegou no SINE, que ela sentou, o homem falou: Desculpa, a empresa não aceita travestis! Na mesma hora, ela só fez sentar, não falou nada e ele já foi falando isso. Então, quando algumas amigas minhas chegam e falam isso, eu digo: Não, deixa eu ficar mesmo na minha prostituição. Um dia, se Deus for de me abençoar, eu abro um salão de beleza pra mim, junto dinheiro, abro um salão de beleza pra mim. Mas, pra eu ir atrás de um trabalho hoje em dia, eu fico com medo, porque hoje em dia nem todo mundo vê o mundo travesti como normal, vê a gente como um bicho, um ser de outro mundo. Não sei o que é que se passa na cabeça de alguns seres humanos a respeito da gente travesti, entendeu? Eu não sei! Tem algumas coisas que hoje em dia tá mais fácil, tá tudo mais claro, tá tudo mais aberto, mas, mesmo assim, a gente ainda passa por muito, muitos constrangimento a respeito dessa área de trabalho.²¹⁵

A frase: “Desculpa, a empresa não aceita travestis!”, proferida por um dos atendentes do SINE, para com a amiga de Ster, é um mecanismo de controle, que busca, através do discurso, mapear quem deve e quem não deve ocupar determinados espaços. O sinal enviado para a amiga da colaboradora intenciona fazê-la perceber que sua presença não é bem-vinda nesses ambientes, tampouco seria em pontos de trabalho que não fossem as ruas escuras dos grandes e pequenos centros, também conhecidas como pistas, pontos ou zonas. Acessando a lógica do “isso não vai dar em nada”, o atendente serve às práticas de exclusão, inseridas nas linhas e entrelinhas do *Cistema*, que prioriza pessoas não “diferentes”.

Sobre essa ausência de oportunidades no mercado de trabalho para pessoas *Trans*, Krawczak afirma que

[...] o mercado de trabalho é muito cruel com travestis e transexuais, apesar da vontade em encontrar um trabalho com rotina, horário de trabalho e carteira assinada, o preconceito fica evidente quando se candidatam a uma vaga. A resposta é sempre a mesma: não há vagas. O que evidencia os desafios que travestis e transexuais enfrentam no mercado de trabalho. Com isso esse grupo acaba tendo como única opção para sobreviver o mercado informal, ou seja, se prostituir pelas ruas do país. De modo que, com poucas oportunidades de emprego, cerca de 90% das pessoas trans no Brasil acabam recorrendo a prostituição em algum momento da vida, conforme a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA).²¹⁶

A *Interseccionalidade*²¹⁷ parece fazer todo sentido nesse contexto, quando se é retirado uma gama de possibilidades de (sobre) vivência de pessoas que não se encaixam no padrão estabelecido, através dos marcadores sociais das diferenças. Entretanto, vale ressaltar

²¹⁵KATILLEYA, 2021, p. 5.

²¹⁶KRAWCZAK, Kaoanne Wolf. “Não há vagas”: Transexuais e o direito ao trabalho no Brasil. **XXV Jornada de Pesquisa – Salão do Conhecimento**, Ijuí, 2020, p. 1-12.

²¹⁷AKOTIRENE, 2019.

que mesmo se negando a procurar emprego com o qual se identifique, Ster *Resiste* ao trabalhar como profissional do sexo. *Resistir* nas ruas, diante do ódio e da violência desenfreada, articulada pelo *Cistema* contra seus corpos e identidades, é uma das mais valorosas formas de *Resistências*.

Resistir para *Existir* e *(Re) Existir*, através da “profissão mais antiga do mundo”, a de puta! Puta, sim! Puta, porque o desconforto provocado pela palavra foi responsável pela mudança no título do livro *E se eu fosse puta*; para *E se eu fosse pura*²¹⁸ de Amara Moira. Tal qual o fez Moira, vale aqui apresentar uma valiosa, senão, necessária reflexão, afinal a autenticidade de suas experiências parece vender mais que água, desde que fique claro que o problema mesmo é a palavra e não a puta em si, e as saidinhas dos “pais de família” (anteriormente mencionadas) exemplificam bem isso, através da autora, que a título de justificativa, esclarece o motivo da mudança, falando:

E se eu fosse puta, e se eu não fosse: sendo ou não sendo, dá no mesmo, pois a palavra “puta” é o problema, ela e somente ela. Livro de puta vende, que o digam a da Surfistinha e as que lhe seguiram os passos, mas vende desde que saiba se comportar, se dar ao respeito. Uma coisa é na zona, aí você usa o linguajar que quiser, aqueles palavrões que o pai de família adora, ahã; outra bem diferente é nas livrarias, bibliotecas, nas prateleiras das casas, especialmente se você é autor homem, branco, rico, bem reputado.²¹⁹

Complementando as afirmações logo acima, apontamos não apenas a palavra puta como incômoda aos olhos *Cisnormativos*, como também a *Existência* de travestis e mulheres transexuais, sendo a junção destas uma das mais temidas pela sociedade, que, ironicamente, trata de unir uma à outra. É retirando o acesso e o direito à cidadania que o *Cistema* impõe a prostituição como alternativa única a estas sujeitas, que minimizam os efeitos colaterais dos estereótipos a elas direcionados, através de um destes mesmos estereótipos (o de “prostituta”).

Tal afirmação nos permite vislumbrar uma verdadeira introdução, ainda que rápida, à tríade dialética, na medida em que a tese seria a reafirmação, por parte do *Jornal da Paraíba*, na década de 90, de que travestis (e aqui também inserimos mulheres transexuais) são “prostitutas”; a antítese seria a afirmação de que estas não são “prostitutas” por uma *essencialidade*, como afirma o matutino; e, por fim, a síntese, sendo aquela que conclui que travestis e mulheres transexuais “são prostitutas”, em sua grande maioria, por uma imposição *Cistemática* e não por opção, afinal, como afirma Kelly (e também, em parte, o título desta dissertação): “Isso são condições sociais e políticas impostas a esses corpos, não é algo inato, não é algo da natureza da pessoa, que ninguém nasce pra sobreviver, a gente nasce pra viver,

²¹⁸MOIRA, 2018.

²¹⁹MOIRA, 2018, p. 6.

não pra subsistir, não pra sobreviver”²²⁰.

Falar sobre a hipocrisia lançada pela sociedade detentora de “boa reputação”, frente a seu “pudor” sobre identidades *Trans*, em forma de relatos de pessoas travestis e mulheres transexuais, comportam a negação para com a linearidade discursiva que a elas são direcionadas, sendo a elaboração de novas narrativas, acerca destas mesmas condicionantes, um ponto de partida, para o deslocamento discursivo, que põe na berlinda as consideradas *dissidentes* de gênero e sexual.

Por fim, finalizamos este tópico dizendo que os “pais de família”, que adoram os “palavrõesões”, utilizados nas zonas, como mencionado por Moira²²¹, são os mesmos que compõem uma sociedade responsável por produzir uma gama discursiva que conecta os estereótipos reproduzidos pelo *Jornal da Paraíba*, na década de 1990 com a *Existência* de pessoas *Trans*, em dias atuais, como veremos, nos tópicos seguintes, ao falarmos sobre os estereótipos “criminosa” e “aidética”.

2.1.2 A “criminosa” com C de “CRUEL” versus “Mulheres trans, mulheres travestis, são marginalizadas, o que é diferente de ser marginal”²²²

A representação da travesti “criminosa” do *Jornal da Paraíba* fortalece imagens conflituosas e negativas destas sujeitas, de modo a incitar nos leitores o pensamento de que “uma travesti sempre vai permitir um curso de inversão”, de acordo com suas necessidades, dando a entender que a “fúria” e a “crueldade” travesti está à espreita, esperando uma oportunidade para entrar em ação. Essa suposta fúria, que corrompe a barreira entre os “dois lados”, apresentada pelo jornal, pôde ser vista na página policial, estampando a seguinte matéria: “*Travesti estrangula vizinho*, em 14 de novembro de 1993.

Sem autoria identificada, a matéria detalha o crime (como objeto utilizado para ocasionar o assassinato e o trajeto da acusada), que aconteceu no município de Ingá, interior da Paraíba, praticado “pelo travesti” (termo utilizado pelo jornal) Carlito Nunes da Silva e presenciado por um vizinho:

Encapuzado e trajando vestes femininas, o desocupado Carlito Nunes da Silva, 32 anos, solteiro que reside na rua Nova do Cruzeiro, município do Ingá, estrangulou na madrugada de ontem o seu rival, Paulo Barbosa da Silva, 39, que foi encontrado dormindo pelo criminoso Carlito, preso e autuado em flagrante pelo delegado Alânio Coracique Coelho de Oliveira. O acusado utilizou uma corda de sisal de aproximadamente cinco metros para eliminar a vítima que mantinha um

²²⁰ALVES, 2021, p. 22.

²²¹MOIRA, 2018.

²²²ALVES, 2021, p. 21.

relacionamento amoroso com a sua mãe. O crime causou revolta aos moradores de Ingá, uma vez que Paulo Barbosa, enforcado, foi arrastado pelo criminoso que estava de vestido e uma máscara. Um vizinho que assistiu ao crime foi surpreendido por Carlito Nunes, que resolveu tirar o capuz e lhe proibiu de denunciar o fato à Polícia sob ameaça. Ainda no local do crime, na sua própria casa, o criminoso foi preso em flagrante, estando à disposição da Justiça da Comarca do Ingá.²²³

Quando o jornal se refere à figura da acusada, através de seu nome de registro, explicita a recusa desta, que, embora se identifique com o gênero feminino²²⁴, não é reconhecida socialmente como tal, o que evidencia a atuação do matutino como reprodutor de estruturas sociais. Como enfatiza Leite, “É a ideologia que regula os sentidos possíveis para o sujeito em determinadas reproduções discursivas”²²⁵. Quanto ao termo “travesti”, utilizado no título, e suas aspas aparentes, parecem esboçar um questionamento por parte do periódico, cogitando, ainda que imperceptivelmente, que as vestes usadas pela acusada “poderiam até ser femininas, mas essa feminilidade não condiz com suas atitudes”.

Essa linha tênue entre o *ser* e o *não ser*, apresentada pelo jornal, é, mais uma vez traçada com base em objetivos bastante específicos e estes seriam os de interditar, separar e opor verdadeiro e falso, afinal, o lugar no qual o matutino se coloca têm por finalidade deixar claro que nem todo mundo pode falar sobre tudo, cabendo a este seu lugar de fala diante do ocorrido (lugar de quem “informa”, com base na “verdade” dos fatos), além, claro, da visão da polícia, que contribui com a ação discursiva do mesmo.

Se apenas o jornal e a polícia ocupam esse lugar de *interdição*, que inibe posições contrárias a ambos, a *separação* trata de rejeitar discursos outros, para além do já estabelecido sobre pessoas travestis, cabendo, ainda, a *oposição verdadeiro e falso*, que opera sobre “verdades” e “mentiras”, de acordo com o que circula no Cistema oficial vigente.

A matéria sugere, ainda, que o requinte de crueldade com que a acusada praticou o assassinato (morte – segundo tema ideal), “é um forte indício de que não se trataria de uma mulher cisgênera, mas, sim, de um travesti”, em outras palavras, “um homem vestido de mulher”.

Nesse sentido, o periódico tende a seguir padrões, que têm como enquadramento uma lógica que aponta diferenças entre traços e gestos, tidos como masculinos e femininos. Esses traços e gestos dizem que mulheres “são recatadas e do lar”, “sensíveis”, “cabendo-lhes o

²²³“Travesti” estrangula vizinho. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 14 nov.1993. Policial.

²²⁴O Decreto de número 8.727, que estabelece o uso do nome social pelo qual travestis e transexuais se reconhecem e são reconhecidas, seja adotado em seus respectivos registros de sistemas de informação de cadastro e outros, é de 28 de abril de 2016 (datado ainda no governo da presidenta Dilma Rousseff), ou seja, vinte e três anos após a publicação desta notícia.

²²⁵LEITE, Elso Soares. O discurso da mídia e a homossexualidade. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 24, n. 48, p. 257-281, 2014, p. 265.

cuidado com os filhos, a obrigação com as tarefas de casa e o amor para com seus maridos”, os quais, em contrapartida, devem ser “viris”, “valentes”, “aventureiros” e “insensíveis”, capazes de arcar com tarefas que “de modo algum devem ficar com as mulheres”. Seguindo essa linha de pensamento, a crueldade caberia, então, aos homens, nunca às mulheres, como preestabelece o jornal (ainda que não o diga diretamente).

Essas entrelinhas discursivas “silenciosas”, inseridas no interior do matutino, nos diz que ela “mata”, “rouba”, “mente”. Isso porque ela é a travesti “criminosa” do *Jornal da Paraíba*. Nela, todos os desvios de comportamento são lançados, os estereótipos são fortificados, evidenciados. Assim se mostra a visão do matutino para com pessoas travestis, que, com frequência, estampam a página policial. Em uma manhã de domingo, o jornal trouxe a seguinte matéria: *Tenente é assassinado durante assalto*.

O tenente reformado do Exército Geraldo Pereira dos Reis foi assassinado em casa na noite da última sexta-feira depois de tentar defender o filho, que chegava em casa rendido por dois assaltantes. O crime aconteceu no bairro dos Estados, em João Pessoa, por volta da meia-noite. O filho do tenente, o comerciante Gladson dos Santos Reis, vinha da casa da noiva e parou num posto de gasolina na avenida Epitácio Pessoa para comprar cigarros. Depois, ele seguiu na contramão, pela calçada em direção ao bairro de Tambauzinho, quando voltava para casa no bairro dos Estados. O comerciante acabou sendo abordado por um travesti, sob o pretexto de acender um cigarro, quando um homem se aproximou e anunciou o assalto. Os dois pegaram a carteira de Gladson dos Santos, com talão de cheques, documentos e dinheiro, além de um cordão de ouro, e pediram que a vítima os levassem para casa dele, onde pegariam mais dinheiro. Chegando em casa, na avenida Espírito Santo, Gladson pediu socorro após ter entrado em casa acompanhado do travesti, enquanto o outro assaltante esperava do lado de fora. O pai do comerciante assistia televisão com a mulher, quando ouviu o pedido do filho. Geraldo Pereira dos Reis saiu com uma espingarda calibre 12, mas a arma estava travada e o assaltante acabou atirando contra ele, depois de ter se assustado. Um dos tiros atingiu o peito do tenente, que foi levado às pressas para o hospital Samaritano, morrendo pouco tempo depois. Gladson dos Santos prestou depoimento na 3ª Delegacia Distrital à delegada Gilvanira Lianza. Ela informou na manhã de ontem que a polícia não tem nenhuma pista dos assaltantes, mas acredita que eles devam ficar afastados da área por muito tempo. Segundo a descrição dada pelo comerciante na delegacia, o travesti estava vestido com um vestido preto colante e jaqueta. O homem que o acompanhou no crime é moreno, estatura média e de bigode ralo.²²⁶

Publicado em 03 de setembro de 1995, a matéria, transcrita na íntegra, logo acima, considerada relativamente pequena e sem autoria identificada, chama atenção pelo enunciado, que, curiosamente, e na contramão da extensão da matéria, ocupa espaço suficiente para chamar a atenção dos leitores. O posicionamento centralizado na parte superior do jornal, acompanhado de matérias outras ao redor, nos alerta para a importância dada ao ocorrido, uma vez que se trata do assassinato de um tenente. Os detalhes do crime constroem de antemão os motivos que levaram “os acusados” (termo utilizado pelo jornal) até a casa da

²²⁶Tenente é assassinado durante assalto. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, p. 7, 03 set. 1995.

vítima, o tenente Geraldo Pereira, que, segundo o periódico, agiu de modo a defender seu filho.

A continuação do caso de latrocínio seguiu um padrão de divergência existente entre o filho da vítima e a acusada (a travesti mencionada pelo comerciante). Dois dias separaram a primeira matéria da segunda, intitulada: *Polícia prende acusado de matar tenente*, separando, conseqüentemente, uma versão da outra. Enquanto o comerciante atribuiu o assassinato de seu pai a travesti de nome Aldecarlos Cordeiro dos Santos (forma com a qual o jornal se refere à acusada), presa pelas polícias Civil e Militar, no dia 05 de setembro de 1995 (dia em que a segunda matéria foi lançada); a acusada, por sua vez, negou a acusação.

Em depoimento, a acusada informou a polícia que, embora estivesse presente no momento do assassinato, o responsável pelo disparo que culminou com a morte do tenente, foi seu amigo de nome George Soares Alves. Além disso, a travesti afirma que foi à casa do comerciante Gladson dos Santos Reis na intenção de receber o valor de um programa, que, segundo ela, ele lhe devia:

No depoimento, Aldecarlos, que se diz homossexual assumido, garante que foi à casa do tenente receber R\$ 50,00 que o filho do militar estava lhe devendo de um programa que fizeram. ‘Eu fiz um programa e queria só o meu dinheiro, então ele me levou e armou uma cilada comigo’, reafirmou ele em entrevista.²²⁷

Acompanhar o desfecho do caso, através de uma matéria isolada (no caso, esta última), para compreender o todo (o fato ocorrido anteriormente) só se é possível quando se estabelece uma linha de análise, que permita olhar para trás e ver as matérias que a precedem, inserindo-a, assim, em contextos maiores, que a façam ser compreendida, a partir de uma série, continuidade, que não deve ser negada, tampouco isolada de uma periodicidade, que tem como intenção maior surpreender o leitor com acontecimentos que promovem verdadeiras reviravoltas, como foi o caso.

Para além dessa reviravolta, no entanto, o periódico tratou de defender o comerciante com frases de efeito, como: “A notícia pegou de surpresa Gladson Santos, filho do militar assassinado. Ele mostrou marcas de coronhadas de revólver que levou durante a ação dos homens contra ele mostrando que tudo aconteceu durante um assalto”²²⁸. Tomando partido, o matutino descartou a versão da acusada, dando por finalizado o caso, tratando de evidenciar o relacionamento heterossexual que o comerciante mantinha com sua respectiva noiva.

É deslegitimando a fala da acusada, através de meios discursivos, que a colocam como menos confiável, que o *Jornal da Paraíba* se apropria de uma “verdade”, que vai de encontro

²²⁷Polícia prende acusado de matar tenente. **Jornal da Paraíba**. Campina Grande, p. 7, 05 set. 1995.

²²⁸Polícia prende acusado de matar tenente. **Jornal da Paraíba**. Campina Grande, p. 7, 05 set. 1995.

aos preceitos da ordem *Cistemática*, que impõe uma culpabilidade sobre corpos travestis e, consequentemente, transexuais, a partir da ideia de que estas são por *essência* “culpadas”. Essa sentença de culpa antecipada foi registrada pelo historiador e ativista dos direitos LGBT, James Naylor Green, em seu artigo “*Mais amor e mais tesão*”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis, que afirma o seguinte sobre as arbitrariedades dirigidas a pessoas travestis pelo *Cistema* judicial, na década de 90:

O sistema judicial também apoia estas ações arbitrárias contra travestis. Em outubro de 1994, o Tribunal de Justiça Militar reduziu a sentença de Cirineu Carlos Letang da Silva, ex-soldado da Polícia Militar condenado por assassinar o (sic) travesti Vanessa. O juiz que reduziu a sentença de 12 anos para 6 anos explicou que os travestis são perigosos. Vanessa foi atingida por tiros no nariz e nas costas.²²⁹

Se em 1994 a sentença anunciada pelo juiz se encarregou de trazer aos autos um aparato discursivo legalmente “fora do padrão” e, ao mesmo tempo, dentro do padrão *Cistemático*, os anos anteriores a esse e, posteriores também, fazem jus a tais atos. A arbitrariedade e o abuso de autoridade para com as (os) chamadas (os) *dissidentes* da sociedade são refletidas em situações variadas, transparecendo que a culpa é redesenhada e, como justificativa para tais brutalidades, a vítima não é mais vítima, ela é, na verdade, causadora e incentivadora de tais atos. Sendo assim, a ela não cabe nem mesmo a possibilidade de vir a *ser*, já que, fora da caixinha do poder e do controle do *Cistema*, ela não tem o direito de *Existir*, *Resistir* e *(Re) Existir*. A norma é normatizar! Excluir! Matar! Vigiar e punir, como diria Foucault²³⁰.

Isso porque não se curvar à ordem simboliza a não aceitação dos “preceitos da virtude”, segundo a mesma, que se constrói discursivamente dentro de um padrão que carimba identidades *Trans* no centro da marginalização, isentando-se do fato de estas serem condicionadas ao espaço da marginalidade, como afirma Kelly:

[...] Mulheres trans, mulheres travestis são marginalizadas, o que é diferente de ser marginal (entonação de voz mais alta na palavra MARGINALIZADAS). [...] Então, não há esse conceito de marginalidade, dentro da população, isso é criado, isso é instituído, a sociedade é que impõe isso, ninguém nasce marginal, ninguém torna-se marginal, a sociedade torna as pessoas marginais.²³¹

Sendo assim, a diferenciação entre marginais e marginalizadas²³² se apresenta, nessa

²²⁹GREEN, James Naylor. “*Mais amor e mais tesão*”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.15, p. 271-295, 2000, p. 288-289.

²³⁰FOUCAULT, 2015.

²³¹ALVES, 2021, p. 21- 22.

²³²Para saber mais sobre a situação na qual se encontrava o estado da Paraíba, em especial, a cidade de Campina Grande, em meados da década de 1980 e 1990 (no que se refere à questão da violência), e como a mídia contribuiu, de forma substancial, na construção de imagens degradantes sobre grupos outros, a exemplo de pessoas ciganas, ver: BATISTA, Gilmarã Tavares. **As práticas culturais dos ciganos na Paraíba: uma trajetória da ‘Guerra dos Ciganos’ em Campina Grande, entre Violências, “an” danças e Magias (1980-1990).**

discussão, como contraponto à travesti “criminosa” do *Jornal da Paraíba*, na medida em que a frase proferida por Kelly, logo acima, sinaliza não uma *essencialidade* destas nos estereótipos “prostituta”, “criminosa” e “aidética” (mais precisamente no estereótipo “criminosa”, o qual estamos tratando nesse momento), mas, sim, uma imposição do *Cistema* a essas identidades e corpos, colocados à margem da sociedade, através dos respectivos estereótipos.

Os discursos são tidos como “verdadeiros”, muito embora não o sejam, como evidencia Ster, ao falar sobre a falsa acusação, lançada por uma jornalista, a uma de suas amigas (travesti), brutalmente assassinada pelo namorado e erroneamente considerada marginal ou, em outras palavras, “aquela que motivou o crime cometido contra ela própria”, segundo o discurso jornalístico. Sobre isso, a entrevistada comenta que

Mulher... é um título que eles usam muito sobre nós, né? Geralmente, quando fala travesti, já falam ou prostituta, ou realmente criminosa, assassina, ou roubam. Porque, assim, quando passa: ah, a bicha foi morta! Ah, porque essa bicha roubava, esse travesti roubava. Muitos falam isso. Teve a morte de uma travesti que foi caso dela que matou ela e todo mundo tava falando que ela tinha roubado o homem dentro do carro. Até a repórter mesmo falou que ela tinha roubado. Até a família dela esclarecer, mostrar áudio que ele tinha matado ela, porque era caso dela, entendeu? Assim, eu acho que o povo, quando fala sobre travesti, visualiza muito a gente sobre isso. Justamente, eu acho que é por causa de antigamente.²³³

Descortinando os discursos direcionados a identidades de pessoas travestis e mulheres transexuais, Ster, exemplifica as armadilhas encontradas nos discursos preestabelecidos pelos veículos de comunicação, através de estereótipos e estigmas que marcam a trajetória de vida de sujeitas, antes mesmo da concretude dessas *Existências* no mundo.

Ao abordar o caso de uma amiga morta pelo companheiro e julgada sem provas concretas pela jornalista, a colaboradora aponta a falha *Cistemática*, que, de forma “precipitada/antecipada”, ou melhor, planejada, comprou e vendeu a ideia de que pessoas travestis e mulheres transexuais são “marginais por natureza”. É como se tanto no passado (década de 90 – com a postura do *Jornal da Paraíba* e suas frases de efeito, frente ao caso da travesti acusada de assassinato²³⁴), quanto no presente (este caso em específico), a ordem discursiva, por parte dos periódicos, fosse uma só: criminalizar/marginalizar pessoas *Trans*.

A apuração do fato pela família da vítima e a resolução do caso que levou ao assassino, antecipadamente inocentado, perante a “marginalidade” travesti, considerada “culpada” pela opinião pública (na face do jornal que a representa), através de falsos discursos

jornalísticos, contribui para a desconstrução de imagens degradantes e contraditórias que se têm sobre identidades de pessoas travestis e mulheres transexuais. Vale salientar, no entanto, que muito embora a atitude, por parte da família da amiga de Ster, seja uma alternativa e venha a servir de contraponto à ação discursiva, exaustivamente lançada sobre pessoas *Trans*, esta não é, nem mesmo de longe, o suficiente para barrar a ação do *Cistema*.

A legitimidade da revolta da Geni em questão, mais do que levantar a bandeira de que travestis e mulheres transexuais são antecipadamente e injustamente (em muitos casos) condenadas, sem chance de defesa, desenha o caminho da discriminação deliberada, que agentes, a serviço do *Cistema*, fazem até chegar a elas. E os olhares atentos do segurança, que seguiram passo a passo Ster, ao entrar em uma loja, são exemplos disso, uma vez que apontam a tensão existente entre identidades *Trans* e identidades cisgêneras, a partir do controle de espaços representados nas *estratégias*, que, cotidianamente, constroem, em imagem e semelhança, discursos voltados a uma suposta “periculosidade”, entranhada em pessoas travestis e mulheres transexuais, como podemos ver logo abaixo:

[...] eles nunca vão tirar o olhar da travesti pesada, da travesti aidética... eles nunca vão tirar aquele olhar da travesti ladrona. Entra numa loja... se eu for entrar em uma loja de bijuteria pode ficar na porta. O segurança já fica oh (nesse momento, a colaboradora mostra a forma como os seguranças a seguem com os olhos sempre que ela entra em uma loja). Ele para de olhar pra os marginal e olha pras travestis (entonação de voz mais alta na palavra MARGINAL).²³⁵

A marginalidade da qual elas fogem e a qual é imputada a elas é erguida por muros *Cistemáticos*, que constroem *Existências* de pessoas travestis e mulheres transexuais, a partir de um olhar centralizado no gerenciamento da locomoção espacial, que tende a excluí-las, de forma escancarada. Andar nas ruas, às claras, sair para ir ao mercado, ir ao shopping, passear pelo bairro onde mora, entre tantas outras possibilidades, torna-se exclusividade de pessoas cisgêneras (que se encaixem no perfil imposto pelo *status quo*, de preferência), muito embora a Lei N° 10.895, de 29 de maio de 2017, disponha sobre a obrigatoriedade de cartazes em estabelecimentos comerciais e órgãos públicos, que informem a Lei Estadual N° 7.309/2003, a qual proíbe e pune atos de discriminação em detrimento de orientação sexual e identidade de gênero, acarretando multa.

Ainda que a Lei em vigor estabeleça punições para quem a descumpra, a ação do segurança, diante de Ster, utiliza-se de métodos estratégicos, que “conseguem camuflar” a discriminação latente, existente em estabelecimentos no país. As observações e a indignação da entrevistada, quanto à percepção que teve sobre o fato, são lembradas com certa tristeza,

²³⁵KATILLEYA, 2021, p. 36-37.

isso porque as imagens degradantes, estabelecidas sobre sua identidade, são tão fortes que carimbam códigos discursivos, responsáveis pela exclusão desta, na medida em que os olhares e a manifestação de gestos, por parte do segurança, são percebidos, sem que para isso seja necessário proferir uma palavra que seja em direção a ela. O olhar é utilizado como forma de intimidação, prestando serviço à ordem *Cistemática*, que *disciplina* corpos em busca da docilização destes.

Porém, vale fazer um adendo sobre a situação pela qual a colaboradora passou. Ao falar sobre a marginalidade que a ela foi imputada, a Geni em questão elabora uma imagem do que “de fato corresponderia” (com base em suas percepções) àquilo que ela chama de “os marginal”. Quem seriam esses marginais, os quais ela se refere? Não seriam estes, também, retratos de um estereótipo marginal que tanto a maltrata? Retrato ou não, a verdade é que, ao ser taxada de marginal, por não se encaixar em determinados padrões, ela acaba por reconhecer aqueles que também não se encaixam. Isso acontece, porque ela faz parte de uma ordem. Ordem a qual, ela subverte, mas também reproduz, como todas (os) nós.

As revistas inesperadas e os constrangimentos em praça pública são trazidos para a conversa e, mais uma vez, ela comenta sobre situações as mais diversas. Uma dessas revistas ocorreu em frente ao Shopping Terceirão, localizado no centro da cidade de João Pessoa. Em uma manhã ensolarada, Ster e um grupo de amigas com quem trabalhava em um cabaré, nas imediações do centro da cidade, combinaram de fazer compras, precisavam renovar o guarda-roupa, fazer unha, cabelo, entre outras coisas, quando foram abordadas “do nada”:

Eu tava andando no comércio, do nada ela parou e me revistou. Eu: por que tô sendo revistada? Ela: vá, bote a mão na cabeça, meu amor, que é meu trabalho. Eu fiz: seu trabalho é ir atrás de malandro, meu amor, não é de cidadão de bem não. Ela: tá bom. Me revistou, viu que eu não tinha nada e foi embora. [...] Ela não pode! Ela parou um bando de travesti, foi pra constranger realmente a gente. Eu acho que ela viu a gente tudinho novinha. [...] de repente, esse constrangimento todo, eu fiz: não, eu não tô acreditando nisso, não!²³⁶

Contextualizando todo o episódio vivido, a entrevistada também menciona a solidariedade por parte de comerciantes e populares, que presenciaram toda a ação. Após viralizar o ocorrido com ela e suas amigas, o apoio veio em forma de cartaz, estampado na frente do shopping, com a frase: “Basta! contra a homofobia!”²³⁷. No cartaz, o termo homofobia é utilizado ao invés de transfobia, o que demonstra a falta de entendimento da sociedade quanto a questões relacionadas à identidade de gênero e sexualidade; isso porque, é como se pessoas travestis e mulheres transexuais fossem tidas como homossexuais vestidos

²³⁶KATILLEYA, 2021, p. 9.

²³⁷KATILLEYA, 2021, p. 9.

com roupas socialmente denominadas femininas.

Ainda sobre o episódio, pessoas ligadas ao Espaço LGBT, da cidade de João Pessoa, puderam orientá-las quanto às medidas cabíveis para esse caso, o que demonstra o acolhimento e a ação incansável desses grupos para com seu público alvo. Nesse sentido, a troca de informação seria uma maneira encontrada para a garantia de direitos. Sobre isso, Ster argumenta que

[...] teve uma menina, que é do Espaço LGBT, que ela disse: transfobia não é somente a ação de matar. Já parte do, do, do... da palavra... sim, como é? você julgar aquela pessoa, dizer assim: aquele travco! Já é uma transfobia. Não é somente você chegar e matar, não é só o ato de matar, o ato de fala já é transfobia. Muita gente falou sobre isso, porque do nada a gente foi revistada, a gente tudo de menor. E ainda tem isso, porque no tempo a gente era tudo de menor, a gente era tudo de menor e eu fiquei... (nesse momento, a colaboradora demonstra a forma que ela ficou diante da situação experienciada).²³⁸

Essas experiências vivenciadas, quando ainda era menor de idade, em meados dos anos 2000, dão indícios de seu posicionamento perante a arbitrariedade do *Cistema* para com ela anos depois (como veremos no terceiro capítulo, ao tratar sobre o episódio experienciado por Ster na delegacia). Sua vulnerabilidade e exposição a violências desmedidas, de alguma forma, a fez experimentar o poder de suas palavras contra os mandos e desmandos do Estado, pois, quando colocadas em ação, ganham força junto ao combate à transfobia, já que as informações trocadas sobre seus direitos, quando acumuladas, fazem com que ela perceba as devidas atitudes a serem tomadas.

Chama atenção, ainda, a ação da polícia, uma vez que ela, enquanto pessoa negra e travesti, tem em seu corpo marcadores sociais das diferenças, que falam por si só. Dito isso, fica claro (mais uma vez) que a *interseccionalidade* entra em ação, corroborando para o que afirma Akotirene: “a interseccionalidade sugere que raça traga subsídios de classe-gênero e esteja em um patamar de igualdade analítica”²³⁹. É igualando esses marcadores sociais das diferenças, que percebemos que a abordagem, direcionada a Ster e às suas amigas, não foi aleatória, pois, ao transitar pelo centro, ela expõe o já sabido: “pretas e pretos são pretas e pretos em qualquer lugar do mundo”²⁴⁰.

Para além disso, sua identidade de gênero (considerada marginal) e sua classe social (considerada classe média baixa) operam em comum acordo para denunciá-la enquanto aquela que, supostamente, se coloca como ameaça perante a sociedade, segundo determinações preestabelecidas pelo *Cistema* (branco, *Cissexista*, heteronormativo, de classe média alta,

²³⁸KATILLEYA, 2021, p. 9.

²³⁹AKOTIRENE, 2019, p. 23.

²⁴⁰AKOTIRENE, 2019, p. 23.

entre outros) que dita quem é perigosa (o) e quem não é.

Muito dessa linha de pensamento compõe a discussão de Davis²⁴¹, visto que tal autora conclui que os efeitos do capitalismo, do racismo e do sexismo são responsáveis pela construção intencional de um estereótipo de mulher (cisgênera) negra sexualizada, enquanto os efeitos de raça e sexo constroem um estereótipo de homem (cisgênero) negro abusador sexual.

Ora, dito isso, não é preciso muito para compreendermos que, ao falar sobre os marcadores sociais das diferenças, também estamos falando sobre estereótipos, os quais nos dizem dia e noite que corpos negros “são menos humanos”; corpos travestis e transexuais “são aberrações ambulantes”; e, corpos de pessoas de classe média baixa “são de menos valia”. São esses estereótipos que marcam a marginalização de pessoas *Trans*, a partir de uma encruzilhada interseccional que oprime corpos e identidades consideradas outreridades.

A marginalização, que assombra a colaboradora, é justificada pelo fato de identidades de pessoas travestis e mulheres transexuais serem frequentemente noticiadas como sendo ponto de partida da desordem das grandes cidades e dos pequenos centros, e os programas policiais apresentados em rede estadual e nacional são exemplos latente do teor estigmatizante que ronda essas identidades.

Fazendo uma análise do perfil empregado por esses jornais, para acessar o grande público, Karina²⁴² (uma de nossas entrevistadas), em seu Trabalho de Conclusão de Curso, nos faz um apanhado das estratégias que os apresentadores recorrem para atingir audiência. Embora não fale diretamente sobre pessoas *Trans*, citando apenas pessoas homossexuais, ela destaca o ódio e o desdém à vida humana, disfarçados de humor, por parte de Sikêra Júnior (em especial). Sobre o “apresentador” e sua equipe, ela afirma o seguinte:

O “show do Sikêra” não para por aí. [...] Com o apoio de sua equipe, uma espécie de quadro que aparentemente parece tentar dialogar com a comédia, é a música dos usuários da *cannabis* – “Reggae do maconheiro”. Por algumas vezes, parte de sua equipe posiciona-se frente às câmeras e começam a dançar a música que tem a seguinte sentença em sua letra: “el, el, el, todo maconheiro dá o anel”. Parece ser uma possível tentativa de afastar jovens do uso da maconha, condicionando o uso da *cannabis* ao prazer anal, que também por sua vez estaria este – na narrativa do apresentador – condicionado aos homossexuais. A expressão “dar o anel”, neste contexto, faz referência aos homens que sentem prazer quando seu ânus é penetrado. O apresentador debocha da orientação sexual, condiciona o desejo sexual ao uso de entorpecentes e tenta humilhar pessoas que gostam de pessoas do mesmo sexo²⁴³.

²⁴¹DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

²⁴²VALE, Karina Espínola Guedes do. **Cidade em Ação e Alerta Nacional: uma análise comparativa do jornalismo policial que se faz na TV**. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Centro Universitário Maurício de Nassau. João Pessoa, 2021.

²⁴³VALE, 2021, p. 40.

As observações feitas por Karina, quanto a Sikêra Júnior e seus companheiros de trabalho, são prontamente elaboradas para criticar, de forma veemente, os ataques mascarados de “piada”, por parte do “apresentador”, que estereotipa e compromete, substancialmente, a integridade física e psicológica de homens que se relacionam sexual e afetivamente com outros homens.

Quando o assunto gira em torno de travestis e mulheres transexuais, a degradação moral, direcionada a tal comunidade, se torna ainda pior, pois as chacotas e piadas vão de encontro a uma identidade que é constantemente chamada de marginal. Sendo assim, a conclusão de Letícia faz sentido, quanto ao que a sociedade pensa sobre elas, já que, segundo a mesma: “[...] a sociedade já carimbou a gente como marginais!”²⁴⁴.

Sobre esse “carimbo”, Laura comenta que:

Porque a minha sexualidade não é marginalidade, não é marginalidade. [...] Então, assim, é muito triste a minha história e quando bate nesse ponto de marginalidade, da mídia expor nós como marginais, eu vivi isso, eu vivenciei isso na carne. Todo mundo me acusando, então, é um ponto muito triste pra falar sobre isso pra mim, mas eu me sinto à vontade em falar, porque até me dá mais força pra enfrentar tudo que cheguei até aqui.²⁴⁵

Falar é uma forma de externalizar as dores internas, que não aguentam mais serem trancadas. Ao falar sobre a marginalidade, imposta pela sociedade, a ela e suas iguais (pessoas *Trans*), a Geni em questão reconstrói caminhos para exorcizar essa dor. As acusações, direcionadas a ela, se tornaram motivações para seguir em frente. É falando que ela se liberta, é falando que ela denuncia, é falando que ela se reinventa diante das amarras opressivas, que constroem estigmas sobre sua *Existência*.

Esses estigmas que as marcam, não passam despercebidos, e a utilização da categoria identitária travesti, ao contrário do que espera o *Cistema*, é usada contra ele mesmo, como podemos perceber nas afirmações de Talytha, que, ao se autoidentificar travesti, compreende o papel político e identitário que esse termo ocupa:

Eu acho até necessário eu me identificar enquanto travesti, porque faz parte da minha história a questão da prostituição, a questão da exclusão social, da fetichização, da marginalidade que o pessoal coloca muito isso à frente da pessoa travesti, e eu acho que tem que ser quebrado essa barreira e esse estereótipo da travesti.²⁴⁶

E é colocando muito isso à frente de pessoas travestis e mulheres transexuais que o *status quo*, como um todo (em especial, destaco a figura do *Jornal da Paraíba*), submete sujeitas consideradas à margem, à marginalização. Sobre isso, Kelly (uma de nossas

²⁴⁴RODRIGUES, 2021, p. 20.

²⁴⁵LAURA, 2021, p. 18.

²⁴⁶VASCONCELOS, 2021, p. 8.

colaboradoras) em artigo, afirma que

[...] o que se reflete são as perseguições sofridas por pessoas transexuais ao longo dos anos, comparando aos critérios sofridos por outras categorias LGBT's, as pessoas transexuais sofrem a segregação, violências diversas, são expulsas de casa, sequer tem os direitos fundamentais garantidos, como educação, moradia, saúde e alimentação, para elas só restam a prostituição e muitas vezes o mundo das drogas e do crime, são pessoas que são jogadas e condenadas a viverem à margem da sociedade.²⁴⁷

Sendo assim, concluo este tópico lançando sobre vocês a seguinte pergunta: afinal, pessoas travestis e mulheres transexuais são marginais ou são marginalizadas?

2.1.3 A “aidética” com A de “ABERRAÇÃO” versus “[...] primeiro que HIV e aids não é uma doença de gênero”²⁴⁸

Talvez, entre todas as imagens de perigo, atribuídas a pessoas travestis, a da “aidética” seja a mais temida pela sociedade paraibana. Isso porque, percebemos que foi, através de transcrições de jornais nacionais, que o *Jornal da Paraíba* ampliou seus estereótipos travestis. Assim, evidencia-se a interferência em relação ao tema por parte do matutino, e à necessidade de conservar discursos e posições preestabelecidas mediante estas sujeitas.

O contexto histórico e social em que pessoas travestis e homossexuais estavam inseridos na década de 1990 era absurdamente complexo. O perfil existente entre estas (es) sujeitas (os) e o vírus HIV foi traçado pela imprensa em geral, de modo a não haver distinção entre uma (um) e a (o) outra (o), como manifesta Queiroz, ao relatar os discursos do jornal *Diário Catarinense* sobre a travesti Silvana, presa na cadeia pública:

A capa do jornal prometia *revelações do presidiário aidético*. Silvana passou a ser chamada de travesti com aids ou aidético, e a notícia afirmava que ela temia retornar ao presídio e ser assassinada por outros detentos, pois havia mantido relações sexuais com, no mínimo, 11 outros detentos, que, segundo ela, a ameaçaram com barras de ferro para consumir o ato.²⁴⁹

Leite também reitera essas questões, ao dizer que “como os primeiros sintomas da doença foram constatados em homossexuais, a mídia passou a divulgar a imagem do homossexual como ‘grupo de risco’”²⁵⁰ (tais observações se estendem a pessoas travestis e

²⁴⁷SOUZA, Kelly Alves de. A transexualidade pela ótica dos direitos: um estudo a partir do contexto brasileiro. In: BEZERRA, Ricardo dos Santos; GUIMARÃES, Flávio Romero; NEWTON, Paulla Christianne da Costa. **Direitos Humanos: desafios e perspectivas no mundo contemporâneo**. Campina Grande: Realize Eventos, p. 114-123. 2018, p. 116.

²⁴⁸ALVES, 2021, p. 21.

²⁴⁹QUEIROZ, 2013, p. 271.

²⁵⁰LEITE, Elso Soares. O discurso da mídia e a homossexualidade. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 24, n. 48, p.

mulheres transexuais). Vale dizer que foi através do discurso médico, religioso e legal que essa onda de preconceito ganhou mais força.

O discurso médico buscou o conhecimento desse corpo ao seu avesso, penetrando sua carne e classificando-a (o) como agente transmissora (or) de doenças em potencial. Já o discurso religioso encontrava na doença uma resposta do divino a essa dita “promiscuidade”, a chamada “peste gay” ou “câncer gay”, tendo seus primeiros casos, registrados no Brasil, entre pessoas homossexuais (ou gays – termo utilizado na época), no ano de 1982 e, na Paraíba, no ano de 1985. Por fim, o discurso legal se utilizava de múltiplas artimanhas, para controlar e combater aquilo que eles chamavam de “vadiagem”²⁵¹.

Segundo os padrões *Cisheteronormativos*, a aids, a travesti (estendemos essa afirmação para pessoas transexuais e homossexuais) e a promiscuidade andam de mãos dadas, afinal, como afirma Soares: “não mais a relação casual entre ser portador do vírus HIV, mas a relação entre ser portador do vírus HIV, e ser um agente em potencial de doenças psicopatológicas, num reforço de sua *promiscuidade* e da *sexualidade anormal*”²⁵².

Em grande medida, isso ocorre pelo fato de a travesti ser ligada a uma imagem de cunho sexual explícita, no caso em que a sexualidade é concebida como lugar de perigo. Dessa forma, a ideia de um “corpo sem lei”, “sem dono” e, portanto, “promíscuo”, faz com que as campanhas de combate à aids tenham alvos específicos: travestis e homossexuais.

Essa “promiscuidade” e “anormalidade” no jeito de se relacionar, difundida através dos *dispositivos da sexualidade*²⁵³, promoveu uma verdadeira caça às bruxas, que culminou com a formulação de grupos de risco, sofrendo uma série de variações desde os primeiros casos notificados em meados da década de 1980 até o ano de 1997. Se antes a grande maioria dos infectados com o HIV correspondia à população com maior instrução intelectual, anos depois foi a população com baixa ou nenhuma instrução que passou a ser objeto de preocupação da saúde pública.

Visando promover a campanha de 1997, do Ministério da Saúde, o *Jornal da Paraíba* estampou, na página Saúde, de 22 de dezembro de 1996, a seguinte matéria: *Campanhas*

257-281, 2014, p. 258.

²⁵¹Relatos de Silva, em: **Travesti: a invenção do feminino** (Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1993) e de Queiroz, em: Quando a travesti torna-se notícia (**Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História** – LHAG – Unicentro, Guarapuava, 2013), explicitam que, por vezes, policiais retiravam pessoas travestis de suas zonas de prostituição, para fazerem limpeza nas delegacias, através de coerção física e psicológica.

²⁵²SOARES, Alexandre Sebastião. A construção de identidade sexual: travesti a invenção do feminino. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.2. p. 5-14, 2012, p. 6. Grifo do autor.

²⁵³FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

visaram população de baixa renda em 1997:

Em 1985, os portadores de aids que haviam completado o 2º grau continuavam sendo maioria: cerca de 76% dos infectados. Nove anos depois, a situação havia se invertido e em 1994 os infectados e analfabetos ou com nível de instrução primário já eram 69% do total de portadores do vírus HIV no Brasil. Entre os grupos considerados ‘alvo’ da nova campanha do Ministério da Saúde, estão garimpeiros²⁵⁴, presidiários, migrantes, analfabetos, prostitutas, travestis e garotos de programa.²⁵⁵

Desconhecida e avassaladora, a aids foi combatida junto aquelas (es) que, supostamente, a “proliferaram”, como destaca Terto Júnior, ao dizer que: “os travestis tornaram-se alvo fácil para atentados praticados por bandos homofóbicos na periferia das grandes cidades e a justificativa é quase sempre a de que os travestis dissimulariam a AIDS na população e por isso devem ser extintos”²⁵⁶.

Foi com a atuação violenta da sociedade, para com esse grupo, em especial, travestis e mulheres transexuais, que a organização e comunhão destas ocorreu, dando vida ao movimento de travestis. Sobre isso, Odara destaca que

Explorar o processo de luta dos movimentos sociais organizados é apresentar o percurso histórico através dos grandes marcos vivenciados e ocorridos em vários lugares e em diferentes contextos sociais e culturais. Isso nos convoca a compreender que essas lutas sociais, em diferentes contextos de tempo e espaço, são respostas contra as diversas arbitrariedades impostas por quem detém o domínio do poder sobre as classes populares.²⁵⁷

Contudo, havia, também, o pavor e a redesignação em falar da aids²⁵⁸, consequências de um medo ainda maior, em especial, de pessoas travestis. O medo do estigma que as marca e as sepulta em vida. Parece, então, que, nos lugares mais “improváveis”, a aids é capaz de se fazer presente. É isso que mostra o *Jornal da Paraíba*:

Londrina – O índio guarani Roberto Moraes, de 32 anos, morreu de aids, na terça-feira, dia 14, no Hospital Universitário de Londrina, no Paraná. O corpo foi sepultado dia 15, na aldeia Laranjinha, próxima de Santa Amélia, a 150 quilômetros de Londrina. Moraes estava internado desde o último dia 2 de janeiro, quando foi removido da reserva, em dezembro, época em que começou a apresentar os sintomas da doença. Ele havia retornado há dois anos de São Paulo, onde vivia como o

²⁵⁴Sobre a exclusão e discriminação direcionada a pessoas travestis por garimpeiros (também considerados grupo de risco), ver o filme: *Serra Pelada*; com direção de Heitor Dhalia, lançado no ano de 2013, na intenção de retratar a corrida pelo ouro, no maior garimpo a céu aberto, na década de 1980, localizado no Brasil. Nesse filme, é retratada a cena na qual pessoas travestis são expulsas por garimpeiros, após a explosão da aids em jornais de grande circulação, uma vez que estes vinculavam a proliferação do vírus a esse grupo.

²⁵⁵Campanhas visaram a população de baixa renda em 97. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, p. 10, 22 dez. 1996. Saúde.

²⁵⁶TERTO JÚNIOR, Veriano. Homossexuais soropositivos e soropositivos homossexuais: questões da homossexualidade masculina em tempos de AIDS. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria. *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 90-104, 1996, p. 91.

²⁵⁷ODARA, 2020, p. 53.

²⁵⁸Sobre isso, ver relatos de Silva, em *Travesti: a invenção do feminino* (Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1993); Marilac, em: *Eu, travesti: memórias de Luísa Marilac/Luísa Marilac e Nana Queiroz* (Rio de Janeiro: Record, 2020); e Azevêdo, em: *“O amor ainda está aqui”*: processos de subjetivação, microterritórios e corpos em narrativas de sexualidade em Campina Grande (Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2015).

travesti Flávia. O administrador da Fundação Nacional do Índio, a Funai, em Londrina, Vlamir Antônio da Silva, acompanhado de uma equipe de agentes de saúde, foi para conhecimento do fato e se Moraes manteve algum envolvimento com os índios da reserva. Os funcionários da Funai não gostaram do fato – ter sido divulgado pela imprensa. O técnico agrícola Wilson Moreno disse que o ‘assunto era delicado’ e que somente a direção da Funai poderia dar maiores informações. A agência Estado apurou que Moraes nasceu na cidade de São Paulo e era filho de uma índia Guarani da reserva de Laranjinha com um branco. Sua mãe foi para São Paulo com 15 anos de idade, onde se casou.²⁵⁹

A matéria, que relata um caso de aids entre os índios da comunidade da aldeia indígena Laranjinha, em Londrina, Paraná, foi publicada no *Jornal da Paraíba*, em 18 de fevereiro de 1992. A matéria chama atenção pelo destaque do enunciado: *Índio travesti morre de Aids na reserva*, associando as palavras “índio”, “travesti” e “aids”; além da localização da matéria, que, de forma estratégica, está posicionada no centro da página. Essa junção, embora pareça inocente, não o é! Os indígenas formam um grupo considerado “isolado” da sociedade. Assim, o índio (povos indígenas de uma forma geral), retratado na matéria, é aquele que “está à mercê dos males da aids, provocada pelo homem branco e seus costumes”, gerando temor na reserva.

O jornal nos impele a concluir que outros valores estão sendo incorporados, pouco a pouco, na mais isolada comunidade, sobretudo quando “o índio” (a travesti) “retratado” (a) no periódico se afasta de seu povo, para viver na cidade grande, lugar de “perigo”, de “desordem”, onde se tornou a travesti Flávia. É como se esse caminho da identidade de gênero, em desconformidade com os preceitos de sua cultura (e da sociedade, em geral), assim como sua sexualidade (considerada homossexual pela sociedade na época), tivesse sido sua “perdição”.

O medo dessa “perdição” fez com que o contato social passasse a ocorrer de modo mais contido, com reservas e observações, seja no sexo, em que o desprendimento das convicções, sexualmente impostas, está presente, seja cotidianamente. Todos os receios são traduzidos em pequenas frases: “medo da aids”; “medo da morte”; “medo do desconhecido”; “medo da travesti”.

No decorrer da entrevista com Ster, as trocas foram muitas e entre um relato e outro, ao comentar sobre as dificuldades enfrentadas no ramo da prostituição, ela acaba por mencionar um dos estereótipos reproduzidos pelo *Jornal da Paraíba*, na década de 1990, acerca de sua identidade de gênero (o estereótipo em questão, a qual me refiro, é o de “aidética”). Tal estereótipo foi mencionado por um de seus clientes, que, de acordo com a Geni em questão, afirmou ser pastor:

²⁵⁹Índio travesti morre de Aids na reserva. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, p. 2, 18 fev. 1992. Variedades.

Eu mesmo já passei por muitos constrangimento a respeito da vida de programa. Fui chamada de aidética. Uma vez teve um homem que me chamou de aidética dentro do carro. Depois que ele fez sexo comigo, tudinho, ele: eu tenho nojo de vocês! Ele tirou a bíblia. Eu sou pastor, eu tô pecando, meu Deus do céu, o que foi que eu fiz da minha vida? Amanhã eu vou no Clementino tomar PEP, que você pode ter passado aids, ou então gonorreia, sífilis, pra mim. Eu olhei pra cara dele, eu fiz: o senhor é pastor, é? Ele: sou! Eu fiz: que bom. Mas a mão de Deus não vai pesar sobre mim não, vai pesar sobre o senhor, pelo seu ato e pelo os seus julgamento. Abri a porta e saí. Mas me dói, mulher.²⁶⁰

Os estereótipos de *ser* travesti, reproduzidos pelo *Jornal da Paraíba*, deixaram marcas profundas, e os efeitos colaterais se mostram a todo o momento, tanto no cotidiano de pessoas travestis, como no cotidiano de mulheres transexuais. Ao tentar se distanciar desse estereótipo, em específico, no entanto, a entrevistada acaba por acioná-lo, ainda que sem querer, ao falar sobre os constrangimentos pelos quais passa enquanto atua como profissional do sexo. É acionando o estereótipo (de “aidética”) que ela descreve o perfil dos homens com os quais se relaciona sexualmente.

A “saidinha” do pastor com Ster e a afirmação de que estaria “pecando” expõe a hipocrisia de uma sociedade *Cisheteronormativa*, que vive a tentar se equilibrar na corda bamba de uma vida dupla. O jogo duplo das relações entre travestis, mulheres transexuais e seus respectivos clientes, mencionado em linhas anteriores (no primeiro tópico deste capítulo), perfuram o interior de transações financeiras, que se orientam pela troca de prazer entre as partes envolvidas. Dar e receber prazer, ou tão somente dar, é sinônimo de clandestinidade, em especial, quando o ato sexual, estabelecido entre os corpos, envolvem pessoas *Trans* e homens cisgêneros.

Isso porque, como relatou a própria Ster e também Patrícia, uma das colaboradoras de Bento²⁶¹, a afirmação que vale para o *status quo* é a de alguns pastores cristãos, que dizem que “o Reino de Deus não será herdado por travestis e mulheres transexuais”, ou em outras palavras, “bichas” – termo utilizado por Patrícia, ao relatar também, que

Com dez anos, onze anos, eu comecei a ver o que eu era e o que eu não era. Mas era tudo uma confusão. Eu assistia aos programas religiosos e ia à igreja. Os pastores falavam que Jesus ia vir, mas os homossexuais, os afeminados não iam herdar o Reino de Deus. Então, eu não sou bicha. Os irmãos chegavam e falavam: “Irmãozinho, por que você está chorando desse tanto?” Eu falava: “Eu sei, pastor, porque eu estou chorando”. Eu chorava de soluçar. Sabe, eu tentei sair com menina, usar roupas de menino para ver se esquecia essas ideias, mas não dava²⁶².

A forma com a qual a sociedade compreende a identidade de gênero destas sujeitas, ou seja, como sendo “gays afeminados”, que se travestem com “roupas femininas”, para se

²⁶⁰KATILLEYA, 2021, p. 32.

²⁶¹BENTO, 2017.

²⁶²BENTO, 2017, p. 203-204. Grifo da autora.

prostituírem, vai de encontro ao medo de Patrícia, que não quer ser vinculada ao termo “bicha”. Sobre algumas dessas questões, Veras argumenta que

A afirmação, a partir dos anos de 1990, por parte dos movimentos organizados de travestis e transexuais de uma identidade de gênero feminina como estratégia política e de reivindicação de direitos, busca entre outras questões desconstruir a representação do sujeito travesti como “homossexual que se veste de mulher para se prostituir.”²⁶³

A década de 90, marcada por lutas políticas e sociais, travadas por travestis e mulheres transexuais, parece ter sua continuidade perpetuada em dias atuais, já que, aos olhos do pastor, Ster não passa de uma “bicha” ou quem sabe um “bicho”, pois a forma com a qual é tratada, após dar prazer a seu agressor, reitera o *modus operandis* ou modo de operação, com o qual a *Cisheteronormatividade* é devidamente familiarizada.

Os termos “bicha”, “boiola”, “baitola”, “fresco”, “biba”, “bichona”, “afetado” são alguns, entre a infinidade de termos, trazidos por Oliveira²⁶⁴, ao mencionar que tais palavras chegaram até ela através de relatos de amigas (os) do Facebook, a exemplo de heterossexuais, lésbicas, bichas e travestis que foram chamadas (os) ou que ouviram alguém chamar outras (os) sujeitas (os) por esses termos.

As questões, trazidas pela autora, são manifestações que exploram o já sabido: a constatação de que essas pessoas são vistas pelo *Cistemaheteronormativo*, como sendo aquelas (es) que ocupam “o lugar para quem expressa pecado, perigo, anormalidade, fragilidade física e emocional, inadequação a determinadas atividades profissionais, falta de caráter, propensão ao crime, dificuldade de conviver em sociedade etc”²⁶⁵.

Surpreendentemente, ao citar uma série de termos (entre estes, os termos mencionados logo acima), mais de cem, no total, os termos: “aidético”, “assassino” e “putinha”, encontram-se entre os mencionados, fortificando, assim, um dos motivos pelos quais o pastor, cliente de Ster, a desmerece, uma vez que, ao enquadrá-la como agente transmissora de doenças em potencial, ele corrobora, através de suas narrativas, para a estigmatização de identidades e corpos fora da norma exigida, como no caso da entrevistada.

Além disso, percebe-se que esses termos estão diretamente ligados aos estereótipos reproduzidos pelo *Jornal da Paraíba*, em todo o decorrer da década de 1990, acerca de pessoas travestis, sendo o termo “putinha”, ligado ao estereótipo “prostituta”; o termo “assassino”, ligado ao estereótipo “criminoso”; e, por fim, o termo “aidético”, ligado ao

²⁶³VERAS, Elias Ferreira. “Modificações ou Notas de uma pesquisa sobre imprensa e travestis em Fortaleza nas duas últimas décadas do século XX”. In: **I Seminário Internacional Gênero, Sexualidade e Mídia: olhares plurais para o cotidiano**, Bauru, 2011, p. 10.

²⁶⁴OLIVEIRA, 2020.

²⁶⁵OLIVEIRA, 2020, p. 77.

estereótipo “aidética”.

A visão estabelecida sobre corpos e identidades *Trans* se fixou de tal forma, que tanto a fala do cliente de Ster (pastor) quanto às constatações de Oliveira²⁶⁶ (sobre os termos), nos alerta para o processo discursivo de continuidade dessas imagens que tanto degradam pessoas travestis e mulheres transexuais, uma vez que tais imagens são perpetuadas, de forma massiva, em dias atuais. Isso demonstra o real poder do discurso, bem como sua força e caráter estratégico, que, vinculado aos sistemas de exclusão, levam em consideração à ordem dialética de saber e poder.

Posto isso, o real motivo do medo escancarado, na fala do cliente da colaboradora, ganha novos contornos discursivos, isso porque, se relacionar com ela, ainda que “nas escuras”, transformando os bancos de seu carro em motel ambulante, são demonstrações claras de que suas “puladas de cerca”, para fora das linhas estabelecidas pelo Cistemaheteronormativo, instalado em nossa sociedade, não devem ser descobertas, caso contrário, a punição direcionada a ele, que afirma ser pastor, mancharia sua imagem frente à comunidade cristã, além de “não garantir um lugarzinho no reino de Deus”.

Após o ato sexual consumado, as afirmações: “eu tenho nojo de vocês!”²⁶⁷, “você pode ter passado aids, ou então gonorreia, sífilis, pra mim”²⁶⁸, proferidas pelo pastor, costumam construções discursivas e imagéticas, pautadas na estigmatização e criminalização de pessoas travestis e mulheres transexuais junto ao estereótipo “aidética”. Em face disso, mais uma vez, constatamos que a anatomia, como função meramente reprodutiva, parece instituir a negação pela busca de um prazer desprovido de qualquer compromisso com a moral social.

O que ele (o pastor/cliente) não contava, porém, era que Ster, a partir da utilização de discursos bíblicos, revertesse a situação a seu favor, falando: “Mas a mão de Deus não vai pesar sobre mim, não, vai pesar sobre o senhor, pelo seu ato e pelo os seus julgamento”²⁶⁹. Vemos claramente a *tática* (na figura da Geni em questão) se sobressaindo à *estratégia* (na figura do pastor), ainda que os fluxos sexuais, que operam em consonância com a viabilidade social e moral, sejam amplamente divulgados como forma lícita de afetividade, em oposição a relações sexuais entre corpos biologicamente iguais.

O discurso do cliente, em paralelo as suas ações, no entanto, contrariam essa lógica, demonstrando que a negação ao sexo, como prática, para se chegar ao prazer, é rejeitada mediante duas esferas. A primeira seria a religião, a qual o cliente da colaboradora recorre, na

²⁶⁶OLIVEIRA, 2020.

²⁶⁷KATILLEYA, 2021, p.32.

²⁶⁸KATILLEYA, 2021, p.32.

²⁶⁹KATILLEYA, 2021, p.32.

medida em que esta demoniza corpos de pessoas travestis e mulheres transexuais e suas “perversões”. Enquanto isso, a segunda se trata da ciência, que, tomando para si “verdades absolutas”, tende a levar essas identidades para o campo da patologização e da propagação do HIV/aids, através de discursos pouco claros. Uma coisa é certa, o passado continua a assombrá-las de forma persistente.

Diante do exposto, aqui apresentado, podemos destacar ainda o real motivo do estereótipo “aidética” atravessar Ster e suas experiências cotidianas de forma mais direta, haja vista a relação automática que a sociedade faz entre sua profissão e a transmissão do vírus HIV. Sobre isso, momentos antes, ela menciona a situação vivenciada por uma de suas amigas, acusada de ter “doença”, ao andar pelas ruas da cidade:

[...] têm uma amiga minha que ela fez assim, que passou na rua e um homem olhou pra cara dela e fez: vocês são umas aberração! Vocês transmitem... o suor de vocês transmitem doença. Isso foi na Bahia. Ela falou que chegou em casa, pegou o exame dela e levou ao homem e fez: Oh, vai amanhã no hospital e faz teu exame que eu acho que quem pode tá transmitindo doença é o senhor. Eu não tenho nada! Eu estou ótima, estou bem de saúde.²⁷⁰

O termo “aberração”, acionado por Ster, em momentos variados, nos mostra que os regimes de verdade, devidamente elaborados pela ordem em exercício, constroem uma unidade patológica em torno de corpos tidos e descritos como *subversivos*, “anormais” e, até mesmo, “aberrações ambulantes”, desenvolvendo representações hipercarregadas de preconceitos para com as *Outras*. A invalidação de suas *Existências*, quando combinada a uma cultura da valorização de existências *Cisnormativas*, incide na estimulação da exclusão de pessoas travestis e mulheres transexuais do convívio social.

Nesse caso, a amiga da entrevistada manifesta uma autêntica declaração de prestação de contas perante seu agressor, sendo esta usada como prova de que seu corpo estaria apto a adentrar nos espaços que a elas, no geral, são negados. Sua indignação, diante de tais abusos, reelabora um quadro no qual o corpo “doente” seria o do agressor, que a acusa, baseado em construções discursivas, cotidianamente absorvidas. Relatos como estes não são incomuns entre as *Geni’s* desta pesquisa e, sobre isso, Talytha faz a seguinte observação:

Mulher, eu acredito que muitas pessoas que passavam na rua e me viam exposta ali, que sabiam que eu estava me prostituindo, muitas e muitas pessoas já tinham na cabeça como se eu tivesse doença, como se eu fosse soro positivo, alguma coisa do tipo. Clientes também. Já teve clientes de olhar pra mim e dizer assim: mas tu não tem doença não, né? (nesse momento, a colaboradora parece revirar os olhos e fazer algum tipo de som com a boca, ao relembrar tais momentos). Nossa Senhora! É bem complicado, mas, infelizmente, acontece.²⁷¹

Essa associação entre corpos *dissidentes* e a transmissão do vírus HIV/aids foi

²⁷⁰KATILLEYA, 2021, p. 29.

²⁷¹VASCONCELOS, 2021, p. 21.

estabelecida e fortificada ainda na década de 1980, mais precisamente no ano de 1981, quando os primeiros casos de aids foram constatados em cinco jovens homossexuais estadunidenses. A exclusão social de pessoas travestis, homossexuais, entre outras (os), na década acima mencionada e em dias atuais, no seio da sociedade, coincide com a construção distorcida, elaborada sobre identidades de gênero e sexualidades, consideradas à margem, ligadas à sujeira, à perversão, ao castigo e, até mesmo, à abjeção de corpos e identidades descritas discursivamente como “anormais”.

Os critérios encontrados para se estabelecer tal relação são muitos, entre eles, a “promiscuidade” da qual “fazem parte”, segundo os discursos desenvolvidos e proliferados pelo padrão socialmente condizente com a “moral e os bons costumes”. Sobre essa questão, destacamos a fala de uma das colaboradoras de Odara, de nome Tiane, que, segundo a autora:

[...] faz ressalvas bastante relevantes sobre os estigmas dados à população de travestis e pessoas trans até os dias atuais em serem vistas com pessoas vivendo com HIV ou AIDS “até hoje recai este estigma onde os próprios profissionais de saúde muita das vezes nos tratam de maneira desumana pressupondo antes dos próprios resultados de exames que somos portadora do Vírus”²⁷²

Para além disso, chamamos a atenção para o papel dos meios de comunicação como propagadores de preconceitos e estigmas, marcados pela visão pouco voltada à informação de qualidade. Letícia, ao falar sobre o tema HIV/aids e os veículos de comunicação, lembra que

Quer ver uma revista... eu acho que é a ISTOÉ ou é a VEJA, que fala de Cazuza. Aí você vê aquele rosto de Cazuza magrinho... então, é aquela revista que foi de todas, eu não sei se foi da VEJA, da ISTOÉ ou é da CONTIGO, eu não sei. É uma dessas revistas, que quando fala de doença remete logo a Cazuza. Ela se torna forte, né? Como uma coisa polêmica, ela chama tanta atenção. Hoje, a gente têm muitos recursos, sabe? A internet tá aí pra ajudar a conscientizar. [...] quando fala de... vou dá um exemplo, AIDS, doença, hoje você vê mais em casais héteros, né? Então, porque hoje não é tão massificado? Por causa da Covid? Então, uma coisa puxa a outra.²⁷³

A revista à qual ela se refere se trata da VEJA, que trouxe às bancas de jornais, espalhadas em todo o país, em 26 de abril de 1989, a capa intitulada *Cazuza, uma vítima da Aids, agoniza em praça pública*. Com corpo esquelético e olhar profundo, a imagem do cantor e sua visível debilidade física estamparam não somente a capa, como também o imaginário social, que via/vê a homossexualidade permeada pelo “homossexualismo”²⁷⁴, este último, que carregava o “ismo”, em sinal do enquadramento (por parte do *status quo*) de pessoas

²⁷²ODARA, 2020, p. 43. Grifo da autora.

²⁷³RODRIGUES, 2021, p. 18.

²⁷⁴Sobre isso, ver: SILVA, Kaline Leandra Barbosa da. “Filhos da indiferença”: os chamados dissidentes sexuais e de gênero pelas lentes do Jornal da Paraíba (1991) e do ministro da educação Milton Ribeiro (2020). In: MONTENEGRO, Rosilene Dias; SILVA, Fábio Ronaldo da. **Estudos de Gênero: sexualidade, corpo e representações**. Campina Grande: Editora Amplla, 2022.

homossexuais como sendo “transtornados mentais”²⁷⁵.

Passados pouco mais de trinta anos depois, é palpável a lembrança de tal imagem na memória de Letícia, que retorna ao passado, passado esse que vivenciou ainda na infância, não impedindo, porém, que, anos mais tarde, o acesso a essas informações fizessem-na perceber que, de algum modo, a “conexão” entre Cazuzza (homossexual assumido) e o vírus HIV/aids (a quem todos temiam e ainda temem) acontecesse por uma questão de orientação sexual ou “opção sexual” (termo este último, utilizado na década de 80 - 90 e na atualidade pela sociedade, em muitos momentos) do cantor.

A lembrança da entrevistada é uma prova de que “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós”²⁷⁶. Sendo assim, a lembrança de Letícia vive, tanto no passado quanto no presente, de uma memória nunca esquecida e que agora merece ser exercitada.

Tal exercício se dá, em grande medida, pelo fato de sua memória reelaborar lembranças a partir de uma ordem saturada de experiências presentes, já que “relembrar é um ato interpretativo, no qual o sujeito atualiza uma leitura sobre o passado e as lembranças matizadas pelas condições do presente”²⁷⁷.

Mais do que falar sobre Cazuzza, a Geni em questão parece perceber que quando a ligação entre ele (Cazuzza) e a transmissão do vírus HIV/aids se constrói (por parte dos veículos de comunicação e pela sociedade), essa recai automaticamente sobre corpos e identidades de pessoas travestis e mulheres transexuais, recaindo, também, uma gama de estereótipos e estigmas, que limitam o livre trânsito destas, consideradas *Transgressoras* pelo *Cistemaheteronormativo*.

Citar Cazuzza para falar sobre o vírus HIV/aids, fazendo, assim, “ligação” com pessoas *Trans* de forma in’direta, longe do que possa parecer, não se trata de uma falha, confusão de quem não sabe distinguir identidade de gênero de sexualidade, por parte de Letícia, se trata, antes de tudo, da realidade que a elas é imputada. Imputada por uma sociedade que continua as enxergando como homossexuais que se travestem de mulher, para se prostituir (como mencionado anteriormente).

²⁷⁵Em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria deixou de considerar a homossexualidade um transtorno mental, enquanto em 1975 foi a vez da Associação Americana de Psicologia. Já a OMS (Organização Mundial de Saúde) tirou a homossexualidade da Classificação Estatística de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, em 17 de maio de 1990, ou seja, pouco mais de um ano depois.

²⁷⁶HALBWACHS, Maurice. Capítulo I – Memória coletiva e memória individual. In: **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, p. 25-52, 1990, p. 26.

²⁷⁷BENTO, 2017, p. 165.

Quando Letícia questiona o motivo de informações, como: “[...] aids, doença, hoje você vê mais em casal hétero, né? Então, porque hoje não é tão massificado? Por causa da Covid? Então, uma coisa puxa a outra”²⁷⁸; não serem amplamente divulgadas, ela reivindica a divulgação daquilo que, de certa forma, a privilegia enquanto mulher transexual, que não quer ser vinculada à transmissão do vírus, uma vez que “uma coisa leva a outra” e sua identidade de gênero seria “essa coisa”, que leva a vinculação ao vírus HIV, segundo o Cisternaheteronormativo, que enxerga em seu corpo e em sua identidade a *subversão* em carne e osso.

Eis aí, talvez, um dos grandes triunfos de Letícia e das Geni’s, colaboradoras ou entrevistadas desta pesquisa: a informação. A informação como meio de combate à intolerância que se abate sobre elas, uma a uma, manchando suas *Existências*, mas jamais, apagando as mesmas em suas *Resistências* e *(Re) Existências*. Além disso, as *táticas* como triunfo também são vistas e até reverenciadas sempre que necessário (como é o caso).

A informação a qual ela me antecipou, com certo tempo de antecedência (haja vista que a entrevista se deu em novembro de 2021 e o boletim, que aqui será mencionado, foi publicado em dezembro do ano em destaque), no diz que, segundo dados retirados do Boletim Epidemiológico HIV/aids do Estado da Paraíba²⁷⁹, coletados em meados de 2018 a outubro de 2021; 43,4% dos adultos com aids, em se tratando da transmissão por meio sexual, são de pessoas heterossexuais; seguido de 19,4% de pessoas homossexuais; e, 2,8% de pessoas bissexuais. Os usuários de drogas injetáveis correspondem a 2,1%; enquanto a categoria perinatal seria de 1%. Por fim, os casos de informações ignoradas chega a 31,4 % dos casos, o que empobrece e, até mesmo compromete, a análise variável dos casos apresentados, como enfatiza o próprio boletim.

Embora o relato da entrevistada lance luz sobre a realidade atual, não podemos menosprezar a situação de vulnerabilidade na qual se encontram pessoas travestis e mulheres transexuais em nosso estado e, até mesmo, no Brasil. É inegável que a abjeção de suas *Existências*, bem como a marginalização presente em suas trajetórias de vida, levam jovens *Trans* às ruas, à prostituição compulsória (como único meio de (sobre) vivência) e às drogas.

O apoio da família, que lhes é negado, a rejeição de amigas (os) próximas (os) e a exclusão social estabelecida sobre elas, em todas as áreas, como vimos em parágrafos anteriores, em especial, ao falarmos sobre a relação existente entre estas e o mercado da

²⁷⁸RODRIGUES, 2021, p. 18.

²⁷⁹Dados retirados do site: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/arquivos-1/vigilancia-em-saude/boletim-hivaids-2021-1.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2022.

prostituição, leva a condição de miserabilidade destas sujeitas, que, esquecidas pelo Estado (enquanto instituição, que tem o papel de acolher), se veem “perdidas” frente ao arranjo previamente calculado de extermínio de seus corpos, através de condições desfavoráveis, já que, como observado por Kelly:

[...] como é que você pode criminalizar alguém, uma identidade, um corpo, uma população, um segmento, se você desconhece o que aquela população vivencia em relação a questões sociais, históricas, culturais, políticas, porque a gente não vive inerte, a gente tem questões que permeiam as nossas vivências, que precisam ser ponderadas e analisadas. [...] A sociedade nega a existência, o estado nega direito, a família nega permanência no espaço familiar, depois vem as escolas, que são partes construtivas do Estado enquanto instituição jurídica construída e que deve proteger os indivíduos na sociedade, mas que acaba marginalizando, porque o Estado acaba servindo como dispositivo legitimador de opressão. Então, tem que ponderar isso.²⁸⁰

Estar por dentro de questões caras ao debate, aqui proposto, permite a Kelly um entendimento amplo acerca das disputas discursivas em voga. Falar sobre a situação de vulnerabilidade na qual pessoas travestis e mulheres transexuais se encontram, fomentam debates outros, o que possibilita um aprofundamento maior sobre determinadas estatísticas voltadas a questão HIV/aids, uma vez que o grupo-chave abarca: travestis, mulheres transexuais, homossexuais, homens que fazem sexo com homens, profissionais do sexo, pessoas privadas de liberdade e usuários de drogas, segundo dados da UNAIDS²⁸¹.

Essas discussões nos fazem refletir sobre a real importância de se dissolver discursos cristalizados por uma ordem *Cistemática*, de traços heteronormativos, engajados na exclusão de todas (os) aquelas (es) que não se enquadram na *essencialidade* normativa, impulsionada pelo “dispositivo legitimador de opressão”²⁸², que age em detrimento de umas (uns) sobre as (os) outras (os). Nesse sentido, a marginalização consiste na exclusão de grupos considerados menos importantes ou de nenhuma valia quando comparado a outros. Os subgrupos, dentro da própria comunidade LGBTQIAP+, imprimem as indiferenças e os preconceitos sobre pessoas *Trans*, o que demonstra que as mais atingidas são, também, as mais vulneráveis.

Empurradas para a margem, a marginalização de suas *Existências* as obriga a estabelecerem para si uma condição perpetua de perigo, uma vez que o que lhes é negado como direito legítimo de sobrevivência recai no dia a dia de suas experiências, que são massivamente conectadas a imagens degradantes, como relata Talytha:

É péssima, né? O impacto é péssimo, porque, infelizmente, ainda, muita gente ainda tá resistindo à mudança. Ainda, muita gente ainda vê a transexual por mais que ela

²⁸⁰ALVES, 2021, p. 21.

²⁸¹Dados disponíveis em: https://unids.org.br/deu-positivo-e-agora/?gclid=Cj0KCQjwmouZBhDSARIsALYcouonNMWWj8jZUBywWzqct3IYEJKVthegvLyKa20xI8aVFLjjePQFGXAaAjUXEALw_wcB. Acesso em: 11 set. 2022. Lembramos que, do grupo acima listado, pessoa *Trans* são as mais vulneráveis e menos assistidas, visto que a marginalização sobre estas se dá de forma mais latente.

²⁸²ALVES, 2021, p. 21.

nem faça programa, ainda vê ela como uma prostituta. Muitas e muitas vezes ainda vê ela como aidética, como drogada. Infelizmente, o impacto é esse. Infelizmente, têm pessoas, que, assim... que hoje em dia, a sociedade tá mais maleável acredito, pelo fato da internet, da visibilidade, de muitas e muitas mulheres trans e travestis estarem aí, lutando pelos seus direitos. Mas, infelizmente, muita gente ainda tá apegada a essa imagem lá do passado e não consegue, de jeito nenhum, desvincular, por mais que veja que tem outras pessoas levantando a bandeira, outras pessoas fazendo crescer o movimento, mas elas ainda são apegadas a essa imagem e não querem tirar da cabeça por nada.²⁸³

O apego a essa imagem do passado, por parte da sociedade, agride suas experiências no presente. Experiências essas que não devem ser negadas, apagadas ou deixadas à margem. Façamos, então, nas linhas finais deste capítulo (antes de adentrarmos no terceiro e último capítulo, no qual problematizaremos as violências sofridas, em espaços privados e públicos por pessoas travestis e mulheres transexuais, bem como as *táticas* utilizadas por elas para enquadrarem o *Cistema* no passo em que são enquadradas pelo mesmo), fazer valer as reflexões lançadas por Kelly, ao dizer que

Então, veja só, primeiro que HIV e aids não é uma doença de gênero, menos ainda a identidade de gênero, então, não pode associar à contaminação por HIV/aids, porque HIV é o vírus, né? aids é uma doença. Então, você não pode associar essas questões, por exemplo, a homens gays, a mulheres trans e travestis. Quem foi que provou isso, né? Quais os dados científicos que comprovam isso? Primeiro que não é uma doença de gênero, não é algo inato a uma experiência, não existe isso. Então, quem criou isso tá absolutamente errado, equivocado, inclusive, é uma violência muito grande.²⁸⁴

²⁸³VASCONCELOS, 2021, p. 20.

²⁸⁴ALVES, 2021, p. 21.

CAPÍTULO 3 – FOI DADA A SENTENÇA: marcadas para morrer!

3.1 Entre o passado e o presente (o privado e o público)

3.1.1 “Famílias desajustadas” em “reuniões familiares”²⁸⁵

[...] a recriminação exclui nosso corpo dos primórdios do alicerce, que é a educação, é a família, é essa questão do social, então a gente começa a sofrer o preconceito dentro de casa a maioria das vezes [...]²⁸⁶

As articulações discursivas, reproduzidas pelo *Jornal da Paraíba*, no decorrer da década de 1990, deixaram rastros de destruição década após década, em torno de pessoas travestis e mulheres transexuais, se (re) estruturando com base na vigilância constante desses corpos, partindo de dentro (casa – privado – relações familiares), para fora (rua – público – relação com a sociedade). Nesse sentido, o privado e o público, se validam de *estratégias* e normas que estabelecem o vai e vêm de estereótipos degradantes, a exemplo dos estereótipos “prostituta”, “criminosa” e “aidética”, fazendo com que as modulações imagéticas tornem-se complementos de um estigma que visa mascarar a fragilidade da cisgeneridade.

Como consequência de uma pretensa *essencialidade* “marginal” sobre corpos *Trans*, a exclusão social dessas *Existências* corrobora para a construção de um limite fixo entre quem *faz parte* da teia discursiva *Cistemática* em andamento e quem *não faz parte* dessa mesma teia. As fronteiras, cuidadosamente delineadas, não deixam dúvida alguma de que o padrão em consonância com a norma deve ser severamente seguido, caso contrário, a autorização para *fazer parte* da mesma é negada perante a insatisfação do *status quo*. A regra, nesse caso, em específico, é bastante clara, e esta consiste em excluir as (os) chamadas (os) *dissidentes* de gênero e sexualidade da sociedade, que, à revelia de suas próprias condutas, julga-se apta a fazer uma separação entre “verdadeiro” e “falso”.

Nesse caso, “[...] o processo de patologização, criminalização e subalternização das identidades trans faz parte dos interesses do CISTema colonial moderno de gênero”²⁸⁷, ao passo em que as retaliações discursivas, psicológicas e físicas contribuem para a colonização

²⁸⁵Este tópico é composto (em parte) por trechos integrais e/ou parciais do artigo: SILVA, Kaline Leandra Barbosa da. “Filhos da indiferença”: os chamados dissidentes sexuais e de gênero pelas lentes do *Jornal da Paraíba* (1991) e do ministro da educação Milton Ribeiro (2020). In. MONTENEGRO, Rosilene Dias; SILVA, Fábio Ronaldo da. **Estudos de Gênero: sexualidade, corpo e representações**. Campina Grande: Editora Amplla, 2022. E também, do artigo: SILVA, Kaline Leandra Barbosa da; CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. Imagens degradantes, conflitos constantes: os estereótipos travestis do *Jornal da Paraíba* (1990). **Revista Angelus Novus**. v. 12, n. 17, p. 189485, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/189485>. Acesso em: 25 ago. 2022.

²⁸⁶ESPÍNOLA, 2021, p. 4.

²⁸⁷NASCIMENTO, 2021, p. 101.

de outras identidades e sexualidades, que não as de pessoas cisgêneras e heterossexuais. Esse CISTema colonial moderno de gênero, mencionado por Nascimento, foi estampado nas páginas do *Jornal da Paraíba*, em 01 de setembro de 1991, através da seguinte matéria: *Cresce a Comunidade Gay de Campina Grande*.

A cada dia aumenta o número de membros da comunidade Gay em Campina Grande, que já ousa acompanhar a mentalidade dos grandes centros, formando associações para reivindicar seus direitos constitucionais, os quais punem preconceituosos e garantem a liberdade de opção sexual. No último dia 24, um líder Gay campinense, Francisco Kleber Dantas, promoveu no Bar e Restaurante Vice-Versa, no bairro do Cruzeiro, o primeiro concurso de miss Gay em nível regional e em alto estilo – ‘Miss Nordeste Gay 91’- aberto à comunidade heterossexual também. O evento apresentou travestis belíssimos que representaram 9 estados do Brasil e um território; Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Fernando de Noronha. Muitos desses jovens já não escondem (ou não podem) suas tendências, outros já assumiram sua homossexualidade totalmente, mas alguns têm o pudor de se apresentar como travestis, razão porque não apresentaremos a foto da miss Gay que ganhou o primeiro lugar, um paraibano, bem campinense, que travestido dá inveja a qualquer mulher e é capaz de enganar qualquer homem. Também por uma questão de ética, não citaremos nomes de todos os participantes. A força de vontade de viver o direito de se sentir mulher, desses jovens, é algo impressionante, a despeito dos preconceitos de toda a sociedade e da indiferença da própria família [...].²⁸⁸

A matéria logo acima pertencente à coluna: *ENTRE NÓS*, escrita em letras garrafais, segue sem autoria identificada, e mostra-se relativamente extensa, tomando boa parte do caderno Painel, ao lado do *DITO E FEITO*: frases da semana (que reúne um aglomerado de frases proferidas pelo advogado José de Alencar Silva, pelo Deputado Federal Ivandro Cunha Lima, pelo jornalista político do *Jornal da Paraíba* William Tejo, pelo governador do estado na época, Ronaldo Cunha Lima, entre outros).

Posicionada em lugar estratégico, a “confusão”, lançada aos leitores sobre questões relacionadas à sexualidade e identidade de gênero, faz-se presente (já que o título refere-se a pessoas homossexuais e a matéria trás experiências de pessoas travestis), assim como o uso de termos e frases antônimas uma da outra (a exemplo citamos o termo “ousa” – como veremos logo mais – em contraponto a frase “punem os preconceituosos”). Esta linha ideológica lançada por entre as miudezas discursivas inseridas no periódico, nos alertam para o fato de se pensar em como o texto produzido de modo hiperbólico “reforça as percepções de padrões culturais e de arquétipos no inconsciente coletivo”²⁸⁹.

Para além do que aparentemente nos é explicitado, a matéria em questão não intenciona tão somente evidenciar a ascensão da homossexualidade em território campinense,

²⁸⁸ENTRE NÓS – Cresce a Comunidade Gay de Campina Grande. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, p. 2, 01 set. 1991. Painel.

²⁸⁹MOTTA, Luiz Gonzaga. Para uma antropologia da notícia. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 25. N. 2. p. 11-41, 2006, p. 14.

tão pouco falar sobre a identidade de gênero de pessoas travestis. É como se as noções imagéticas sobre a (o) outra (o), enquanto *Outra* fossem cristalizadas em forma de “realidades”, recheadas de tensões que buscam chamar a atenção daqueles que desejam uma leitura aproximada de suas próprias realidades.

Se é registrado, ainda, o lugar de origem (cidade natal) e o espaço de encontro das (os) chamadas (os) *dissidentes*, que passam a ter lugares redesenhados nos grandes e pequenos centros, a exemplo do bar Vice-Versa, localizado no bairro do Cruzeiro (bairro considerado relativamente distante do centro da cidade), e que tem como público alvo este grupo. O nome do bar parece explorar o sentido antagônico da palavra, remetendo a uma ideia de frente e verso, que, embora distintos, complementam-se. E é complementando que o bar ganha/dar vida a muitas (os) destas (es) sujeitas (os) que encontram nesses espaços acolhimento e reconhecimento. Nesse sentido, o bar em si, se configura a partir de um campo de resistência que se alimenta da exclusão de pessoas (os) consideradas (os) marginais, que não se deixam ser repreendidas (os) pelos padrões *Cis*normativamente adequados à visão social.

Vindas (os) de estados localizados na região Nordeste do Brasil, o agrupamento destas (es) personagens denominadas (os) enquanto (os) periféricas (os), bem como sua organização funcional na criação de eventos em contextos que partem de suas próprias vivências, sugerem o motivo da aparição do termo “ousa” no fragmento noticiado. O perigo de “ousar” acompanhar a mentalidade dos grandes centros, como afirma o próprio jornal, é o que faz com que pessoas *subversivas* de gênero e sexualidade, estejam *ENTRE NÓS*, explorando suas “tendências” (termo utilizado pelo matutino) nunca as escondendo (como deseja o periódico).

Esse não esconder-se ou esconder-se, como foi no caso da travesti (campeão do concurso), mencionada pelo jornal, é atrelado ao termo “pudor”. “Pudor” esse, que só é mencionado diante do fato da campeã demonstrar constrangimento com a possível divulgação de sua imagem, o que parece ser acatado e visto com concordância por parte do matutino que firma sua posição frente à travesti, ao dizer: “travestido dá inveja a qualquer mulher e é capaz de enganar qualquer homem”²⁹⁰. Esta afirmativa, seria uma forma de chamar a atenção do leitor para as “possíveis ambiguidades” do corpo *Transgressor*, alertando a todas (os) sobre os possíveis “perigos” deste.

Percebe-se, então, que a travesti e os homossexuais não se distinguem com base nas acepções do *Jornal da Paraíba*, e esta primeira, como reflexo maior dessa dita “devassidão”, é colocada ainda que “imperceptivelmente” como exemplo a não ser seguido. Travesti torna-

²⁹⁰ENTRE NÓS – Cresce a Comunidade Gay de Campina Grande. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, p. 2, 01 set. 1991. Painei.

se sinônimo de homossexual, sendo apenas “aquele” que se veste de “mulher” para prostituir-se (tais observações validam nossa discussão anteriormente). Diante disso, o periódico nega, conseqüentemente, uma série de múltiplas outras questões que se amparam na construção de identidades e expressões de gênero, além de orientação sexual, como marcadores sociais das diferenças, que acabam por apontar que as *dissidências* de gênero incomodam tanto quanto (até mais) que as *dissidências* sexuais.

Numa tentativa de explicar a “origem” do corpo *dissidente*, a matéria segue atribuindo parcelas de culpa pela “opção sexual”²⁹¹ desse grupo aos seus genitores, informando-nos, por entrelinhas, que: “a educação começa em casa”, ou seja, no espaço privado. É lançando luz, portanto, sobre o espaço privado, na relação existente entre as (os) *dissidentes* de gênero e sexualidade, e seus familiares, que o texto segue afirmando:

[...] Quase todos são filhos de pais machistas e mães batalhadoras. Pais que foram indiferentes a seus conflitos de adolescência e mães que fizeram de seus filhos o centro das atenções, para compensar a omissão dos pais. Enfim, filhos da indiferença, da falta de uma educação à base de diálogo e de amor [...].²⁹²

Taxadas (os) de “filhos da indiferença”, a figura do pai machista passa a ser supostamente “rejeitada” no contexto da década de 1990, como propõe o discurso jornalístico, e as conseqüências de sua indiferença, unindo-se aos excessos de cuidado da mãe, causam uma “desconfiguração da família tradicional”, o que, segundo o jornal, acarreta no aumento das *dissidências* sexuais e de gênero que “desequilibram essa instituição familiar”, também considerada o “berço da educação”.

Os códigos culturais que separam “tarefas masculinas” de “tarefas femininas” flutuam sobre orbitas *Cistemáticas* que reiteram a importância da família como construtora de masculinidades e feminilidades compatíveis com a “educação” advinda de seus pais, refletida na figura de um pai que dita e uma mãe que obedece. Os papéis são severamente encenados e encarnados, como culto aos vigilantes do gênero, que a cada descuido aparente redirecionam e readaptam as normas a serem seguidas. Os estereótipos, nesse caso, servem para fortalecer imagens que cooperem com engrenagens de saber e poder entranhadas na sociedade como um todo.

Distribuídos os papéis, cada uma (um) adquire características físicas, gestuais e comportamentais prescritas para o devido enquadramento de corpos sociais aparentemente “bem sucedidos”, pautados na docilização e “regeneração”, comum ao poder *disciplinar*. O

²⁹¹O termo correto a ser utilizado atualmente é orientação sexual.

²⁹²ENTRE NÓS – Cresce a Comunidade Gay de Campina Grande. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, p. 2, 01 set. 1991. Painel.

caráter disciplinador, promovido por genitores que caminham em comum acordo quanto à função individual dentro do “berço familiar” devem ser seguidos, caso contrário, os incômodos se sobressaem, como podemos perceber nas observações feitas pelo sociólogo Gilberto Freyre, em meados da década de 1930, como nos mostra Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

Freyre parece, neste momento, lamentar certos excessos de cunho aristocrático que vinham sendo adotados pelas elites, notadamente aqueles que pareciam ameaçar a virilidade dos meninos. A excessiva delicadeza dos comportamentos e dos trajes aristocráticos parecia incomodar ao sociólogo da família patriarcal, que atribui estes excessos, preferencialmente, à predominância das mulheres na educação doméstica dos filhos. O homem ausente de casa, característica do mundo urbano, a vida sem companhia masculina adulta, a falta de atividades físicas ao ar livre tornavam as gerações de meninos nascidos na cidade propensos a se tornarem pouco viris, em extremos se entregando ao meio-sexo, tendo seu “sexo sociológico distinto do sexo biológico”, deslocados numa sociedade patriarcal.²⁹³

Entregues ao “meio sexo”, segundo o sociólogo, e como pressupõe o *Jornal da Paraíba*, a atuação viril de um genitor não deve ausentar-se do compromisso diário de “dar exemplo ao filho-macho” quanto aos “dotes de berço” que este carrega, dado o simples fato de “seu pai, assim o ser”. Sendo assim, as noções de masculino e feminino, ainda na infância, devem ser percebidas como naturais frente à pedagogia da masculinidade e da feminilidade que ronda as relações sociais no interior do Nordeste, desde as décadas iniciais do século XX, onde os filhos “homens” deveriam/devem, por conseguinte, seguir os passos “firmes e retos” de seus pais, enquanto, as filhas “mulheres”, deveriam/devem fazer por onde serem submissas o suficiente para darem continuidade ao passado de “devoção ao lar e a família” de suas mães.

Parece que o jornal remontou um manual a seguir para se ter sucesso na educação dos filhos, no geral, trilhando uma linha de raciocínio associada às ideias de Freyre, na qual é preciso que se tenha a presença dos pais (em especial, do pai), para servir de “exemplo” ao filho “homem”, ao passo em que a “virilidade do patriarca” não permitirá que seu descendente se perca no “meio-sexo”. Indo além, o matutino sugere a interferência do Estado, para se ter um resultado favorável às práticas sociais incorporadas ao estilo de vida da década de 90, uma vez que “esses jovens” (termo utilizado pelo periódico):

[...] parecem ignorar que fazem parte do grupo de risco da AIDS e, dificilmente, se dão tempo para seus conflitos existenciais. O grande perigo é que esses adolescentes em grupo, constroem seu universo isoladamente, sem nenhuma preocupação com as exigências da sociedade tradicional [...] certamente a falta de educação sexual nas escolas, como disciplina curricular salvaria um grande número de adolescentes confusos, sem uma base familiar equilibrada. A falta também de assistência social e psicológica de fato, nos educandários de 1º e 2º, graus é outro fator que contribui

²⁹³ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Na horizontal: as mudanças sociais vistas como feminização. In: *Nordestino: A invenção do “falo” Uma história do gênero masculino (1920-1940)*. São Paulo: Intermeios, p. 27-76, 2013, p. 76.

para o aumento da homossexualidade.²⁹⁴

A figura do Estado e da família são habilmente colocadas como únicas responsáveis pela “salvação desses jovens”, se cumprirem com funções que “lhes dizem respeito”. A família caberia o exemplo, a atenção e o amor. Já ao Estado, sobra a tarefa de proporcionar uma educação de qualidade que tenha na grade curricular uma disciplina voltada a educação sexual, uma vez que esta serviria para “clarear as dúvidas dos jovens”, ou, em outras palavras, dissuadi-los a voltarem para seus *armários* (como problematizaremos logo mais), além, da presença de assistentes sociais (que “previnam” a homossexualidade), e psicólogos (que “redirecionem” seus “conflitos existenciais”, caso estes se mostrem).

Este incômodo pela presença das (os) “anormais”, que não se preocupam em seguir as exigências da “sociedade tradicional”, fará com que, no desenrolar da década de 90, perfis degradantes se intensifiquem em torno de identidades e sexualidades de pessoas travestis, homossexuais, entre outras. Isso porque, como vimos anteriormente e também aqui, através da matéria apresentada, o vírus HIV/aids é trazido ao debate como sendo aquele que faz parte das relações estabelecidas entre pessoas denominadas *dissidentes*. Ele “seria resultado” destas relações, segundo indica o *Jornal da Paraíba*.

Sendo assim, percebe-se que os estereótipos “prostituta”, “criminosa” e “aidética” (anteriormente problematizados), massificaram/massificam uma imagem estigmatizante sobre pessoas travestis e mulheres transexuais, em dias atuais, e a relação estabelecida no seio familiar, ou seja, no espaço privado, com estas sujeitas e seus respectivos familiares, nos indica que as violências sofridas são muitas e que o inimigo (primeiro), destas, se encontra em seus próprios “lares”, como refletido nas experiências de Rebeca ao descrever o momento em que se “assumiu” (termo utilizado por ela) para o pai:

Ele me falou muita coisa, como... Me disse que eu estava servindo ao diabo! Que eu ia ter câncer um dia, e que ia perceber que ele e minha mãe estavam certos quando eu tivesse câncer, e minha mãe não me defendeu, foi o que me deixou mais triste.²⁹⁵

Ao perguntar-lhe: *qual teria sido a experiência que mais marcou sua trajetória de vida até aquele instante*, quase que automaticamente, de forma instantânea, ela respondeu-me: “quando eu me assumi pra o meu pai”²⁹⁶. De forma cuidadosa, pedi que se possível me falasse um pouco mais sobre o assunto, quando logo em seguida, o trecho exposto logo acima saiu de sua boca. “Me disse que eu estava servindo ao diabo!”²⁹⁷, falou a entrevistada, referindo-se

²⁹⁴ENTRE NÓS – Cresce a Comunidade Gay de Campina Grande. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, p. 2, 01 set. 1991. Painel.

²⁹⁵REBECA, 2021, p. 19.

²⁹⁶REBECA, 2021, p. 19.

²⁹⁷REBECA, 2021, p. 19.

às palavras proferidas pelo seu pai, que, em uma “reunião familiar”, devidamente orquestrada (por sua mãe, ao descobrir sua identidade de gênero), resolveu dirigir-lhe as mais dolorosas palavras. Se autoidentificando mulher trans, a história narrada por Rebeca revela o preconceito existente em seu “lar”, quanto à sua identidade e transição de gênero.

Isso porque, o “assumir-se”, foi para ela um momento traumático, uma vez que a inconformidade por parte de seus genitores deixaram-na temerosa quanto ao futuro. É como se o processo de confissão sobre sua identidade de gênero diante de seu pai, correspondesse a um processo de libertação e privação ao mesmo tempo. Enquanto, a libertação se dá pela confissão de si mesma para o mundo externo, a privação se impõe na figura de seu patriarca, que na base da intimidação à nega. Vale lembrar, no entanto, que “à medida que falam de si mesmas, que tentam se inscrever em uma dada realidade cultural – contribuem para uma existência sexual que se afirma no e pelo discurso”²⁹⁸. Se, no trecho supracitado, a questão da sexualidade se afirma no e pelo discurso, no caso de Rebeca, o caminho é o mesmo, já que a questão de sua identidade de gênero se afirma sobre ambos, simultaneamente, haja vista que sua performance de gênero contribui fortemente para a materialização do que fala.

Diante de sua confissão sobre a “confissão”, seu rosto angelical, combinado com uma voz doce e tranquila, pareciam um contraste junto a seus olhos, que marejados, deixavam escapar a tristeza de quem sabe que não é aceita por completa. A transfobia de seu pai, em especial, é responsável por demonizar uma, entre as muitas etapas de suas experiências de vida, junto a sua identidade de gênero. Sua transição, em andamento, e a não aceitação da família, que, enfaticamente repudia a forma como esta se autoidentifica, parece ser algo concreto, presente, seja em sua narrativa ao longo da entrevista, seja em suas falas embargadas e um tanto contidas em determinados momentos.

A “reunião familiar” à qual me refir aconteceu após um telefonema de sua mãe (com quem a entrevistada mora), que separada de seu pai, pediu que este fosse a sua residência após contar-lhe de forma muito rápida sobre a “confissão” de Rebeca. Chegando lá, seu pai a esperou na sala, enquanto esta se aprontava no quarto, para ir de encontro ao mesmo. Sobre isso, a Geni em questão, fala o seguinte:

Quando eu saí do meu quarto, primeira coisa que ele me falou foi pra mim voltar pra o quarto e vestir uma roupa de homem. Depois disso, quando eu sentei, começou a falar muitas coisas pra mim. Me comparou com meu irmão, por ele... Não o que tava lá, outro, o do meio, por ele ser gay. Disse que eu deveria ser como ele, por ele estar com um homem e não ter mudado o corpo dele.²⁹⁹

As comparações logo vieram, e em alto e bom som, seu pai lhe falou que era preferível

²⁹⁸SOUTO MAIOR JÚNIOR, 2016, p. 264.

²⁹⁹REBECA, 2021, p. 20.

que ela fosse como seu irmão (homossexual). Ao afirmar isso, o pai da colaboradora, evidencia as intersecções, ou seja, os marcadores sociais das diferenças, que atravessam determinados corpos, identidades e performances de gênero. Como quem diz: “dos males o menor”, ele acaba por demonizar identidades de gênero que não se revelam compatíveis com a cisgeneridade compulsória. Seu filho gay (termo utilizado por Rebeca), seria passível de uma certa “aceitação”, perante seus olhos e na sociedade, enquanto ela seria motivo de vergonha.

Percebe-se, portanto, que a violência é impetrada antes mesmo delas saírem às ruas, quando, a família enquanto instituição familiar toma para si a obrigação de manter as normas disciplinares vindas de fora para dentro/de dentro para fora, seja através de sermões, seja através de violências físicas (como veremos logo mais). De toda forma, fica claro, que a docilização de corpos e identidades de pessoas travestis e de mulheres transexuais “devem ser submetidas” aos mais variados terrores por via explícita ou/e implícita.

Oliveira, ao problematizar as *Existências* e *(Re) Existências* de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação (termos utilizados pela autora), desenha, ao longo de sua escrita, como tais figuras são sorrateiramente demonizadas pelo Cistemaheteronormativo. Ainda no prólogo, o subtítulo de nome *Ela é o Diabo!* Consegue resumir em poucas palavras, a forma como a qual Rebeca é percebida pelo seu pai, que, em nome da sociedade revestida de “moral e bons costumes” a agride verbalmente e psicologicamente.

As várias facetas e denominações do tal “diabo”, como citadas pela autora, a exemplo de “Capeta, Tinhoso, Cão, Chifrudo, Satanás, Demônio, Lúcifer, Maldito, Aquele, Cramulhão”³⁰⁰, entre outros, parece ter encarnado na figura da entrevistada, de acordo com o patriarca da família, nesse sentido, esse agente “macabro do quinto dos inferno”, deve ser exorcizado dessa *Existência*, que “não sabe o que faz”, cabendo a seu genitor o papel de “alertá-la” sobre as consequências de tal “escolha”, bem como, dos “perigos que a espreitam”. Ao falar que um câncer iria acometer a filha, fazendo esta pagar pelos próprios “pecados”, ele se apropria de falas e práticas da Idade Média, fazendo jus a seu discurso. Discurso esse que não permite que Rebeca se mostre enquanto mulher trans.

A demonização de *Existências* consideradas *dissidentes* tem o aval da igreja, desde tempos remotos, na medida em que, ao não controlar os corpos de sujeitas consideradas abjetas, tende a inflamar e atizar imagens que giram em torno de uma não compatibilidade com a regra estabelecida, restando-lhes os castigos corporais. Esses castigos podem vim de

³⁰⁰OLIVEIRA, 2020, p. 23.

todos os lados e de todas as formas, afinal, seria a “mão de Deus pesando sobre quem o desobedece”, segundo os preceitos da ordem oficial em exercício.

Esse medo e pavor diante de identidades costuradas discursivamente como “propagadoras do que há de pior na humanidade”, foi sentido por Kátia, uma das colaboradoras de Bento, que, segundo a pesquisadora, ao lembrar sobre a sua infância e a relação com a família, relata situações difíceis. Sobre isso, a autora fala:

[...] Ela lembra que quando chegava alguma visita no sítio onde vivia, a mãe pedia para ela não aparecer na sala. Seus tios não deixavam que os filhos tocassem sua mão, pois tinham medo de “pegarem essa doença, que ficassem femininos como eu”.³⁰¹

É perceptível que a instauração de imagens negativas em torno de pessoas travestis e mulheres transexuais fazem emergir uma série de imagens consideradas patológicas, anormais e até mesmo marginais, marginalizando, assim, *Existências*, e acionando, quase que instantaneamente, essas “reuniões familiares”, que servem para “exorcizar” esse agente macabro fictício que ronda a “família tradicional”, como nos induz pensar a sociedade, pautada nos processos de opressão engendrados por nossos colonizadores, que, sabiamente, se apoiam na cisão entre *Existências* transgêneras e cisgêneras, fomentando, assim, fraturas históricas, culturais e sociais sem precedentes. Fraturas essas que não nos dizem que:

Em qualquer das expressões, no entanto, fica talvez a impressão de que quem “não cruza”/“deixa de cruzar” encontra-se, não margeando a linha, acompanhando-a de alguma maneira, mas estático, imóvel, petrificado diante da nossa audácia de cruzar: será esse o incômodo que sentem ao se verem sob o signo do “cis”? Cis: o contrário de trans, seja lá o que isso signifique. Se “cis” lhe parece um conceito redutor, é sinal de que a sua própria compreensão de “trans” também deve sê-lo.³⁰²

São também essas fraturas as principais responsáveis por essas “reuniões”, que se mostram enquanto sinalizadores que impõe um padrão a ser seguido, seja por bem, seja por mal, já que “o conceito de cisgeneridade é uma máquina de guerra discursiva que expõe o modo pelo qual corpos generificados se apropriam do direito de subalternizar outros corpos generificados”³⁰³. Com Talytha, essa “reunião familiar” se deu de forma bem semelhante com a que ocorreu com Rebeca, após sua avó pega-lá “no flagra”, de acordo com ela, que comenta:

[...] minha vó me pegou me vestindo com roupa de mulher, que eu fazia o seguinte... Eu pegava roupa de mulher, eu jogava pela janela da casa, no jardim. Saía de casa com a roupa de homem, no jardim eu trocava por roupa de mulher e ia pra rua e a minha vó não via nada disso. [...] Num certo dia ela me pegou no flagra, ela viu eu saindo com a roupa de mulher, então ela chamou minha mãe, chamou minhas irmãs, todo mundo foi lá pra gente conversar e aí foi quando eu realmente assumi que eu não me sentia bem enquanto menino gay, que eu não me sentia bem vestindo roupas de menino e aí foi aquele auê, né. Não teve agressão, não teve nada assim pavoroso,

³⁰¹BENTO, 2017, p. 142. Grifo da autora.

³⁰²RODOVALHO, 2017, p. 369.

³⁰³NASCIMENTO, 2021, p. 99.

mas aí minha mãe achou que era coisa do demônio, que eu precisava ir pra igreja, que minha vó levasse eu pra igreja, pedisse a Jesus, não sei o quê, não sei o quê. E ela me fez apenas um pedido, que eu não parasse de estudar, porque na cabeça dela eu ia sofrer muito mais sendo travesti do que sendo gay.³⁰⁴

O medo das repressões em casa fizeram com que amigas (os) próximas e toda a vizinhança soubessem, de antemão, a forma com a qual ela se identificava. Isso nos leva aos *armários relativos*, pensados pela teórica norte americana em estudos de gênero, teoria *queer* e teoria crítica Eve Kosofsky Sedgwick em *A epistemologia do armário*³⁰⁵, na medida em que parentes próximos não sabiam de sua identidade de gênero, enquanto vizinhas (os) e amigas (os) o sabiam, o que nos sugere que a Geni em questão entrava e saía do *armário* sempre que julgasse necessário, aprimorando, assim, as várias formas de burlar as estratégias discursivas do *Cistema*.

Após a descoberta da avó, quanto a sua identidade de gênero, uma “reunião familiar” foi rapidamente orquestrada. Isso faz com que percebamos que, mais uma vez, essas “reuniões”, agem como uma espécie de reforço das normas que orientam que elas (as Geni’s, colaboradoras ou entrevistadas), “precisam” reunir-se com os familiares e ouvirem caladas um a um dos sermões vindos de seus pais, avós, entre outros. Nesse sentido, os discursos são postos como regras a serem devidamente seguidas, já que

A família nessa perspectiva histórica, exerceu uma pressão organizadora sobre os indivíduos, imprimindo as condições de existência, modos de agir e pensar que deveriam adequar os indivíduos às condutas desejadas no projeto de sociedade da técnica e das verdades científicas.³⁰⁶

O medo da família em parecer que “não fez sua parte” quanto à educação de suas filhas, e sua vontade de jogá-las para dentro de um *armário*, ou que, ao menos, esse *armário* do qual elas saíram, seja algum outro que não o das “identidades malditas”, é uma constante. A homossexualidade, tão temida pela “família tradicional brasileira”, pregadora da “moral e dos bons costumes”, torna-se menos temida quando comparada a identidades de pessoas travestis e mulheres transexuais, como menciona a própria Marilac, que foi enviada as pressas por sua mãe, para a casa de uma tia na cidade de São Paulo. Sobre isso, ela lembra que “uma coisa era ser gay. Outra completamente diferente era ser mona. Queriam me esconder do escândalo da comunidade local”³⁰⁷.

Essas famílias parecem implorar por uma “sexualidade anormal” (forma como a qual a sociedade costuma se referir a pessoas homossexuais), mesmo que os *dispositivos da*

³⁰⁴VASCONCELOS, 2021, p. 10.

³⁰⁵SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.28, p.19-54, 2007.

³⁰⁶AZEVÊDO, 2015, p. 47.

³⁰⁷MARILAC; QUEIROZ, 2020, p. 45

sexualidade abominem relações sexuais entre corpos iguais, e elas fazem isso por desejarem recorrer ao *dispositivo do armário*, para enfurnar essas identidades ditas “malditas” (com a qual suas filhas se reconhecem) lá dentro, bem no fundo do *armário*. Afinal, “‘o armário’, ou o ‘segredo aberto’, marcou a vida gay/lésbica no último século e não deixou de fazê-lo após o marco de Stonewall em 1969”³⁰⁸. Sendo assim, a lógica que dita a ação dos pais para com suas respectivas filhas *Trans*, ao programarem essas “reuniões”, gira em torno de “evitar, o quanto antes, que estas se percam em suas identidades anormais”.

Esses corpos e identidades proclamadas *subversivas* aos olhos de seus genitores, “merecem” esse *armário*, já que “o estipulado enquanto saudável para um corpo é que ele seja cisgênero”³⁰⁹. Nesse caso, parece fazer “mais sentido” para essas famílias, que suas filhas se reconheçam enquanto homens que desejam outros homens (ambos cisgêneros), ao invés de travestis e mulheres transexuais. De qualquer forma, nota-se que “o dispositivo não é algo homogêneo, seus saberes internos formam um conjunto heterogêneo, que busca sua eficácia por vários caminhos”³¹⁰.

Ir para a igreja, pedir a Jesus que o “demônio que tomou conta desses corpos saísse com as bênçãos do divino”, é uma forma de recorrer à fé, sendo esta colocada como meio “necessário para se chegar à salvação”. Identidades negadas, subjetividades jogadas na lata do lixo, assim se mostram os “agentes da fé”, que em nome da palavra sagrada das escrituras, buscam uma espécie de “cura”. Essa “cura gay”, ou qualquer outro denominativo que venham a fazer ou pensar, foi experienciada por Laura, ainda na infância, quando esta foi adotada. Submetida à terapia de reversão, reorientação ou readequação social por volta dos oito anos de idade, após seus pais adotivos identificarem-na como uma “diferença” (termo utilizado pela colaboradora), ela lembra com angústia desse tempo.

Acessar essa “diferença” é acessar a sensibilidade sentida à flor da pele por Laura, na medida em que as lembranças desses momentos trazem gatilhos automáticos, refletidos não somente na inquietação de suas mãos, como também na fala embargada e no olhar perdido em determinados momentos, enquanto narra suas sensações diante do vivido. Lembrar da infância e dos traumas deixados, fizeram-na falar que

Essa diferença, na qual eles queriam me submeter a terapias psicológicas, tendo enfim, que isso poderia ter sido uma “cura gay”, como a sociedade colocava naquela época, e ao ver não obter resultados, eu sempre colocando, aflorando minha identidade de gênero como menina, quando comprava brinquedos masculino eu não gostava, e evoluía, sempre queria brincar de casinha, fazer casinha, brincar com as meninas, eles levavam pra um ponto mais pesado que foi a devolução por parte

³⁰⁸SEDGWICK, 2007, p. 19.

³⁰⁹FAVERO, 2020, p. 22.

³¹⁰BENTO, 2017, p. 142.

judicial, onde me levaram pra o fórum, onde eu tive que conhecer meus pais biológico, no qual eu não conhecia.³¹¹

Sendo a “diferença” em meio ao “normal”, a Geni em questão sofreu os abusos de uma “família” que a devolveu diante da ineficácia da “cura gay”. No fim da década de 1990, a Resolução n° 01/99 do CFP (Conselho Federal de Psicologia), proibiu de forma incisiva a atuação de psicólogos frente à orientação sexual das (os) sujeitas (os), destacando a não patologização desta. Em 2018, anos após a primeira resolução, a Resolução n° 01/18, entrou em cena para vetar a transfobia e a discriminação de gênero frente a travestis e pessoas *Trans*, no geral, como nos mostra Favero³¹², revelando os frutos da campanha divulgada pelo próprio Conselho, intitulada: *Despatologização das Identidades Trans e Travestis*, no ano de 2015.

Muito embora, tais transformações tenham ocorrido, as severas críticas da autora (que é Psicóloga) à sua classe demonstram a importância de *Existências* travestis e transexuais nesses espaços, dada a reflexão proposta, uma vez que questiona o fato do CFP enfatizar “[...] que o psicólogo é fundamental na promoção de saúde de transexuais e travestis, pois detém um papel imprescindível nos serviços destinados a essa população”³¹³. Isso acontece porque “a linguagem científica é uma das mais refinadas tecnologias de produção de corpos-sexuados, à medida que realiza o ato de nomear, de batizar, de dar vida, como se estivesse realizando uma tarefa descritiva, neutra, naturalizando-se”³¹⁴.

A OMS (Organização Mundial da Saúde), após vinte e oito anos, retirou a transexualidade do rol dos transtornos mentais como constava no CID10 (10° Classificação Internacional de Doenças). A informação foi anunciada em 20 de maio de 2019 durante a realização da Assembleia Mundial da Saúde da ONU (Organização das Nações Unidas), em Genebra. Oficializada em 2019, no ano de 2022 os estados membros se comprometeram a colocá-la em prática.

Contudo, vale mencionar que muito embora o avanço seja perceptível, as críticas frente aos atrasos fantasiados de “ajuda” também o são. Saindo da condição de transtorno mental, a transexualidade integra o capítulo voltado a “condições relacionadas à saúde sexual” da CID11 (11° Classificação Internacional de Doenças – que substitui a CID 10), sendo classificada como “incongruência de gênero”, também conhecida como “disforia de gênero”, ou seja, consiste no conflito existente entre o gênero atribuído a (ao) sujeita (o) em seu nascimento (pautado em questões biológicas - sexo) e o gênero com o qual a mesma (e) se

³¹¹LAURA, 2021, p. 3.

³¹²FAVERO, 2020.

³¹³FAVERO, 2020, p. 79.

³¹⁴BENTO,, 2017, p. 113.

identifica.

A contradição discursiva levantada por Favero quanto à questão da transexualidade é percebida, sobretudo, quando ela expõe o caráter estratégico do *Cistema*, já que “dar outro nome para uma questão que permanece ‘a mesma’ não faz com que se despatologize a transexualidade”³¹⁵. Nesse sentido, evidenciasse que a disciplinalização sofisticada-se com o passar do tempo, ganhando novas formas de agir, o que não significa dizer que estas novas formas de agir não sejam detectadas e até mesmo burladas por aquelas que sofrem o agir da *disciplina* sobre seus corpos, identidades e sexualidades.

Discussões como essas nos mostram a violência direcionada a pessoas *Trans*, privadas de serem e dizerem quem são a partir destas “reuniões familiares” que agem como dispositivo de coerção. Sendo assim, é inegável que as violações são muitas e que estas iniciam-se, ainda, no seio familiar (ou seja, em espaço privado). Ainda sobre estas violências, a brutal violência sexual sofrida por Laura, dentro de seu próprio “lar” (também junto à família biológica), por parte de seu pai biológico e irmãos, reforça a violência dirigida a pessoas travestis e mulheres transexuais, a partir da coisificação e abjeção dessas identidades, um vez que a hipersexualização de seus corpos e a fetichização de suas subjetividades são colocadas à mercê de atrocidades diárias. Sobre isso, ela relata:

[...] não tinha contexto familiar e eles terem me tirado do contexto familiar no qual eu fui crescida, isso trouxe grandes transtornos psicológico, grandes traumas, porque daí eu comecei a passar em um contexto familiar onde eu não conhecia aquelas pessoas como os meus pais, mesmo sendo os pais biológico, onde eu tive que morar com eles em uma choupana, uma casa de palha, e lá foi onde eu passei por a maioria dos meus abusos... que eu fui abusada sexualmente pelo meu pai biológico, teve a parte dos meus irmãos também, por me ver afeminada, colocou eu nessa situação, diante de dizer que eu não era parente deles, que eu não era nada deles e que eu tinha que ceder aqueles abuso.³¹⁶

“Ceder” aos abusos sofridos em “casa”, junto à mãe (que atuava como profissional do sexo na época), que assistia a tudo calada, enquanto o pai e os irmãos abusavam de seu corpo constantemente, fazem ela atentar-se para o fato de que as regras de comportamento elaboradas pelo *Cistema* e o enquadramento de padrões de conduta social almejados, quando não alcançados, ativam barreiras que servem como proliferação de discursos *Transexcludentes* que agridem e perturbam *Existências Trans* através de atos de violência que buscam a subalternização das mesmas. A exemplo disso, citamos o ato da subalternização de corpos e mentes, como foi o caso.

O núcleo familiar, marcado pelas violências em todos os seus níveis e vieses, do qual

³¹⁵FAVERO, 2020, p. 73.

³¹⁶LAURA, 2021, p. 3.

Laura fez parte até os dezoito anos de idade (quando foi expulsa de casa pelos pais biológicos), confere a seu presente o incômodo de uma memória aparentemente “encoberta”, refletida nos “risos amarelados” de quem não mais quer re’viver o passado e todos os desconfortos causados pelo mesmo. O desejo de não mais lembrar a realidade que me foi revelada, indicam uma briga interna com o seu oposto, e este seria a necessidade de expulsar a todo custo os “fantasmas” que lhe assombam em forma de narrativa, ainda que a mesma seja uma “agressão” a sua permanência no presente.

Rememorar estes momentos é agredi-la e libertá-la, uma justaposição que se cruza ao mesmo tempo. E é a partir de justaposições que as lembranças de nossas Geni’s, colaboradoras ou entrevistadas, vêm à tona, horas para libertar, horas para libertar-se, como veremos no tópico a seguir ao falar sobre a violência praticada contra pessoas travestis e mulheres transexuais em espaços públicos, tanto no passado (década de 90), quanto no presente (dias atuais).

3.1.2 “Corpos públicos”: a violência ganha às ruas

A rua é mundo cão. É faca, navalha. É a cara da morte a todo momento. Vacilou, um passo em falso, um erro, no ponto. Uma falha um retalho, remato sangrento. Na rua não tem paz pra mim ou pra mana. A polícia, o cliente, o tráfico, o ocó. Eu vivo numa selva urbana, insana. É a cidade inteira que quer me matar! Você não duraria nem ao menos 10 minutos, se estivesse em minha pele pelas ruas da cidade. Você não duraria... (Trecho do Musical Brenda Lee e o Palácio das Princesas).³¹⁷

A violência direcionada a pessoas travestis e mulheres transexuais é uma realidade que não pode ser negada, e o extrapolar dessa violência que inicia-se em espaço privado (no “lar/casa” destas sujeitas), através de agressões verbais, físicas e psicológicas, por parte de seus familiares, ganha às ruas. Tidos como “corpos públicos”, os quais todos têm acesso (para acariciar, apedrejar, assassinar), a morte é um assombro constante, como podemos ver nas páginas do *Jornal da Paraíba* em 08 de janeiro de 1997.

Com o enunciado: *Policiais procuram suspeitos de matar travestis*, o periódico trouxe ao público paraibano uma matéria referente à cidade de Dourados, Mato Grosso do Sul:

Campo Grande – A polícia Civil de Dourados (215 Km de Campo Grande –MS) identificou e está à procura de Paulo Sérgio de Oliveira, 22, suspeito de matar três travestis na cidade e dez em São Paulo. A polícia pegou depoimentos de parentes de Oliveira que também o apontam como assassino de outras quatro pessoas em Dourados. [...] Anteontem à noite, as polícias Civil e Militar fizeram buscas na cidade, após um travesti ter reconhecido Oliveira próximo a um ‘ponto’ de

³¹⁷Passagem retirada do Dossiê elaborado pela ANTRA. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022. O trecho citado é referente ao musical que conta a história de Brenda Lee, mulher trans, disponível em: Musical “Brenda Lee e O Palácio Das Princesas”, no Youtube (canseideseerpop.com).

prostituição. Testemunhas ouvidas pelo delegado Roberto Queiroz, 35, disseram que Oliveira afirmava ter matado dez travestis em São Paulo entre os anos de 89 e 94. Um parente do suspeito, de nome mantido em sigilo, afirmou ao delegado que Oliveira recebia de ‘alguns amigos’ R\$ 100 por cada travesti morto. [...] Sobre os crimes ocorridos em Dourados, a polícia encontrou testemunhas que acusam Oliveira. A morte mais recente ocorreu no último dia 2. A testemunha disse que viu o acusado atirar contra Oziel Inácio da Silva, 35, “Jéssica”, em frente à sua casa no Jardim Climax. Os outros travestis assassinados em Dourados, no período de dez dias, foram Edejoner Pereira de Souza, “Diana” e José Fernandes, “Cidinha”. [...] No último dia 20, durante a greve da Polícia Militar do Estado, dois travestis foram assassinados a tiros de pistola em Campo Grande. A polícia investiga ligação com os crimes de Dourados. “Pode não ser Oliveira, porque ele usa revólver calibre 38”, disse o delegado.³¹⁸

É possível fazer observações de extrema relevância diante de tal matéria, e a primeira volta-se ao fato de perceber que o matutino, assim como fez com o estereótipo da travesti “aidética”, apropriou-se de matérias a nível nacional para tratar a violência praticada contra pessoas travestis na década de 90. Para além disso, o enunciado que explora os termos “suspeitos” e “travestis”, ambos no plural, alerta-nos para a onda de assassinatos praticada contra esse grupo, possibilitando constatar uma vigilância da travesti para com ela mesma e suas semelhantes, no que diz respeito à segurança, o que lhes permite detectar e questionar o que seria ou não uma ameaça, como é o caso da travesti que acionou as polícias Civil e Militar, ao reconhecer o acusado nas imediações onde estava.

Essa vigilância trata-se de uma espécie de “vigilância às avessas” (termo formulado pela autora desta dissertação). A segurança do Estado que lhes é negada permite que as vítimas vigiem umas as outras. Não enquanto vigilantes de gênero e sexualidade, como faz o Cistemaheteronormativo, mas enquanto vigilantes que *Resistem* ao massacre de seus corpos e identidades. Fazer isso é burlar o *status quo*, “impedindo-o” de agir em benefício próprio ao incitar a violência sobre estas sujeitas. Sujeitas que se reinventam em suas mais variadas formas de defender-se a cada ataque, seja esse aparente ou não.

Se nos séculos XII e XVIII a Era Clássica encontrou nos castigos corporais um exercício para a *disciplina*, na Modernidade dos séculos XIX e XX, a “regeneração” desses corpos se deu por meio do controle³¹⁹. No entanto, o que parece ocorrer com a sociedade dos anos de 1990 é uma junção de ambas as *disciplinas*, já que os espancamentos e as mortes servem de “exemplo” para todas (os) aquelas (es) que “ousarem” solidificar identidades e sexualidades *dissidentes*, enquanto o controle e a “regeneração” se dar com os tratamentos psiquiátricos e com as normas impostas no seio social.

Vale salientar, ainda, que o depoimento dado pelo parente do acusado afirmando que

³¹⁸Políciais procuram suspeitos de matar travestis. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, p. 5, 08 jan. 1997. Policial.

³¹⁹FOUCAULT, 2015.

ele (o autor dos crimes) recebia de amigos quantias em dinheiro para o assassinato de cada travesti, transparece a forte presença de ideias que estimulam a aniquilação física do que está fora do padrão imposto pela *Cisheteronormatividade*, e a provável existência de outro assassino são provas disso. O cenário cruel no qual estes corpos e identidades se espreitavam são reflexos de uma década de 90 que apontava o Brasil como um dos países recordistas em violência e morte contra homossexuais (termo utilizado para referir-se, também, a pessoas travestis na época – como mencionado anteriormente), tendo as travestis como linha de frente, já que estas, aos olhos leigos e alheios, são exemplos vivo dessa “anormalidade sexual” em forma de identidade de gênero. Identidade de gênero, que segundo a norma, não lhes pertence.

O nome de registro revelado no jornal das travestis assassinadas na cidade de Dourados, no decorrer de dez dias, ao lado do nome social de cada uma delas entre aspas, apontam a dúvida sobre suas identidades, que, negadas, são mortas mais uma vez. É negando uma a uma dessas *Existências* que a sociedade impõe sobre pessoas travestis e mulheres transexuais uma política da morte. Os extermínios em massa praticados contra esse grupo insiste em ser uma constante, como podemos ver nos relatos de nossas Geni's, que vêm-se em uma eterna década de 90. Isso porque é como se o passado agarrasse um presente que parou no tempo, como constatado por Ster (mas não somente por ela).

Testemunha ocular de um crime, Ster parece ajustar-se às margens marginais que o *Cistema* lhe impõe. Com a face ligeiramente atormentada por lembranças que a fazem se emocionar de um jeito contido, suas inquietações deixam escorregar por entre as palavras uma série de relatos violentos vivenciados por ela e amigas próximas. Após um, dois, três relatos seguidos, menciona o assassinato de Laísa, com olhos marejados, diante do fato de ter ela mesma presenciado tudo ali, diante de seus olhos, olhos esses que experimentaram enxergar a realidade nua e crua dessa *selva urbana, insana*, que abraçada com a desumanidade que nos assola, atravessa símbolos sociais que hierarquizam o aceitável e o não aceitável, imposta por uma ordem historicamente construída com base no exercício da exclusão, que quando escancarada pela entrevistada, aciona gatilhos dolorosos que explodem em forma de narrativa, ao dizer:

A gente tava no centro, e ele gritando: Bolsonaro pra cá, Bolsonaro pra lá... vocês travesti tudo merece morrer, que Bolsonaro vai mandar matar vocês! No tempo da eleição, a gente tava com medo de sair na rua, porque lá em Sergipe tava babado esse foco assim que Bolsonaro mandou matar as travestis. O homem simplesmente, ele parou na rua, olhou pra cara dessa amiga minha, Laísa, e falou: vou te matar! A gente riu e não botou fé. Do nada, o homem correu na nossa direção, e eu não sabia que ele tava com uma faca nas costas. Ele puxou a faca e enfiou aqui nela (nesse momento a colaboradora mostra o local onde sua amiga foi esfaqueada – na barriga). A faca entrando e o sangue escorrendo por cima, pronto, a gente só viu ela pedindo

socorro. Ficou um tempo internada ainda, mas acabou falecendo.³²⁰

A frase “travesti tudo merece morrer, que Bolsonaro vai mandar matar vocês!”³²¹, proferida pelo assassino de Laísa, conferem lugar às estatísticas que corroboram com a certeza da impunidade que enquadra *Existências* de pessoas travestis e mulheres transexuais em um processo de extermínio. A sentença é dada através do “inocente” risinho zombeteiro por entre os dentes, vindos de uma sociedade que funciona como mola propulsora para a ação de apertar o gatilho, dar a primeira facada, lançar a primeira pedra e fazer repercutir por entre as ruas e becos que o *Cistema* se recusa a aceitar as múltiplas formas de viver, experimentar e sentir o mundo, aprisionando a morte, pessoas *Trans*.

Os questionamentos postos pelo camaronês, Joseph-Achille Mbembe³²² em seu artigo *NECROPOLÍTICA*, adequam o conceito de soberania dentro dos limites necessários ao entendimento do real papel do Estado como figura que confere a si mesmo o poder estatal sobre os corpos, gerando um *biopoder* (responsável pela regulação da população) e uma *biopolítica* (responsável pelo fazer morrer dessa mesma população)³²³, responsáveis por gerir a vida e as forças vitais na produção, fragilizando a capacidade política de resistência, silenciando e individualizando a morte.

Nesse sentido, a *necropolítica* pensada por Mbembe seria um complemento da *biopolítica*, que através da morte e seu *necropoder*, faz um paralelo entre as fronteiras dos corpos que devem ser violados e atravessados pela morte como assombro perpétuo que ecoa dia após dia, e os corpos que não devem nem mesmo serem tocados ou olhados, sendo estes, blindados de todos os lados, de todas as formas e em todas as circunstâncias.

Sabido isso, é inevitável que a *Resistência* de quem é posicionada (o) no lugar de menos ou nenhuma valia, venha a reverberar por entre as brechas da casa grande chamada *Cistema*, afinal, como diz Lord, precisamos todas (os) estarmos atentas (os), pois não é a “diferença” que nos imobiliza, o que nos imobiliza são os silêncios, e “[...] há muitos silêncios a serem quebrados”³²⁴. Os silêncios quebrados por Ster e a relação instável entre as corporalidades e identidades sorrateiramente denominadas *dissidentes* em contraponto às *Cisnormativas*, vieram à tona, juntamente com detalhes sobre Laísa, entre eles sua idade (dezenove anos) e seus traços tidos e ditos como lindos.

A vida na rua é assim: *mundo cão!* e como mundo cão a *necropolítica* conversa o

³²⁰KATILLEYA, 2021, p. 33.

³²¹KATILLEYA, 2021, p. 33.

³²²MBEMBE, Achille. “NECROPOLÍTICA”. *Arte e Ensaios*: Revista do ppgav/eba/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016.

³²³FOUCAULT, 1988.

³²⁴LORDE, 2020, p. 54.

mesmo dialeto de quem aos gritos insiste em emitir o som da junção entre fascismo e morte como política pública destinada a travestis e mulheres transexuais no Brasil. A regra é matar! Nesse caso, a atitude do agressor, aqui, visto e posto como carrasco da contemporaneidade, detém o poder soberano de escolher quem vive e quem morre. Isso porque “matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais”³²⁵.

Sendo assim, é matando que o assassino segue um padrão de completude e sincronicidade com o Estado que acolhe sua brutalidade, brindando-o com a soltura, segundo relatos da colaboradora, que, revoltada com a situação, carrega consigo experiências de vida que se entrecruzam, bicolando, assim, escritas de si ao falar sobre as amigas.

A infração das (os) fugitivas (os) da norma se dá pela (*Re*) *Existência* e a sentença como todas (os) sabem, foi decretada, e esta nada mais seria que a morte, mas não qualquer morte, a morte por si só não diria nada nesses casos em específico, sendo assim, a bússola norteadora de caminhos previamente traçados entra em cena, encarregada de fazer emergir requintes de crueldade com pitadas de discursos moralmente “aceitáveis”, que arrebentam a porta da vida, lhes “presenteando” com a morte e sinalizando que:

[...] são violências que muitas vezes vem por ódio mesmo, né. Vem com requintes de crueldade. Se mata muito os corpos trans com mortes que são do tipo: amputação, decapitação, enforcamento, estrangulamento, cortam a roupa toda, cortam as genitálias, cortam os seios, enfim, são mortes que são realmente com requintes de muita crueldade.³²⁶

As mortes com requintes de crueldade, como enfatiza Karina, ganham as ruas, tornando-se verdadeiros “espetáculos da morte”, amparados em rituais macabros de violência e dor. Sobre essas mortes brutais Guerra³²⁷, Martins³²⁸, Nascimento³²⁹ e Oliveira³³⁰ constata o mesmo, ou seja, a grande maioria dos casos apresenta alto grau de crueldade, envolvendo mutilações das mais diversas sobre esses corpos. A exemplo disso, destacamos o assassinato de Inete, morta com trinta e duas facadas por quatro homens cisgêneros, entre eles um adolescente de dezessete anos, nas ruas de Campina Grande, mais precisamente na rua João Pessoa, na madrugada do dia 15 de abril de 2011.

Noticiada nos principais telejornais da Paraíba e do Brasil, na época, a morte da

³²⁵MBEMBE, 2016, p. 123.

³²⁶ESPÍNOLA, 2021, p. 26.

³²⁷GUERRA, Verônica Alcântara. “Do cotidiano à rua, variações do “ser” travesti: Litoral Norte da Paraíba”. **PRACS**: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, n. 3, p. 1-12 dez. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/73>>. Acesso em: 11 maio. 2021.

³²⁸MARTINS, Helena. Número de assassinatos de travestis e transexuais é o maior em 10 anos no Brasil, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-01/assassinatos-de-travestis-e-transexuais-e-o-maior-em-dez-anos-no-brasil>. Acesso em: 28 out. 2022.

³²⁹NASCIMENTO, 2021.

³³⁰OLIVEIRA, 2020.

referida travesti foi lembrada por Ster, em um de seus muitos relatos:

Eu já vi amiga minha sendo morta. Sendo morta de faca em Campina Grande mesmo. Uma amiga minha, eu tava na esquina... há muito tempo isso (nesse momento a colaboradora estala os dedos de modo a enfatizar que faz tempo o ocorrido), foi assim que eu comecei travesti. Parou o carro, mulher... correu atrás dela e deram pra mais de vinte facadas nela, eu vi tudo. [...] O ano eu não me lembro, mas eu me lembro que foi no centro de Campina. Acho que se for botar no YouTube alguma coisa, acho que vai mostrar, porque eu acho que foi a morte mais terrível de travesti que teve em Campina Grande foi ela. O nome dela era mais Inete, o nome dessa travesti. Era mais deficiente de uma perna, ela era..³³¹

A morte torna-se um espetáculo que precisa ser noticiado, proliferado, e as lembranças trazidas pela entrevistada (que não lembra exatamente o ano do ocorrido), ao falar sobre o assassinato brutal de mais uma de suas muitas amigas, são trazidas à tona não por acaso, uma vez que ao falar sobre as tragédias vividas, ela denuncia o massacre de corpos *Trans* pelo Brasil afora. O caso de Inete, em específico, é um desses casos que não se deixam ser esquecidos, seja por Ster, seja por pesquisadoras como Ana Beatriz Caldas Oliveira que problematiza o conteúdo simbólico produzido por portais de notícias da Paraíba, ao tratar os crimes cometidos contra pessoas travestis no estado.

Sobre isso, a autora em questão ao fazer uma análise da matéria intitulada *Travesti é assassinado após discussão no Centro de Campina Grande*³³² publicada no *Jornal da Paraíba* poucas horas após o assassinato de Inete, observa que:

Ainda que Inete fosse jovem, nada sobre o fato foi comentado; apenas que fazia “ponto” no local, discutia com homens que estavam em um carro e foi esfaqueada várias vezes, não tendo tempo, no entanto, de chegar ao hospital antes de falecer. O uso da palavra “travesti” com pronomes masculinos (algo que, de acordo com nossa pesquisa o *Jornal da Paraíba* modificou a pouco tempo) é utilizado com frequência, e é citada uma possível relação entre a vítima, o uso de crack e a atuação de Inete em assaltos (no caso, roubos a clientes). A notícia também afirma que os hábitos *do* travesti poderão auxiliar na descoberta dos criminosos, até então desconhecidos.³³³

Muitas das observações feitas por Oliveira vão de encontro às nossas, ao analisarmos as matérias veiculadas no *Jornal da Paraíba* na década de 90, sobre pessoas travestis, uma vez que a menção a estas sujeitas precedida do artigo “o” (no masculino) é visível, assim como a associação que o jornal faz entre estas e os lugares de erotização, violência e perigo. Passados alguns anos entre as matérias problematizadas aqui, e a referenciada pela pesquisadora pouco parece ter mudado.

A conexão que o periódico faz entre a vítima, o uso de drogas e a criminalidade, reverbera a reprodução de imagens estigmatizantes em torno desse grupo, evidenciando, mais

³³¹KATILLEYA, 2021, p. 32.

³³²A matéria em questão não foi encontrada.

³³³OLIVEIRA, Ana Beatriz Caldas. **Viver e morrer travesti no jornalismo policial: uma análise sobre a desconstrução da identidade trans em portais paraibanos**. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018, p. 60.

do que nunca, que “o sujeito social é resumido, portanto, a um estigma, algo menor que um ser humano ‘comum’, e tais discriminações, em menor ou maior grau, fazem com que suas vidas sejam atormentadas, quando não abreviadas”³³⁴.

Essa reprodução feita pelos veículos de comunicação entre pessoas *Trans* com as drogas e a criminalidade, entre outros, permite um controle minucioso sobre as imagens discursivas direcionadas a essas identidades, haja vista que “tais posições seriam pontos temporários que buscariam saturar os sujeitos em fluxos discursivos, produzindo identidades: de um lado, as perigosas e violentas criminosas; de outro, crimes quase sempre não solucionados que as transformam em vítimas”³³⁵. Vítimas que, corriqueiramente, transformam-se em estatísticas para o *Cistema*, mas não para amigas próximas (como no caso de Ster), que, assim como elas, vivem o tormento da morte em vida dia após dia.

Vale, ainda, uma ressalva sobre o assassinato de Inete, quanto às interseccionalidades que permeiam não apenas sua identidade de gênero, como também raça (ela era negra), classe (ela era pobre) e deficiência física (ela tinha uma perna mais curta do que a outra). Esses marcadores sociais das diferenças possibilitam uma lembrança e visibilidade maior em torno do caso, já que além do grau de crueldade impetrado pelos assassinos contra a vítima, “seus recortes de classe, gênero e raça eram, portanto, definidores de um sujeito altamente estigmatizado, que sofria vários níveis de opressão”³³⁶.

Dito isso, chegamos, portanto, à mesma constatação de Mariah Rafaela Silva³³⁷ ao afirmar que a junção desses marcadores sociais das diferenças sobre esses corpos e identidades é uma “monstruosidade em excesso” que as tornam alvos necropolíticos de puro extermínio. Nesse sentido, torna-se urgente evidenciar que:

As múltiplas desvantagens que incidem sobre travestis e mulheres transexuais negras – socioeconômicas e educacionais, por exemplo – confirmam a falta de comprometimento do movimento TT (travestis e transexuais) no combate ao racismo, da mesma maneira que apontam também para a manutenção do sexismo e da transfobia no Movimento Social de Negras e Negros.³³⁸

Talvez, por isso, as lembranças de Ster que não se deixam serem esquecidas, quando costuradas com lembranças outras, que abarcam o tema violência, deixam escapar a situação na qual se encontram pessoas *Trans* no Brasil (em especial, pessoas *Trans* com múltiplos

³³⁴ OLIVEIRA, 2018, p. 34.

³³⁵ HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, p. 103-133, 2009, p. 111-112.

³³⁶ OLIVEIRA, 2018, p. 58.

³³⁷ SILVA, Mariah Rafaela. Devir Selvagem: a arte do grifo (ou do grifo na arte). **Revista Docência e Cibercultura**, v. 3, n.1, p. 51-72. 2019.

³³⁸ OLIVEIRA, 2020, p. 181.

outros marcadores sociais das diferenças). As violências sofridas são muitas, como mostra o último Dossiê elaborado pela ANTRA³³⁹.

Os dados trazidos no dossiê dão conta de analisar questões relacionadas à quantidade de assassinatos por estado, região e até mesmo no exterior, passando pelo perfil das vítimas (idade, classe e contexto social, raça, gênero e elementos comuns); o assassinato de defensoras (es) de Direitos Humanos Trans; a identidade de gênero das vítimas na mídia; os tipos de assassinatos; as ferramentas empregadas e os métodos utilizados na execução, além do local dos assassinatos; o perfil dos suspeitos (assassinos); as tentativas de assassinatos; os dados internacionais que apontam o Brasil como o pior país para ser LGBTQIA+ no mundo; as violações de Direitos Humanos; o suicídio e a saúde mental dessa população; recomendações gerais; e por fim, uma série de quatro artigos.

O primeiro, que explora a ação policial contra travestis no contexto ditatorial e democrático no país; o segundo, que fala sobre o discurso transfóbico do jornalismo brasileiro; o terceiro, que permeiam questões relacionadas às dificuldades enfrentadas pela juventude trans; e o quarto, que visa problematizar a transfobia inserida em grupos feministas.

No geral, o panorama que nos é apresentado não é dos melhores. O Brasil continua sendo pelo 13º ano consecutivo o país que mais mata travestis e mulheres transexuais no mundo. Quando contabilizados, o total de assassinatos ocorridos no ano de 2021 são de 140 pessoas *Trans*, entre estas, 135 travestis e mulheres transexuais, e 5 homens trans e pessoas transmasculinas, sendo observado, também, um aumento de 14% quando comparado ao ano de 2008.

Entre os estados que mais matam essa população, a Paraíba ocupa a décima colocação com o triste número de 27 execuções entre os anos de 2017 e 2021. O primeiro lugar continua sendo do estado de São Paulo, com 105 mortes; Ceará ocupa a terceira colocação com 73; Bahia vêm em seguida com 72; Minas Gerais vêm depois com 60; Rio de Janeiro com 59; Pernambuco com 46; Paraná com 36; Pará com 31 e Goiás com 28.

Juntos, os estados do Nordeste equivalem a 218 mortes, o que nos coloca na desconfortável posição de segundo lugar com 34% dos casos (lembrando que a região Nordeste nos últimos anos vinha segurando o terrível posto de primeiro lugar), passando o bastão da morte para a região Sudeste, que, pela primeira vez, ocupa o primeiro lugar com

³³⁹Dados retirados do Dossiê realizado pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil) fundada no ano de 1993 e registrada em cartório no ano de 2000. O Dossiê em questão corresponde ao publicado em 29 de janeiro de 2022, de modo a fazer um elaborado e minucioso levantamento dos assassinatos cometidos contra travestis e transexuais brasileiras (dados referentes ao ano de 2021). Dados disponíveis em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.

35%. Ainda, sobre as posições da morte, a região Centro-Oeste com 11% vem em terceira posição; o Norte com 10,5% vem em quarta posição, e o Sul com 9,5% vem na quinta posição.

O perfil das vítimas, quanto à idade, aponta a morte cada vez mais precoce desse grupo. Se em 2019 a idade da vítima mais jovem era de 17 anos, em 2021 essa idade baixou para 13 anos, apontando que “o assassinato precoce é o início da tentativa de destruição *sistemática* de uma população. É a consolidação de um projeto transfeminicida em pleno funcionamento no país e no mundo”³⁴⁰. Sendo assim, a expectativa de vida de uma travesti ou mulher transexual é de 35 anos (segundo o relatório), ou seja, menos da metade da expectativa de vida no Brasil, onde mulheres cisgêneras vivem em média 80,3 anos, e homens cisgêneros vivem 73,3 anos³⁴¹.

Sobre a expectativa de vida de pessoas travestis e mulheres transexuais, Marilac, ao falar sobre suas experiências de vida, diz o seguinte:

Quem era eu, afinal, para ousar individualizar-me? Eu era um número em estatísticas feias do Brasil. Tinha lido no jornal que a expectativa de vida de uma transexual no país é de 35 anos. mais tarde entenderia que isso é uma falha de nomenclatura ou deficiência metodológica: os pesquisadores do Grupo Gay da Bahia chegaram àquele dado fazendo uma média simples entre as idades de todos os transexuais mortos por violência (suicídio incluso) no decorrer do ano. O que eles calcularam, na realidade, era uma expectativa de morte. Era esperado que eu morresse aos 35 anos. Estava no ponto certo.³⁴²

Assertiva em suas palavras, a lógica de se pensar em uma “expectativa de morte” e não de “vida”, como propõe Marilac, resumem bem a não expectativa por parte de pessoas travestis e mulheres transexuais diante de um futuro certo: a morte! A morte enquanto única expectativa, como pontua Talytha, de forma in’direta ao falar: “Eu acho que o que mais me marcou foi perder amigas... Ver morte de amigas minhas. Eu acredito que o que mais me marca é isso, eu acho que é você ver uma pessoa assim, que tá ali de boa, tranquila, de repente

³⁴⁰Trecho retirado do Dossiê elaborado pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil) fundada no ano de 1993 e registrada em cartório no ano de 2000. O Dossiê em questão corresponde ao publicado em 29 de janeiro de 2022, de modo a fazer um minucioso levantamento dos assassinatos cometidos contra travestis e transexuais brasileiras (dados referentes ao ano de 2021). Dados disponíveis em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. p. 41. Acesso em: 29 jan. 2022.

³⁴¹Dados retirados do Dossiê elaborado pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil) fundada no ano de 1993 e registrada em cartório no ano de 2000. O Dossiê em questão corresponde ao publicado em 29 de janeiro de 2022, de modo a fazer um minucioso levantamento dos assassinatos cometidos contra travestis e transexuais brasileiras (dados referentes ao ano de 2021). Dados disponíveis em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. p. 41. Acesso em: 29 jan. 2022. Ainda sobre a expectativa de vida dos brasileiros, ver a última atualização com base nos dados divulgados pelo IBGE em novembro de 2022, confirmando que a expectativa de vida dos brasileiros aumentou. Sobre isso, ver: <https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques.html?destaque=35600>. Acesso em: 05 dez. 2022.

³⁴²MARILAC; QUEIROZ, 2020, p. 183-184.

a pessoa ser assassinada”³⁴³.

O “de repente”, frisado pela colaboradora, não é tão “de repente” assim, já que os assassinatos direcionados a essa comunidade são muitos. Sobre isso, fazemos menção aos momentos finais da entrevista de Laura, quando ao fim da gravação, esta recebeu o telefonema de uma amiga *Trans* que lhe perguntava angustiada sobre o possível assassinato de uma travesti no bairro do Monte Santo (localizado na cidade de Campina Grande). Queria informações, haja vista que os boatos sobre um possível crime circulavam nas redes sociais. Diante disso, ela prontamente respondeu à amiga: “mulher, não chegou não, até o certo momento não... notícias que mataram em Campina não”³⁴⁴. Após o telefonema, procuramos informações sobre o ocorrido e descobrimos que nenhum assassinato havia acontecido naquele dia em específico.

O medo e a apreensão parecem fazer parte da vida de pessoas travestis e mulheres transexuais, que reconhecem o lugar ocupado pela mídia em todo esse processo. Sobre a atuação do jornal enquanto veículo de comunicação que se beneficia com tragédias, Ster rapidamente pontua:

Porque aquela questão mulher, eles deveriam mostrar a parte, assim, vamos agora visualizar uma travesti... Foi como até o homem tava falando, quando for contratar uma travesti eles vão ter que botar pra visualizar - primeira travesti contratada pela TAM. Aí eu disse: tu acha que isso vai visualizar? Ele olhou pra minha cara assim, ele fez: nas empresa vai. Eu falei: nas empresa vai, mas tu diz assim “uma travesti morreu de infarto dentro do avião da TAM”, pra tu vê se não vai ter mais ibope. Ele: por quê? Eu fiz: porque eles vê isso. Quando o ibope é lado ruim pra travesti, eles dão ibope, quando é a parte boa, eles não tem interesse. Eles não tem interesse em mostrar, visualizar o bom na gente, mas deveria mostrar, entendeu. Eu acho isso.³⁴⁵

Ainda que o raciocínio do homem (ao que tudo indica cisgênero), mencionado pela Geni em questão, siga uma linha que muito se encaixa nos temas idealizados pelo jornalismo, ao usar o termo “travesti” como requisito para chamar a atenção do leitor, além de trazer questões relacionadas à generosidade (sexto tema ideal), as considerações feitas por Ster seguem o mesmo padrão, já que tragédias (terceiro tema ideal) tendem a chamar ainda mais atenção. Sobre reconhecer o papel ocupado pelos veículos de comunicação, Karina reconhece que

[...] a mídia ela quer saber de vender notícias, ela quer saber do que é factual, ela quer saber do que o povo tá falando, ela quer saber da fofoca. O jornalismo começa da fofoca. Então, quando você vê uma Pabllo Vittar gerando uma renda, quando ao mesmo tempo você vê Dandara que morre sendo apedrejada, espancada e colocada num carrinho... ambos dão visibilidade, que ambos dão visualizações para essas empresas, aí você se pergunta: O que é que vende? é mais o bem ou é mais o ruim, é

³⁴³VASCONCELOS, 2021, p. 24.

³⁴⁴LAURA, 2021, p. 26.

³⁴⁵KATILLEYA, 2021, p. 30.

mais a coisa boa ou é mais a coisa má?³⁴⁶

Descortinando o papel da mídia, de uma forma geral, a colaboradora consegue trazer ao debate de forma objetiva o que destacamos anteriormente, ao tratarmos os temas ideais inseridos em um jornal. Afinal, o que é que vende mais: morte ou vida? Ao que tudo indica morte, como destacado por ela, ao lembrar da brutalidade direcionada ao corpo de Dandara dos Santos, travesti assassinada em 15 de fevereiro de 2017 (por cinco homens cisgêneros) na cidade de Fortaleza, no Ceará.

Os constantes insultos acompanhados de chutes, tapas, golpes de madeira, parecem não ter sido o suficiente para seus agressores, que arrancaram-lhe a vida com uma forte pedrada na cabeça, além de tiros. A exibição de sua morte em vídeos nas redes sociais e o incentivo de uma “plateia” sanguinária, reafirmam o posicionamento do *status quo* diante de pessoas *Trans*, já que casos como estes são retratos da realidade sombria que persegue essas *Existências*.

É andando por entre a morte e a vida, ou entre a morte em vida, que Kelly fala sobre o assassinato de pessoas travestis e mulheres transexuais. Sobre isso, quando perguntada se *já perdeu amigas em decorrência da violência*, ela responde:

Mulheres trans morrem todos os dias no Brasil. Amiga diretamente e indiretamente, sim. [...] Não tem como você não dizer porque são as nossas iguais que estão sendo mortas, então, todos os dias mulheres trans são assassinadas, mulheres travestis são assassinadas e não tem como a gente não sentir, porque cada dia mais... Porque eu não estou livre dessa violência. Tem umas que simplesmente... Olhe, por que a violência, a morte, o transfeminicídio é o último ato né, é a violência brutal que mata, que ceifa vida, e, por exemplo, a gente sofre violência quando você é assediada sexual/moralmente por um homem quando não aceita, recusa.³⁴⁷

Falar sobre violência para a entrevistada é falar sobre as várias facetas que esta pode vir a ter, seja no ato consumado em si, quando a violência ceifa vidas, seja quando se é negada a *Existência* em vida de pessoas travestis e mulheres transexuais, através da invalidação de suas identidades. Essa invalidação nada mais é que um dispositivo que age de modo a arrancar-lhes a vida, ainda que aos poucos, através do não acesso a direitos básicos, além do incentivo ao suicídio que não pode ser negado. Nesse sentido, fazer morrer, deixar morrer e incitar a morte, são normas de um *Cistemaheteronormativo* que extermina corpos, identidades e sexualidades consideradas *subversivas*, *dissidentes* ou de menos valia.

É colocando esse grupo no espaço da marginalidade que a *necropolítica* ganha força, reforçando que “o espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma

³⁴⁶ESPÍNOLA, 2021, p. 25.

³⁴⁷ALVES, 2021, p. 28.

terceira zona, entre o *status* de sujeito e objeto”³⁴⁸. É entre o *status* de sujeito e objeto, que as histórias de vida de nossas Geni’s se cruzam, entrecruzando caminhos de dor, sofrimento e lembranças por demais dolorosas.

Seriam queimadas em praça pública, se tais práticas fossem permitidas em dias atuais, o que não quer dizer que intenções para a consumação de tal ato não exista, como nos relata Ster:

Quando a gente tá na esquina que passa um pai de família... uma vez parou um homem do meu lado e fez assim: olhe, nunca pare pra esse tipo de ser humano que são cruéis, são horríveis, isso era pra ser tudo queimado. Eu queria secar a lagoa e jogar todas as travesti de João Pessoa dentro da lagoa e matar todas queimada. Aí ele foi, acelerou o carro e foi embora. Aí ficou eu e uma amiga minha olhando uma pra cara da outra, eu fiz: Gente! A gente é babado, viu? A gente é ladrão... a gente agora é bruxa. Querem matar a gente queimada!³⁴⁹

Amaldiçoadas pelo *Cistema*, suas *Existências* são denominadas ”esse tipo”. “Esse tipo que não deve ser tocada”; “esse tipo que não deve ser aceita”; “esse tipo que não merece o amor de seus pais, bem como a aceitação e o respeito diante de suas identidades”; “esse tipo que é apedrejada e merece a morte”; seja através de um câncer terminal (como relatado na experiência de Rebeca com seu pai em espaço privado – casa), seja através do fogo que desejam lhe tacar. Assim, são construídas discursivamente a todo momento. Morrer de um câncer terminal e queimar viva é a ordem da vez, segundo os padrões estabelecidos pelo *Cistema* oficial em exercício.

Após o “pai de família” acelerar o carro e ir embora, Ster, chocada com a situação, exclamou: “gente! A gente é babado, viu? A gente é ladrona... a gente agora é bruxa. Querem matar a gente queimada!”³⁵⁰. As referências que ela trás em sua fala fazem menção a figuras consideradas ameaças pela sociedade, tanto no passado, quanto no presente (bruxa – passado; ladrona – presente). Essas imagens discursivas, em torno de pessoas *Trans*, sugerem o estigma como ponto norteador de suas identidades. É como se a pretensa *essencialidade* dos estereótipos anteriormente problematizados ofuscassem suas *Existências*, ainda que estas *Resistam*.

Ainda sobre Ster, ao ser perguntada: *ao seu ver existe alguma imagem específica que a grande mídia e a sociedade lançam sobre vocês atualmente?* Ela, respondeu:

Ou mulher, eu passo por tanta coisa, gata. Tanta coisa eu passo, na noite. Olha, tem macho que... Aff mulher, terrível. Até carreira já levei na rua. Porque teve um homem que falou assim: vocês são seres humanos de outro mundo, vocês transmitem doenças, vocês são terríveis, tenho nojo de vocês. Eles correram uns três com um pedaço de pau atrás da gente. [...] Não, isso foi em São Paulo. Já uma vez também eu tava na rua sentada, aí eu olhei pra o homem, o homem perguntou: tá olhando pra minha cara porquê viado? Aí eu fiquei calada na minha. Quando chego

³⁴⁸MBEMBE, 2016, p. 135.

³⁴⁹KATILLEYA, 2021, p. 28.

³⁵⁰KATILLEYA, 2021, p. 28.

mais na frente, ele foi e desceu do carro e meteu o pau em uma amiga minha. Aí ele foi cuspiu, aí ele fez: eu queria que você morresse, seu nojo! Aí eu paro assim e pergunto: por que isso com a gente? Por quê?³⁵¹

A resposta da entrevistada veio em forma de relatos voltados as agressões verbais sofridas cotidianamente, e as interrogações lançadas ao fim do trecho são direcionadas a uma sociedade que as vêem como “nojo” (termo utilizado pela Geni em questão). Curiosamente o termo “nojo” foi responsável por nortear a entrevista realizada com a mesma, assim como o termo “aberração”. Estes termos parecem auxiliar um ao outro sempre que o assunto é a violência direcionada a pessoas travestis e mulheres transexuais, e isso ocorre em grande medida porque a “memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”³⁵². Esse trabalho de organização da memória expõe a violência em forma de palavras direcionadas a ela. Violências verbais, violências psicológicas, violências físicas ou tão somente violências.

Violências que se vêem diante de Ster, que usa o silêncio como *tática* para preservar a própria vida diante do agressor que mais à frente desceu do carro e agrediu severamente sua amiga. Nesse caso, a *Resistência* dela se fez presente em forma de silêncio. É silenciando-se, em muitos momentos, que elas não se deixam serem “silenciadas”. No entanto, em alguns outros momentos, nem mesmo esse silêncio é capaz de cessar a matança direcionada a corpos *Trans*, como no caso da paraibana Marta, travesti morta na cidade de Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco.

Os depoimentos acerca de sua personalidade descrita por Guerra e amigas próximas, nos dizem que:

A morte de uma travesti nas ruas de Recife não é algo surpreendente, pois a capital pernambucana chama a atenção pelo alto índice de violência. O que surpreende foi a travesti ser Marta, porque depois de meses de pesquisa, ela sempre foi muito discreta, falava o necessário e rara às vezes falava mal de alguém e, quando o fazia, era sempre relativo à beleza e ao comportamento.³⁵³

Ser discreta, falar o necessário e evitar falar mal dos outros, é a forma encontrada por muitas travestis e mulheres transexuais para “blindar-se” da morte, diminuindo as chances de serem mais uma vítima, um número em meio à multidão. Sobre o ato de calar-se diante do outro (agressor), como forma de combate aos discursos de ódio, violência e reprodução discursiva estigmatizada sobre pessoas *Trans*, Karina, fala:

Existem duas formas. O silêncio (nesse momento a colaboradora faz ar de riso), o que é você silenciar... porque tem pessoas que não adianta você bater de frente, ou no caso dessas pessoas, e mesmo que não adianta a gente bater de frente, a gente

³⁵¹KATILLEYA, 2021, p. 31.

³⁵²POLLAK, 1992, p. 204.

³⁵³GUERRA, 2010, p. 6.

falar. [...] a imposição, ao meu ver, não vem através da imagem, vem através de uma construção imaterial, que é de comportamento, que é de ajuda, enfim, que é o trabalho. Então, eu acredito que o trabalho ele quebra o preconceito. Quando chega que ver uma trans que deu cesta básica, que ajuda outras trans, que faz um concurso, que faz o melhor que seja por uma comunidade, por um grupo...³⁵⁴

O silêncio diante de pessoas consideradas agressivas e a ação no que se refere ao ato de ajudar suas semelhantes, são colocadas pela colaboradora, como armas de combate à transfobia que as persegue. Essa forma de combate aparentemente “tímida” é *Resistência* e requer dela “discernimento, maestria, equilíbrio, parcimônia”³⁵⁵, tanto para calar, como para falar, segundo ela, quebrando assim, o olhar que se têm sobre seu grupo. Grupo esse que experimenta violências infinitas sobre seus corpos e identidades.

Ao falar sobre quem as agride em seus mais variados níveis, Karina constrói uma imagem sobre si mesma baseada no acolhimento, diferente da imagem construída sobre quem age com preconceito para com pessoas travestis e mulheres transexuais. É fazendo um paralelo entre seu próprio eu e os preconceituosos que ela deixa escapar que:

[...] a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria apresentação, mas também para ser percebida da maneira que ela quer ser percebida pelos outros.³⁵⁶

Posto isso, vale lembrar que a ajuda mútua entre esse grupo possibilita novas formas de experienciar a própria identidade e realidade. As redes de apoio servem como suportes de *Resistência* que cooperam para uma melhor estabilidade, muito embora a ajuda direcionada a estas sujeitas seja nitidamente ínfima e incapaz de viabilizar melhorias significativas no meio. A ausência de políticas públicas que permitam novos rumos que não os da violência e da morte na vida das denominadas *dissidentes* de gênero fazem com que estas sintam na pele todos esses denominadores em comum. Nesse sentido, os relatos em forma de desabafo e denuncia proliferam-se, chegando um a um, como podemos ver na fala de Talytha, que discorre sobre como essas violências ocorrem em espaço público:

Várias violências! Já teve uma vez que eu estava no ponto me prostituindo e um rapaz me pegou pra fazer um programa, ele deu a volta no quarteirão parou o carro e disse que não me queria mais e que não ia me pagar e que não tava mais afim. Eu desci do carro, bati um pouco com força a porta porque eu estava com raiva, fiquei com raiva no momento e ele voltou com uma garrafa de long neck e jogou na minha cara, quase quebra meu nariz, sangrei bastante, as minhas amigas me levou pra o hospital. Já levei ovada, já levei laranja podre, já correram atrás de mim, dois, três, quatro pra me bater. Já tiveram muitas coisas.³⁵⁷

Tratados como “corpos públicos”, o corpo *Trans* é duplamente oprimido. Oprimido

³⁵⁴ESPINOLA, 2021, p. 28-29.

³⁵⁵ESPÍNOLA, 2021, p. 29.

³⁵⁶POLLAK, 1992, p. 204.

³⁵⁷VASCONCELOS, 2021, p. 22.

por ser considerado abjeto e oprimido por ser considerado “aberração”. É oprimindo que o *Cistema* molda, em contrapartida, a reação desses corpos que quando entram em ação proclamam suas *Existências* em forma de discursos potentes, como no caso de Marilac, que reconhece seu testemunho enquanto antiestatístico:

Vocês, que me leem, tomem essas dores emprestadas pra ver se é bom. Emprestadas, não, porque também são suas. Sua culpa. E eu os acuso. Somos muitas, morremos aos montes. Ninguém achou importante coletar dados sobre como vivemos, mas sabemos nossa expectativa de morte, 35. A idade que eu tinha ao decidir não pular daquela ponte. A idade que eu tinha quando me tornei idosa. Um testemunho antiestatístico.³⁵⁸

Delas se esperam isso: a morte! Através de suicídio ou assassinato. A não aceitação e a omissão frente a *Existências* de pessoas travestis e mulheres transexuais é uma realidade que tem como consequência o extermínio de identidades de gênero consideradas inconformes, com base no padrão *Cistemático*, marcando profundamente sujeitas que ao serem lançadas às ruas, são condicionadas à morte, junto à invisibilidade que as segue. Sobre essa invisibilidade, Nascimento entende que

A ênfase dada ao processo de abjeção das identidades femininas objetiva desessencializar o gênero na análise da Lei do Feminicídio. Uma crítica a partir da cisgeneridade permite compreender que, aparentemente, mulheres cisgêneras são mortas por “naturalmente” serem mulheres, enquanto que mulheres transexuais e travestis são assassinadas por performarem uma identidade feminina. A contestação que faço é que nem as cisgêneras, nem as transgêneras são identidades naturais, por isso, é importante romper com a categoria “mulher” no singular, para pensarmos mulheridades e/ou feminilidades não apenas na aplicabilidade da lei, mas, sobretudo, em uma compreensão analítica da categoria gênero. A compreensão “crimes de gênero” se aplicam com muita pertinência aos inúmeros casos de violência e homicídio contra travestis e mulheres transexuais, por isso, defendo o uso do termo “trans + femini + cídio” no que tange ao tratamento jurídico e conceitual de nossos assassinos.³⁵⁹

Anos após as palavras da autora, diante da revolta para com o fato de pessoas travestis e mulheres transexuais não serem devidamente assistidas perante as violências sofridas, a 6ª turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu, em 5 de abril de 2022, de forma inédita, estender a Lei Maria da Penha a mulheres transexuais. Embora tal iniciativa seja um avanço, não se pode negar que o ódio às feminilidades parece ser “uma política colonial que alicerça a brasilidade”³⁶⁰.

Ainda sobre essa violência, há de se fazer reflexões que objetivam perceber a distinção de tratamento junto aos veículos de comunicação, ao noticiar os assassinatos de mulheres cisgêneras e de pessoas travestis e mulheres transexuais. Quando se tratam destas últimas:

³⁵⁸MARILAC; QUEIROZ, 2020, p. 185.

³⁵⁹NASCIMENTO, 2021, p. 172.

³⁶⁰NASCIMENTO, 2021, p. 179.

[...] raramente os veículos de utilizavam, até há pouco, de nomes, nomes sociais ou profissões da vítima, sempre evidenciada a sexualidade ou a identidade de gênero – ainda que esta fosse percebida como homossexualidade. Há de se abrir o debate, portanto, sobre a diferenciação sobre mortes cis e mortes trans, especialmente no que concerne a mulheres, que geralmente são tratadas a partir do papel social que ocupam – estudante, professora, advogada – e não apenas pelo vocábulo “mulher”. O mesmo ocorre, em larga escala, com homens homossexuais, especialmente em veículos regionais ou de menor circulação.³⁶¹

Ora, é notório que o *Cistema* atua como dispositivo que rege quem merece um mínimo de dignidade perante as manchetes e quem não merece nem mesmo isso. Sendo assim, os pensamentos de Rovai, ao problematizar questões caras a comunidade *Trans*, afirmando que “como construção histórica ocidental e consensual, a premissa para ser titular e merecedor dos direitos invioláveis deveria ser a condição, sem distinção de raça, cor, orientação sexual, religião, língua ou nacionalidade”³⁶², vem bem a calhar.

3.1.3 Enquadrando e sendo enquadrada pelo *Cistema*

Entre os muitos relatos narrados por nossas Geni’s, colaboradoras ou entrevistadas, até aqui, talvez, um dos mais intrigantes seja uma mistura de *disciplina* praticada pelas instituições de poder que nos sequestram, a exemplo da delegacia, com *antidisciplina*, na figura de Ster, que em posse de seus direitos enfrenta certezas por parte do *Cistema* judicial. Certezas que tem como intenção uma “não reação”, entretanto, parafraseando ela própria: “de uma ação vem uma reação”³⁶³. E é reagindo à arbitrariedade e ao abuso de autoridade, após relatar inúmeros casos de violência, que ela emenda:

Se eu for me lembrar das histórias que eu já passei aqui, a gente passa à tarde todinha só falando das histórias que eu já passei de constrangimento. Na delegacia? Eu levei um chá de cadeira uma vez na delegacia, pra prestar um B.O. por causa dos meus documento. Olhe... de manhã, de tarde que vieram me atender e ainda falaram assim: ah, é pra os documentos é? faz online mesmo. Por que você não faz online? Eu fiz: porque aqui é uma delegacia, e aqui vocês vão ter que fazer, se não a travesti vai ser presa por quebrar tudo, meu amor. Porque você atendeu a mulher, atendeu o homem, atendeu o casal, depois atendeu mais duas mulher, atendeu uma velha, atendeu até o macumbeiro que chegou, de torso e tudo na cabeça, e eu só ali olhando. Eu fiz: tá todo mundo fazendo B.O. antes de mim e eu não, por quê? Ela: bora fazer teu negocio logo, macho! Eu: macho? Ela: macho, bora fazer! Quando eu terminei de fazer o B.O. eu fiz: quem é que faz denúncia aqui, é a senhora mesmo? Ela fez: é. Eu fiz: eu vou denunciar à senhora. Ela fez: é o quê? Eu fiz: sim, a senhora me chamou de macho. Eu sou travesti, no feminino. A senhora vai negar denúncia? Porque eu faço em outra delegacia. Aí ela: você quer ser presa? Eu fiz: pode me prender! Eu vou dizer por que a senhora tá querendo me prender, se aqui tiver câmara vai mostrar quando a senhora me chamou de macho na recepção, e isso

³⁶¹OLIVEIRA, 2018, p. 62.

³⁶²ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira “A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos. *Tempo e argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, p 1-12, 2020, p. 6.

³⁶³KATILLEYA, 2021, p. 8.

é transfobia. Se eu sou travesti, não importa se meu nome tá João Diego, tá Katilleya, se tá Ster, se tá Taís, se tá Maria. Não existe isso não, tem que se referir no feminino. Você como uma mulher de sociedade tem que ter educação e saber respeitar bem as pessoas, que você é uma delegada, você tem que dar o exemplo perante a sociedade. Aí ela olhou pra minha cara e fez: você vai prestar queixa mesmo? Eu fiz: vou deixar pra lá, que minha vontade foi de prestar queixa da senhora, porque é isso mesmo. Ela fez: não se preocupe, me desculpe as palavras. Você falou certo e eu tenho que dar mesmo. Eu fiz: sim, a senhora tem que dar o seu respeito, e tem que dar exemplo aos outros. Eu já passei por muita coisa.³⁶⁴

As experiências vividas pela entrevistada constroem um contraponto entre a vontade de discipliná-la por parte do *Cistema* e sua *Resistência*, que acaba por desestruturar este a partir de seu interior, utilizando contra ele suas próprias ferramentas: a lei! Os blefes da delegada ao questionar “você quer ser presa?”³⁶⁵, tem como finalidade mascarar o próprio erro, atribuindo um erro que inexistia a Ster, no entanto, ao perceber tal investida por parte da delegada, ela desliza por entre as *estratégias* montadas para detê-la, aproveitando-se dos rastros deixados por quem a ameaça, mostrando os caminhos que a fizeram chegar na certeza de que o “tiro” direcionado a sua *Existência* “saiu pela culatra”, possibilitando a consequente desestruturação do *Cistema*, pego de surpresa. O “pulo do gato” dado por Ster, veio, e junto com ele um pedido de desculpas.

Batendo de frente com o *Cistema*, assim como tantas outras travestis e mulheres transexuais, a Geni em questão é reflexo maior do que o *status quo* não aceita. Subvertendo as regras pré-estabelecidas e construídas em um espaço pensado e arquitetado para o ato de disciplinar (a delegacia), a atitude dela diante da delegada pode ser traduzida nas palavras de Lorde, ao dizer: “o futuro de nossa sobrevivência depende da capacidade de nos relacionarmos em pé de igualdade”³⁶⁶. É relacionando-se, em pé de igualdade, que a rejeição para com o tratamento que lhe foi dado veio à tona em forma de luta por seus direitos.

Os documentos físicos perdidos, “perderam-se”, ali também, uma vez que o não reconhecimento de Ster enquanto pessoa pertencente ao gênero feminino, por parte da delegada, tende a relegá-la à sombra. É negando a autoidentificação destas sujeitas que o *Cistema* amparado por uma ordem de exclusão se vale de ferramentas de poder que buscam uma cisão entre o dito “normal” e o “não normal”, e isso ocorre pelo fato de, como afirma a própria Nascimento:

O conceito de autodeterminação nos coloca como protagonistas de nossas experiências subjetivas, retirando a autoridade que, na sociedade vigente, ainda está tutelada por instituições médicas, jurídicas, religiosas e estatais, que nos delimitam

³⁶⁴KATILLEYA, 2021, p. 34-35.

³⁶⁵KATILLEYA, 2021, p. 34.

³⁶⁶LORDE, 2020, p.154.

em uma condição subalterna, patológica, criminosa e imoral.³⁶⁷

Protagonista de suas próprias experiências subjetivas, Ster, diante do ódio da delegada ao chamá-la de “macho”, encontrou na raiva o melhor caminho para o combate. A raiva que a fez enquadrar o *Cistema*, é também, a raiva sentida dia após dia por pessoas *Trans*, uma vez que vulneráveis a violências e hostilidades sofridas cotidianamente, a delegacia seria o lugar onde supostamente encontraria acolhimento.

Este espaço, no entanto, tentou privá-la de suas próprias liberdades e direitos em seus mais variados aspectos. Embora não pareça de imediato, a verdade é que, ao bater de frente com o *Cistema*, enquadrando-o, através da figura maior do espaço delegacia (nesse caso, a delegada), a colaboradora permite-nos perceber o quanto desobedecer é preciso. Pois, é desobedecendo que ela reitera seus direitos.

Quase que imperceptivelmente, in’conscientemente ou não, Ster elabora de forma pragmática os marcadores sócias das diferenças ao descrever uma a uma as pessoas que adentraram na delegacia naquele dia e que foram atendidas antes dela. Ao mencionar as mulheres (ao que tudo indica cisgêneras) que foram atendidas antes, ela aponta o marcador social de gênero; ao mencionar a “velha” (idosa), ela aponta o marcador social do etarismo; e por fim, ao mencionar “o macumbeiro que chegou de torso”, ela aponta o marcador social da religiosidade.

Torna-se necessário alertá-las (los) para o fato de que o único o qual não citei foi o homem. Isso porque, enquanto homem cisgênero (ao que tudo indica), ele seria aquele que menos sofre com esses marcadores sociais, lembrando que isso por si só não impede que os marcadores sociais das diferenças venham a atravessá-lo, ainda, que em menor grau, caso seja negro, pobre e assim por diante.

Todos estes grupos inseridos nos marcadores sociais das diferenças, nos dizem, em resumo, que o corpo de Ster, sua identidade, sua sexualidade (ainda que esta seja heterossexual, com base em questões relacionadas a gênero, e não a sexo biológico – forma como a qual a sociedade constrói a sexualidade), sua classe e sua raça, são vistas com tal estranheza que passam a ser tidas como menos importantes para o Estado.

Vulneráveis a violências e hostilidades sofridas cotidianamente, grupos considerados à margem da sociedade são carimbados como marginais. Quando o assunto são corpos *Trans*excluídos negros, violados pela “justiça” desse/nesse país, a dificuldade encontrada é ainda maior. Percebe-se, então, que a segregação dos espaços é marcada por estereótipos

³⁶⁷NASCIMENTO, 2021, p.107.

degradantes.

No entanto, é no ser enquadrada pelo *Cistema* que as Geni's aqui presentes também o enquadram. Ainda no início da entrevista com Letícia, esse ser enquadrada e enquadrar, também se mostrou, quando esta foi barrada pelo segurança de um shopping na cidade de João Pessoa. Ao tentar utilizar o banheiro feminino o mesmo a puxou bruscamente pelo braço, fazendo com que ela recorresse ao diretor do shopping exigindo seus direitos.

[...] aí eu pedi pra ele que tirasse o funcionário, porque existem leis né, que permitem a gente transitar enquanto mulher e homem trans aonde nos cabe. [...] machucar ninguém a gente iria, iria só utilizar. [...] a gente consome no shopping, pra não poder... [...] nós somos vidas, e que me respeite. E aí eu falei pra o diretor do shopping:: se não tirar ele eu processo o shopping.. E ele mandou o cara embora.³⁶⁸

O conhecimento que Letícia tinha/tem quanto aos seus direitos foram colocados em prática, e a demissão do funcionário veio em seguida. Tal constrangimento e transfobia apenas reforça a dificuldade encontrada por pessoas travestis e mulheres transexuais ao tentarem acesso aos espaços. Sendo assim, não se pode negar que em alguns espaços públicos em específico essas exclusões são mais frequentes, e o banheiro como único meio viável para se fazer necessidades comuns a qualquer uma (um) de nós é percebido como lugar de intimidade que requer um “cuidado maior” quanto a quem transita nele.

Relato frequente entre as Genis desta pesquisa, os banheiros “públicos” e privados parecem ser interditados para corpos e identidades *dissidentes*. Isso porque, de acordo com os preceitos “da moral e dos bons costumes” do *Cistema* heteronormativo a “honra” de mulheres cisgêneras “defensoras da família tradicional” brasileira, precisa ser preservada diante das “astúcias de homens vestidos de mulher”. Assim, a sociedade as vêem, “como homens vestidos de mulher”, em outras palavras, como “macho!” (termo este último utilizado pela delegada ao se dirigir a Ster).

Uma das amigas de Paola não escapou daquilo que podemos chamar de “constrangimento do banheiro”. O ônibus no qual elas estavam parou para abastecer em um posto de gasolina na cidade de Bayeux, cidade onde residem. Enquanto estava no ônibus a espera de sua amiga que foi ao banheiro, ela lembra de perceber que “tava acontecendo alguma coisa”³⁶⁹:

Foi muito constrangedor, que até cabo de vassoura ela ia levar do... De um posto de gasolina por não aceitar ela ir no banheiro feminino. [...] Foi aqui em Bayeux mesmo, a gente tava vindo de uma viagem e parou pra abastecer o ônibus, e a gente foi no banheiro fazer nossa necessidade, e eu fiquei dentro do ônibus e ela foi. Eu vi que tava acontecendo alguma coisa e fui lá, quando cheguei lá o homem tava dizendo que ela não poderia entrar no banheiro feminino, e disse se ela entrasse ia

³⁶⁸RODRIGUES, 2021, p. 3.

³⁶⁹PAOLA, 2021, p. 13.

dar nela.³⁷⁰

A ameaça de agressão sofrida publicamente pela amiga da colaboradora é uma constante na vida de pessoas travestis e mulheres transexuais, e isso ocorre em grande medida pelo desprezo direcionado a estas *Existências*. Sobre isso, Biroli percebe “afirmar-se a superioridade de determinadas identidades ao mesmo tempo que se promove a desvalorização das vidas construídas como seu ‘outro’”³⁷¹. A (O) *Outra (o)* configura-se discursivamente, com base nas exigências do *status quo* como “anormal”, daí a desvalorização desses corpos e identidades percebidas como “estranhas”. Ou seja, de acordo com os “normais”, estas não devem estar ali, “cabendo-lhes”, apenas, a inferioridade, a margem e a exclusão, na medida em que construções discursivas apoiam-se em ordens que seguem padrões que *interditam, separam e impõe uma oposição verdadeiro e falso*.

Ao menos três casos referentes ao “constrangimento do banheiro” foram mencionados por Talytha. O primeiro, segundo ela, foi o pontapé inicial para que procurasse ajuda junto ao Espaço LGBT da cidade de João Pessoa, no ano de 2014, para dar entrada no pedido de retificação de prenome:

[...] quando eu fazia o curso técnico de enfermagem, aconteceu que eu utilizava o banheiro feminino, daí as meninas, as colegas do curso se sentindo incomodada com a minha presença no banheiro, daí foram fazer reclamação a instituição, a coordenação, a respeito da minha presença no banheiro, então eu fui proibida de utilizar o banheiro feminino até então, e isso foi o que deu um empurrão pra mim procurar os meus direitos. [...] foi à primeira barreira que eu enfrentei, e que assim, me chocou bastante, eu cheguei a chorar na sala, assim, pelo constrangimento e foi bem pesado. [...] Assim, hoje eu me sinto muito bem munida, porque hoje eu sou retificada, hoje eu tenho documentação e eu posso requerer meus direitos, mas na época eu me sentia muito humilhada, me senti um lixo, uma pessoa sem direitos que não tinha respeito por ninguém.³⁷²

O incômodo por sua presença no banheiro feminino da Escola Técnica de Enfermagem onde ela estudava e mantinha em dia sua mensalidade (fato esse enfatizado em sua narrativa) a motivou a buscar seus direitos. Residindo na cidade de Campina Grande, o deslocamento até a cidade de João Pessoa para ter acesso ao serviço desejado se fez necessário. Isso porque o Espaço LGBT (Centro Estadual de Referência dos Direitos LGBT e Enfrentamento a LGBTfobia), localizado na capital, foi inaugurado no ano de 2011, enquanto o Centro Estadual dos Direitos de LGBT – Luciano Bezerra Vieira, localizado na cidade de Campina Grande, foi inaugurado quatro anos após o ocorrido.

Ambos os centros são referências de apoio a demandas de grupos LGBTQIAP+ no

³⁷⁰PAOLA, 2021, p. 12-13.

³⁷¹BIROLI, Flávia. Aborto, sexualidade e autonomia. In: **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 166.

³⁷²VASCONCELOS, 2021, p. 2-3.

estado, partilhando de uma mesma ideologia quanto à fomentação por igualdade. Tais espaços compõe uma rede de apoio que visa a busca por acolhimento de pessoas denominadas *dissidentes* ou *subversivas* de gênero e sexualidade pela sociedade. Sabido isso, foi acordado naquele momento entre Talytha, o advogado do Espaço LGBT e a coordenadora da Escola Técnica, que o uso do banheiro por parte da Geni em questão iria ocorrer sem maiores transtornos, o que de fato aconteceu.

Entretanto, passados alguns anos, o abalo emocional provocado por tais constrangimentos é perceptível na voz da entrevistada, que, ao relembrar tais momentos desenvolve o passo a passo do processo ao qual teve que se submeter para que o juiz liberasse a alteração de prenome, uma vez que o êxito na mudança se daria a partir de uma série de acompanhamentos com psicólogos e psiquiatras. Tratar, investigar e diferenciar como mencionado por Favero³⁷³, e aqui exposto anteriormente, se mostram como nunca, e a exigência de laudos patologizantes se “faz”/faziam presente (es).

A política de controle *Cisnormativa* submete esses corpos e suas indentidades a interrogações criteriosas de exame da (o) *Outra* (o). O acompanhamento com psicólogos e psiquiatras, no entanto, faziam parte daquilo que o STF (Superior Tribunal Federal) em 01 de março de 2018, através do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275, julgou incompatível com as finalidades de um Estado, haja vista que a garantia da dignidade humana, além de seus direitos, devem ser severamente respeitados.

A Ministra Cármen Lúcia, em seu voto, expôs o que o Estado teria que registrar, uma vez que, segundo ela, prevalece: “o que a pessoa é, e não o que acha que cada um de nós deveria ser, segundo sua conveniência”³⁷⁴. Sendo assim, ficou decidido desde então que pessoas transgêneras (os), que assim quiserem, têm o direito à troca de prenome e sexo diretamente no registro civil, independente da cirurgia de transgenitalização ou qualquer tipo de tratamento.

Ainda sobre os constrangimentos sofridos por Talytha, outras duas situações foram relatadas. Uma no banheiro público da Arca Catedral, localizada no centro de Campina Grande, e outra em uma piscina, a qual não fora mencionada a localização específica. Sobre isso, ela fala:

Depois teve outras situações como na Arca Catedral, aqui no centro da cidade, que também aconteceu um problema que eu fui utilizar o banheiro feminino e a moça que toma de conta dos banheiros não aceitava eu ir pra o banheiro feminino, aí

³⁷³FAVERO, 2020.

³⁷⁴Frase proferida pela Ministra Cármen Lúcia, retirada do site, disponível em: <https://jus.com.br/noticias/65276/stf-retificacao-do-nome-e-estado-sexual-de-travestis-e-transsexuais>. Acesso em: 01 abr. 2022.

chamou a coordenação, no final a gente chamou a PM, vamos todo mundo pra delegacia, e depois também foi sanada essa questão, autorizaram a nossa ida. Mas tiveram vários, tiveram outra vez, que eu fui pra uma piscina também, a mesma questão de banheiros. O dono da piscina não queria que eu utilizasse o banheiro feminino pelo fato de eu ser travesti, e todas essas questões foram o que me motivou a procurar os meus direitos.³⁷⁵

Em todos os casos referentes ao “constrangimento do banheiro”, relatados por nossas Geni’s, fica evidente que nos espaços nos quais estas foram vítimas de transfobia ou viram amigas próximas sendo, a ideia do público e do privado parece misturar-se. Isso porque, tanto nos banheiros postulados como ambiente “público”, como nos banheiros postulados como ambiente privado, a intimidade envolta do espaço que busca certa privacidade para a prática de necessidades fisiológicas, de acordo com a ação transfóbica do “segurança do shopping”; do “dono do posto”; das “‘colegas’ de curso e da coordenação do Curso Técnico de Enfermagem”; e da “moça que toma de conta dos banheiros”, o ambiente como um todo, parece estar “ameaçado pela presença de pessoas travestis e mulheres transexuais”.

Contudo, convidando-as (os) a refletir sobre o fato de que o banheiro enquanto espaço que oprime corpos *Trans* acaba por configurar-se como *Resistência*, já que, em busca de seus direitos, o devido enquadramento direcionado ao *Cistema* se fez presente por parte de nossas colaboradoras. Seja por vias legais, seja por vias discursivas, uma coisa é certa, a ação e a fala são utilizadas como mecanismos de defesa que intencionam a repressão a opressão sofrida por pessoas travestis e mulheres transexuais.

Sendo assim, mais uma vez, a voz de Lord parece ecoar por entre estas sujeitas quando afirma que: “quando damos as costas à raiva, damos as costas também ao aprendizado, declarando que vamos aceitar apenas os moldes já conhecidos, fatal e seguramente familiares”³⁷⁶. Afinal, é sendo enquadrada pelo *Cistema* em posse do ódio que o corrói, que o enquadramento sobre o mesmo se torna necessário, por vias voltadas a raiva daquelas que seguem *Resistindo* para *Existir* e *(Re) Existir*.

³⁷⁵VASCONCELOS, 2021, p. 3.

³⁷⁶LORDE, 2020, p.166-167.

O fim que não chegou ao “FIM”

Foi como eu disse a uma amiga minha, eu fiz: menina, a entrevista vai falar muito sobre a gente, muito quem a gente é. Então, vai ser até bom, porque a gente vai até mesmo lembrar de muitas coisa, a gente vai lembrar de quem a gente é mesmo, de verdade. Porque a nossa rotina faz a gente esquecer de quem a gente é, mulher. [...] Então, a entrevista me fez mais, realmente entender quem eu sou. Eu vi agora que realmente eu já passei por muitas coisa. Coisas que já faz tempo que eu não pensava, coisas que eu nem me lembrava realmente.³⁷⁷

“A liberdade não pode ser simulada”, publicou em suas redes sociais o pernambucano Jorge Du Peixe, integrante da banda Nação Zumbi. A partir desse trecho, inicio “O fim que não chegou ao ‘FIM’” desta dissertação, trazendo à tona um dos grandes dilemas da humanidade. Mas, afinal, o que é liberdade? Concretamente, liberdade, segundo o dicionário Oxford Languages do Google³⁷⁸, consiste no “grau de independência legítimo que um cidadão, um povo ou uma nação elege como valor supremo, como ideal”. Filosoficamente, consiste na independência do ser humano em ser autônomo e espontâneo. Posto isso, digo certamente que nada, de fato, nos prepara para a ausência de liberdade.

Como antídoto para essa ausência de liberdade, no entanto, eu lhes apresentei as Geni’s desta pesquisa e suas *Existências* em forma de *Resistências* e *(Re) Existências*. Isso porque, assim como faz Favero³⁷⁹ no tópico intitulado *De faladas a falantes*, as vozes de Letícia Rodrigues, Karina Espínola, Ster Katilleya, Paola, Rebeca, Kelly Alves, Laura e Talytha Vasconcelos foram escutadas e não somente ouvidas.

Ao falar sobre suas experiências, elas cumpriram o papel de advogadas de si mesmas, já que “culpadas” por simplesmente existirem, estas gritaram/gritam aos quatro cantos que, muito embora a sentença tenha sido decretada (sendo esta a morte), suas potencialidades discursivas se fazem presentes, enquanto sujeitas que ocupam lugares, sejam à margem ou não.

Quando elas falam sobre a forma como se percebem e se autoidentificam, desestruturam uma pretensa *essencialidade* travesti e transexual, nos informando que mais vale o modo como elas experienciam suas performances de gênero, do que o modo como o Cistema enquadra uma a uma essas experiências. Lembremos, portanto, que *essencializar* é subjugar. Subjugar através de mecanismos opressivos que visão um extermínio dessa população ao apontá-las como seres abjetos.

Nesse sentido, falar *com elas* e não apenas *sobre elas* ao fazer um paralelo/confronto

³⁷⁷KATILLEYA, 2021, p. 41.

³⁷⁸Informação disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 19 set. 2022.

³⁷⁹FAVERO, 2020.

entre os estereótipos “prostituta”, “criminosa” e “aidética” reproduzidos pelo *Jornal da Paraíba* sobre pessoas travestis, na década de 90, e a narrativa de travestis e mulheres transexuais em dias atuais, possibilitou o abrir das portas para perspectivas outras, que não as desejadas pelo *status quo*.

Isso porque percebemos que os “silenciamentos” e o receio de que tais imagens venham a re’desenhar, e conseqüentemente engessar realidades de pessoas *Trans*, conversaram com as tentativas de distanciamento para com os estereótipos aqui problematizados, por parte de nossas entrevistadas. Ao afirmarem que os jornais e a sociedade reduzem suas *Existências* a estas imagens, elas negam as mesmas, em forma de argumentos perante às práticas discursivas que lhes são direcionadas por meio de mecanismos estratégicos devidamente medidos, em seus mais variados ângulos, haja vista que a suposta *essencialidade* dos estereótipos “prostituta”, “criminosa” e “aidética” tão pregados pelo *Cistema*, inexistem, existindo apenas uma condicionante direcionada a corpos e identidades tidas como *dissidentes*.

A partir da necessidade de distanciamento entre nossas *Geni’s* e os respectivos estereótipos produzidos e reproduzidos pelos dispositivos de poder que nos atravessam, as *táticas* foram exercitadas junto à quebra dos mesmos, que moldaram-se/moldam-se as vozes de quem na prática vive as agruras de um roteiro preestabelecido que as fixam no protagonismo da marginalização. A marginalização, porém, “submerge” perante as vozes que incomodadas com as fraturas discursivas em torno de suas *Existências*, tomaram/tomam posse dos lugares os quais ninguém pode ocupar, e estes seriam seus lugares de fala.

O trecho da entrevista realizada com *Ster*, exposto na citação inicial de nossas considerações acerca da dissertação é um exemplo disso, uma vez que, in’diretamente, ela contrapõe o *Jornal da Paraíba* e seus respectivos estereótipos, dizendo não a estes estigmas. Contrapor é reelaborar estas questões, partindo de dentro para fora. Nesse sentido, constatamos que as imagens externas que sobre elas se abatem, foram/são quebradas por suas experiências que quando esmiuçadas deram/dão novos rumos a discursos estabelecidos como “verdades” absolutas.

Vale mencionar, ainda, que a fala da colaboradora consegue reestruturar o presente com base no passado. Isso porque falar *com elas* é falar sobre como pessoas travestis e mulheres transexuais (sobre) vivem em meio a uma sociedade de valores *Cisnormativos* que lançam sobre seus corpos e identidades pedras físicas e simbólicas, com base em estratégias discursivas que parecem não cessar. Sendo assim, a relação estabelecida entre pessoas *Trans* com as imagens lançadas pelo referido matutino, seus respectivos familiares e a sociedade,

como um todo, serve como ponto de partida para a quebra com um passado que nos parece tão presente, em discursos de ódio e ações violentas que insistem em dizer que a década de 90 tá logo ali, há um passo de nós.

Dito isso, torna-se evidente que dialogar com suas experiências é renegar, antes de mais nada, o apagamento desse grupo que, erroneamente foi e ainda é construído através de características consideradas degradantes, estigmatizantes. Vale, portanto, parafrasear Kelly quando nos lança reflexões sobre o fato de pessoas travestis e mulheres transexuais não serem marginais, mas sim marginalizadas. Ao fazer isso, ela sinaliza dizendo que a farsa acabou! Já que, embora as marcas deixadas pelo periódico sejam muitas, suas *Resistências* continuam a reverberar as múltiplas formas de *ser* e *Existir*.

E foi trazendo à luz do dia as múltiplas formas de *ser* e *Existir* que este trabalho se fez, não apenas como construtor de novas perspectivas historiográficas quando o assunto são pessoas travestis e mulheres transexuais, mas também como construtor de denúncias. Denúncias, sim! Afinal, as vozes narradas de nossas entrevistadas deram conta de bater de frente com um *Cistema* planejado para massacrá-las. Portanto, a *antidisciplina* estampada na face de cada uma delas, como método de combate a *disciplina* do jornal enquanto campo de poder, foi apresentada como nunca antes, já que é na prática que a luta entre ambas ganha vida.

Sendo assim, finalizo esta dissertação informando-lhes que ainda não chegamos ao fim, e por esse motivo o “FIM” deve ser usado entre aspas. Temos muito a dizer *com* e não apenas *sobre* pessoas travestis e mulheres transexuais e todo o material coletado e as “brechas” em forma de interrogações deixadas pelo caminho nos fazem seguir nessa certeza. Quando problematizamos, deixamos espaço para discussões outras, quando informamos, caímos na desgraça de supor que estes espaços foram preenchidos, o que denota satisfação.

Aqui, colocamo-nos como “brechas”, agentes problematizadores, por compreendermos que, embora um grande passo tenha se estabelecido entre nós e as fontes pesquisadas, perguntas das mais variadas continuam em aberto e devem ser não somente respondidas, mas questionadas e refeitas quando assim acharmos/acharem necessário. No mais, que esta pesquisa, por hora in’acabada, sirva de aparato para pesquisas outras.

Sigamos *Existindo*, *Resistindo* e *(Re) Existindo* em busca da nossa LIBERDADE! Sem esquecermos que sempre existirá *o outro lado da moeda*. Por fim, lhes pergunto: seriam *cara* e *coroa* faces de uma mesma moeda?

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. (Coleção Feminismos Plurais)

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Na horizontal: as mudanças sociais vistas como feminização. *In: Nordestino: A invenção do “falo” Uma história do gênero masculino (1920-1940)*. São Paulo: Intermeios, p. 27-76, 2013.

ANTRA. **Dossiê**. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2022.

AZEVEDO, Ciro Linhares de. **“O amor ainda está aqui”**: processos de subjetivação, microterritórios e corpos em narrativas de sexualidade em Campina Grande. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2015.

BARBOSA, Bruno Cesar. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. **Sexualidad, Salud y Sociedad**: Revista Latinoamericana, Rio de Janeiro, n. 14, p. 352-379, 2013.

BARROS, José d’ Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

BATISTA, Gilmara Tavares. **As práticas culturais dos ciganos na Paraíba**: uma trajetória da ‘Guerra dos Ciganos’ em Campina Grande, entre Violências, “an’ danças e Magias (1980-1990). Monografia (Graduação em História). Universidade Estadual de Campina Grande. Campina Grande, 2011.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo** – Sexualidade e Gênero na Experiência Transexual. 3. ed. Salvador: Editora Devires, 2017.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Jandaíra, 2020. (Coleção Feminismos Plurais).

BIROLI, Flávia. Aborto, sexualidade e autonomia. *In: Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Frase proferida pela Ministra Cármen Lúcia**. Disponível em: <https://jus.com.br/noticias/65276/stf-retificacao-do-nome-e-estado-sexual-de-travestis-e-transexuais>. Acesso em: 01 abr. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CERTEAU. Michel de. **A invenção do cotidiano**: Artes de Fazer. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CHAUÍ, Marilena. Democracia e socialismo: participando do debate. *In: Cultura e democracia*. São Paulo: Cortez, p. 163-272, 1990.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, n. 16, p.p. 13–30, Campinas, 2001.

COSTA, Benhur Pinós da; NASCIMENTO, Tatiane Flôres do. As vivências travestis e transexuais no espaço dos terreiros de cultos afrobrasileiros e de matriz africana. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 38, p. 181-204. 2015.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma Sociologia do dilema brasileiro. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho. CORPOS SEXUADOS: RAÍZES NA HISTÓRIA E NA CULTURA. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 39-47, 2020.

FERREIRA, Aldo Pacheco; SOARES, Kátia Reis Amorim; VIANNA, Marcos Besserman. A transexualidade e a tradição do candomblé: gênero e cultura em debate. *Revista Interfaces*, Guarapuava, n. 2. v. 9, p. 1008-1020. 2021.

FERREIRA, Ligia Hecker; SILVEIRA, Marília. Escritas de si, escritas do mundo: um olhar clínico em direção à escrita. *Athenea Digital*, p. 243-263. 2013, p. 244. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/athdig/athdig_a2013m11v13n3/athdig_a2013m11v13n3p243.pdf. Acesso em: 24 out. 2022.

FAVERO, Sofia. **Crianças trans**: infâncias possíveis. Salvador: Editora Devires, 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. São Paulo: Editora Vozes, 2015.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Boletim Epidemiológico HIV/AIDS do Estado da Paraíba 2021**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/arquivos-1/vigilancia-em-saude/boletim-hiv aids-2021-1.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2022.

GREEN, James Naylor. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.15, p.271-295, 2000, p. 288-289.

GUERRA, Verônica Alcântara. “Do cotidiano à rua, variações do “ser” travesti: Litoral Norte da Paraíba”. **PRACS**: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, n. 3, p. 1-12 dez. 2010, Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/73>. Acesso em: 11 maio. 2021.

HAESBAERT, Rogério. “DA DESTERRITORIALIZAÇÃO À MULTITERRITORIALIDADE”. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf>>. Acesso em: 17 maio. 2022.

HALBWACHS, Maurice. Capítulo I – Memória coletiva e memória individual. *In: A memória coletiva*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, p. 25-52, 1990.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? *In: SILVA, Tomaz Tadeu. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, p. 103-133, 2009, p. 111-112.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRAWCZAK, Kaoanne Wolf. “Não há vagas”: Transexuais e o direito ao trabalho no Brasil. **XXV Jornada de Pesquisa** – Salão do Conhecimento, Ijuí, 2020, p. 1-12.

LEITE, Elso Soares. O discurso da mídia e a homossexualidade. **Cadernos de Letras da UFF**, v. 24, n. 48, p. 257-281, 2014.

LEITE JÚNIOR, Jorge. “**Nossos corpos também mudam**”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2008.

LIBERDADE. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acesso em: 19 set. 2022.

LIMA, Luciano Mendonça de. “**História e poder nas páginas de um jornal: 1971/2011**”. Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2011. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/assessoria_imprensa/mostra_noticia.php?codigo=12875 Acesso em: 19 out. 2021.

LOPES, Mateus Ventuir Cardoso. Territorialização e contexto histórico da prostituição travesti em Presidente Prudente – SP: uma abordagem a partir do bairro Vila Nova e Jardim Jabaquara. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v.1, p.95-108, 1995, p. 99-100.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MARILAC, Luísa; QUEIROZ, Nana. **Eu, travesti: memórias de Luísa Marilac**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

MARTINS, Helena. **Número de assassinatos de travestis e transexuais é o maior em 10 anos no Brasil**, 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2018-01/assassinatos-de-travestis-e-transexuais-e-o-maior-em-dez-anos-no-brasil>. Acesso em: 28 out. 2022.

MBEMBE, Achille. “NECROPOLÍTICA”. **Arte e Ensaios: Revista do ppgav/eba/UFRJ**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2016.

MEIHY, José Carlos Sabe Bom. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. **Gênero**. v. 7, n. 2, p. 255-257, 2007.

MOIRA, Amara. **E se eu fosse pura**. Edição revisada e atualizada. São Paulo: Hoo Editora, 2018.

MORAIS, Fabiana. **O nascimento de Joicy**: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

MORAIS, Lecio; SAAD FILHO, Alfredo, INTRODUÇÃO; Parte II: A construção de uma democracia frágil, *In*: Brasil: **Neoliberalismo versus democracia**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Para uma antropologia da notícia. **Intercom** – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 25. N. 2. p. 11-41, 2006.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo, Jandaíra, 2021. (Coleção Feminismos Plurais)

ODARA, Thiffany. **Pedagogia da Desobediência**: Travestilizando a Educação Salvador: Editora Devires, 2020.

OLIVEIRA, Ana Beatriz Caldas. **Viver e morrer travesti no jornalismo policial**: uma análise sobre a desconstrução da identidade trans em portais paraibanos. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2018.

OLIVEIRA, Megg Rayara. **Nem ao centro, nem à margem!** Corpos que escapam às normas de raça e de gênero. Salvador: Editora Devires, 2020.

_____. **O diabo em forma de gente**: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Salvador: Editora Devires, 2020.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2013, p. 34. Disponível em https://www.google.com.br/books/edition/Hist%C3%B3ria_Hist%C3%B3ria_Cultural/g2KkAgAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover. Acesso em: 01 mar. 2022.

_____. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. *In*. PESAVENTO, Sandra Jatahy; LAGUE, Frédérique. **Sensibilidades na história**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 9. Disponível em: https://www.academia.edu/360230/Sensibilidades_na_hist%C3%B3ria_memorias_singulares_e_identidades_sociais_Porto_Alegre_Editorial_da_Universidade_Federal_do_Rio_Grande_do_Sul_2007_262_p. Acesso em: 21 fev. 2022.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *In*: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

_____. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5. n. 10, p. 200-212, 1992.

QUEIROZ, Igor Henrique Lopes de. “Quando a travesti torna-se notícia”. **Anais do Colóquio Nacional de Estudos de Gênero e História** – LHAG - Unicentro, Guarapuava, PR, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, 2017.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira “A gente é pessoa!”: narrativas de mulheres trans sobre Direitos Humanos. **Tempo e argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p 1-12, 2020.

RUBIN, Gayle S. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política do sexo. **Cadernos Pagu**, p. 1-81, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução; Parte III: Democratizar a democracia. *In: A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, p. 13-22; p.117-169, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, p.71-99, 1995.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.28, p.19-54, 2007.

SILVA, Fábio Ronaldo. “Entre os homossexuais vigora uma discriminação: a discriminação da idade” as formas de dizer a velhice no Lampião da Esquina (1978-1981). **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 14, n. 1, p. 84-110, 2021.

SILVA, Hélio Raymundo Santos. **Travesti: a invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará: ISER, 1993.

SILVA, Kaline Leandra Barbosa da. “Filhos da indiferença”: os chamados dissidentes sexuais e de gênero pelas lentes do Jornal da Paraíba (1991) e do ministro da educação Milton Ribeiro (2020). *In: MONTENEGRO, Rosilene Dias; SILVA, Fábio Ronaldo da. Estudos de Gênero: sexualidade, corpo e representações*. Campina Grande: Editora Amplla, 2022.

_____.; CORDÃO, Michelly Pereira de Sousa. Imagens degradantes, conflitos constantes: os estereótipos travestis do Jornal da Paraíba (1990). **Revista Angelus Novus**. v. 12, n 17, p. 189485, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/189485>. Acesso em: 25 ago. 2022.

_____. **O Jornal da Paraíba e suas travestis: os estereótipos de ser travesti** (1990). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, 2017.

SILVA, Marcos Aurélio da. Tatuagem, deboche e carnaval: algumas reflexões sobre a política

Lgbt contemporânea a partir de uma antropologia do cinema de uma festa que não existe mais. **III Seminário Internacional Desfazendo Gênero**, Campina Grande, p. 53-71, 2017.

SILVA, Mariah Rafaela. **Devir Selvagem**: a arte do grifo (ou do grifo na arte). Revista Docência e Cibercultura, v. 3, n.1, p. 51-72. 2019.

SOARES, Alexandre Sebastião. A construção de identidade sexual: travesti a invenção do feminino. **EID&A** – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação, Ilhéus, n.2. p. 5-14, 2012, p. 6.

SOUTO MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto. Escrever para inscrever-se: epistemologia homossexual nas páginas do Lampion da Esquina (1978-1981). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 254-282, 2016.

SOUZA, Kelly Alves de. A transexualidade pela ótica dos direitos: um estudo a partir do contexto brasileiro. In: BEZERRA, Ricardo dos Santos; GUIMARÃES, Flávio Romero; NEWTON, Paula Christianne da Costa. **Direitos Humanos**: desafios e perspectivas no mundo contemporâneo. Campina Grande: Realize Eventos, p. 114-123. 2018.

TERTO JÚNIOR, Veriano. Homossexuais soropositivos e soropositivos homossexuais: questões da homossexualidade masculina em tempos de AIDS. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria. **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 90-104, 1996.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**. 1. ed. São Paulo: Max Limonad, 1986.

UNAIDS. Disponível em: https://unaid.org.br/deu-positivo-e-agora/?gclid=Cj0KCQjwmouZBhDSARIsALYcouonNMWWj8jZUBywWzqct3IYEJKVthegvLyKa20xI8aVFLjjePQFGXAaAjUXEALw_wcB. Acesso em: 11 set. 2022.

VALE, Karina Espínola Guedes do. **Cidade em Ação e Alerta Nacional**: uma análise comparativa do jornalismo policial que se faz na TV. Monografia (Graduação em Comunicação Social). Centro Universitário Maurício de Nassau. João Pessoa, 2021.

VERAS, Elias Ferreira. “Modificações ou Notas de uma pesquisa sobre imprensa e travestis em Fortaleza nas duas últimas décadas do século XX”. In: **I Seminário Internacional Gênero, Sexualidade e Mídia: olhares plurais para o cotidiano**, Bauru, 2011.

FONTE IMPRESSA

CAMPANHAS VISARAM A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA EM 97. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, p. 10, 22 dez. 1996. Saúde.

ENTRE NÓS – Cresce a Comunidade Gay de Campina Grande. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, p. 2, 01 set. 1991. Painel.

ÍNDIO TRAVESTI MORRE DE AIDS NA RESERVA. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, p. 2, 18 fev. 1992. Variedades.

POLÍCIA PRENDE ACUSADO DE MATAR TENENTE. **Jornal da Paraíba**. Campina Grande, p. 7, 05 set. 1995.

POLICIAIS PROCURAM SUSPEITOS DE MATAR TRAVESTIS. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, p. 5, 08 jan. 1997. Policial.

SILVA, Francinete. Luta pela sobrevivência leva adolescentes à prostituição. **Jornal da Paraíba**. Campina Grande, p. 6, 29 de jul. 1990. Cidade.

TENENTE É ASSASSINADO DURANTE ASSALTO. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, p. 7, 03 set. 1995.

“TRAVESTI” ESTRANGULA VIZINHO. **Jornal da Paraíba**, Campina Grande, 14 nov.1993. Policial.

FONTE ORAL

ALVES, Kelly. 2021. (Entrevista concedida na residência da entrevistada)

ESPÍNOLA, Karina. 2021. (Entrevista concedida no Teatro Ednaldo do Egipto)

KATILLEYA, Ster. 2021. (Entrevista concedida na residência da entrevistada)

LAURA, 2021. (Entrevista concedida em local não divulgado)

PAOLA, 2021. (Entrevista concedida em local não divulgado)

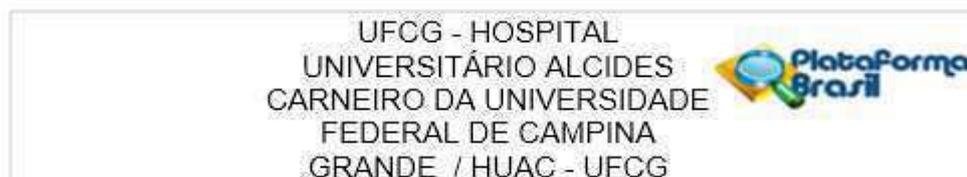
REBECA, 2021. (Entrevista concedida em local não divulgado)

RODRIGUES, Letícia. 2021. (Entrevista concedida no Teatro Ednaldo do Egipto)

VASCONCELOS, Talytha. 2021. (Entrevista concedida no Espaço LGBT de Campina Grande)

ANEXOS

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: "NINGUÉM NASCE PRA SOBREVIVER, A GENTE NASCE PRA VIVER": DE ESTEREÓTIPOS ESTIGMATIZANTES PARA O "EU TRAVESTI, MULHER

Pesquisador: KALINE LEANDRA BARBOSA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 52689621.0.0000.5182

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.839.208

Apresentação do Projeto:

Se trata de uma emenda relacionado a um projeto de Mestrado já aprovado. A proponente solicita alteração do título da pesquisa e realiza ajustes no cronograma

Objetivo da Pesquisa:

Problematizar os estereótipos de ser travesti (prostituta, criminosa, aids) traçados pelo Jornal da Paraíba impresso enquanto dispositivo de poder, em todo o decorrer da década de 1990, em paralelo com a falsi das travestis em dias atuais

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não houve alteração sendo válidos os riscos e benefícios do parecer original

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Em fase final de conclusão

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram inseridos. Porém, como se trata de uma mudança recomenda-se a inclusão da assinatura do termo de assentimento e do termo de consentimento

Recomendações:

Sem recomendação

Endereço: CAESE - Rua Dr. Chateaubriand, s/n.
 Bairro: São José CEP: 58.107-570
 UF: PB Município: CAMPINA GRANDE
 Telefone: (83)2101-5545 Fax: (83)2101-5523 E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br

UFCG - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ALCIDES
CARNEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE / HUAC - UFCG



Continuação do Parecer: 5.839.208

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não existem inadequações éticas para a aprovação da emenda, por isso somos de parecer favorável a sua aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|--|------------------------|---------------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_2058091_E1.pdf | 30/11/2022 16:08:51 | | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | PROJETOATUALIZADO.pdf | 30/11/2022 15:56:58 | KALINE LEANDRA BARBOSA DA SILVA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | termoassentimento.pdf | 30/11/2022 15:53:17 | KALINE LEANDRA BARBOSA DA SILVA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | termoconsentimento.pdf | 30/11/2022 15:52:11 | KALINE LEANDRA BARBOSA DA SILVA | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | Termocompromissopesq.pdf | 30/11/2022 15:50:43 | KALINE LEANDRA BARBOSA DA SILVA | Aceito |
| Cronograma | Cronograma2.pdf | 30/11/2022 15:48:07 | KALINE LEANDRA BARBOSA DA SILVA | Aceito |
| Folha de Rosto | FolhaRosto.pdf | 30/11/2022 15:41:52 | KALINE LEANDRA BARBOSA DA SILVA | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE01.pdf | 18/10/2021 17:50:01 | KALINE LEANDRA BARBOSA DA SILVA | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | ProjetoDetalhadoBrochuraInvestigador01.pdf | 18/10/2021 17:48:47 | KALINE LEANDRA BARBOSA DA SILVA | Aceito |
| Outros | Roteirodeentrevistas.pdf | 28/09/2021 17:35:36 | KALINE LEANDRA BARBOSA DA SILVA | Aceito |
| Orçamento | Orcamento.pdf | 28/09/2021 17:32:15 | KALINE LEANDRA BARBOSA DA SILVA | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | TermodeAnuencia.pdf | 28/09/2021 17:28:39 | KALINE LEANDRA BARBOSA DA SILVA | Aceito |

Endereço: CAESE - Rua Dr. Chateaubriand, s/n.
Bairro: São José CEP: 58.107-670
UF: PB Município: CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)2101-5545 Fax: (83)2101-5523 E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br

UFCG - HOSPITAL
UNIVERSITÁRIO ALCIDES
CARNEIRO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE CAMPINA
GRANDE / HUAC - UFCG



Continuação do Parecer: 5.839.208

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINA GRANDE, 26 de Dezembro de 2022

Assinado por:

Andréia Oliveira Barros Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: CAESE - Rua Dr. Chateaubriand, s/n.
Bairro: São José CEP: 58.107-570
UF: PB Município: CAMPINA GRANDE
Telefone: (83)2101-5545 Fax: (83)2101-5523 E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br

XV FESTIVAL DE INVERNO



Doroteia Vai à Guerra

Com o espetáculo "Doroteia Vai à Guerra" a cantora paraibana estreia no Festival de Inverno...

Com o espetáculo "Doroteia Vai à Guerra" a cantora paraibana estreia no Festival de Inverno...

Com o espetáculo "Doroteia Vai à Guerra" a cantora paraibana estreia no Festival de Inverno...

Com o espetáculo "Doroteia Vai à Guerra" a cantora paraibana estreia no Festival de Inverno...

Com o espetáculo "Doroteia Vai à Guerra" a cantora paraibana estreia no Festival de Inverno...

Com o espetáculo "Doroteia Vai à Guerra" a cantora paraibana estreia no Festival de Inverno...

Com o espetáculo "Doroteia Vai à Guerra" a cantora paraibana estreia no Festival de Inverno...

Com o espetáculo "Doroteia Vai à Guerra" a cantora paraibana estreia no Festival de Inverno...

Com o espetáculo "Doroteia Vai à Guerra" a cantora paraibana estreia no Festival de Inverno...

Luta pela sobrevivência leva adolescentes à prostituição

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...



Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver.

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Além de trabalhar em empregos precários, muitos adolescentes recorrem à prostituição para sobreviver...

Litógrafo pernambucano realiza curso no Museu

Um litógrafo pernambucano realizou um curso de litografia no Museu de Arte Moderna de Recife...



Um litógrafo pernambucano realizou um curso de litografia no Museu de Arte Moderna de Recife.

Um litógrafo pernambucano realizou um curso de litografia no Museu de Arte Moderna de Recife...

Um litógrafo pernambucano realizou um curso de litografia no Museu de Arte Moderna de Recife...

Darejão Santa Sofia

AV. DA CONSTITUÇÃO, 141-143, 85 - CENTRO
FONE 221-3071 - CAIPIPIÁ GRANDE - PB

ATENDIMENTO PARA O PLANO SAÚDE, NOVO DE VARIÁVELS TANTO SOMA

1. COBERTURA DE ATENDIMENTO EM CASO DE EMERGÊNCIA... 2. COBERTURA DE ATENDIMENTO EM CASO DE DOENÇAS... 3. COBERTURA DE ATENDIMENTO EM CASO DE ACIDENTES... 4. COBERTURA DE ATENDIMENTO EM CASO DE DOENÇAS... 5. COBERTURA DE ATENDIMENTO EM CASO DE DOENÇAS...

PRESENCIA NA SAÚDE

INCENDIÁRIOS: POLÍCIA SOB SUSPEITA

Policiais são investigados na participação da gangue que destruiu 12 veículos

Os recentes ataques ao Museu de Arte de Curitiba, de que foram responsáveis pelo caso conhecido como "Tangue da Terceiridade", no entanto, a denúncia não se trata de um caso isolado. O SBC e o SBC-2, os dois órgãos de segurança pública, foram chamados a investigar o caso. O SBC-2, órgão de segurança pública, também foi chamado a investigar o caso. O SBC-2, órgão de segurança pública, também foi chamado a investigar o caso.

Investigação da Polícia sobre a participação da gangue que destruiu 12 veículos. O SBC-2, órgão de segurança pública, também foi chamado a investigar o caso. O SBC-2, órgão de segurança pública, também foi chamado a investigar o caso.

Investigação da Polícia sobre a participação da gangue que destruiu 12 veículos. O SBC-2, órgão de segurança pública, também foi chamado a investigar o caso. O SBC-2, órgão de segurança pública, também foi chamado a investigar o caso.

Investigação da Polícia sobre a participação da gangue que destruiu 12 veículos. O SBC-2, órgão de segurança pública, também foi chamado a investigar o caso. O SBC-2, órgão de segurança pública, também foi chamado a investigar o caso.



Policial investigando o caso da destruição de veículos.



Policial investigando o caso da destruição de veículos.

CHACINA DOS IRMÃOS PROCÓPIO

Ex-militar conta detalhes da "Máfia"

Ex-militar conta detalhes da "Máfia". O ex-militar conta detalhes da "Máfia". O ex-militar conta detalhes da "Máfia". O ex-militar conta detalhes da "Máfia".



Ex-militar contando detalhes da Máfia.

"Travesti" estrangula vizinho

"Travesti" estrangula vizinho. O caso envolve um travesti que estrangulou seu vizinho. O caso envolve um travesti que estrangulou seu vizinho. O caso envolve um travesti que estrangulou seu vizinho.

Federal prende dupla com 8 quilos de droga

Federal prende dupla com 8 quilos de droga. A dupla foi presa com 8 quilos de droga. A dupla foi presa com 8 quilos de droga. A dupla foi presa com 8 quilos de droga.

Antena Parabólica SANTA RITA
 Caixa de Fibra e vidro em até 10 dias úteis.
 Ligue J1. Faça sua escolha inteligente. Faça a melhor Antena do Brasil.
 X: Campos Sales, F21: C. Getúlio - 322-6594

VALE TRANSPORTE
 A Solução do Transporte
 Direito do Empregado ⇄ Dever do Empregador
 Lo n.º 7.418

Tenente é assassinado durante assalto

MICAROA

Trios elétricos chegam para a festa

Com o objetivo de garantir a segurança dos eleitores durante o processo eleitoral, a Polícia Militar de João Pessoa realizou um treinamento especial para os policiais que atuarão nas ruas durante a campanha eleitoral. O treinamento foi realizado no dia 2 de junho, no Centro da Polícia Militar, sob a orientação do comandante da 1ª Companhia de Polícia Militar, Major Roberto de Aguiar. Durante o treinamento, os policiais receberam orientações sobre o comportamento a ser adotado durante os atos eleitorais, bem como sobre o uso da força e o tratamento a ser dado aos eleitores.

STP define esquema de ônibus

Com o propósito de melhorar a qualidade do transporte público em João Pessoa, o Sistema de Transportes Públicos (STP) definiu um novo esquema de linhas de ônibus. O novo esquema prevê a criação de novas linhas e o aumento da frequência dos serviços existentes. O STP também anunciou a aquisição de novos ônibus para atender à demanda crescente dos passageiros. O novo esquema de linhas será implementado a partir de julho de 1977.

Campanha pela universidade pública

A Universidade Federal de Paraíba, em João Pessoa, iniciou uma campanha para a criação de uma universidade pública estadual. A campanha é liderada pelo reitor da UFPA, Professor Doutor João Pessoa de Albuquerque. O objetivo da campanha é sensibilizar a população para a importância de uma universidade pública que atenda às necessidades da população local. A campanha inclui reuniões públicas, distribuição de folhetos e realização de eventos culturais.

Prefeitura reinaugura laboratório

A Prefeitura Municipal de João Pessoa realizou a reinauguração do Laboratório de Análises Químicas, localizado no Centro da Prefeitura. O laboratório foi reinaugurado após uma reforma completa realizada durante o ano anterior. O novo laboratório possui equipamentos modernos e uma equipe técnica qualificada para atender às demandas da população. A reinauguração ocorreu no dia 2 de junho, com a presença de autoridades locais.

Fórum discute política de medicamentos

O Fórum de Defesa do Consumidor realizou uma reunião para discutir a política de medicamentos em João Pessoa. A reunião foi realizada no dia 2 de junho, no Centro da Prefeitura. Participaram da reunião representantes de órgãos governamentais, profissionais da área de saúde e consumidores. O objetivo da reunião é discutir as medidas a serem tomadas para garantir a qualidade e a acessibilidade dos medicamentos.

destruiu o apartamento de um dos policiais. O fato ocorreu durante um assalto a uma loja de roupas. O assalto ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. Os policiais estavam patrulhando a região quando foram surpreendidos por um grupo de criminosos. Um dos policiais foi atingido por uma arma de fogo e morreu no local. Os criminosos fugiram com o dinheiro e algumas roupas da loja.

destruiu o apartamento de um dos policiais. O fato ocorreu durante um assalto a uma loja de roupas. O assalto ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. Os policiais estavam patrulhando a região quando foram surpreendidos por um grupo de criminosos. Um dos policiais foi atingido por uma arma de fogo e morreu no local. Os criminosos fugiram com o dinheiro e algumas roupas da loja.

destruiu o apartamento de um dos policiais. O fato ocorreu durante um assalto a uma loja de roupas. O assalto ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. Os policiais estavam patrulhando a região quando foram surpreendidos por um grupo de criminosos. Um dos policiais foi atingido por uma arma de fogo e morreu no local. Os criminosos fugiram com o dinheiro e algumas roupas da loja.

destruiu o apartamento de um dos policiais. O fato ocorreu durante um assalto a uma loja de roupas. O assalto ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. Os policiais estavam patrulhando a região quando foram surpreendidos por um grupo de criminosos. Um dos policiais foi atingido por uma arma de fogo e morreu no local. Os criminosos fugiram com o dinheiro e algumas roupas da loja.

destruiu o apartamento de um dos policiais. O fato ocorreu durante um assalto a uma loja de roupas. O assalto ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. Os policiais estavam patrulhando a região quando foram surpreendidos por um grupo de criminosos. Um dos policiais foi atingido por uma arma de fogo e morreu no local. Os criminosos fugiram com o dinheiro e algumas roupas da loja.

destruiu o apartamento de um dos policiais. O fato ocorreu durante um assalto a uma loja de roupas. O assalto ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. Os policiais estavam patrulhando a região quando foram surpreendidos por um grupo de criminosos. Um dos policiais foi atingido por uma arma de fogo e morreu no local. Os criminosos fugiram com o dinheiro e algumas roupas da loja.

destruiu o apartamento de um dos policiais. O fato ocorreu durante um assalto a uma loja de roupas. O assalto ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. Os policiais estavam patrulhando a região quando foram surpreendidos por um grupo de criminosos. Um dos policiais foi atingido por uma arma de fogo e morreu no local. Os criminosos fugiram com o dinheiro e algumas roupas da loja.

destruiu o apartamento de um dos policiais. O fato ocorreu durante um assalto a uma loja de roupas. O assalto ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. Os policiais estavam patrulhando a região quando foram surpreendidos por um grupo de criminosos. Um dos policiais foi atingido por uma arma de fogo e morreu no local. Os criminosos fugiram com o dinheiro e algumas roupas da loja.

destruiu o apartamento de um dos policiais. O fato ocorreu durante um assalto a uma loja de roupas. O assalto ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. Os policiais estavam patrulhando a região quando foram surpreendidos por um grupo de criminosos. Um dos policiais foi atingido por uma arma de fogo e morreu no local. Os criminosos fugiram com o dinheiro e algumas roupas da loja.

destruiu o apartamento de um dos policiais. O fato ocorreu durante um assalto a uma loja de roupas. O assalto ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. Os policiais estavam patrulhando a região quando foram surpreendidos por um grupo de criminosos. Um dos policiais foi atingido por uma arma de fogo e morreu no local. Os criminosos fugiram com o dinheiro e algumas roupas da loja.

destruiu o apartamento de um dos policiais. O fato ocorreu durante um assalto a uma loja de roupas. O assalto ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. Os policiais estavam patrulhando a região quando foram surpreendidos por um grupo de criminosos. Um dos policiais foi atingido por uma arma de fogo e morreu no local. Os criminosos fugiram com o dinheiro e algumas roupas da loja.

destruiu o apartamento de um dos policiais. O fato ocorreu durante um assalto a uma loja de roupas. O assalto ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. Os policiais estavam patrulhando a região quando foram surpreendidos por um grupo de criminosos. Um dos policiais foi atingido por uma arma de fogo e morreu no local. Os criminosos fugiram com o dinheiro e algumas roupas da loja.

destruiu o apartamento de um dos policiais. O fato ocorreu durante um assalto a uma loja de roupas. O assalto ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. Os policiais estavam patrulhando a região quando foram surpreendidos por um grupo de criminosos. Um dos policiais foi atingido por uma arma de fogo e morreu no local. Os criminosos fugiram com o dinheiro e algumas roupas da loja.

destruiu o apartamento de um dos policiais. O fato ocorreu durante um assalto a uma loja de roupas. O assalto ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. Os policiais estavam patrulhando a região quando foram surpreendidos por um grupo de criminosos. Um dos policiais foi atingido por uma arma de fogo e morreu no local. Os criminosos fugiram com o dinheiro e algumas roupas da loja.

destruiu o apartamento de um dos policiais. O fato ocorreu durante um assalto a uma loja de roupas. O assalto ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. Os policiais estavam patrulhando a região quando foram surpreendidos por um grupo de criminosos. Um dos policiais foi atingido por uma arma de fogo e morreu no local. Os criminosos fugiram com o dinheiro e algumas roupas da loja.

destruiu o apartamento de um dos policiais. O fato ocorreu durante um assalto a uma loja de roupas. O assalto ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. Os policiais estavam patrulhando a região quando foram surpreendidos por um grupo de criminosos. Um dos policiais foi atingido por uma arma de fogo e morreu no local. Os criminosos fugiram com o dinheiro e algumas roupas da loja.

Auditoria suspende atendimento de carentes

A Auditoria Geral do Estado suspendeu o atendimento de carentes em algumas repartições públicas. A suspensão ocorreu devido a irregularidades encontradas durante a auditoria. As repartições afetadas são a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação. A suspensão será mantida até que as irregularidades sejam corrigidas.

A Auditoria Geral do Estado suspendeu o atendimento de carentes em algumas repartições públicas. A suspensão ocorreu devido a irregularidades encontradas durante a auditoria. As repartições afetadas são a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação. A suspensão será mantida até que as irregularidades sejam corrigidas.

Definido esquema de segurança da Micaroa

O esquema de segurança da Micaroa foi definido. O esquema prevê a criação de novas linhas de segurança e o aumento da frequência dos serviços existentes. O esquema também prevê a aquisição de novos veículos para atender à demanda crescente dos passageiros. O novo esquema de segurança será implementado a partir de julho de 1977.

O esquema de segurança da Micaroa foi definido. O esquema prevê a criação de novas linhas de segurança e o aumento da frequência dos serviços existentes. O esquema também prevê a aquisição de novos veículos para atender à demanda crescente dos passageiros. O novo esquema de segurança será implementado a partir de julho de 1977.

Polícia prende acusado de matar tenente

A Polícia Militar de João Pessoa prendeu um acusado de matar um tenente durante um assalto. O crime ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. O acusado foi identificado durante uma operação de segurança realizada pela Polícia Militar. O acusado é um homem de 30 anos, de cor preta, e está sendo mantido em prisão preventiva.

A Polícia Militar de João Pessoa prendeu um acusado de matar um tenente durante um assalto. O crime ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. O acusado foi identificado durante uma operação de segurança realizada pela Polícia Militar. O acusado é um homem de 30 anos, de cor preta, e está sendo mantido em prisão preventiva.

A Polícia Militar de João Pessoa prendeu um acusado de matar um tenente durante um assalto. O crime ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. O acusado foi identificado durante uma operação de segurança realizada pela Polícia Militar. O acusado é um homem de 30 anos, de cor preta, e está sendo mantido em prisão preventiva.

A Polícia Militar de João Pessoa prendeu um acusado de matar um tenente durante um assalto. O crime ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. O acusado foi identificado durante uma operação de segurança realizada pela Polícia Militar. O acusado é um homem de 30 anos, de cor preta, e está sendo mantido em prisão preventiva.

Pãozinho sobe 20%

O preço do pãozinho aumentou 20% em João Pessoa. O aumento ocorreu devido ao aumento dos custos de produção. O preço atual do pãozinho é de R\$ 0,20. O aumento afetará diretamente a população que depende do pãozinho como principal fonte de alimentação.

Imposto de Renda

O Imposto de Renda foi pago em João Pessoa. O pagamento ocorreu no dia 2 de junho, no Centro da cidade. O pagamento foi realizado por meio de uma operação de arrecadação realizada pela Prefeitura Municipal.

Definido esquema de segurança da Micaroa

O esquema de segurança da Micaroa foi definido. O esquema prevê a criação de novas linhas de segurança e o aumento da frequência dos serviços existentes. O esquema também prevê a aquisição de novos veículos para atender à demanda crescente dos passageiros. O novo esquema de segurança será implementado a partir de julho de 1977.

O esquema de segurança da Micaroa foi definido. O esquema prevê a criação de novas linhas de segurança e o aumento da frequência dos serviços existentes. O esquema também prevê a aquisição de novos veículos para atender à demanda crescente dos passageiros. O novo esquema de segurança será implementado a partir de julho de 1977.

ESPAÇO LIVRE

Para jogar fora

Por Cristiano

Hoje, em 1991, comemoramos as eleições que deram origem ao primeiro governo de esquerda no Brasil. Há 16 anos, em 1975, o Brasil foi governado pela primeira vez por um partido de esquerda.

Essa vitória, a 1ª vez que um partido de esquerda foi eleito para governar o Brasil, foi o resultado de um longo processo de luta social e política. O Brasil mudou de rumo e a história do país mudou. O Brasil passou a ser governado por um partido de esquerda.

Essa vitória, a 1ª vez que um partido de esquerda foi eleito para governar o Brasil, foi o resultado de um longo processo de luta social e política. O Brasil mudou de rumo e a história do país mudou. O Brasil passou a ser governado por um partido de esquerda.

Essa vitória, a 1ª vez que um partido de esquerda foi eleito para governar o Brasil, foi o resultado de um longo processo de luta social e política. O Brasil mudou de rumo e a história do país mudou. O Brasil passou a ser governado por um partido de esquerda.

Essa vitória, a 1ª vez que um partido de esquerda foi eleito para governar o Brasil, foi o resultado de um longo processo de luta social e política. O Brasil mudou de rumo e a história do país mudou. O Brasil passou a ser governado por um partido de esquerda.

Essa vitória, a 1ª vez que um partido de esquerda foi eleito para governar o Brasil, foi o resultado de um longo processo de luta social e política. O Brasil mudou de rumo e a história do país mudou. O Brasil passou a ser governado por um partido de esquerda.

Essa vitória, a 1ª vez que um partido de esquerda foi eleito para governar o Brasil, foi o resultado de um longo processo de luta social e política. O Brasil mudou de rumo e a história do país mudou. O Brasil passou a ser governado por um partido de esquerda.

Essa vitória, a 1ª vez que um partido de esquerda foi eleito para governar o Brasil, foi o resultado de um longo processo de luta social e política. O Brasil mudou de rumo e a história do país mudou. O Brasil passou a ser governado por um partido de esquerda.

Essa vitória, a 1ª vez que um partido de esquerda foi eleito para governar o Brasil, foi o resultado de um longo processo de luta social e política. O Brasil mudou de rumo e a história do país mudou. O Brasil passou a ser governado por um partido de esquerda.

Essa vitória, a 1ª vez que um partido de esquerda foi eleito para governar o Brasil, foi o resultado de um longo processo de luta social e política. O Brasil mudou de rumo e a história do país mudou. O Brasil passou a ser governado por um partido de esquerda.

Essa vitória, a 1ª vez que um partido de esquerda foi eleito para governar o Brasil, foi o resultado de um longo processo de luta social e política. O Brasil mudou de rumo e a história do país mudou. O Brasil passou a ser governado por um partido de esquerda.

Essa vitória, a 1ª vez que um partido de esquerda foi eleito para governar o Brasil, foi o resultado de um longo processo de luta social e política. O Brasil mudou de rumo e a história do país mudou. O Brasil passou a ser governado por um partido de esquerda.

Essa vitória, a 1ª vez que um partido de esquerda foi eleito para governar o Brasil, foi o resultado de um longo processo de luta social e política. O Brasil mudou de rumo e a história do país mudou. O Brasil passou a ser governado por um partido de esquerda.

Essa vitória, a 1ª vez que um partido de esquerda foi eleito para governar o Brasil, foi o resultado de um longo processo de luta social e política. O Brasil mudou de rumo e a história do país mudou. O Brasil passou a ser governado por um partido de esquerda.

Essa vitória, a 1ª vez que um partido de esquerda foi eleito para governar o Brasil, foi o resultado de um longo processo de luta social e política. O Brasil mudou de rumo e a história do país mudou. O Brasil passou a ser governado por um partido de esquerda.

Mulher contaminada pelo Césio-137 encontra-se grávida

Uma mulher contaminada pelo Césio-137 encontra-se grávida. O acidente nuclear em Goiânia, em setembro de 1987, deixou milhares de pessoas contaminadas. Uma das vítimas, uma mulher, descobriu que estava grávida.

Essa mulher, contaminada pelo Césio-137, encontra-se grávida. O acidente nuclear em Goiânia, em setembro de 1987, deixou milhares de pessoas contaminadas. Uma das vítimas, uma mulher, descobriu que estava grávida.

Índio travesti morre de Aids na reserva

Um índio travesti morreu de Aids na reserva. O acidente nuclear em Goiânia, em setembro de 1987, deixou milhares de pessoas contaminadas. Um dos vítimas, um índio travesti, morreu de Aids na reserva.

Falta de saneamento propaga mais cólera

A falta de saneamento propaga mais cólera. O acidente nuclear em Goiânia, em setembro de 1987, deixou milhares de pessoas contaminadas. A falta de saneamento propaga mais cólera.

O Caipado sem Natal

O Caipado sem Natal. O acidente nuclear em Goiânia, em setembro de 1987, deixou milhares de pessoas contaminadas. O Caipado sem Natal.

DICAS DA CIDADE

Conheça



BRAHMA

Chopp

ACOVE O LEO



FRIGORÍFICOS CRUZADAS



Os frigoríficos Cruzadas... O acidente nuclear em Goiânia, em setembro de 1987, deixou milhares de pessoas contaminadas. Os frigoríficos Cruzadas.

ENTRE NÓS

Cresce a Comunidade Gay de Campina Grande

A cada ano aumenta o número de membros da comunidade Gay em Campina Grande, que já conta com uma mentalidade das grandes cidades, formando associações para reivindicar seus direitos constitucionais, os quais incluem preconceituosos e garantem a liberdade de opção sexual.

No dia 24 de maio, um líder Gay campineiro, Francisco Kleber Dantas, promoveu Bar e Restaurante Vice-Versa, no bairro do Cruzeiro, o primeiro encontro de gays em nível regional e em alto estilo - "Miss Nordeste Gay 91" - aberto à comunidade heterossexual também. O evento apresentou travestis belíssimas que representaram 9 estados do Brasil e um território: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e Fernando de Noronha.

Muitos desses jovens já não escondem mais (ou não podem) suas tendências, outros já assumiram sua homossexualidade totalmente, mas alguns têm o medo de se apresentar como travestis, razão porque não apresentam a foto de não Gay que ganhou o primeiro lugar, um parafuso, bem campineiro, que travestido dá inveja a qualquer mulher e é capaz de enganar qualquer homem. Também por uma questão de ética, não citamos nomes de todos os participantes.

A falta de vontade de viver o direito de se sentir mulher, desses jovens, é algo de impressionante, a despeito das proibições de toda a sociedade e da indiferença da própria família. Parecem ignorar que

fazem parte do grupo de risco da Aids e, dificilmente, se dão tempo para seus conflitos existenciais.

Quase todos são filhos de pais machistas e mães batalhadoras. Pais que foram indiferentes a seus conflitos de adolescência e mães que fugiram de seus filhos o centro das atenções, para compensar a omissão dos pais. Então, filhos da indiferença, da falta de uma educação à base de diálogo e de amor.

O grande perigo é que esses adolescentes, em grupo, constroem seu próprio universo, isoladamente, sem nenhuma preocupação com as exigências da sociedade tradicional. Ignorando a possibilidade de um acompanhamento psicológico, médico ou mesmo educacional, por não acreditarem que existem adultos capazes de os compreender, ajudar ou resolver seus conflitos, acabam caindo a todos os adolescentes em busca de formar sua verdadeira identidade. Daí, como forma de proteção, está a comunidade Gay de Campina Grande organizando uma associação com estatuto e tudo que tem direito e começar a realizar seu mundo social com eventos periódicos.

Certamente a falta de educação sexual nas escolas, como disciplina curricular, salvaria um grande número de adolescentes confusos, em uma base familiar equilibrada. A falta também de assistência social e psicológica de fato, nos educandários de 1ª e 2ª graus, é outro fator que contribui para o aumento da homossexualidade. Então, o amor para esse e outros males ainda é o amor.

DITO E FEITO

FRASES DA SEMANA

"A diferença de votos que elegeu a nova Associação dos Moradores do Conjunto Alvaro Gaudêncio foi tão pequena, que eu Rômulo Goewin tem uma boa estratégia política à distância, ou o povo estava mesmo insatisfeito com sua associação?". Imaginem se ele resolve formar uma associação parecida?...

Romulo Cunha Lima (governador do Estado)

"Nessa situação, o Comitê Central do PCUS deve tomar uma decisão mas honesta decisão sobre sua autoavaliação"

Mikhail Gorbachev (presidente da URSS)

José Azevedo Silva (advogado campineiro)

"Ninguém tem o direito moral de condenar indiscriminadamente todos os contramais"

Item

"Os governadores não têm condições de paralisar o Congresso Nacional para que a reforma constitucional proposta por Collor seja aprovada"

Ilvandro Cunha Lima (deputado federal)

"Naturalmente devem ser castigados os culpados e o resto, mas já temos muita brutalidade na nossa história"

Eduard Stevanhoffer (secretário estadual)

"As oposições aqui no Paraíba estão parecendo com as 15 Repúblicas que formam a União Soviética: cada qual fica postado atrás para a sua sanção. Mas, pelo visto, oposição de verdade por estas bandas está sendo feita pelos vermeilhões"

Wilson Tejo (jornalista político do JP)

"Não se trata de uma proibição e sim de uma suspensão, o direito que não temporariamente se atividades do PC da Rússia"

Boris Yeltsin (presidente da Rússia)

"O presidente Fernando Collor de Nello votou a reafirmar que está programado a sua visita à Paraíba em breves dias. Garanto que está se colocando em sua agenda"

O atual ministro de Programa de Ajuste Fiscal do Governo Collor, não pensa de um anúncio choque fútil"

Marcílio Marques Moreira (ministro da Economia)

EXPEDIENTE

Editor: José de Arimatéa Souza

Coordenadora: Adélio Irineu Freire

Diretor gráfico: José Carlos dos Santos

Diagramação: Walter Galvão de Carvalho

José Carlos Martins

Revisão: José Vândio dos Santos

Wellington Silva

Composição, Arte Final, Fotolito e Impressão:

EDITORA JORNAL DA PARAIBA

